

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ELIS BERTOZZI AITA

Psicoterapia enquanto possibilidade de intervenção sobre o processo de
formação de consciência: uma análise histórico-cultural

Maringá
2020

ELIS BERTOZZI AITA

Psicoterapia enquanto possibilidade de intervenção sobre o processo de
formação de consciência: uma análise histórico-cultural

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Psicologia.

Área de concentração: Constituição do Sujeito e Historicidade.

Orientadora: Profa. Dra. Marilda Gonçalves Dias Facci

Maringá
2020

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

A311p

Aita, Elis Bertozzi

Psicoterapia enquanto possibilidade de intervenção sobre o processo de formação de consciência : uma análise histórico-cultural / Elis Bertozzi Aita. -- Maringá, PR, 2020.
203 f.

Orientadora: Profa. Dra. Marilda Gonçalves Dias Facci.

Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2020.

1. Psicoterapia. 2. Saúde Mental. 3. Psicologia Histórico-Cultural. 4. Vygotsky, Lev Semenovich, 1896-1934. 5. Psicologia Clínica. I. Facci, Marilda Gonçalves Dias, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDD 23.ed. 157

ELIS BERTOZZI AITA

Psicoterapia enquanto possibilidade de intervenção sobre o processo de formação de consciência: uma análise histórico-cultural

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Psicologia.

COMISSÃO JULGADORA

Profa. Dra. Marilda Gonçalves Dias Facci
PPI/Universidade Estadual de Maringá (Presidente)

Prof. Dr. Armando Marino Filho
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS

Profa. Dra. Sueli Terezinha Ferrero Martin
Universidade Estadual Paulista - UNESP

Profa. Dra. Adriana de Fátima Franco
PPI/Universidade Estadual de Maringá

Profa. Dra. Renata Heller de Moura
DPI/Universidade Estadual de Maringá

Aprovada em: 10 de junho de 2020.
Defesa realizada por vídeo conferência.

Para Rafael, meu companheiro de vida

Para todos os psicoterapeutas, que
cotidianamente escutam a sutileza das palavras
ditas e não ditas. E para todas as pessoas que
fazem psicoterapia, exercitando a coragem
necessária para falar de suas dores.

Para todas as pessoas que já tive o privilégio
de ouvir, e que confiaram a mim suas histórias.
Em especial, para Emily, primeira criança que
atendi na clínica-escola da UEM, por me
apresentar o encanto de ser psicoterapeuta.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a todos aqueles que tornaram possível a realização deste trabalho. Em especial:

Ao Rafael, meu companheiro de vida, pelo imenso amor, cumplicidade e carinho; por me ajudar a tornar a vida mais plena de sentido.

Aos meus pais, Airton e Ivanete, e minha irmã Iara, por sustentarem os passos que me trouxeram até aqui. Agradeço por todo o cuidado, amor e incentivo.

Ao Paulo, meu grande amigo, por dividir a vida comigo. Agradeço por ser meu amigo, na plenitude da palavra.

À Lívia, minha grande amiga, por sua presença e pela enorme parceria. Agradeço por partilhar comigo um projeto profissional com tanto carinho, e por dividir a vida comigo.

À Aline, minha amiga querida, por sua alegria e energia de vida.

À Luzia, Orlando e Gustavo, pelos natais cheios de afeto.

À minha orientadora Marilda Facci, pelo cuidado e generosidade com que conduziu todas as orientações e grupos de estudo. Pela aposta que fez em mim. Pela paciência e compreensão. Por ser fonte de serenidade e alegria, em meio a tantas exigências e percalços da pós-graduação.

Às minhas colegas do grupo de estudos Fabíola, Glaucia, Luiza, Marina e Marlene. Em especial, agradeço à Clarice, que compartilhou comigo as angústias e alegrias dessa caminhada; à Jacsiane, por sua presença sempre alegre, entusiasmada e encantada com as possibilidades que o estudo científico nos proporciona; à Maria da Apresentação, por sua generosidade e delicadeza; e à Ana Paula, pela ajuda amiga durante todo o processo.

À minha analista, Maria Cláudia de Chiara Pismel, por me apresentar uma maneira sensível e cuidadosa de ser psicoterapeuta. Agradeço pela seriedade e leveza.

Aos professores Adriana de Fátima Franco, Armando Marino Filho, Renata Heller de Moura e Sueli Terezinha Ferrero Martin, pelas importantes contribuições prestadas para o desenvolvimento e conclusão deste trabalho. Agradeço pelo diálogo, pela dedicação e pelo engajamento.

Ao professor Ricardo Eleutério, por compartilhar generosamente suas aulas sobre psicoterapia histórico-cultural e práticas clínicas.

À Alessandra Sardeto e à Beatriz Yoshida Protazio, pela cuidadosa e carinhosa revisão.

À professora Lígia Marques Godinho, pelas afetuosas aulas de Francês.

Aos professores e profissionais da educação, do ensino infantil ao doutorado, que guiaram meus passos ao longo da minha formação escolar, acadêmica e humana.

À Fundação Araucária e à CAPES pelo apoio financeiro.

Aos profissionais que compõem o Programa de Pós-Graduação em Psicologia, pelo comprometimento na formação de psicólogos e pesquisadores.

À Universidade Estadual de Maringá, a qual, talvez, enfim me despeço. Agradeço por ter me apresentado um mundo novo. Por ter dado sustentação a quase todas as possibilidades profissionais e pessoais que me tornaram quem eu sou.

*“O correr da vida embrulha tudo.
A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e
daí afrouxa, sossega e depois desinquieta.
O que ela quer da gente é coragem”*
Guimarães Rosa - Grande sertão: Veredas

Aita, E. B. (2020). *Psicoterapia enquanto possibilidade de intervenção sobre o processo de formação de consciência: uma análise histórico-cultural* (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar uma possibilidade de intervenção psicoterapêutica individual para adultos, fundamentada na Psicologia Histórico-Cultural e no Materialismo Histórico-Dialético. Trata-se de uma pesquisa teórico-conceitual de base bibliográfica. Dentre outras possibilidades terapêuticas possíveis, entendemos que a psicologia vigotskiana oferece fundamento teórico para a elaboração de intervenções psicoterapêuticas que visem atuar sobre o processo de formação de consciência do sujeito. Alguns pressupostos guiaram a análise da temática, conforme exposto a seguir: a consciência é conceituada como reflexo psíquico da realidade, como imagem subjetiva mediada do mundo objetivo; todas as funções psicológicas superiores atuam no intrincado e complexo processo de captura da realidade, na transformação das informações sensoriais em processos de abstração complexos em forma de conceitos; no processo de formação da consciência, os aspectos cognitivos e afetivos compõem uma unidade dialética, que se forma do plano interpsicológico para o intrapsicológico, a partir das condições históricas e sociais de construção da vida; o processo saúde-doença é compreendido vinculado às condições históricas e culturais e o sofrimento psíquico é entendido a partir de sua gênese nos processos críticos da vida social. A partir destas teorizações, discorreremos sobre algumas proposições que podem fundamentar a prática psicoterapêutica que visa atuar sobre o processo de formação de consciência. A intervenção do psicólogo se volta para a análise da história do sujeito, em seus processos individuais e sociais constitutivos, que se dão no interior da sociedade capitalista e busca compreender o movimento de formação da consciência e do sofrimento psíquico, que se estabelece a partir da dinâmica dialética singular-particular-universal. A análise visa apreender como os processos críticos da vida social, historicamente constituídos, engendraram o sofrimento vivenciado. Tal intervenção possibilita que o sujeito tome consciência das relações históricas e sociais que o determinam, de como a realidade social o constitui e de qual seu papel ativo neste processo. Discutimos também sobre algumas mediações possíveis de serem realizadas na prática psicoterapêutica: escutar; questionar; sinalizar; reafirmar; contrapor; analisar a dinâmica-causal; transmitir conhecimentos; e realizar intervenções diretivas e reflexões sobre as próprias intervenções. As intervenções realizadas pelo psicoterapeuta são baseadas na visão de mundo da Psicologia Histórico-Cultural, que guia a construção e o estabelecimento das análises e nexos causais. O psicoterapeuta se baseia no pressuposto de que o homem se desenvolve a partir do contexto histórico no qual vive, num processo de internalização das relações sociais, que se produzem no interior da sociedade de classes, se fundamenta nos estudos da periodização do desenvolvimento humano, no conceito de atividade dominante e no entendimento de que a gênese do sofrimento psíquico e das obstruções aos modos de andar a vida está radicada nos processos críticos da vida social. A partir de Vigotski, entendemos que tomar consciência das relações que corroboram para constituir a consciência e o sofrimento do indivíduo e de seu papel ativo neste processo fornece ao sujeito novas condições de enfrentamento de seu sofrimento psíquico.

Palavras-chave: Psicoterapia; Saúde Mental; Psicologia Histórico-Cultural; Vigotski; Psicologia Clínica.

Aita, E. B. (2020). *Psychotherapy as a possibility of intervention in the process of formation of conscience: an historical and cultural analysis*. (PhD Thesis in Psychology). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to present a possibility of individual psychotherapeutic intervention in adults, underpinned by Historical-Cultural Psychology and by Historical Dialectic Materialism. It is presented a conceptual and theoretical research based on bibliographical reading. Among other therapeutic possibilities, Vygotskian psychology offers theoretical basis to the development of psychotherapeutic interventions that aim to operate in subject formation of conscience. Some assumptions guided the theme analysis, as follows: the conscience is known as a psychic reflex of reality, a subjective representation mediated by the objective world; all upper psychological functions act in the complex process of reality apprehension, the conversion of sensory information in complex abstraction processes as conceptions; cognitive and affective features compound one dialectical unit in the process of conscience formation, which is formed in the interpsychological to the intrapsychological plan stemmed from historical and social conditions of life establishment; the process health-illness is comprehended allied to historical and cultural conditions and psychological distress is understood linked with its origin in critical processes of social life. Based on these theorizations, the present paper discusses some thesis that may underpin psychotherapeutic practices that work with the process of conscience formation. Psychologist intervention turns to the analysis of subject history, on its individual and social constitutive processes that occur on the inner side of capitalist society, and also tries to understand both conscience formation and psychological distress established through a dialectical dynamics single-personal-universal. The present analysis seizes how critical processes of social life, historically established, produce distress. Such intervention allows the subject to become aware of historical and social relations that define him/her, of how social reality constitutes him/her and of which is its active paper on the process. Some possible mediations in psychotherapeutic experience are also elicited: listening, questioning; reaffirming; contrasting; analyzing causal dynamics; transmitting knowledge; execute guiding interventions and reflections about these interventions. Psychoterapist interventions are based on the understanding of Historical-Cultural Psychology that guides the development and establishment of analysis and causal links. The practitioner bases its practices in the assumption that humans evolve corresponding to its historical context, internalizing social relations formed inside the class society. Psychoterapeutic techniques are also underpinned in human development periodization studies, with the concept of dominant activity, the understanding of the genesis of psychic distress and the obstacles of living ingrained in critical processes of social life. From Vygotsky, studies comprehend that being aware of relations which contribute to the constitution of personal consciousness, distress and its active role on the process allows the subject new conditions for psychological distress confrontations.

Keywords: Psychotherapy; Mental Health; Historical-Cultural Psychology; Vygotsky; Clinical Psychology.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APA	American Psychiatric Association
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CID	Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde
DSM	Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
OMS	Organização Mundial da Saúde
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
WHO	World Health Organization

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	p.14
SEÇÃO I - PSICOTERAPIA FUNDAMENTADA NA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL: REVISÃO DE LITERATURA.....	p.28
1.1 LEVANTAMENTOS BIBLIOGRÁFICOS.....	p.29
1.2 REFLEXÕES SOBRE A POSSIBILIDADE DE UMA PSICOTERAPIA VIGOTSKIANA.....	p.30
1.3 SAÚDE MENTAL E ADOECIMENTO PSÍQUICO SOB A PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL.....	p.33
1.4 A ARTE ENQUANTO INSTRUMENTO PSICOTERAPÊUTICO.....	p.35
1.5 PSICOTERAPIA E ENFOQUE HISTÓRICO-CULTURAL EM CUBA.....	p.38
1.6 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DE GONZÁLEZ-REY.....	p.46
1.7 GRUPO DE PESQUISA DE YURY ZINCHENKO E ELENA PERVICHKO.....	p.51
1.8 GRUPO DE PESQUISA DE QUINTINO-AIRES.....	p.54
1.9 INTERLOCUÇÃO COM OUTRAS PERSPECTIVAS TEÓRICAS.....	p.60
1.10 ALGUNS FUNDAMENTOS DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL NA ANÁLISE DE PRÁTICAS TRADICIONAIS E PSICOTERAPIA.....	p.65
1.11 TECENDO ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	p.68
SEÇÃO II – A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA À LUZ DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL.....	p.69
2.1 A CONSCIÊNCIA ENQUANTO REFLEXO PSÍQUICO DA REALIDADE.....	p. 71
2.2 A CONSCIÊNCIA ENQUANTO SISTEMA DE FUNÇÕES PSÍQUICAS.....	p.77
2.2.1 O papel da linguagem na formação da consciência.....	p.85
2.3 A CONSCIÊNCIA ENQUANTO PROCESSO DE TOMADA DE CONSCIÊNCIA.....	p.95
2.4 TECENDO ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	p.98
SEÇÃO III – UNIDADE DIALÉTICA AFETIVO-COGNITIVA: SENTIMENTOS, PENSAMENTOS, VIVÊNCIAS E SOFRIMENTO PSÍQUICO.....	p.102
3.1 A CONSCIÊNCIA ENQUANTO REFLEXO AFETIVO-COGNITIVO DA REALIDADE.....	p.103
3.1.1 O conceito vigotskiano de vivência (<i>pereživânie</i>)	p.112
3.2 ATIVIDADE, CONSCIÊNCIA E PERSONALIDADE.....	p.119
3.2.1 Atividade dominante e periodização do desenvolvimento.....	p.120
3.2.2 Personalidade.....	p.125
3.3 SOFRIMENTO PSÍQUICO.....	p.135
3.4 TECENDO ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	p.144

SEÇÃO IV: POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO PSICOTERAPÊUTICA.....	p.150
4.1 DIAGNÓSTICO CLÍNICO ENQUANTO DIAGNÓSTICO DINÂMICO-CAUSAL.....	p.152
4.2 POSSIBILIDADE DE INTERVENÇÃO PSICOTERAPÊUTICA.....	p.158
4.2.1 Possibilidades de mediação	p.163
4.3 TECENDO ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	p.181
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	p.184
REFERÊNCIAS	p.188

INTRODUÇÃO

Neste trabalho apresentamos as elaborações resultantes de nossa pesquisa de doutorado, que tem como objeto a psicoterapia enquanto possibilidade de intervenção do psicólogo sobre o processo de formação de consciência do sujeito. O objetivo deste trabalho foi apresentar uma possibilidade de intervenção psicoterapêutica individual com adultos, fundamentada na Psicologia Histórico-Cultural e no Materialismo Histórico-Dialético. Com base nestes fundamentos teórico-filosóficos, defendemos a tese de que a psicoterapia pode atuar como promotora do desenvolvimento da consciência do sujeito, contribuindo para que o mesmo possa constituir seu entendimento da realidade (individual e social) e de seu sofrimento psíquico, e desenvolver possibilidades de atuação social, de enfrentamento individual e coletivo de seu sofrimento.

No Brasil as contribuições da teoria vigotskiana têm sido exploradas principalmente no campo da educação, desde a difusão dos textos de Vigotski¹², no início da década de 1980. É na área escolar (na pedagogia e psicologia escolar) que são amplamente estudadas as análises do autor acerca do desenvolvimento do psiquismo e do papel da aprendizagem neste processo. Apesar da difusão da teoria de Vigotski e, posteriormente, dos demais autores da Psicologia Histórico-Cultural na Psicologia, ainda são poucos os estudos desta corrente teórica no que diz respeito à psicologia clínica como um todo, e especificamente, à psicoterapia.

Nos propomos, nesta tese, a analisar a psicoterapia como promotora de desenvolvimento da consciência. Uma tarefa tão abrangente como esta não poderia ser concluída em apenas um trabalho. Objetivamos, antes de tudo, ampliar o debate já iniciado por alguns autores, fomentando o diálogo sobre a psicoterapia de base histórico-cultural, para que os leitores e demais pesquisadores desta perspectiva teórica possam dialogar conosco, apontar os avanços e limites das nossas considerações e dar continuidade ao estudo aqui empreendido.

O interesse pela psicologia iniciou-se no final da minha infância, quando, ao fazer psicoterapia pela primeira vez, achei curioso o fato de que ir ao psicólogo uma vez por semana, durante apenas uma hora, contribuía sobremaneira para o alívio da minha angústia. Naquele momento, não entendia exatamente como isso se produzia e, no meu olhar infantil,

¹ Lev Semiónovich Vigotski (1896 – 1934): Psicólogo russo. Principal representante da Psicologia Histórico-Cultural.

² Prestes (2010) conclui que na tradução direta do russo para o português, a forma de escrita *Vigotski* é a que mais se aproxima da escrita original. Por esse motivo, utilizaremos a grafia Vigotski no corpo deste trabalho. Nas citações e referências será mantida a grafia como consta na obra original consultada.

parecia-me algo surpreendente. Desde o início da graduação, meu objetivo era trabalhar com psicologia clínica. Ao longo do curso, conheci diversas linhas teóricas e escolhi trabalhar com a Psicologia Histórico-Cultural, por conta da visão de homem e de mundo que esta teoria sustenta. A necessidade de investigações mais aprofundadas sobre a atuação clínica histórico-cultural, coerentes com o método do materialismo histórico-dialético, me conduziu a esta pesquisa.

Nossa proposta de pesquisa se relaciona com todo um corpo teórico que vem sendo produzido no Brasil e que está ampliando a inserção da Psicologia Histórico-Cultural nos distintos campos de atuação do psicólogo. Pesquisas sobre a psicopatologia (Almeida, Silva e Berenchtein Netto, 2008; Silva, 2014, 2019; Silva & Tuleski, 2015; Almeida, 2011, 2018; Penteadó, 2018; Almeida, Carvalho & Tuleski, 2019), sobre as emoções, vivências e a unidade afetivo-cognitiva (Gomes, 2008, 2014; Toassa, 2009; Toassa e Souza, 2010; Machado, Facci e Barroco, 2011; Silva, 2011; Luz, Souza e Santos, 2015; Monteiro, 2015; Martins e Carvalho, 2016; León e Calejon, 2017 e Beatón, 2017b), sobre o inconsciente (Aita, 2014; Pessanha, 2015; Santos, 2015 e Silva, 2019), sobre a periodização do desenvolvimento (Facci, 2004; Reis, 2011; Moro-Rios, 2015; Martins, Abrantes e Facci, 2017) e sobre saúde (Dalla-Vecchia & Martins, 2006, 2009; Berenchtein Netto, 2007, 2012; Leite & Tuleski, 2011; Moraes, 2011, 2018, 2019; Almeida & Gomes, 2014), entre muitos outros, são exemplos de análises que buscam compreender o homem em sua complexidade, pensando a Psicologia Histórico-Cultural em diversos campos do conhecimento e de atuação da psicologia, e que colaboraram para a fundamentação de nosso estudo.

A falta de diversidade de estudos sobre a psicoterapia fundamentada na Psicologia Histórico-Cultural, somada a já constituída diversidade de pesquisas mencionadas acima, aponta tanto para a necessidade de aprofundamento teórico prático sobre a psicoterapia, quanto para as potencialidades da Psicologia Histórico-Cultural para a construção desta prática. Tal perspectiva teórica nos oferece considerações fundamentais, que nos possibilitam pensar a psicoterapia como fonte de desenvolvimento da autonomia e da emancipação humana, contrapondo às perspectivas naturalizantes.

Almeida (2018) afirma que atualmente a saúde mental vem aparecendo com destaque nos estudos científicos e na demanda por políticas públicas que atendam às necessidades das pessoas em sofrimento psíquico. Estima-se que os transtornos psiquiátricos, dentre eles os dois principais transtornos de humor (a depressão e o transtorno bipolar), se constituam como cinco das 10 principais causas de incapacitação em todo mundo. No Brasil, segundo dados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), os transtornos mentais são responsáveis por

grande parte das aposentadorias por invalidez e dos afastamentos do trabalho por período maior que quinze dias. Em 2016, quase 200 mil pessoas foram afastadas do trabalho e receberam algum tipo de benefício em decorrência de transtornos mentais e comportamentais, sendo a depressão responsável por 37,8% dos afastamentos (INSS, 2017).

Concorre também para o crescimento dos diagnósticos de transtornos mentais o atual processo de medicalização, que contribui para a consolidação de uma concepção de biologização e naturalização da vida social; além da flexibilização de critérios diagnósticos promovidas pelos manuais de classificação e a criação de novas categorias nosográficas (Almeida & Gomes, 2014; Almeida 2018). O questionamento da prevalência do modelo biomédico de explicação dos transtornos mentais se vincula com a necessidade de estudo do sofrimento psíquico e na busca de estratégias de atuação que modifiquem as condições de vida adoecedoras (Almeida, 2018).

Uma das modalidades de trabalho do psicólogo oferecidas como forma de atendimento ao sofrimento psíquico ou atenção à saúde mental é a psicoterapia. A Resolução nº 010/00, de 20 de dezembro de 2000, do Conselho Federal de Psicologia (CFP), especifica e qualifica a psicoterapia como prática do psicólogo. A resolução estabelece, em seu artigo primeiro:

Art. 1º – A Psicoterapia é prática do psicólogo por se constituir, técnica e conceitualmente, um processo científico de compreensão, análise e intervenção que se realiza através da aplicação sistematizada e controlada de métodos e técnicas psicológicas reconhecidos pela ciência, pela prática e pela ética profissional, promovendo a saúde mental e propiciando condições para o enfrentamento de conflitos e/ou transtornos psíquicos de indivíduos ou grupos (Conselho Federal de Psicologia, 2000, p.1).

De acordo com a legislação brasileira, contudo, a psicoterapia não é atividade privativa de psicólogos, podendo ser praticada por outros profissionais, desde que os mesmos não utilizem o título de psicólogo (Conselho Federal de Psicologia, 2018).

Independente do contexto onde atua (clínico, escolar, organizacional, na saúde, etc.), a ação empreendida pelo psicólogo é sempre produto da cultura estabelecida socialmente, construída epistemologicamente a partir de uma visão de mundo e de homem que sustenta sua prática (Moura & Luzio, 2013). As modalidades e formas de psicoterapia foram se constituindo historicamente, de acordo com a visão de homem e de mundo das teorias psicológicas que as embasam, atreladas às concepções historicamente constituídas de saúde e doença.

Moura e Luzio (2013) afirmam que o conceito de saúde, bem como o de doença, seus “tipos” e “estados” (e o de saúde/doença mental), são conceitos históricos, que refletem a conjuntura social, econômica, política e cultural de uma sociedade, localizadas em um tempo e em um espaço específico. Eles dependem das concepções científicas, religiosas e filosóficas da época. O que se entende por saúde/doença varia em cada período histórico, em cada cultura e em cada classe social. Isso também se aplica as propostas de ação de tratamento e cura.

Cada vertente teórica da Psicologia traz consigo um entendimento sobre o que é doença mental, ou sofrimento psíquico³. A partir de sua visão de mundo e de homem, cada uma destas linhas desenvolve teorias e técnicas psicoterápicas específicas distintas, fundamentadas em diferentes princípios filosóficos e epistemológicos. A visão de homem e de mundo particulares da Psicologia Histórico-Cultural nos levam a defender a importância de construirmos uma prática psicoterápica coerente com o sistema teórico-filosófico desta perspectiva teórica.

Na perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, o estudo sobre a constituição e desenvolvimento da personalidade, representa uma nova forma de analisar essa formação psicológica. Ela é compreendida em sua historicidade, enquanto instância psíquica em constante transformação, vinculada à dinâmica da atividade vital concreta que o homem realiza (Simionato & Facci, 2018).

A psicologia marxista se constitui como um modo radicalmente diferenciado daquele que tradicionalmente a Psicologia tem veiculado e defendido. Suas formulações teóricas representam uma virada qualitativa no estudo e compreensão da personalidade, em oposição às teorias psicológicas tradicionais que a concebem como estrutura psíquica pré-existente no indivíduo. A psicologia de Vigotski compreende a personalidade como expressão singular da universalidade humana, que se constitui na mediação das particularidades por meio da atividade vital do sujeito (Simionato & Facci, 2018).

Cabe destacar que as proposições de Vigotski e seus colaboradores devem ser consideradas no contexto do momento histórico de sua produção, tendo em vista o compromisso específico com a construção da educação para a nova sociedade soviética (Simionato & Facci, 2018). A psicologia de Vigotski deve ser compreendida como produto de seu contexto histórico, localizado no seio dos processos revolucionários da União Soviética, e do projeto coletivo de construção de uma sociedade comunista. O pensamento de Vigotski é expressão do projeto coletivo pós-revolucionário da URSS, e expressa as necessidades

³ A própria denominação do fenômeno vai se alterando historicamente. A mudança da terminologia de *loucura* para *doença mental*, e mais atualmente para *sofrimento psíquico*, já denotam a transformação histórica da compreensão do fenômeno (Moura & Luzio, 2013).

enfrentadas neste período. Faz parte da tentativa coletiva de reconstruir a sociedade sob as bases do comunismo, demonstrando também as contradições que permeavam esta empreitada (Tuleski, 2008).

A psicologia vigotskiana fundamenta uma concepção dos transtornos mentais atrelada às determinações históricas e sociais para o trabalho no campo da saúde mental. Os autores da Psicologia Histórico-Cultural estabelecem uma relação entre os processos sociais e o desencadeamento do adoecimento psíquico. Elas reforçam a importância das condições de vida na construção do processo saúde-doença dos sujeitos, entendendo que não podemos compreender a produção de saúde-doença fora do contexto social, em que a vida humana se materializa e se produz (Dalla-Vecchia & Martins, 2006, 2009; Moura & Luzio, 2013; Silva & Tuleski, 2015; Almeida, 2018).

Para a psicologia de Vigotski, o homem é um ser histórico-social e também biologicamente constituído, sobre o qual prevalecem as leis sociais e culturais. O conceito de historicidade é fundamental para pensarmos o sofrimento psíquico e a constituição da realidade emocional do homem. As emoções, afetos e sentimentos, são construídas a partir das condições materiais de produção da vida. Em seu aspecto emocional, o homem também precisa ser compreendido como síntese das relações sociais, sendo as emoções datadas historicamente e construídas a partir das condições materiais de produção da vida (Machado, Facci & Barroco, 2011).

Silva (2011) afirma que o período histórico em que vivemos se caracteriza pelas explicações naturalistas para os problemas sociais que afetam as pessoas. Sintomas, que são de ordem afetiva, tem sido cada vez mais caracterizados como patologias intrínsecas ao sujeito, diagnosticadas como transtornos emocionais e de comportamento. O tratamento que tem sido hegemonicamente prescrito é o médico farmacológico. Neste processo, os fenômenos humanos complexos, produzidos pelas relações da sociedade contemporânea em suas configurações culturais características da pós-modernidade, têm sido reduzidos às suas manifestações orgânicas, entendidos de modo naturalizado e estático.

A sociedade pós-moderna se caracteriza, dentre outros aspectos, pela fragmentação e/ou negação da análise dos fatores sociais. Outro aspecto ratificado pela ideologia neoliberal é a biologização do social e do humano, reduzindo as emoções aos seus aspectos naturais e imediatistas, atribuindo aos indivíduos a total responsabilidade pelo seu sucesso ou fracasso (Silva, 2011).

[...] Ao compreender o ser humano como ser que se cria e se recria, no e pelo coletivo, que apresenta necessidades e busca os meios de satisfazê-las, em um

determinado período histórico, compreende-se também que os aspectos subjetivos ou emocionais devem ser considerados em sua gênese histórico-social. [...]. (Silva, 2011, p. 5).

Compreendemos que, em nosso estudo sobre a psicoterapia enquanto atuante sobre o processo de formação de consciência, estamos abordando tanto a formação individual e social dos aspectos cognitivos quanto dos aspectos emocionais da vida do sujeito. Isto porque o reflexo psíquico da realidade se forma a partir da unidade dialética entre cognição e afeto, do plano interpsicológico para o intrapsicológico, a partir da internalização do universo simbólico construído socialmente.

A formação do psiquismo humano está umbilicalmente condicionada pelas condições objetivas de vida. A gênese do sofrimento psíquico também está radicada nos processos críticos da vida social. O adoecimento psíquico deve ser compreendido por meio da explicação de sua gênese, na relação da formação dos processos psicológicos superiores, das relações sociais e do universo simbólico e cultural do sujeito.

Almeida (2018) defende o uso do termo *sofrimento psíquico*, por duas razões. A primeira é que os termos *doença mental* e/ou *transtorno mental* estão carregados de significados próprios da racionalidade psiquiátrica. Sob o paradigma biomédico, próprio da psiquiatria, o entendimento do sofrimento psíquico vem sendo feito por meio de sistemas de classificação clínica e diagnóstica, sob a forma de manuais⁴ em edições sempre revistas e ampliadas, que se restringem às descrições de sinais e sintomas.

Cabe destacar que os manuais de classificação atuais saíram da tentativa histórica de traçar a etiologia das doenças, para uma prática de descrição de suas manifestações sintomatológicas. Segundo Boarini (2006), os manuais classificatórios definem os transtornos mentais como pertencentes ao campo da medicina, que os compreende como algo em si mesmo e que acomete o indivíduo, propondo um tratamento prioritariamente medicamentoso. O termo *transtorno psíquico*, ou *doença mental*, vem carregado dessa compreensão psiquiátrica, biologicista e a-histórica.

O segundo motivo é que o termo *sofrimento psíquico* já tem sido utilizado pelo campo da saúde mental e da atenção psicossocial brasileira (Almeida, 2018). Kinoshita, Barreiros, Schorn, Mota & Trino (2016) sintetizam a compreensão deste conceito: o sofrimento é compreendido como um estado em que o esforço que o sujeito faz para manter uma unidade e coerência em seu desenvolvimento e personalidade se encontra diante de

⁴ Destaca-se o *Manual de Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais* - DSM, elaborado pela Associação Psiquiátrica Americana (APA, 2014), em sua quinta revisão, e a *Classificação Internacional de Doenças e Problemas de Saúde Relacionados* - CID, elaborado pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 1997), em sua décima revisão.

obstáculos em que as mediações não são efetivas na preservação desta unidade, levando a pessoa a uma estagnação e à percepção ou sentimento da iminência fragmentação, de desagregação. Esse processo não é somente biológico, mas fundamentalmente “[...] parte da experiência de vida que corresponde a um mal-estar, desconforto ou dor, a qual bloqueia a dinâmica de transformações nos sujeitos, enrijecendo a forma como estes se relacionam consigo mesmos, com os outros e com o ambiente” (Kinoshita et al, 2016, p. 52). O sofrimento psíquico se caracteriza pelo enrijecimento que a pessoa vivencia diante de sua dinâmica de vida, que ocorre devido a alguma forma de mal-estar, desconforto ou dor também produzidos na dinâmica da própria vida social do sujeito.

Almeida (2018) ressalta que o uso do termo *sofrimento psíquico* não visa estabelecer uma separação do âmbito físico e do psíquico, visto que não há dúvida de que o processo saúde-doença envolve um nexos biopsíquico, em sua totalidade. Além disso, não almeja tomar como patológicos os processos de sofrimento que são parte da vida, tal como ocorre nas concepções naturalizantes que acabam por medicalizar a vida.

A escolha do termo sofrimento psíquico visa, com efeito, demarcar a diferença entre a concepção teórica da Psicologia Histórico-Cultural e da psiquiatria clássica. Como explica Vigotski (1927/2004d), a escolha do termo traz consigo uma interpretação teórica do fato. Segundo Penteado (2018), tal termo avança da concepção de um sujeito portador de uma alteração patológica para o entendimento de um indivíduo que passa por uma experiência de intenso sofrimento.

Tomaremos, em nosso estudo, a concepção de sofrimento psíquico apresentada por Almeida (2018) em sua pesquisa sobre a determinação social dos transtornos de humor. A autora compreende o sofrimento psíquico a partir do entendimento da determinação social das diversas formas de sofrimento, que se produzem na dinâmica da vida dos indivíduos. Tais manifestações de adoecimento não decorrem de determinadas predisposições biológicas, mas resultam de processos amplos, que envolvem as relações estruturais que compõe a vida destas pessoas, em diferenciação de formas amenas ou menos comprometedoras.

O sofrimento não é determinado por causas biológicas ou psíquicas, mas sim produzido no movimento da vida de um determinado sujeito, inserido em determinadas condições sociais. O sofrimento psíquico emerge como uma possibilidade a qualquer indivíduo que está inserido nestas relações sociais, e não a um grupo de pessoas que seriam predispostas por características biológicas ou psíquicas (Almeida, 2018).

O sofrimento psíquico é um processo produzido “[...] na dinâmica da vida de uma pessoa – que vive num dado lugar, com certas relações interpessoais, que tem determinada

atividade e rotina cotidiana, com certas necessidades, interesses e problemas – e que produz obstruções nos seus ‘modos de andar a vida’” (Almeida, 2018, p. 58). É entendido como um processo que leva à estagnação, à impossibilidade do exercício da normatividade, de tal maneira “que não estaria presente em qualquer processo que – no uso habitual do termo sofrimento – representasse dificuldade ou dor para as pessoas” (Almeida, 2018, p. 66).

Adotamos também em nossa pesquisa os pressupostos teóricos desenvolvidos no campo da Saúde Coletiva, de orientação marxista, sobre a *determinação social do processo saúde-doença*. Tais estudos se desenvolveram a partir da década de 1960 na América Latina, dentro do campo da Saúde Coletiva, como oposição à concepção multicausal, propondo outro modelo de explicação da relação entre o biológico, o psicológico e o social. Dentre os autores representantes desta teoria, destaca-se Asa Cristina Laurell⁵ e Jaime Breilh⁶ (Almeida, Carvalho & Tuleski, 2019).

Laurell (1982; 1989) e Breilh (2011; 2013) buscam compreender o processo saúde doença a partir de uma perspectiva social, como formações possibilitadas por um dado momento histórico. Questionam o conceito de doença centrado nas alterações fisiológicas individuais, evidenciando a determinação social da saúde e os fatores estruturais da sociedade que estão relacionadas com o processo saúde-doença.

O termo doença se refere, nestes estudos epidemiológicos, a este fenômeno em sua forma ampla, que inclui também, mas não somente, o sofrimento psíquico. Para os autores da Saúde Coletiva, as doenças se manifestam de forma diferente, em cada época e período histórico. Refletem as diferentes formas de relações entre os processos sociais e as condições concretas de vida da população e das classes sociais. O conceito de saúde-doença reflete, assim, a conjuntura social, cultural e econômica de um determinado contexto, época e classe social (Scliar, 2007). A normatividade tem um caráter social, posto que as concepções de saúde e doença estão diretamente relacionadas à forma com que os homens organizam a vida (Canguilhem, 1943/1995).

Almeida (2018) analisa que, por sua base marxista, estes estudos da Saúde Coletiva tem um fundamento comum ao da Psicologia Histórico-Cultural remetendo à natureza social do que Laurell (1989) denomina de “nexo biopsíquico humano” e Vigotski (1930/2004b) de “processo psicofisiológico integral”. Este modo de explicar o fenômeno saúde-doença refere à determinação social da vida dos indivíduos.

⁵ Asa Cristina Laurell, médica, de origem sueca e naturalizada mexicana.

⁶ Jaime Breilh, médico equatoriano, formulador da Epidemiologia Crítica.

Breilh (2011; 2013; 2006) discute a *determinação social da saúde* em oposição ao entendimento da OMS de *determinantes sociais da saúde*, que é amparada pela interpretação extrassocial dos fatores de risco. Para o autor, nos documentos da OMS as categorias hierárquicas de classe social, gênero e etnia aparecem sem seu sentido histórico e dialético, sendo apresentadas de forma linear e sem sentido crítico. A saúde é discutida a partir da lógica individual e não a partir da compreensão da dialética das dimensões singulares, particulares e universais. Nas palavras do autor:

Visto dessa maneira a ordem das coisas, a saúde não obedece a uma ordem exclusivamente individual, mas que é um processo complexo, socialmente determinado, aspecto que muitas vezes desaparece do pensamento em saúde pública, devido ao predomínio de uma visão biomédica, que reduz a problemática ao limite estreito de distúrbios ou mal-estares individuais, sua cura e prevenção individual. A determinação social vem e vai dialeticamente entre as dimensões geral, particular e singular: ela se reproduz do geral para o particular e é gerada do particular para o geral (Breilh, 2013, p. 20).

Segundo Silva (2014), a Organização Mundial da Saúde (WHO, 2002) aborda o conhecimento a respeito dos transtornos mentais, e os fatores que contribuem para o seu aparecimento, a partir do paradigma biopsicossocial. A OMS entende que fatores genéticos, biológicos, sociais e ambientais estão associados nas causas das doenças mentais. No entanto, segundo a autora, esta explicação não é satisfatória visto que permanece no nível da aparência, não dando conta de explicar os fenômenos psicológicos humanos em sua essência. Apesar de considerar as múltiplas causalidades, para superar a explicação estritamente biológica, o paradigma biopsicossocial acaba por não explicitar fenômeno algum, se apresentando como uma somatória de elementos causais vistos isoladamente, aumentando ainda mais a dificuldade em se compreender a formação dos transtornos mentais como síntese de múltiplas determinações. A concepção biopsicossocial parte de uma visão a-histórica da constituição do psiquismo e não considera a unidade dialética mente/corpo, indivíduo/sociedade, na qual o psiquismo humano se constitui e se transforma a partir das condições socioculturais.

O modelo multicausal defendido pela OMS é insuficiente para responder de forma satisfatória a essência do fenômeno. Para Breilh (2013), ao identificar *fatores de risco*, tal concepção acaba por investigar apenas os fatores de mais fácil compreensão, sem incluir necessariamente aqueles que determinam estruturalmente o processo de adoecimento. Segundo Laurell (1983), o modelo multicausal não distingue em qualidade os fatores

relacionados com o processo de saúde-doença, reduzindo a complexidade do fenômeno. O social e o biológico são conceituados como instâncias semelhantes, reduzidos a fatores de risco que atuam de maneira igual na determinação dos processos saúde-doença.

A teoria da *determinação social do processo saúde-doença* analisa o adoecimento como processo social, entendendo que as formas de sofrimento psíquico e as obstruções aos modos de andar a vida estão intrinsecamente relacionadas ao modo de produção da vida social (Almeida, 2018). O processo saúde-doença é entendido como a “[...] expressão concreta na corporeidade humana do processo histórico num momento determinado” (Laurell, 1989, p. 100). Esta perspectiva explica o aumento e a diminuição de algumas formas de adoecimento a partir não das características biológicas dos grupos sociais, mas das formações sociais de cada momento histórico.

Saúde e doença envolvem aspectos tanto biológicos quanto psicológicos, mas existe uma subordinação destes processos aos sociais, que os condicionam. “O processo saúde-doença se desenvolve simultaneamente no âmbito individual (biopsíquico) e no âmbito social. [...]” (Almeida, 2018, p. 76). É a forma como os homens produzem a vida que cria as condições para determinadas formas de saúde-doença. Também é o modo de organização social que cria os conceitos do que é considerado normalidade e o que estaria fora desta normalidade em cada sociedade, classe social, e em cada período histórico.

As relações sociais de produção se modificam ao longo da história, permitindo certos modos de vida aos diferentes grupos sociais. Conforme o sujeito se insere em distintas formas de relação social e de relações de trabalho, estas relações estabelecem normas que regulam e condicionam seu desenvolvimento biopsíquico. Cada modelo de produção cria determinado padrão de desgaste e reprodução, dentro do qual a doença é gerada (Laurell, 1983).

Laurell (1989) entende por *desgaste* a perda de capacidade potencial biológica e psíquica, que pode se expressar como patologia; e por *reprodução* a reposição e o desenvolvimento das capacidades do sujeito. A doença aparece conforme se combinam as formas de desgaste e reprodução, e em razão de um funcionamento biopsíquico que foi desenvolvido ao longo da vida do sujeito.

Os diferentes grupos sociais de uma sociedade desenvolvem padrões de desgaste e reprodução correspondentes ao seu modo de vida particular. Um indivíduo em geral participa de vários grupos sociais e sua singularidade está mediada pelos respectivos padrões de desgaste e reprodução particulares destes grupos (como a classe social, a profissão, a condição de gênero e etnia etc.) (Almeida, 2018, p. 77).

O modo de vida dos grupos sociais determina os padrões de desgaste e reprodução, com centralidade para a inserção de classe do indivíduo, mas também com importância fundamental para a categoria profissional, gênero e etnia.

Os diversos efeitos da alienação, como as diversas formas de violência – no trabalho, na vida doméstica e na vida social e comunitária – o machismo e o sexismo, o racismo, as variadas práticas de preconceito e discriminação, contribuem para a sobrecarga psíquica, agravada com a restrição de relações de suporte social (Almeida, 2018, p. 376).

Segundo Penteadó (2018), tanto a Psicologia Histórico-Cultural como a teoria da determinação social dos processos saúde e doença, explicitadas por Laurell e Breilh, consideram a normalidade/anormalidade e a saúde/doença em sua unidade dialética, como fenômenos resultantes de um processo coletivo e não puramente individual.

[...] a determinação social dos processos de saúde e doença avança em potencial explicativo com relação à explicação hegemônica ao superar a somatória de fatores isolados, que tentam obter soluções causais e descoladas dos aspectos estruturais observados na Psicologia Histórico-Cultural e na Saúde Coletiva de orientação marxista (Penteadó, 2018, p.163).

Além disso, ambas perspectivas “[...] objetivam avançar para uma transformação estrutural da sociedade que possibilite efetivamente plenas condições de vida a todos” (Penteadó, 2018, p. 121).

Almeida (2018) afirma que, na sociedade capitalista, nem toda normatividade será tomada como normal, visto que tal sociedade visa a manutenção da exploração da classe expropriada dos meios de produção pela burguesia, e a subordinação dos interesses da classe trabalhadora aos interesses da classe dominante. Nesse sentido, o que ameaça esta ordem social é entendido como fora da normalidade.

As características presentes em uma dada sociedade fazem com que determinado modo de se desenvolver passe a ser considerado como normal, visto que se aproxima mais dos padrões exigidos por esta forma de sociabilidade. Dessa mesma forma, modos de se desenvolver passam a ser considerados patológicos conforme se apresentam como obstruções a esse modo de vida socialmente determinado (Almeida, 2018).

Atualmente vemos uma ampliação dos limites do patológico ou, em outras palavras, uma restrição dos limites de normalidade. Este processo está relacionado também à flexibilização das exigências necessárias à associação diagnóstica de certos aspectos da vida à entidades nosológicas pré-estabelecidas. Segundo Almeida e Gomes (2014), a cada revisão

dos manuais diagnósticos, patologias já estabelecidas têm seus critérios diagnósticos flexibilizados, permitindo que situações antes consideradas normais passem a ser enquadradas como patológicas. Além disso, a cada revisão temos o estabelecimento de novas categorias nosológicas que passam a descrever como patologia comportamentos e manifestações subjetivas antes consideradas condições normais de vida (Almeida & Gomes, 2014).

Mas, para Almeida e Gomes (2014), o normal só pode ser ressignificado como patológico visto que a normalidade vigente não está mais sendo adequada, suficiente, para as novas demandas da realidade. A medicina só pode “transformar em patologia algo que, em última instância, apresenta-se para os indivíduos e coletivos como obstruções na reprodução da vida, como sofrimento, como problema que cobra para ser resolvido sob as relações sociais atuais” (Almeida & Gomes, 2014, p. 164).

Consideramos que a medicina e a indústria farmacêutica não seriam capazes de impor à sociedade novas patologias somente por um interesse próprio, senão em resposta a necessidades das relações sociais atuais. Em tempos de acumulação flexível, são inadmissíveis determinadas formas, outrora consideradas normais, de tristeza, de agitação, de comportamento. Assim também os níveis de atenção e produtividade dos indivíduos precisam ser ampliados, ainda que farmacologicamente. A referência até então admitida de normalidade torna-se um limite à acumulação. É preciso ir além. Dessa forma, estados e comportamentos limitadores da produtividade dos indivíduos são patologizados, abrindo a possibilidade de serem modulados pelos serviços de saúde (Almeida 2018, p. 107).

A atual fase capitalista exige do sujeito um crescente dispêndio de energia vital, tanto no trabalho quanto nos demais espaços da vida social. Ocorre uma aceleração do ritmo de vida, e também uma diminuição dos espaços de restauração. Os indivíduos acabam por ultrapassar seus próprios limites, o que leva a agravos em sua saúde mental (Almeida, 2018).

Ainda que de forma confusa e indiferenciada, o sofrimento expressa a interdição frente a satisfação de necessidades ou aos processos de desgaste a que a pessoa está submetida. O modo de produção capitalista está configurado sob uma lógica que impulsiona o polo do desgaste, em detrimento do polo da restauração. A carga de trabalho determina os padrões de desgaste das capacidades vitais específicas do sujeito, à medida que exigem quantidades e intensidades diversas de trabalho, com níveis variados de exigência tanto física quanto mental, e de alienação (Gomes, 2017).

Para Almeida (2018, p. 81), “[...] os padrões de desgaste e reprodução de cada um dos grupos sociais dos quais o indivíduo participa passam a condicionar seu modo de ser,

podendo se expressar como adoecimento, como sofrimento psíquico”. O processo de saúde-doença manifestado pelo sujeito, contudo, não revela de imediato sua determinação social, na relação entre essência e aparência. O sofrimento psíquico deve ser entendido em sua materialidade, na intrínseca relação dos processos sociais e da formação dos processos psicológicos superiores, por meio da explicação de sua gênese, na relação do sujeito com a vida social.

A ação empreendida pelo psicólogo é produto da visão de mundo e de homem que sustenta sua prática. As modalidades e formas de psicoterapia são construídas atreladas às concepções construídas sobre saúde e doença, sobre tratamento e cura (Moura & Luzio, 2013). A visão de homem, de mundo e de sofrimento psíquico da Psicologia Histórico-Cultural apresentadas acima é que darão fundamento a nossas discussões sobre as possibilidades interventivas psicoterapêuticas.

Entendemos que diversas intervenções psicoterapêuticas podem ser elaboradas a partir da Psicologia Histórico-Cultural, cada uma delas com um objetivo específico, riqueza de conteúdo e potencialidade de ação. A possibilidade que abordaremos neste estudo pretende se constituir como uma das diferentes opções terapêuticas possíveis de serem desenvolvidas a partir dos pressupostos básicos dessa concepção teórica.

Na **seção I** de nosso trabalho, apresentamos uma revisão bibliográfica sobre a psicoterapia fundamentada na Psicologia Histórico-Cultural. Realizamos uma pesquisa por palavras-chave no *Portal de Periódicos da Capes*, no *Google* e *Google Acadêmico*, a partir das palavras-chaves *psicoterapia*, *terapia* ou *saúde mental* somada a uma das seguintes palavras-chave: *Vigotski*; *Luria*; *Leontiev*; *Psicologia Histórico-Cultural*; *Teoria Histórico-Cultural*; *Enfoque Histórico-Cultural* e *Psicologia Sócio-Histórica*.

Na **seção II** de nosso estudo, discutiremos sobre o processo de formação da consciência à luz da Psicologia Histórico-Cultural. A finalidade de tal discussão é assentar as bases teóricas que nos possibilitam pensar a prática psicoterapêutica do psicólogo enquanto atuante sobre o processo de formação de consciência do sujeito.

Na **seção III** discutiremos sobre a unidade dialética afetivo-cognitiva, dando ênfase aos conceitos de sentimento, emoção, vivência, personalidade e sofrimento psíquico. Nosso objetivo é explicitar a consciência enquanto reflexo afetivo-cognitivo da realidade, debatendo com mais especificidade sobre a dimensão emocional do psiquismo. Nesta seção, daremos ênfase ao conceito de consciência atrelado aos conceitos de atividade, personalidade e sofrimento psíquico.

Por fim, na **seção IV**, apresentaremos alguns pressupostos que fundamentam a prática psicoterapêutica estudada aqui, que visa atuar sobre o processo de formação de consciência. A possibilidade interventiva apresentada se volta para a análise da história do sujeito e objetiva propiciar que o mesmo tome consciência das relações que o determinam e que contribuíram para a formação de sua consciência e de seu sofrimento psíquico. Ao longo desta seção, discutiremos algumas mediações possíveis de serem realizadas pelo psicoterapeuta tendo em vista o objetivo psicoterapêutico proposto.

SEÇÃO I - PSICOTERAPIA FUNDAMENTADA NA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL: REVISÃO DE LITERATURA

Visando elencar o que já existe de produção teórica sobre a psicoterapia com fundamento na Psicologia Histórico-Cultural, realizamos uma pesquisa por palavras-chave no *Portal de Periódicos da Capes*, que oferece acesso a artigos disponíveis em mais de 38 mil publicações periódicas, nacionais e internacionais, de diversos banco de dados como APA; CLASE; EBSCO; IndexPsi; Latindex; PePSIC; SAGE Journals; SciELO; Sciences (Elsevier); Scopus, dentre muitos outros. Nosso objetivo foi o de analisar a produção teórica existente, buscando outros autores que têm discutido a psicoterapia a partir da Psicologia Histórico-Cultural, e que pudessem colaborar para nosso estudo. Optamos por apresentar, nessa seção, as principais ideias de todos os textos selecionados, abarcando tanto as produções que irão embasar nossas proposições quanto os demais autores que discutem a temática a partir de outros pressupostos teórico-práticos. Essa opção se deu já que este formato de apresentação pode colaborar com pesquisas futuras sobre as diferentes possibilidades de atuação psicoterapêutica de fundamento histórico-cultural.

A busca foi realizada a partir das palavras-chaves *psicoterapia* ou *saúde mental* somada a uma das seguintes palavras-chave: *Vigotski* (buscou-se pelas diversas variações da grafia do nome deste autor); *Luria*; *Leontiev*; *Psicologia Histórico-Cultural*; *Teoria Histórico-Cultural*; *Enfoque Histórico-Cultural*; *Abordagem Histórico-Cultural* e *Psicologia Sócio-Histórica*, em sua grafia em inglês, português e espanhol. A mesma busca por palavras-chave também foi realizada no *Google* e *Google Acadêmico*, a fim de selecionarmos materiais diversos que não tenham sido publicados em revistas científicas, como livros, resumos apresentados em congressos, dentre outros.

Após leitura cuidadosa dos resumos, fizemos a exclusão dos artigos que não tratavam propriamente da temática. Dessa forma, selecionamos todos os textos que discutiam sobre a psicoterapia ou outras formas de intervenção terapêutica a partir da Psicologia Histórico-Cultural ou que traçavam alguma relação entre a psicoterapia, saúde mental e tal perspectiva teórica.

Ao todo, foram selecionados 47 textos. A partir da análise dos dados, agrupamos os textos em 10 eixos temáticos: levantamentos bibliográficos; reflexões sobre a possibilidade de uma psicoterapia vigotskiana; saúde mental e adoecimento psíquico sob a perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural; a arte enquanto instrumento psicoterapêutico; psicoterapia e Enfoque Histórico-Cultural em Cuba; pressupostos teóricos de González-Rey; grupo de

pesquisa de Yury Zinchenki e Elena Pervichko; grupo de pesquisa de Quintino-Aires; interlocução com outras perspectivas teóricas e; análise de algumas práticas psicoterápicas contemporâneas.

1.1 LEVANTAMENTOS BIBLIOGRÁFICOS

Lima e Carvalho (2013) e Oliveira e Alves (2015) realizaram levantamentos bibliográficos sobre o estado da arte da psicoterapia de fundamento histórico-cultural, concluindo que existe pouca publicação específica sobre o assunto.

Lima e Carvalho (2013) realizaram uma pesquisa bibliográfica na base de dados SciELO e analisaram publicações de estudiosos da teoria sócio-histórica⁷ a fim de debater a possibilidade de aplicação desta abordagem à psicoterapia. As autoras destacam a existência de alguns trabalhos clínicos de psicólogos baseados nesta perspectiva teórica, mas concluem que existe uma escassez de material específico da área. Resgatam os escritos de Vigotski sobre pensamento e linguagem, e consideram que estes são textos-chave do autor para a compreensão da natureza da consciência humana e devem se constituir como material de análise para aqueles que queiram pensar a psicoterapia a partir desta vertente teórica.

Oliveira e Alves (2015) também apresentam uma pesquisa exploratória sobre as possibilidades de uma prática clínica na psicologia sócio-histórica. Os autores realizaram um levantamento bibliográfico nas bases de dados da CAPES, BVSPsi e SciELO, concluindo que existe pouca produção teórica específica na área. Destacam que a prática clínica baseada na psicologia sócio-histórica deve se basear nos conceitos fundamentais desta teoria, tais como subjetividade, atividade principal, mediação, sentidos e significados, zonas de desenvolvimento entre outros, que devem ser refletidos a partir do contexto específico da psicoterapia.

Concordamos com os pressupostos de Lima e Carvalho (2013), de que os estudos de Vigotski sobre pensamento e linguagem nos trazem elementos importantes para pensarmos a prática psicoterapêutica. Iremos explorar alguns destes pressupostos ao longo de nosso estudo. Além disso, assim como Oliveira e Alves (2015), analisamos que, uma prática fundamentada nesta teoria, deve se construir a partir dos conceitos fundamentais da mesma, se baseando na visão de homem e de mundo que esta perspectiva sustenta.

⁷ Sempre que estivermos nos referindo aos textos, as nomenclaturas, termos e conceitos apresentados serão descritos e utilizados tal como apresentados pelos autores. Ao final de cada item, apresentaremos algumas considerações sobre os textos, devidamente indicadas como sendo de nossa autoria.

1.2 REFLEXÕES SOBRE A POSSIBILIDADE DE UMA PSICOTERAPIA VIGOTSKIANA

Dois autores dos textos selecionados, Delari Junior (2006; 2012) e Giannoni (2017), tinham como objetivo apresentar uma reflexão sobre a possibilidade de construção de uma perspectiva psicoterapêutica baseada na Psicologia Histórico-Cultural.

Delari Junior (2006; 2012) elabora dois ensaios a respeito da clínica vigotskiana, objetivando apresentar um convite ao diálogo sobre a temática. Segundo este autor, o processo terapêutico tem três etapas básicas: (1) acolhida (estabelecimento do vínculo); (2) diagnóstico (“mapeamento” da queixa e do potencial de desenvolvimento do sujeito); e (3) intervenção. Numa proposta vigotskiana, é importante pensarmos na realização de uma boa acolhida, pautada na materialização do valor ético inalienável de respeito à condição humana. Já com relação ao diagnóstico, o autor sugere que é importante que o psicoterapeuta não rotule ou enquadre a situação vivida pela pessoa em uma matriz descritiva e quase matemática dos sintomas, em síndromes e quadros psicopatológicos. Também analisa que é fundamental que o tratamento não gere uma iatrogenização do quadro clínico, ou seja, não acabe por intensificar a patologia do sujeito. Por fim, para o autor, a intervenção deve ser conduzida por meio de um processo dialógico, semioticamente mediado, no qual todos os envolvidos são ativos.

Delari Junior (2006; 2012) também seleciona quatro conceitos metateóricos próprios da teoria vigotskiana que considera importantes para pensar a atuação clínica: *objeto de estudo*; *princípio explicativo*; *unidade de análise*; e *modo de proceder a análise*. Segundo o autor, a teoria vigotskiana nos indica que o *objeto de estudo* é a consciência, entendida como “conhecimento partilhado”, reflexo e refração da realidade, como um processo indissociavelmente cognitivo (consciência de alguma coisa) e afetivo (consciência de alguém). O *princípio explicativo* são as relações sociais. As *unidades de análise* são a palavra significativa (unidade entre pensamento e fala, entre a consciência e as relações sociais), ou seja, o significado da palavra (Delari Junior, 2006); e também a vivência (unidade entre personalidade e meio). Por fim, o *modo de proceder* é o método genético, já que o significado da palavra se desenvolve, possui uma gênese, ou seja, o princípio metodológico posto é o de que é preciso compreender a história de desenvolvimento do objeto de estudo (Delari Junior, 2006; 2012). O autor também discute que a psicoterapia baseada na teoria vigotskiana terá necessariamente que perpassar algumas questões teóricas importantes como: o problema do

diagnóstico; a psicopatologia, ou patopsicologia; o problema das emoções; o problema do inconsciente e as idades psicológicas (periodização do desenvolvimento) (Delari Junior, 2012).

Giannoni (2017) também levanta questionamentos que possam contribuir para a reflexão sobre o fazer profissional clínico do psicólogo com base na Psicologia Histórico-Cultural. O autor resgata conceitos do materialismo histórico-dialético e retoma alguns teóricos russos, como Rubinstein⁸ e Miasíschev⁹. Segundo o autor, apesar de ter pouca expressão em estudos clínicos no Brasil, os autores soviéticos, como Vigotski, Leontiev¹⁰, Luria¹¹ e Rubinstein, apresentam pressupostos fundamentais que podem auxiliar o fazer profissional do psicólogo e colaborar para a construção de uma clínica voltada aos interesses da classe trabalhadora.

Giannoni (2017) indica a necessidade de pensarmos, no processo de psicoterapia, o sujeito concreto, em suas relações sociais assim como fora estabelecido por Marx¹². A primeira condição para se pensar a Psicologia Histórico-Cultural dentro de um contexto clínico seria, segundo o autor, a de se pensar o sujeito fora da clínica, ou seja, como ele é em suas relações concretas e reais. Os problemas e conflitos do sujeito que procura atendimento são reais, concretos e objetivos e, portanto, devem ser resolvidos de forma objetiva e não subjetivista.

O psicólogo clínico deve trabalhar visando o desenvolvimento da consciência do indivíduo. O sujeito, pela mediação do psicoterapeuta, pode desenvolver consciência de seus conflitos, o que colaboraria para a resolução dos mesmos. O autor reflete que um possível objetivo da clínica fundamentada na Psicologia Histórico-Cultural seria o desenvolvimento da consciência e da autoconsciência da classe trabalhadora. O objetivo não poderia ser o de adaptar o sujeito à realidade, mas sim, o de proporcionar meios para que o mesmo altere a sociedade em que vive e, ao mesmo tempo, modifique a si mesmo (Giannoni, 2017).

Giannoni (2017) discute a importância dos estudos e intervenções de Luria com os lesionados de guerra e destaca o quanto tais trabalhos contribuem para pensarmos uma clínica na perspectiva histórico-cultural. Luria destaca o conceito de sistemas psicológicos e demonstra que o trabalho de reabilitação neuropsicológica exige do sujeito uma conscientização de comportamentos que foram há muito tempo automatizados e estão fossilizados. Na reabilitação, as operações que o indivíduo realizava antes da lesão

⁸ Serguei Leonidovich Rubinstein (1889-1969). Psicólogo soviético.

⁹ Vladimir Nikolaevich Miasíschev (1993-1973). Médico e psicólogo soviético.

¹⁰ Alexei Nikolaevich Leontiev (1903-1979) Psicólogo russo. Fundador da Psicologia Histórico-Cultural.

¹¹ Alexander Romanovich Luria (1902-1977). Psicólogo russo. Fundador da Psicologia Histórico-Cultural.

¹² Karl Heinrich Marx (1818 -1883). Filósofo, sociólogo, historiador, economista, jornalista e revolucionário alemão.

automaticamente, sem pensar (como andar e falar), têm que tornar-se conscientes novamente. Para Giannoni (2017), este entendimento de que se deve desconstruir um comportamento que já muito se automatizou pode se construir como uma das tarefas base da psicoterapia de fundamento histórico-cultural.

Em nossa análise, os estudos de Delari Junior (2006, 2012) são de grande importância para pensarmos a psicoterapia a partir da psicologia vigotskiana. As reflexões do autor contribuem para delinear os princípios e conceitos basilares desta teoria que devem estar presentes em uma proposta de psicoterapia. A partir da reflexão proposta pelo autor, ao longo de nosso estudo, enfatizaremos o processo de formação de consciência como conceito basilar da possibilidade terapêutica apresentada neste estudo. A consciência será analisada como reflexo afetivo-cognitivo da realidade, tomando como princípio explicativo as relações sociais. Nos fundamentaremos também nos estudos de Vigotski sobre o significado da palavra e sobre as vivências; e no princípio metodológico de que é preciso compreender a história de desenvolvimento do fenômeno, quando discutirmos sobre o desenvolvimento da personalidade e do sofrimento psíquico. Além disso, iremos nos basear nos três momentos básicos da atuação psicoterapêutica propostos por Delari Junior (2006, 2012) para elaborarmos uma possibilidade de intervenção fundamentada nesta teoria.

Também concordamos com Giannoni (2017) que a psicoterapia, fundamentada na Psicologia Histórico-Cultural, volta-se para a compreensão do sujeito concreto, que se desenvolve a partir das relações sociais. O objetivo da prática terapêutica não pode ser o de adaptar o sujeito às condições que produzem sofrimento, mas sim, o de proporcionar meios para que o mesmo busque alterar tais condições, dentro dos limites da realidade social. Em concordância com os estudos deste autor, apresentaremos nossa concepção de que um dos objetivos da psicoterapia pode ser o de atuação sobre o processo de formação de consciência.

As reflexões de Giannoni (2017) sobre a neuropsicologia luriana, ainda que iniciais, podem se constituir como um caminho bastante profícuo para pensarmos novas formas de intervenção em psicoterapia. Por conta do recorte necessário para a realização deste trabalho, não nos basearemos nestas proposições, mas concordamos com o autor que os estudos de Luria sobre reabilitação, fossilização e automatização de comportamentos podem se constituir como fundamento para propormos novas possibilidades psicoterapêuticas.

1.3 SAÚDE MENTAL E ADOECIMENTO PSÍQUICO SOB A PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

Três artigos¹³ buscam discutir sobre a saúde mental e/ou adoecimento psíquico sob a perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural. Silva e Tuleski (2015) apresentam princípios iniciais acerca do estudo do adoecimento psíquico, partindo da Psicologia Histórico-Cultural e do Materialismo Histórico e Dialético, mais especificamente da Patopsicologia Experimental elaborada por Bluma Zeigarnik¹⁴. Segundo as autoras, os estudos de Zeigarnik remetem para um entendimento dos transtornos mentais como alterações da atividade mental, considerando seu caráter histórico e dependente das relações sociais. Nesta teoria, o conceito de personalidade tem função central, visto que é entendido como intrinsecamente relacionado com a atividade humana e com as condições sociais nas quais o sujeito se desenvolve e, também, adoce.

Para as autoras, as teorias psicológicas, muitas vezes, naturalizam o que é histórico e social e atuam a serviço da ideologia dominante, entendendo as divergências de comportamento como desadaptações e, assim, patologizando a vida. Neste processo, culpabilizam o indivíduo. O paradigma biomédico busca principalmente descrever os sintomas e classificá-los a partir dos manuais diagnósticos. O que as autoras destacam é que tais sintomas não têm sido descritos nestes manuais com o objetivo de elaborar um planejamento do plano terapêutico do quadro em questão, mas sim têm sido descritos visando classificar o sujeito de forma taxativa num quadro psicopatológico encerrado em si mesmo.

Silva e Tuleski (2015) entendem, a partir da Psicologia Histórico-Cultural, que o adoecimento psíquico é constituído histórica e socialmente. O entendimento de que o homem se humaniza no interior das relações sociais por meio de sua atividade vital, o trabalho, tem como consequência a compreensão de que, quando esta forma de atividade se encontra alienada e precarizada, têm-se que as possibilidades para o desenvolvimento pleno do sujeito encontram-se obstaculizadas.

¹³ Sobre a temática da saúde mental, os textos apresentados neste item dizem respeito restritamente aos materiais identificados pela pesquisa realizada. Para a elaboração desta seção, a partir da pesquisa por palavras-chave, elegemos uma quantidade definida de material que fosse possível de ser analisada e apresentada neste formato durante o período de realização deste trabalho. Ressaltamos, todavia, que diversos outros autores brasileiros têm discutido de forma direta ou indireta sobre a saúde mental na perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, como Almeida, 2011, 2018; Almeida, Carvalho & Tuleski, 2019; Almeida & Gomes, 2014; Almeida, Silva & Berencheim Netto, 2008; Berencheim Netto, 2007, 2012; F. G. da Silva, 2019; M. A. S. Silva, 2014, 2019; Malaguty & Rossler, 2016; Moraes, 2011, 2018; 2019; Pentead, 2018; R. Silva, 2011 e Viapiana, 2017, dentre muitos outros, contribuindo enormemente para o desenvolvimento da área e das reflexões que serão apresentadas em nosso estudo.

¹⁴ Bluma Vulfovna Zeigarnik (1900-1988). Psicóloga lituana.

As autoras estabelecem uma relação entre os processos sociais e o desencadeamento do adoecimento psíquico, ou seja, entre o desenvolvimento das patologias mentais e a organização social do trabalho, sob os preceitos capitalistas, “[...] na constatação paradoxal entre a atividade trabalho como fator de humanização, em termos ontológicos, e o trabalho que assume determinadas características desumanizadoras e desagregadoras em determinadas sociedades e classes sociais.” (Silva & Tuleski, 2015, p. 215). Assim, elas problematizam as propostas terapêuticas que têm no tratamento medicamentoso sua única condição e defendem que as condições terapêuticas não se debruçam somente ao sujeito que sofre, especificamente, mas também às relações concretas que produziram a sua patologia (Silva & Tuleski, 2015).

Já Dalla-Vecchia e Martins (2006) investigaram as modificações no cotidiano de familiares de pessoas que passaram por internações psiquiátricas e os significados implicados neste processo, a partir da perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural. Dentre outros resultados, os autores constataram a insuficiência de políticas adequadas de atenção à família na rede substitutiva de base comunitária. Debatem ainda sobre a reforma psiquiátrica e a importância da atuação da nova política de saúde mental.

Em outra oportunidade, Dalla-Vecchia e Martins (2009) analisam os sentidos pessoais e significações sociais das atividades de atenção em saúde mental, que eram desenvolvidas por profissionais integrantes de uma equipe de saúde da família. Além disso, debatem sobre a importância da Estratégia de Saúde da Família (ESF), das ações territoriais e da formação adequada dos profissionais de saúde para atuarem com base nos pressupostos desta política de saúde mental. E também apontam para a importância da superação da exclusividade do núcleo biomédico na determinação do processo saúde-doença, que vem sendo apontada nos princípios operacionais da Estratégia de Saúde da Família, notadamente na utilização do acolhimento como recurso de cuidado, na constituição de vínculos e na responsabilização e a continuidade da atenção.

Tanto Silva e Tuleski (2015) quanto Dalla-Vecchia e Martins (2006, 2009) buscam debater sobre a saúde mental a partir da Psicologia Histórico-Cultural e consideram a importância das condições de vida na construção do processo saúde-doença. Em nossa análise, os três textos demonstram que a Psicologia Histórico-Cultural oferece fundamento teórico para a compreensão do sofrimento e do adoecimento psíquico e para o trabalho do psicólogo no campo da saúde mental.

Concordamos com Silva e Tuleski (2015) que o modelo biomédico em saúde mental visa apenas classificar os sintomas que o sujeito apresenta numa categoria pré-estabelecida, não oferecendo um plano de intervenção terapêutico. Ao discutirmos sobre o diagnóstico, nos

basearemos nestas proposições e em Vygotski (1931/1997) que propõe uma compreensão não apenas descritiva dos sintomas, mas explicativa, buscando compreender a gênese dos processos de formação da personalidade e do sofrimento psíquico com vistas a dispor um plano de trabalho ou intervenção. Também nos basearemos nos pressupostos destas autoras e de Zeigarnik (1981) sobre a constituição do sofrimento psíquico enquanto atrelado às condições concretas da vida e da atividade do sujeito.

Dalla-Vecchia e Martins (2006; 2009) discutem sobre a necessidade de superação da exclusividade do modelo biomédico na determinação do processo saúde-doença e nas propostas interventivas, dentre elas a psicoterapia. Foge ao escopo de nosso trabalho discutir as Estratégia de Saúde da Família, mas consideramos que os fundamentos da Psicologia Histórico-Cultural contribuem sobremaneira para pensarmos a atuação da psicologia nesta área, como demonstrado por Dalla-Vecchia e Martins (2009).

1.4 A ARTE ENQUANTO INSTRUMENTO PSICOTERAPÊUTICO

Reis (2014) apresenta um relato de experiência de um grupo de arteterapia que se constitui, segundo a autora, como instrumento na prática em psicologia social desenvolvido com base nos preceitos da Psicologia Histórico-Cultural, em específico nos escritos sobre arte de Vigotski e Bakhtin¹⁵. Segundo a autora, a arteterapia, tradicionalmente vinculada à psicologia clínica, encontra hoje vinculações interdisciplinares e aplicações em diversas áreas, como nos âmbitos escolar, social e comunitário, nos campos da educação, reabilitação, psicoterapia e prevenção.

A autora define arteterapia como um método de intervenção baseado no emprego de diferentes formas de expressão artística objetivando a finalidade terapêutica. Nos trabalhos em grupo, podem ser usadas como recursos terapêuticos diferentes atividades artísticas, como desenho, pintura, modelagem, música, poesia, dramatização e dança. O objetivo destas atividades é promover a expressão do sujeito por meio de linguagens plásticas, sonoras, verbais escritas e corporais, que possibilitem que o mesmo se comunique com os demais participantes do grupo.

Reis (2014) afirma que tais atividades promovem o autoconhecimento e o desenvolvimento da criatividade dos participantes. “[...] O fazer artístico auxilia a pessoa no aprendizado de lidar criativamente com sua própria vida, proporcionando pontes para que se

¹⁵ Mikhail Mikhailovich Bakhtin (1895-1975). Filósofo russo.

estabeleça um contato profundo e eficaz na relação terapêutica” (Reis, 2014, p. 247). A autora conclui que as atividades desenvolvidas no grupo propiciaram aos participantes o exercício da expressão criativa, transformando emoções, desejos, conflitos e significações por meio das obras que os mesmos produziram. As produções se configuravam como dispositivos para a autopercepção e reflexão, gerados pelo compartilhamento das experiências vivenciadas no e com o grupo. Os problemas emocionais dos sujeitos não encontram na arte sua solução, mas se observou a importante e significativa ampliação da percepção de si mesmo dos participantes do grupo, a diminuição da inibição, o aumento da capacidade expressiva e da autoconfiança, bem como o desenvolvimento da criatividade, a elaboração de emoções e de uma atitude positiva frente à vida.

Segundo Reis (2014), sua proposta de trabalho se vincula a um grupo de autores da psicologia social brasileira que visa trabalhar a temática da arte a partir da perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural. O mencionado grupo tem diversos de seus expoentes atuando no programa de pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina.

Dentre os textos representativos deste grupo citado pela autora, temos o artigo de Zanella, Reis, Camargo, Maheirie França e Da Ros (2005). Nesta oportunidade, as autoras apresentam a reflexão sobre o movimento de um sujeito e sua relação com a criação artística. A pesquisa foi realizada por meio de entrevistas e registros em vídeo dos quais contavam com a participação dos alunos da disciplina *Psicologia da Criatividade* de um curso de graduação em Psicologia. As análises sustentam-se nas falas de um dos alunos do curso, selecionado pelas pesquisadoras. A partir das entrevistas e vídeos, as autoras discutem sobre a gênese do processo de criação, e afirmam que a arte permite explorar o caráter coletivo na vida de um sujeito singular. Elas concluem que o ser humano se objetiva e subjetiva nos processos de criação artística, transformando realidades, conforme cria significados para si e para os outros. A partir dos estudos de Vigotski e Bakhtin, entendem a arte enquanto atividade estética de recriação da vida. A arte é uma atividade criadora, na qual o sujeito recorta elementos da realidade e os recombina a partir de sua imaginação, produzindo uma reconfiguração, uma nova forma.

Vinculados ao mesmo grupo de pesquisa, Furtado, Levitan, Titon, Castillo e Zanella (2011) e Castillo e Zanella (2011) discutem sobre a importância da arte para o desenvolvimento humano e para a produção de mudanças nos modos de viver dos sujeitos. Entendem que as atividades artísticas são uma importante forma de intervenção no trabalho com jovens. Nestes artigos, os autores problematizam a potencialidade dessas atividades para a modificação da imagem de si mesmo de jovens que participaram de oficinas de

improvisação teatral. Concluem que as atividades artísticas possibilitaram e estimularam o diálogo entre os participantes, promovendo caminhos e desafios diversos em relação ao (re)criar no exercício teatral e ao estar com um outro.

Em nossa análise, os quatro artigos explicitados colaboram para pensarmos, a partir da Psicologia Histórico-Cultural, a potencialidade do uso de diferentes recursos artísticos na psicoterapia. Concordamos com os pressupostos de Reis (2014), que a expressão do sujeito por meio de linguagens plásticas, sonoras, verbais, escritas e corporais, tem a potencialidade de promover o desenvolvimento da autoconsciência. Em nossa análise, na psicoterapia, podem ser utilizados diferentes mediações artísticas, como desenho, pintura, modelagem, literatura, escrita, música, poesia, dramatizações e dança. Entendemos, todavia, que é preciso ter uma intencionalidade bastante definida na utilização de cada um destes recursos. O psicoterapeuta precisa ter clareza das características de cada atividade, do porquê e como utilizá-las, e de como direcionar sua análise e reflexão ao longo do processo.

Outro artigo encontrado em nossa busca por palavras-chave e que propõe a utilização de recursos artísticos na psicoterapia é o texto de Souza, Camargo e Bulgacov (2003), pesquisadoras da Universidade Federal do Paraná. As autoras relatam um estudo de caso de uma criança hospitalizada em idade pré-escolar, em que analisam seus desenhos, acompanhados da fala, à luz da teoria histórico-cultural. O objetivo das autoras é estudar a expressão das emoções por meio de desenhos realizados pela criança em sessões de psicoterapia, considerando que o desenho é uma atividade expressiva, um dos meios utilizados pela criança para expressar sua vivência emocional.

As autoras entendem a emoção como função psicológica que forma, com as demais funções psíquicas, ao longo do desenvolvimento cultural, um sistema psicológico complexo e diversificado no qual a linguagem, enquanto signo mediador, desempenha um papel fundamental. Apreendem a emoção enquanto um sistema, e analisam que o signo mediatiza a expressão emocional (Souza, Camargo e Bulgacov, 2003).

No caso estudado, a criança utiliza o desenho para materializar e tornar objetivas suas emoções. O desenho, enquanto atividade expressiva, propicia que a mesma objetive seu pensamento. Acompanhado da linguagem oral no momento de sua produção, o desenho pode se configurar como um meio de o psicoterapeuta se aproximar da trama afetivo-volitiva da criança (Souza, Camargo e Bulgacov, 2003).

Concordamos com Souza, Camargo e Bulgacov (2003) que o desenho pode se constituir como um dos meios utilizados pela criança para expressar sua vivência emocional. Este pressuposto teórico, voltado para a infância, em nossa análise, pode ser extrapolado para

a idade adulta. O desenho, enquanto atividade expressiva, se configura como um meio de o psicoterapeuta e o sujeito se aproximarem da trama afetivo-volitiva deste último.

Não apresentaremos, neste trabalho, uma discussão específica sobre a utilização destes recursos. Entendemos, contudo, que os pressupostos teóricos de Vigotski e seus colaboradores apontam para a importância da arte na vida humana. A arte é uma objetivação humana específica diferente de outros objetos culturais, como a filosofia e a ciência, por lidarem de modo intencional e por colocarem em movimento as emoções e sentimentos, que são objetivados nas obras (Barroco & Superti, 2014). Em nossa análise, novos estudos a serem realizados sobre o uso da arte na psicoterapia de fundamento histórico-cultural contribuirão profundamente para esta prática interventiva do psicólogo.

1.5 PSICOTERAPIA E ENFOQUE HISTÓRICO-CULTURAL EM CUBA

Echemendía-Tocabens (2003; 2013) destaca que a vasta quantidade de abordagens teóricas que buscam propor a prática psicoterapêutica gerou grande acúmulo de experiência prática, produção teórica, pesquisas e eventos científicos na área de psicoterapia em Cuba. Essa multiplicidade de escolas e abordagens terapêuticas levou, em um determinado momento, à busca da construção de uma abordagem integrativa em psicoterapia.

As primeiras discussões, surgidas ainda na década de 1930, se constituíam como propostas ecléticas. Segundo a autora, o fenômeno do ecletismo se desenvolveu e se consolidou na década de 1970 no âmbito da psicoterapia cubana. A partir dos anos 1980, começou a se construir e tomar forma um outro movimento, denominado de integrativo (Echemendía-Tocabens, 2013).

Chávez (1999) diferencia a abordagem integrativa das abordagens ecléticas. Segundo a autora, a proposta de integração pressupõe uma teoria de base que organize e sistematize as estratégias e técnicas desenvolvidas pelos diversos sistemas terapêuticos. A unificação de diferentes posições teóricas num todo coerente se dá a partir da utilização de uma estrutura conceitual que cumpre a função de dar significado aos elementos que estão sendo integrados, resultando numa formulação teórica nova.

Beatón (2017a) também destaca que a proposta integrativa não é um agregado de pressupostos teóricos, mas toma forma a partir de uma reflexão crítica dos conhecimentos de outras abordagens, a luz do Enfoque Histórico-Cultural. A análise crítica busca destacar as semelhanças e diferenças entre os pressupostos de diferentes abordagens e os pressupostos básicos da teoria histórico-cultural. Não é uma assimilação mecânica dos conceitos, mas sim

uma reconceitualização, uma reconstrução teórica. Para o autor, a psicologia vigotskiana se originou justamente da análise crítica do desenvolvimento das abordagens teóricas da psicologia da época.

Para Echemendía-Tocabens (2013), o Enfoque Histórico-Cultural pode se constituir como a disciplina geral que integre as descobertas mais importantes da ciência psicológica, como propõe Vigotski (1927/2004d) em seus escritos sobre a crise da Psicologia. Tal perspectiva se propõe a atuar como uma ciência geral, dando sentido aos diferentes conceitos teóricos de outras abordagens psicoterapêuticas.

A autora afirma que, em Cuba, o Enfoque Histórico-Cultural tem tido grande expressão a área da Pedagogia, mas é menos conhecida na área da psicologia clínica. Apesar disso, alguns pesquisadores têm buscado resgatar os princípios e categorias do Enfoque Histórico-Cultural para pensar a prática psicoterapêutica e as relações de ajuda psicológica. Estes trabalhos foram iniciados na década de 1990 pelos profissionais do *Orientación y Atención Psicológica a la Población* (COAP) Alfonso Bernal del Riesgo, da Faculdade de Psicologia da Universidade Havana, Guillermo Arias Beatón, María Febles, Odalys Roche Chávez e Belkis Echemendía-Tocabens, dentre outros (Echemendía-Tocabens, 2013).

Chávez (2017) destaca que o movimento integrativo cubano ainda carece de um modelo epistemológico sólido que vise interconectar os diferentes referenciais teóricos. A experiência clínica de seu grupo de trabalho, segundo a autora, demonstra que o Enfoque Histórico-Cultural, a partir da concepção de homem e de psiquismo proposto por Vigotski e enriquecido pelos estudos dos autores cubanos, pode se constituir como um referencial teórico-epistemológico apropriado para orientar metodologicamente a prática terapêutica. A pesquisadora analisa que esta abordagem se constitui como um modelo explicativo do desenvolvimento psicológico e defende que ela se configure cada vez mais como o princípio geral que pode unificar distintos conceitos.

Nos artigos apresentados a seguir, Pérez (1999), Echemendía-Tocabens (2013), Beatón (2017a) e Chávez (2017) apresentam suas contribuições para a construção da abordagem integrativa em psicoterapia, a partir do fundamento teórico e epistemológico do Enfoque Histórico-Cultural.

Pérez (1999) considera que a teorização de Vigotski sobre o desenvolvimento psicológico mediado pelos signos é fundamental para pensarmos a psicoterapia. As funções psíquicas superiores são processos mediatizados, sendo os signos os meios básicos utilizados pelo homem para dominar e dirigir tais funções. Segundo o autor, o psicoterapeuta atua como facilitador do processo de reestruturação da subjetividade do sujeito que está em atendimento.

Os sistemas de representação da realidade constituem um tipo de "filtro", às vezes limitativo, através do qual o homem vê o mundo e opera nele. O trabalho psicoterapêutico envolve, necessariamente, atuar nesse sistema de representações, modificá-lo e eliminar suas distorções, nos casos em que ele não permite um adequado funcionamento do sujeito, e ampliá-lo de forma a se adequar, o melhor possível, à realidade, e possibilitar a pessoa a empreender ações efetivas que a conduzam à obtenção de uma maior e mais plena satisfação de suas necessidades. (Pérez, 1999, p. 166).

A partir disso, destaca-se que o trabalho terapêutico passa dos significados (que se refere ao núcleo estável comum de compreensão das palavras, compartilhado socialmente) para a busca dos sentidos (particular, que se refere ao contexto e uso de cada palavra para cada sujeito, às experiências afetivas do indivíduo). Assim, visa a transformação e criação de novos significados, dado o papel regulador e estruturante dos mesmos. Além disso, o autor formula que a relação terapêutica permite que o sujeito tome consciência do que determina sua conduta.

O psicoterapeuta se utiliza de interpretações, esclarecimentos, confrontações, ressignificações e outras formas de intervenção que visam a reconstrução e reelaboração, pelo indivíduo, dos sentidos pessoais que ele elaborou ao longo de sua vida. Pérez (1999) cita ainda outras três formas de intervenção que podem ser realizadas pelo psicoterapeuta: *aprendizagem por modelos, jogo de papéis e trabalho com situações*.

A *aprendizagem por modelos* possibilita que o sujeito aprenda novos comportamentos ou melhore os existentes. Pode ser observacional ou participativa. O terapeuta pode se apresentar como um modelo, ou pode usar esse recurso e oferecer ao sujeito várias opções de modelos a partir dos quais ele pode aprender novos comportamentos (Pérez, 1999).

O *jogo de papéis* e o *trabalho com situações imaginárias* são dois recursos que permitem ao indivíduo entrar em contato com novas formas de se comportar, de como resolver um problema, analisar e tomar decisões, compreender e se apropriar do universo particular dos vários papéis que podem ou precisam ser desempenhados nas situações que estão atualmente em conflito ou que o sujeito está tendo dificuldades em lidar (Pérez, 1999).

Pérez (1999) afirma que o processo psicoterapêutico pode ser considerado como um processo de desenvolvimento, no qual ocorrem uma série de situações de aprendizagem, que estimulam e facilitam o crescimento do sujeito. Ao longo da psicoterapia, o sujeito avança de sua área de desenvolvimento real, na qual enfrenta dificuldades em seu funcionamento

psicossocial (seja ele familiar, escolar, profissional, psicosexual, etc.), para uma zona de desenvolvimento potencial em que possa lidar com a demanda, primeiramente com a ajuda do terapeuta, e posteriormente de forma autônoma.

Echemendía-Tocabens (2013), por sua vez, discute o que significa fazer psicoterapia a partir do Enfoque Histórico-Cultural. Para ela, isso significa, antes de tudo, assumir uma abordagem integradora, conhecer e estudar as contribuições científicas acumuladas historicamente pelas diversas abordagens teóricas, submetendo-as a uma crítica permanente pelo crivo do materialismo histórico-dialético.

Discute que toda abordagem psicoterapêutica baseada no Enfoque Histórico-Cultural precisa levar em conta os conceitos básicos desta teoria, como a lei genética fundamental do desenvolvimento psicológico; o conceito de mediação cultural; de situação social de desenvolvimento; zona de desenvolvimento proximal; vivência e níveis de ajuda (Echemendía-Tocabens, 2013).

Segundo Echemendía-Tocabens (2013), o conceito de *níveis de ajuda* é desenvolvido por ela e por Guillermo Arias Beatón a partir da teoria de Vigotski. Os níveis de ajuda dizem respeito a relação específica que se estabelece entre a influência do terapeuta e a participação do sujeito no processo terapêutico, na determinação das mudanças que ocorrem neste último. “[...] cada *nível de ajuda* constitui uma relação particular que se estabelece entre as intervenções do terapeuta e o caráter ativo do sujeito na redefinição do sentido de seus conteúdos psicológicos” (Echemendía-Tocabens, 2013, p. 94). O primeiro nível seria o de *orientação geral*; o segundo de *orientação referencial ou transferência*; o terceiro de *colaboração conjunta*; e o quarto de *demonstração*. A autora afirma que a situação terapêutica atua como fortalecedora de reexperiências, resimbolizações e ressignificações da história pessoal e social do sujeito.

Beatón (2017a) também se propõe a apresentar alguns conceitos da experiência de integração teórica, conceitual e metodológica sobre a ajuda psicológica realizada por seu grupo de pesquisa. O autor destaca que seu grupo de trabalho vem buscando sistematizar e debater criticamente sobre as diferentes tendências teóricas e metodológicas sobre a ajuda psicológica, buscando encontrar os pontos de convergência das diferentes concepções, para enriquecer sua proposta de trabalho.

O autor propõe que a prática histórico-cultural se enriqueça com conteúdos de outros modelos teóricos, como a psicanálise, o humanismo, o behaviorismo, a Gestalt e a teoria sistêmica, entre outras. Alguns destes conceitos e técnicas de outras abordagens teóricas são estudados por seu grupo de trabalho, dentre eles as técnicas do psicodrama e sua interpretação

psicanalítica; os processos de transferência e contratransferência; o conceito psicanalítico de inconsciente; a noção humanista do potencial do paciente; os conceitos humanistas de empatia, compreensão e tolerância; e o conceito de papel ativo do sujeito na construção individual da solução de seus problemas, proposta pelo humanismo, pelo construtivismo piagetiano e pela teoria cognitivista (Beatón, 2017a).

Beatón (2017a) também busca delinear os principais conceitos do Enfoque Histórico-Cultural que podem sustentar o trabalho profissional psicoterapêutico do psicólogo. Assim, o pesquisador enumera os principais conceitos que devem ser utilizados para balizar os demais conhecimentos provenientes de outras teorias, na construção de um modelo de intervenção e diagnóstico na psicologia clínica e nas relações de ajuda psicológica:

- Visão integral, dialética e complexa de desenvolvimento humano (o entendimento da unidade dialética entre indivíduo e sociedade, cognição e afeto, por exemplo). E o entendimento de que as funções psicológicas superiores se desenvolvem a partir da mediação cultural;

- Conceituação sobre a relação entre aprendizagem e desenvolvimento, crucial para se pensar o trabalho terapêutico. A relação terapêutica, caracterizada pelo autor como semelhante à relação professor-aluno, baseia-se no intercâmbio e cooperação, é uma relação de mediação que promove desenvolvimento, na qual terapeuta e sujeito devem exercer uma postura ativa e pessoal;

- A teorização de Vigotski sobre os processos compensatórios;

- O conceito de vivência como unidade funcional de análise. A vivência é única e irrepetível em cada sujeito, e se constitui como núcleo central do processo de formação e desenvolvimento psíquico humano, seja ele no contexto educacional ou terapêutico;

- A noção histórica de desenvolvimento do psiquismo humano, cujo produto mais alto, segundo o autor, seria a consciência, o inconsciente, a autoconsciência, o controle voluntário do comportamento (autorregulação), a concepção do mundo e a personalidade.

Na sequência, Beatón (2017a) define a psicoterapia como uma expressão do interpessoal ou intersubjetivo. A relação terapêutica se constitui como fonte de mudança para o sujeito, de desenvolvimento, formação e reestruturação de componentes internos da personalidade que ainda estão em formação ou que estão prejudicados.

Para Beatón (2017a), o que de fato se produz quando a psicanálise se propõe tornar consciente o que é inconsciente, e o behaviorismo se propõe a eliminar comportamentos inadequados por meio do reforçamento, por exemplo, é um processo revivencial do sujeito, que o permite ressignificar suas vivências. Para o autor, este processo é muito evidente nas

técnicas de psicodrama. A relação terapêutica (interpessoal) promove esta ressignificação pelo sujeito, que re-experiência suas vivências no presente, o que produz novas experiências, vivenciadas de outra maneira e atribuídas com outros sentidos.

Quando o processo terapêutico permite que o sujeito que precisa de ajuda possa ativar internamente seus processos emocionais, cognitivos e volitivos em sua unidade, ele permitirá que o sujeito revivencie ou reviva as experiências individuais traumáticas, conflitos ou experiências emocionalmente negativas vivenciadas anteriormente e com isso, estará em melhores condições psíquicas para poder reelaborar ou reconstruir as consequências das experiências que as produziram, atribuindo-lhes novos sentidos e ressignificando-as, o que permitirá ou facilitará a elaboração de novas explicações. Desta forma, serão formadas as bases para a mudança e o novo desenvolvimento (Beatón, 2017a, p. 190-191).

A vivência inicial, que se produziu em outro momento da história do sujeito, e que ele atribuiu um determinado sentido pessoal, pode estar esquecida, parcialmente esquecida, ou o sujeito pode não estabelecer a relação desta vivência com seu estado psíquico atual (ou seja, tal vivência pode estar no campo do não consciente ou inconsciente). Na relação de ajuda, tal vivência vem à tona, é revivenciada, se estabelecendo um conjunto diferente de possibilidades do que aquele que se estabeleceu na vivência inicial, potencializado pela relação interpessoal de intercâmbio e colaboração entre o terapeuta e o sujeito (Beatón, 2017a).

Isso produz internamente no sujeito novas experiências e vivências sobre o fato e as consequências do mesmo em sua vida, o que lhe permite atribuir novos sentidos a tal experiência. Este processo gera e consolida a nova vivência que pode levar a reelaboração dos eventos negativos vivenciados anteriormente, uma atribuição de novos sentidos e até a uma ressignificação final do fato. Esta ressignificação contribui para promover o desenvolvimento do sujeito, gerar uma mudança emocional, cognitiva e volitiva (Beatón, 2017a).

Por fim, Chávez (2017) também elenca diversos conceitos do Enfoque Histórico-Cultural que devem ser utilizados para se pensar a psicoterapia: lei genética do desenvolvimento; conceito de vivência como unidade básica da relação entre personalidade e meio; situação social de desenvolvimento; dinâmica das idades psicológicas; zona de desenvolvimento proximal; relação entre desenvolvimento e aprendizagem; mediação; diagnóstico dinâmico-causal de desenvolvimento; estudos de defectologia; relação entre pensamento e linguagem; motivação; entre outros.

A autora afirma que a vivência é a unidade básica da formação psicológica. A organização subjetiva do indivíduo está sujeita aos processos de produção de sentidos no

decorrer da experiência individual, nos espaços sociais em que a pessoa participa. O sujeito individual possui um conjunto de vivências particulares, que ocorrem em um determinado contexto social. Ao se desenvolver, o sujeito, mediado por suas condições de desenvolvimento, vai constituindo núcleos de sentido que conferem estabilidade à subjetividade como uma organização complexa. Em um determinado momento, podem surgir organizações subjetivas disfuncionais, expressão da relação entre subjetividade e novas produções de sentido nas condições desenvolvimentais (Chávez, 2017).

O contexto, a organização subjetiva individual, a organização do modo de vida, os sistemas atuais de atividade e comunicação, participam do aparecimento de desequilíbrios no equilíbrio adaptativo individual em certas condições de desenvolvimento, a partir da teia complexa de sentidos subjetivos que o indivíduo produz. A problemática que produz desconforto emocional se manifesta de um modo particular em função da organização subjetiva singular (Chávez, 2017, p. 202-203).

Este estado por ser superado a partir da produção de alternativas de subjetivação, levando sempre em consideração os limites definidos pela própria organização subjetiva da pessoa. O sujeito, em seu caráter ativo, pode potencializar seu desenvolvimento a partir da aprendizagem, ao se relacionar com outras pessoas que possuem diferentes domínios de certos sistemas simbólicos (Chávez, 2017).

Chávez (2017) afirma que a psicoterapia, baseada nos pressupostos do Enfoque Histórico-Cultural, promove no sujeito o desenvolvimento de mudanças psicológicas direcionadas à potencialização de seus recursos para autorregular seu comportamento. A relação terapêutica é um processo de comunicação que tem como propósito fundamental promover o autodesenvolvimento do sujeito. Fundamentada no conhecimento científico, a relação de ajuda se apresenta como produtora de condições favoráveis ao desenvolvimento e autodesenvolvimento do sujeito, cumprindo uma função educativa.

A prática terapêutica orientada por esta perspectiva visa o desenvolvimento das potencialidades do sujeito. A relação terapêutica promove processos de reaprendizado, reavivamento, ressignificação e produção de novos sentidos subjetivos, relacionados à tensão “saúde - sofrimento emocional – doença”.

Promovidos pela relação e pela ação ativa do sujeito a partir das vivências, ocorrem processos de subjetivação alternativos àqueles relacionados ao sofrimento emocional, dentro dos limites da organização subjetiva individual. [...] A superação da problemática (equilíbrio psicológico alterado) e a recuperação da capacidade de autorregulação do comportamento, transcorre em um processo de produção de

alternativas de subjetivação, a partir dos sistemas simbólicos compartilhados pelos sujeitos participantes do processo terapêutico (Chávez, 2017, p. 205-206).

A partir desta perspectiva, entende-se que o diagnóstico é permanente, ocorrendo ao longo do processo terapêutico, orientado para a compreensão da problemática no contexto de uma organização subjetiva, bem como para as possibilidades diferenciadas do sujeito em potencializar seu desenvolvimento a partir da aprendizagem. Tanto o diagnóstico como as estratégias utilizadas pelo terapeuta vão se alterando ao longo do trabalho, conforme se alteram as características subjetivas do sujeito que está em atendimento.

Para Chávez (2017), a recuperação da capacidade de regular o comportamento pelo sujeito indica o encerramento da relação terapêutica. O sujeito recupera sua posição crítica, ativa, responsável e consciente perante a realidade, reconhecendo seus recursos e se apropriando dos recursos oferecidos pelo terapeuta nesta relação colaborativa.

Compreendemos que Pérez (1999), Echemendía-Tocabens (2013), Beatón (2017a) e Chávez (1999; 2017) apresentam formulações a respeito da prática psicoterapêutica de fundamento histórico-cultural. Cada um desses autores a aborda de uma maneira específica, não havendo uma perspectiva única sobre a intervenção psicoterapêutica, ainda que muitos conceitos sejam trabalhados de forma semelhante pelos autores.

Concordamos com os pesquisadores que o método materialista histórico-dialético pode se constituir como um princípio geral que balizaria as contribuições das diferentes concepções teórico-práticas sobre psicoterapia, atuando como uma ciência geral. A psicologia vigotskiana se originou justamente da análise crítica das demais vertentes teóricas da época. O objetivo dos autores nos textos analisados, porém, não é o de especificar como esta integração é feita, mas sim defender a possibilidade de fazê-la, de a perspectiva histórico-cultural se constituir como a ciência geral que integre as demais perspectivas teóricas, a partir da descrição dos principais conceitos desta teoria que auxiliariam nesta prática.

Também não é desenvolvido pelos autores, nestas oportunidades, de forma mais detalhada como a intervenção psicoterapêutica proposta por eles se efetiva na prática. Não iremos nos basear nos pressupostos de que a psicoterapia se constitui como um processo revivencial, que possibilita o sujeito ressignificar suas vivências (Beatón, 2017a) ou produzir alternativas de subjetivação (Chávez, 2017). Situaremos o processo terapêutico como capaz de possibilitar ao sujeito formar sua consciência sobre o processo de desenvolvimento de sua personalidade e sofrimento psíquico.

Concordamos com Echemendía-Tocabens (2013), Beatón (2017a) e Chávez (2017) quando estes autores afirmam que uma abordagem psicoterapêutica baseada na perspectiva

vigotskiana precisa levar em conta os conceitos fundamentais desta teoria, como a lei genética fundamental do desenvolvimento psicológico; o conceito de mediação cultural; de situação social de desenvolvimento; de vivência; de zona de desenvolvimento proximal; da dinâmica das idades psicológicas e do diagnóstico dinâmico-causal de desenvolvimento. Nos basearemos nestes conceitos em nosso estudo sobre a psicoterapia enquanto atuante sobre o processo de formação de consciência, retomando alguns destes pressupostos citados pelos autores.

1.6 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DE GONZÁLEZ-REY

No livro intitulado *Psicoterapia, subjetividade e pós-modernidade*, González-Rey (2007b) busca discutir a psicoterapia a partir de suas próprias formulações teóricas sobre subjetividade (González-Rey, 2007a, 2013) e da leitura que faz da Psicologia Histórico-Cultural. Desse modo, é apresentada uma proposta de intervenção psicoterapêutica, exemplificada em um estudo de caso.

No primeiro capítulo, o autor realiza a discussão sobre o desenvolvimento histórico da psicoterapia e tece a análise crítica das principais linhas teóricas da Psicologia que possuem uma proposta psicoterapêutica; apresenta também uma explanação sobre o desenvolvimento da psicologia clínica e da psicoterapia na Rússia.

No segundo e no terceiro capítulos, é apresentada a discussão sobre a psicoterapia a partir da ótica da Psicologia Histórico-Cultural e de sua teorização sobre significado e sentido, sentido pessoal e sentido subjetivo. Neste ponto, se discute um caso clínico como forma de demonstrar como seria a psicoterapia que está propondo em ação.

No quarto capítulo, o autor propõe um diálogo entre a psicoterapia histórico-cultural e as perspectivas atuais da psicoterapia pós-moderna do construtivismo e do construcionismo social, buscando explicitar os pontos de convergência e divergência entre sua proposta e as propostas pós-modernas. O autor discute sobre as influências que o construtivismo tem sobre sua obra, debatendo também sobre suas discordâncias em relação a esta perspectiva. Ao final do capítulo, apresenta uma crítica à teoria e proposta terapêutica do construcionismo social (González-Rey, 2007b).

González-Rey (2011a) afirma partir da definição de sentido em Vigotski para discutir e avançar em uma proposta de como se constitui a subjetividade na perspectiva histórico-cultural. O autor define sentido subjetivo como “[...] uma unidade subjetiva cujo foco, em vez de estar situado na relação entre a palavra e os elementos psicológicos da consciência, como

afirmou Vygotsky, está na relação entre os processos simbólicos e as emoções” (González-Rey, 2011a, p. 310). O sentido subjetivo é a

[...] unidade processual do simbólico e o emocional que emerge em toda experiência humana, unidade essa onde a emergência de um dos processos que a integre sempre invoca o outro sem se converter em sua causa, gerando verdadeiras cadeias simbólicas-emocionais que se organizam na configuração subjetiva da experiência. [...] (González-Rey, 2011b, p. 31).

Sua concepção de psicoterapia é fundamentada neste entendimento sobre a constituição dos sentidos subjetivos, e em suas formulações teóricas a respeito do sofrimento psíquico. Para o autor, a saúde psíquica não é definida pela ausência de conflitos, já que toda experiência humana é conflitante, mas pela possibilidade do sujeito em gerar novos processos de subjetivação ao longo dos mesmos. O “[...] sofrimento psíquico aparece devido à incapacidade de produzir novos sentidos subjetivos em face de experiências que se fixam como dolorosas e que impedem o surgimento de outros estados subjetivos, diferentes daquelas vivências dominantes” (González-Rey, 2011a, p. 313). Nas palavras do autor:

A pessoa perde sua capacidade de atuar como sujeito diante dessa experiência, sua capacidade de decisão, reflexão e negociação fica paralisada frente a esse estado subjetivo dominante, perdendo sua sensibilidade de integrar a essa configuração subjetiva dominante outros sentidos subjetivos cujas origens estão em outras configurações e estados subjetivos da pessoa. Todos os recursos subjetivos da pessoa giram em torno do fortalecimento desse estado subjetivo dominante, que acaba associado ao surgimento de sintomas psicológicos como depressão, ansiedade, agressividade, etc. (González-Rey, 2011a, p. 313-314)

O sujeito fica preso dentro dos limites daquela configuração subjetiva e suas produções são dominadas pelos sentidos subjetivos predominantes dessa configuração. O transtorno psíquico se configura quando um sistema recursivo de sentido subjetivo passa a ser governado por um momento dominante de configuração, que impede a formação de novos e diferentes sentidos subjetivos.

[...] Esse processo não é acessível aos processos racionais que sustentam as representações do sujeito, nem pode ser resolvido pela compreensão das causas que o determinaram, simplesmente porque não há causas, mas sim uma verdadeira rede simbólica emocional em desenvolvimento, alimentada por uma multiplicidade de elementos que convergem na reprodução dos sentidos subjetivos dominantes. (González-Rey, 2011a, p. 313)

O transtorno mental emerge de uma configuração subjetiva que impede o sujeito de produzir novos sentidos subjetivos alternativos que o permitem desenvolver novas opções de vida. Isso ocorre visto que nenhuma experiência vivida é portadora de uma significação psicológica universal, dada por seu caráter objetivo. As experiências tomam sentido subjetivo a partir de seus efeitos sobre uma pessoa ou grupo. Tais efeitos não estão contidos na experiência em si, mas nos sentidos que a pessoa produz no processo de viver esta experiência.

O autor afirma que, com sua conceituação de sofrimento mental e de psicoterapia, busca romper com a perspectiva de patologia predominante nas práticas psicoterápicas atuais, que tem sua expressão nos manuais de classificação das psicopatologias como o DSM-V, em que a noção de transtorno tem ganhado cada vez mais espaço (González-Rey, 2011b).

Segundo González-Rey (2011b), a ideia de patologia como uma organização intrapsíquica com uma gênese universal, como vista em estudos tradicionais da psicologia, perde seu valor heurístico. “[...] Diferentemente do conceito de patologia, o conceito de configuração subjetiva nos permite enxergar o mal-estar da pessoa como parte de um processo vivo e diferenciado, que representa um sistema em processo, e não uma condição da pessoa” (González-Rey, 2011b, p. 105).

O autor propõe que, na psicoterapia, as intervenções e ações terapêuticas se constituem como uma ferramenta que facilita ao sujeito a criação de novas hipóteses sobre a configuração subjetiva associada no surgimento de seus sintomas. O terapeuta busca estimular contradições que facilitam o desenvolvimento de produções subjetivas alternativas pelo indivíduo, propiciando a formação de novos sentidos.

A psicoterapia é um processo dialógico complexo, orientado a facilitar ações e pensamentos da pessoa que pode gerar novas opções de subjetivação, em cujo curso a configuração subjetiva hegemônica associada com o surgimento dos sintomas se modifica; esse processo é responsável pela mudança em psicoterapia. É a tensão ativa e criativa da abertura de um caminho de subjetivação no processo terapêutico que é responsável pela mudança, e não qualquer interpretação, ação ou evento pontual no curso desse processo (González-Rey, 2011a, p. 314).

Para González-Rey (2007b), o processo de psicoterapia é essencialmente um processo relacional, de diálogo. O psicoterapeuta deve se posicionar sempre como sujeito, não como um simples reprodutor de saberes e técnicas. Sendo assim, em sua proposta de psicoterapia, o terapeuta participa ativamente introduzindo tópicos de conversação, podendo

se utilizar de instrumentos para provocar as diferentes formas de expressão do sujeito, como questionários, técnicas de psicodrama, entre outras.

O terapeuta não assume uma posição assimétrica, como detentor de um saber sobre a pessoa, mas sim a posição de um sujeito que participa do diálogo. Na psicoterapia, é permitido que o sujeito faça perguntas ao terapeuta, queira conhecer aspectos de sua vida, assim como ocorre em todo diálogo (González-Rey, 2007b).

Apesar de o terapeuta se colocar de forma ativa na psicoterapia, González-Rey, (2007b) esclarece que o objetivo do processo é sempre estimular que a pessoa atendida assuma a posição de sujeito de seu próprio processo terapêutico. A mudança terapêutica está associada à emergência da pessoa enquanto sujeito de seus conflitos. É fundamental que a própria pessoa se posicione como sujeito, se implicando no processo reflexivo de comunicação terapêutica e produzindo novas alternativas subjetivas.

Para tanto, o terapeuta não adota uma postura diretiva, altamente dirigida. A psicoterapia é entendida como um processo de diálogo, no qual o psicoterapeuta desenvolve hipóteses sobre as configurações subjetivas relatadas pelo sujeito. Com a construção de hipóteses, o psicoterapeuta não objetiva obter acesso a uma “verdade” do sujeito, mas sim facilitar o desenvolvimento de emoções, reflexões e posicionamentos que possibilitem a emergência de novos sentidos subjetivos que, por sua vez, se tornam facilitadores de processos de subjetivação que permitam ao sujeito novas alternativas de desenvolvimento. A psicoterapia, assim, não é um processo de descobrimento nem de soluções centradas na figura do terapeuta, mas sim um processo de produção de novos sistemas de subjetivação pelo sujeito, facilitadas pelo processo terapêutico (González-Rey, 2007b).

Na psicoterapia, o terapeuta constrói hipóteses como forma de participar do diálogo e facilitar o envolvimento da pessoa em temas carregados de sentido subjetivo. Uma ação terapêutica bem-sucedida é aquela que possibilita ao sujeito construir novos processos de subjetivação. E a construção de hipóteses pelo terapeuta facilita que este processo ocorra. A reflexão sobre as experiências do sujeito é acompanhada, de forma inseparável, da “produção de emoções que, por sua vez, explicitam processos simbólicos que podem levar a uma produção alternativa com relação à forma na qual essa experiência aparece constituída no presente na configuração subjetiva do conflito. [...]”. (González-Rey, 2007b, p. 179).

No caso apresentado, González-Rey (2007b) vai demonstrando como o diálogo entre terapeuta e a pessoa atendida proporcionou que este último fosse desenvolvendo novos momentos de subjetivação, acompanhados de novas emoções e reflexões que, por sua vez, geraram o desenvolvimento de novos sentidos subjetivos. Ao longo do processo

psicoterápico, segundo o autor, o sujeito foi ressignificando questões, tomando novas decisões e sentindo-se cada vez melhor. As diferentes configurações subjetivas que compunham o núcleo de seu conflito foram mudando e ele conseguiu desenvolver processos de subjetivação alternativos àqueles que caracterizam seu sofrimento inicial. Isso possibilitou que o mesmo fizesse mudanças em seu modo de vida.

Para González-Rey (2007b), conforme o sujeito vai, por meio do trabalho psicoterapêutico, desenvolvendo novos sentidos subjetivos, ele também altera suas relações e seu modo de vida, para além do consultório. A pessoa passa a ser sujeito de suas práticas sociais e de vida, sendo capaz de produzir sentidos subjetivos e ações pessoais geradoras de novas alternativas e opções em suas atividades, produzindo novos tecidos de subjetivação nos espaços sociais significativos para ela.

Sobre as técnicas que podem ser utilizadas pelo psicoterapeuta, o autor afirma que:

A prática terapêutica deve integrar todas as ações produtoras de sentido subjetivo que um terapeuta seja capaz de pensar, de modo que o cenário da prática pode incluir opções muito diversas de relação, desde atividades de grupo até ações com o casal ou com a família, o que não deve excluir o trabalho individual. Todas essas formas de relação são suscetíveis de múltiplas ações terapêuticas, as quais vão desde a escrita até a discussão de um filme, passando pelo psicodrama e as diferentes formas institucionalizadas de ações terapêuticas que se desenvolvem a partir de um espaço conceitual e institucional próprio. O que deve ser comum a todas as ações utilizadas na psicoterapia é que sejam capazes de levar a um diálogo entre os participantes (González-Rey, 2007b, p. 214).

O uso de diferentes instrumentos contribui à emergência de um material carregado de sentido subjetivo, facilitador da produção de espaços de sentido no diálogo. O autor cita, no caso apresentado, a produção de um diário por parte do sujeito atendido, e a utilização do instrumento de complemento de frases (González-Rey, 2005). O instrumento de complemento de frases auxilia na identificação das configurações subjetivas da pessoa, além de ser um importante instrumento terapêutico, quando associado à conversação.

Compreendemos que, para González-Rey (2007b), a psicoterapia atua na construção de novos sentidos subjetivos pelo sujeito, a partir do entendimento de que o sofrimento psíquico é uma condição que se estabelece quando o sujeito não consegue desenvolver novos sentidos para uma dada experiência e fica fixado aos sentidos construídos anteriormente. O autor afirma claramente que não existem causas para esta limitação da produção de novos sentidos subjetivos, ela se origina de uma rede simbólica emocional em desenvolvimento,

alimentada por uma multiplicidade de elementos que convergem para a produção e reprodução dos sentidos subjetivos dominantes.

Em nossa análise, os conceitos elaborados por González-Rey (2011a) nos levam a compreender que o transtorno psíquico se origina a partir da própria subjetividade do indivíduo. Tal teorização tende para o polo subjetivista da unidade dialética entre indivíduo e sociedade, entre subjetividade e objetividade. Para o autor, as experiências adquirem um sentido subjetivo a partir de seus efeitos sobre o sujeito. Estes não estariam contidos na experiência em si, mas nos sentidos que a pessoa produz no processo de viver esta experiência. Conforme nossa análise, este entendimento perde de vista a base material, o significado social, e o contexto histórico a partir dos quais são construídos os sentidos pessoais.

Como exposto na introdução, em nosso estudo adotamos uma concepção distinta sobre o sofrimento psíquico, partindo da determinação social das diversas formas de sofrimento, que se produzem na dinâmica da vida singular dos indivíduos, situados na história. Essa compreensão nos leva, conseqüentemente, a estabelecer nossa discussão sobre as possibilidades de intervenção psicoterapêuticas de forma distinta da elaborada por González-Rey (2007b).

1.7 GRUPO DE PESQUISA DE YURY ZINCHENKO E ELENA PERVICHKO

Yuri Petrovich Zinchenko e Elena Pervichko são professores da Faculdade de Psicologia Lomoso da Universidade Estadual de Moscou. No artigo, tais autores afirmam apresentar um estudo metodológico historiográfico e teórico do estabelecimento das teses fundamentais do conceito histórico-cultural de Vigotski no campo da psicologia clínica médica (Zinchenko & Pervichko, 2013).

Zinchenko e Pervichko (2013) discutem que, nos últimos tempos, a psicologia russa testemunhou repetidas tentativas de análises teórico-metodológicas e historiográficas das vertentes teórico-práticas da psicologia. Atualmente diversos autores russos classificam os distintos tipos de racionalidade científica como clássicos, não clássicos e pós-não-clássicos. A racionalidade científica clássica é caracterizada pelo dualismo cartesiano. Já a perspectiva não clássica se foca em sistemas complexos, entendendo que as características do todo são distintas da simples soma de suas partes. A racionalidade pós-não-clássica, por sua vez, abarca as teorias que compreendem o psiquismo humano sendo caracterizado por um sistema de autodesenvolvimento, que seleciona autonomamente os objetivos de seu desenvolvimento

e os meios para sua realização. Essa definição pressupõe a capacidade de alterar parâmetros, a estrutura e outras características do sistema, no processo de desenvolvimento (Zinchenko & Pervichko, 2013).

Os autores defendem que os trabalhos de Vigotski e seus seguidores revelam o modelo pós-não-clássico da racionalidade científica. Para ambos, os estudos de Vigotski sobre o desenvolvimento das funções psicológicas superiores e sobre a compensação no âmbito da defectologia, e posteriormente os estudos de Luria sobre neuropsicologia, demonstram que a escola de Vigotski abarca entendimentos característicos da racionalidade científica pós-não-clássica. Os autores abordam as síndromes psicológicas como um sistema aberto de autodesenvolvimento, dotado das capacidades de auto-organização, autorregulação e autodeterminação, que permitem sua adaptação eficaz tanto pela modificação de seus próprios parâmetros estruturais quanto pela inter-relação com o ambiente social. A partir disso, Zinchenko e Pervichko (2013) concluem que a teoria histórico-cultural de Vigotski deve ser amplamente estudada e desenvolvida, pois promove os mais altos padrões em estudos psicológicos e incentivam o aprimoramento da psicologia prática, sendo um exemplo de teoria pós-não-clássica.

Em outro artigo, Zinchenko e Pervichko (2012) apresentam os resultados de um estudo clínico-psicológico longitudinal sobre a formação de síndrome psicossomática em 290 pacientes com prolapso da válvula mitral, no qual foram aplicados métodos de análise qualitativa e estatística de dados.

O estudo psicológico apresentado teve várias etapas consecutivas e, dentre os métodos escolhidos, nas primeiras etapas, foram realizadas entrevistas clínico-psicológicas estruturadas. Em outro estágio da pesquisa, foi criada uma situação experimental que induzia um estado de tensão mental nos participantes, com o objetivo de avaliar as respostas de estresse a partir de testes padronizados. Foram realizadas ainda observações empíricas dos participantes em situações experimentais que exigiam reações à frustração. Nove testes psicológicos padronizados foram utilizados ao longo do estudo, dentre eles o *Inventário Multifásico de Personalidade de Minnesota* (MMPI); o *Sixteen Personality Factor Questionnaire* (16 PF); o *Eysenck Personality Questionnaire* (EPQ) e o *Teste de Apercepção Temática* (TAT). Por fim, foi realizada uma análise estatística extensa dos dados (Zinchenko & Pervichko, 2012).

Os autores concluíram que a síndrome psicossomática relacionada ao prolapso da válvula mitral tem caráter multinível, sendo sua estrutura determinada por vários fatores: fatores motivacionais; distúrbios da regulação emocional, representados pela repressão

emocional excessiva e falta de controle emocional; e fatores psicofisiológicos. Zinchenko & Pervichko (2012) afirmam que este estudo pode auxiliar não somente no diagnóstico dessa síndrome, mas também no estabelecimento do prognóstico. Para os autores, suas conclusões lançam luz sobre a natureza da doença em particular, e dos mecanismos psicológicos da gênese da síndrome psicossomática.

Em outra oportunidade, Pervichko e Zinchenko (2014) objetivam demonstrar a eficácia dos pressupostos da escola de Vigotski e Luria para o psicodiagnóstico. O artigo apresenta os resultados de uma pesquisa com 85 pacientes com hipertensão (HTN) e 85 pacientes com hipertensão arterial primária. Afirmam que o método desta pesquisa foi a análise de síndrome psicológica, baseado na escola Vigotski-Luria. A pesquisa foi experimental, a partir da criação de uma situação estressante e da solicitação para que os participantes realizassem diversas tarefas, dentre elas as *Matrizes Progressivas de Raven (CPM – RAVEN)*. Antes e depois do experimento, foram avaliados os níveis fisiológicos de ansiedade (pressão arterial, nível de catecolaminas na urina, dentre outros) e o nível psicológico, a partir do *Inventário Spielberger*. Posteriormente, os dados passaram por extensa análise estatística.

Os resultados da pesquisa também sugeriram que a síndrome psicossomática possui uma estrutura multifatorial e multinível (fator motivacional; fator do distúrbio de regulação da emoção; e o fator de repressão e negação da importância de uma situação alarmante). Os autores concluíram que a análise da síndrome psicossomática pode ser utilizada tanto para tarefas de diagnóstico quando de prognóstico, na psicologia clínica e na medicina (Zinchenko & Pervichko, 2014).

Por fim, em artigo em colaboração com outros autores, Mezzich, Zinchenko, Krasnov, Pervichko & Kulygina (2013) discutem sobre a importância da humanização do diagnóstico médico. Para isso, apresentam diversos conceitos teóricos da prática médica russa, que é definido no país como *diagnóstico integrativo centrado na pessoa*. Este modelo diagnóstico procura se focar na pessoa que tem a doença, e não apenas na doença. Para os autores, a teoria de Vigotski pode ser aplicada à psicologia clínica e à medicina, por ser considerado uma base metodológica teórica relevante para o desenvolvimento de modelos de abordagens centradas na pessoa para diagnóstico e tratamento. Explicitam o conceito de Vigotski de situação social de desenvolvimento como um dos conceitos que podem auxiliar nesta prática. Afirmam que a situação social do desenvolvimento da personalidade em condições de doença, como um fenômeno psicológico específico que representa uma

correlação peculiar de processos internos de desenvolvimento e condições externas, deve fazer parte do processo diagnóstico centrado na pessoa.

Apesar de, no Brasil, o termo psicologia-clínica remeter ao trabalho psicoterapêutico, é evidenciado, ao longo dos artigos, que as pesquisas dos autores se inserem no campo da interlocução entre psicologia e medicina. Os autores não têm como objetivo, nestes artigos em específico, apresentar uma proposta de intervenção psicoterapêutica ou debater sobre as possibilidades interventivas do psicólogo. Entendemos, contudo, que trabalhos futuros deste grupo de pesquisa podem trazer novas contribuições para o estudo da psicoterapia de fundamento histórico-cultural.

1.8 GRUPO DE PESQUISA DE QUINTINO-AIRES

Quintino-Aires (2006) afirma que seu grupo de pesquisa vem buscando desenvolver, em Portugal e no Brasil, uma abordagem psicoterapêutica baseada nos estudos de Vigotski, Luria, Leontiev e Zeigarnik. O autor assevera que o trabalho clínico de seu grupo de pesquisa se baseia na teoria e no trabalho clínico destes autores, em interlocução com os pressupostos da teórica portuguesa Maria Rita Mendes Leal¹⁶. O autor coordena o *Instituto Quintino-Aires* e o *Instituto Vegotski*, em Portugal, que reúne pesquisadores e profissionais que atuam a partir desta perspectiva.

Quintino-Aires (2006) afirma que tal grupo surgiu da iniciativa de psicólogos clínicos que trabalhavam com abordagens teóricas diversas, como a psicanálise, terapia cognitivo-comportamental, terapia sistêmica, fenomenologia, entre outras. Tais profissionais se agruparam em torno da teoria e experiência prática de Rita Leal e buscaram construir uma prática sócio-histórica.

Marangoni e Quintino-Aires (2006) afirmam que o modelo clínico Relacional Dialógico de Rita Leal explica a construção do eu-outro e da realidade, e possibilita o entendimento do desenvolvimento psíquico e emocional dos indivíduos, do nascimento até a idade adulta. Para os autores, a intersecção dos dois modelos permite integrar a abordagem Sócio-Histórica no contexto da psicologia clínica e da psicoterapia.

Dias (2005), autora vinculada ao grupo de pesquisa de Quintino-Aires, afirma que tal modelo apresenta uma proposta genética desenvolvimental para a compreensão do *EU*¹⁷ e estabelece uma amarração entre as etapas do desenvolvimento e as estruturas de

¹⁶ Maria Rita Sá Mendes Leal (1921-2019). Foi membro titular da Sociedade Portuguesa de Grupanálise e Psicoterapia de Grupo. Professora catedrática da Universidade Clássica de Lisboa.

¹⁷ Os termos e conceitos serão citados tal como apresentados pelos autores.

personalidade. A personalidade é entendida como a forma de processamento e mediação do real, de percepção dos outros e de si mesmo, bem como o conjunto das defesas adotadas pelo sujeito e seus modos de relacionamento.

O processo dinâmico relacional, neste modelo, está centrado nas emoções e seus significados, enquadrando-se nas psicoterapias dinâmicas, incidindo sobre o intercurso relacional e focando o modelo espontâneo de regulação da vida emocional, presente no começo da vida interior da relação mãe-criança, que assegura a primeira estruturação da mente, o “EU” [...]. Desse modo, procura “definir” a emoção e compreendê-la como fenômeno mental, como gerador e organizador de todos os outros eventos mentais, incluindo o pensar, a linguagem e a atividade simbólica [...]. (Dias, 2005, p.3)

A Psicologia Sócio-Histórica é definida pela autora como uma perspectiva teórica que parte da concepção marxista de homem e de mundo. Nesta teoria, o homem é entendido como um ser ativo, social e histórico. A teoria enfatiza o papel da atividade humana na constituição da subjetividade, e tem como uma de suas principais preocupações estudar as formas superiores de comportamento como a linguagem, memória, atenção, pensamento, e a compreendê-las a partir das relações sociais que o indivíduo estabelece com o mundo (Dias, 2005).

Marangoni e Quintino-Aires (2006) asseveram que a psicoterapia é um processo de construção de sentido e transformação. O indivíduo entra em contato com um Outro, o psicoterapeuta, que é capaz de construir sentido e ressignificar o seu modo de pensar, sentir, agir e estar no mundo. O psicoterapeuta atua como um mediador da relação eu-outro-realidade, a partir da utilização das técnicas psicológicas, no intercâmbio do diálogo recíproco e alternante, denominado pelos autores de *AGORA TU - AGORA EU* (Marangoni & Quintino-Aires, 2006).

Na conceituação psicoterapêutica do grupo de pesquisa de Quintino-Aires, a teorização de Vigotski sobre a zona de desenvolvimento proximal é utilizada como um conceito chave na busca de soluções de conflitos vivenciados pelo sujeito (Dias, 2005; Quintino-Aires, 2006). Segundo Dias (2005), o psicoterapeuta é entendido como um companheiro dinâmico, que guia, regula, seleciona, compara, analisa e registra o desenvolvimento do sujeito, o ajudando a produzir novas maneiras de pensar. Ocorre uma modificação dos esquemas de conhecimento do indivíduo, que passa a construir novos saberes e práticas.

Quintino-Aires (2006) destaca que, na psicoterapia, as formas interpsicológicas (sociais/relacionais) são transferidas para as formas intrapsicológicas (pessoais) de significados. Em outras palavras, os processos intersíquicos, partilhados pelo sujeito e pelo terapeuta, se tornam intrapsíquicos:

[...] o psicoterapeuta é um agente externo que medeia a relação do paciente com o mundo. Mas porque a mudança ocorre, os processos que antes eram partilhados com o psicoterapeuta tornam-se internalizados e acontecem dentro do paciente, as respostas mediadas para o mundo tornam-se um processo intrapsíquico. A interação externa dos humanos com outros humanos se for alterada, alterar-se-á a consciência, atitude do humano com o meio, consigo próprio e com os outros. (Quintino-Aires, 2006, s/p)

Quintino-Aires (2006) afirma que a consciência se desenvolve do intrapsicológico para o interpsicológico, do externo para o interno. O social se constrói no sujeito individual por meio dos sistemas interiorizados transpostos das relações sociais para a personalidade. Para o autor, é este o papel que o psicoterapeuta desempenha no trabalho clínico, atuando como um Outro (exterior).

Para Quintino-Aires (2006), a psicoterapia deve se remeter ao problema da consciência, a qual não é dada a priori, mas desenvolvida na e pela atividade e pelas relações sociais. Segundo o autor, a linguagem é um elemento fundamental na sistematização da percepção. As palavras são um produto do desenvolvimento histórico e social, e elas se tornam instrumentos para a formação de abstrações e generalizações, o que permite uma transição dos reflexos sensoriais imediatos (não mediados) para o pensamento mediado.

O autor cita os trabalhos de Luria e debate que a autoconsciência também é um produto do desenvolvimento sócio-histórico. O comportamento é primeiro um reflexo da realidade externa natural e social; posteriormente, por meio da influência mediadora da linguagem, a autoconsciência vai se desenvolvendo nas suas formas mais complexas. Para o autor, a autoconsciência é um produto da consciência do mundo externo, do Eu e dos Outros (Quintino-Aires, 2006, s/p).

O autor relaciona o processo de psicoterapia com a teorização de Vigotski sobre a formação de conceitos. Nas palavras do autor:

A psicoterapia é um contexto social/relacional que permite a construção de conceitos superiores, como conceitos científicos (ou artificiais) na vida do paciente. [...] Tal como no desenvolvimento, os conceitos espontâneos necessitam de um sistema que lhes permita tornarem-se conscientes e se transformarem em conceitos científicos (ou

artificiais), o trabalho psicoterapêutico permite criar esse sistema. E este sistema é o que é novo neste processo de construção da mente. Como sabem, o significado de uma palavra é uma generalização que separa o significado da palavra em si. O mesmo acontece com o sentido. E o sentido com muito maior independência da palavra, como apresentado por Vygotsky e Mikhail Bakhtin. O significado, enquanto forma dinâmica, é o instrumento para o trabalho do psicoterapeuta. A linguagem não é um produto acabado do pensamento. Quando é transformado em linguagem, o pensamento é reestruturado e altera-se. É isto que valida a psicoterapia (Quintino-Aires, 2006, s/p).

Buscando demonstrar a vinculação dos dois modelos teóricos elegidos, Quintino-Aires (2006) traz o entendimento de Leontiev de que o homem só se desenvolve à altura das potencialidades humanas se as aquisições culturais estiverem disponíveis a esse homem. Para o autor, este entendimento de Leontiev é encontrado em Rita Leal, que enfatiza que o sujeito “[...] pode tornar-se mais feliz, inteligente e produtivo, se o ambiente social e relacional lhe fornecer uma relação recíproca e alternante e a oportunidade para apreender a cultura”. A teoria de Leontiev e Rita Leal se assemelham ainda, segundo o autor, na discussão sobre comunicação:

[...] Rita Leal (1975) identifica também a uma segunda condição de Leontiev: a comunicação, encarada na sua forma inicial de atividade partilhada ou na relação verbal intensamente estudada por ela e objetivamente apresentada como o padrão inato de contingência à própria iniciativa (Quintino-Aires, 2006, s/p).

Quintino-Aires (2006) e Marangoni (2012) descrevem ainda as técnicas utilizadas pelo psicoterapeuta que trabalha nesta abordagem. Os autores destacam dois conjuntos de técnicas: as técnicas gerais (intercurso mutuamente contingente e compreensão empática) e técnicas específicas (repetição; marcação; focagem; pôr verbo; generalização; eco emocional; re-expressão), ambas baseadas no trabalho de Rita Leal. Assim,

[...] o psicoterapeuta utiliza técnicas gerais e específicas, tais como análise contingente, compreensão empática e nomeação, criando uma relação onde o paciente pode construir novos significados e sentidos, lidando com as suas necessidades e motivos. Isto facilita e/ou promove os processos de formação partilhada e o registro individual de significados: consentidos pelo próprio, na relação com uns outros e apontados ou nomeados por ambos como algo exterior. Modelos concretos de trocas recíprocas e alternantes entre eventos /coisas /indivíduos são indicadores de atenção alocada, gerando tensão e sugerindo uma

busca partilhada para a compreensão do significado da ocorrência de eventos em vai-e-vem (Quintino-Aires, 2006, s/p).

Os textos apresentados a seguir, de Quintino-Aires (2014), Marangoni e Quintino-Aires (2006), Dias (2005), Marangoni (2012), Couto e Cruz (2014), Saraiva e Ferreira (2016), Teixeira (2014) e Rodrigues (2014), foram escritos por autores vinculados ao *Instituto Quintino-Aires*. Nestes artigos, são apresentadas temáticas diversas relacionadas à psicoterapia.

Quintino-Aires (2014) apresenta um sistema e modelo de psicopatologia desenvolvido por ele e seus colaboradores para descrever e compreender a psicose, psicopatia, neurose e depressão. Tal modelo teórico foi elaborado de acordo com o trabalho de Rita Leal, em conjunto com o que denomina de teoria sistêmica e dinâmica do cérebro humano desenvolvida por Luria, com a teoria da atividade de Leontiev e com os pressupostos sobre psicopatologia da escola alemã de Kraepelin¹⁸. O autor afirma que cada uma destas teorias pertence a modelos epistemológicos distintos, situando o paradigma psicológico de Kraepelin como cartesiano e o paradigma psicológico de Vigotski como enraizado na filosofia monista de Spinoza¹⁹. Considera, contudo, que é possível estabelecer pontes conceituais, construindo algo novo que supere os limites que os separam.

Marangoni e Quintino-Aires (2006) discutem sobre a formação do psicoterapeuta fundamentada na Psicologia Sócio-Histórica. O objetivo da formação de psicoterapeutas dentro desta abordagem, segundo os autores, é a de desenvolver o raciocínio clínico e posturas interventivas adequadas. Também se objetiva que o profissional compreenda o desenvolvimento do psiquismo humano segundo a concepção social/relacional do ser humano; e que ele possa desenvolver um pensamento crítico a respeito da concepção naturalista e estruturalista do psiquismo presente nas teorias psicológicas tradicionais. Por fim, objetiva-se desenvolver a consciência crítica a respeito do papel profissional do psicólogo e situar sua atuação numa proposta interventiva e transformadora.

Marangoni (2012) apresenta um estudo de caso de ludoterapia realizada com uma criança brasileira. Segundo a autora, a ludoterapia propicia o desenvolvimento das funções psíquicas superiores, visto que possibilita que a criança se aproprie dos significados e/ou crie novos significados dos objetos do meio externo, dos eventos e das relações sociais. O processo de ludoterapia tem como objetivo propiciar o desenvolvimento psicológico da criança e proporcionar um espaço para a construção de novos significados das experiências

¹⁸ Emil Kraepelin (1856-1926). Psiquiatra alemão.

¹⁹ Baruch de Espinoza (1632-1677). Filósofo racionalista holandês.

vivenciadas por ela. Segundo Marangoni (2012), a ludoterapia vigotskiana é um processo de intervenção psicológica direcionada para a transformação do sujeito.

Saraiva e Ferreira (2016), por sua vez, apresentam uma pesquisa em que buscam avaliar os atributos de personalidade de um grupo de crianças com problemas de comportamento a partir do *Teste de Rorschach*. Os autores procuram demonstrar a importância do diagnóstico diferencial para se pensar o trabalho clínico. Segundo eles, é a partir de uma criteriosa avaliação dos atributos de personalidade da criança e da sintomatologia apresentada que o psicoterapeuta poderá pensar seu plano de trabalho.

Couto e Cruz (2014) também utilizaram o *Teste de Rorschach* para avaliar a estrutura de personalidade de jovens que passam grande parte de seu tempo livre jogando videogames, e destacam a importância do trabalho psicoterapêutico com crianças e adolescentes que apresentam dificuldades em seu processo de desenvolvimento socioemocional.

Teixeira (2014) apresenta um estudo de caso que ilustra o processo de desenvolvimento da linguagem e das funções psicológicas superiores de uma menina de 10 anos submetida a avaliação neuropsicológica e psicoterapia numa escola primária portuguesa. Para a autora, Vigotski e Leontiev enfatizam o papel da cultura para o surgimento e organização das funções mentais superiores e o caso apresentado no artigo demonstra como estes conceitos da teoria histórico-cultural podem ser utilizados na prática psicoterapêutica.

A partir do conceito de brincadeira simbólica de Vigotski, a autora demonstra que, durante a psicoterapia, a criança pode progredir da etapa inicial de não brincar, para a etapa intermediária de brincar com brinquedos e objetos, para a etapa final da brincadeira imaginária, sem brinquedos. Conclui que, no final do processo psicoterápico, a criança tornou-se capaz de falar sobre seus problemas e comunicar-se de forma mais efetiva. Ocorreu também uma mudança qualitativa em relação aos modos de agir e reagir da criança para consigo mesma, com os outros e com a sociedade.

Rodrigues (2014) apresenta um estudo de caso que enfoca as complexidades de um relacionamento amoroso de uma mulher que permaneceu em um casamento doloroso. A análise do caso é realizada a partir da teoria de Vigotski e Leontiev. A autora realizou a entrevista, a qual foi analisada, segundo ela, sob a perspectiva da Psicologia Relacional-Histórica que forneceu as categorias centrais de significado e sentido. A autora se utiliza da teoria de Quintino-Aires e dos pressupostos dos pesquisadores brasileiros Aguiar e Ozella (2006, 2013) sobre a *Análise dos Núcleos de Significados para a Apreensão da Constituição do Sentido*. Entende que esta metodologia possibilita apreender a singularidade de um ser humano, discriminar os significados e sentidos que constituem o conteúdo de uma amostra de

fala (da entrevista, no caso), a partir do entendimento teórico de que a linguagem é a ferramenta psicológica que permite o acesso à consciência.

A partir da análise dos textos citados, compreendemos que a proposta psicoterapêutica do grupo de pesquisa de Quintino-Aires articula a teoria vigotskiana com outra concepção teórica de base epistemológica distinta, o Modelo Dialógico-Relacional de Maria Rita Mendes Leal. Segundo Vigotski (1927/2004d), a tentativa de juntar dois sistemas distintos, associando ideias de escolas diferentes sem que nenhuma dessas ideias ou conceitos perca sua independência, mantendo o que nelas se coaduna e retirando os conceitos que não coincidem, vai transformando a essência destes próprios sistemas.

A partir de sua análise sobre a crise da Psicologia, Vigotski (1927/2004d) afirma a necessidade de uma ciência geral que unifique os conhecimentos heterogêneos desenvolvidos por esta ciência, e estabeleça a relação entre eles e a totalidade de um saber. Segundo o autor, esta unidade não é possível apenas com a junção destas disciplinas, mas somente com a subordinação delas a uma ciência geral, que delimitaria um mesmo método de estudo para todos estes campos, que para o autor seria o Materialismo Histórico-Dialético.

1.9 INTERLOCUÇÃO COM OUTRAS PERSPECTIVAS TEÓRICAS

Os artigos apresentados a seguir também discutem aspectos relativos à psicoterapia a partir de um diálogo entre a Psicologia Histórico-Cultural e outras abordagens teóricas. Guimarães, Malaquias e Pedroza (2013) propõe uma interlocução entre a Psicologia Sócio-Histórica de Vigotski e a Psicanálise. As autoras falam sobre a psicoterapia infantil em grupo e destacam que o objetivo do texto é apresentar novas reflexões a respeito da clínica infantil, a partir da experiência de psicoterapia de grupo conduzida por elas em um contexto de clínica-escola. Apontam que são os referenciais teóricos da psicanálise que norteiam o olhar a respeito da construção da subjetividade da criança na relação com o outro e do desejo da mesma que é manifesto em suas diferentes possibilidades de estar e de vir a ser. Se baseiam nos escritos de Sigmund Freud²⁰, Melanie Klein²¹, Donald Winnicott²² e Françoise Dolto²³.

Destacam que a psicologia vigotskiana traz contribuições para a reflexão da complexidade do desenvolvimento sociocultural e psíquico no decorrer da história do indivíduo. Entendem que a psicoterapia em grupo de crianças é promotora de

²⁰ Sigmund Freud (1856 - 1939). Médico vienense, fundador da psicanálise.

²¹ Melanie Klein (1882-1960). Psicanalista austríaca.

²² Donald Woods Winnicott (1896-1971). Pediatra e psicanalista inglês.

²³ Françoise Dolto (1908-1988). Pediatra e Psicanalista francesa.

desenvolvimento. Se baseiam no conceito vigotskiano de zona de desenvolvimento proximal, e entendem que este conceito as auxilia a compreender como as inter-relações entre as crianças e os psicoterapeutas constituem-se em possibilidade de desenvolvimento efetivo. Os preceitos da psicologia sócio-histórica também proporcionaram, segundo as autoras, uma perspectiva histórico-cultural e antropológica acerca do infantil e da relação criança-adulto. Esta perspectiva possibilita que o psicoterapeuta possa “[...] ouvir a voz da criança, reconhecer sua vida psíquica e respeitá-la enquanto sujeito de desejo” (Guimarães, Malaquias & Pedroza, 2013, p. 708).

Sokolova e Burlakova (2009) se baseiam na metodologia histórico-cultural de Vigotski e no que denominam de concepção de diálogo interno de Bakhtin, em conjunto com ideias da teoria psicanalítica das relações objetais. As autoras propõem uma abordagem integrativa da autoconsciência em psicoterapia. Buscam estudar o diálogo interno e como ele se desdobra no processo, denominado por elas, de *psicoterapia com um Outro significativo*. Para as autoras, as formas desenvolvidas de consciência contêm várias formas de diálogos sociais. O que se destaca na análise de atos de fala na psicoterapia é que estruturas que à primeira vista parecem monológicas são, na verdade, dialógicas desde o início.

Wladislawoski (2013) faz uma interlocução entre o Construcionismo Social e a teoria vigotskiana e destaca que seu objetivo no artigo é evidenciar a aproximação e as similaridades da teoria de Vigotski e a proposta pós-moderna, especificamente a seu patamar terapêutico na *Terapia Narrativa* e na *Terapia Colaborativa*. Dessa forma, a autora se baseia nos conceitos de Vigotski sobre consciência, linguagem, pensamento, palavra e significado da palavra, bem como no conceito de zona de desenvolvimento proximal. Wladislawoski (2013) procura articular a teoria vigotskiana às premissas abordadas pelo pensamento pós-moderno relacionadas com a linguagem, construção da identidade e a importância da vida relacional, e a perspectiva terapêutica desenvolvida a partir do pensamento pós-moderno, que se constitui na proposta da *Terapia Colaborativa* de Harlene Anderson²⁴ e Harold Goolishian²⁵, e da *Terapia Narrativa* de Michael White²⁶ e David Epston²⁷. Para a autora, esta proposta pós-moderna pressupõe que é “[...] através da conversa que formamos e reformamos nossas experiências vitais; criamos e recriamos nossa forma de dar sentido e de compreender; construímos e reconstruímos nossas realidades e nós mesmos” (Wladislawoski, 2013, p. 79).

²⁴ Harlene Anderson (1942-). Psicóloga norte-americana.

²⁵ Harold Goolishian (1924-1991). Psicólogo norte-americano.

²⁶ Michael White (1948-2008). Assistente social australiano.

²⁷ David Epston (1944-). Terapeuta neozelandês.

Benítez (2007) discute sobre a prática terapêutica de orientação psicológica a partir da teoria de Vigotski e de Carl Rogers²⁸. A orientação psicológica é descrita pelo autor como uma prática que busca potencializar os recursos pessoais do sujeito que está vivenciando uma situação conflitiva ou enfrentando algum desafio. No que diz respeito à teoria de Vigotski, o autor utiliza os conceitos de situação social de desenvolvimento, lei genética do desenvolvimento (do interpsicológico para o intrapsicológico); zona de desenvolvimento potencial e processos compensatórios do desenvolvimento do homem. Apesar de se basear em alguns conceitos da teoria vigotskiana, é a teoria rogeriana que guia a prática proposta pelo autor do artigo.

Karpova (2014) discute o processo de logopsicoterapia grupal familiar para pessoas que sofrem com distúrbios da fala ou gagueira. Se apoia nos estudos da fonoaudióloga e psicóloga Yulia Nekrasova, que elaborou uma técnica de logopsicoterapia em grupo para adolescentes e adultos gogos com base na terapia emocional e de estresse de K. M. Dubrovsky. O principal conceito de Vigotski trabalhado no artigo é o de supercompensação, citando os estudos do autor sobre defectologia. O conceito de zona de desenvolvimento proximal e a discussão sobre o papel de um professor (adulto) no desenvolvimento da criança também são enfatizados. A autora também aborda os estudos de Vigotski sobre psicologia da arte, e destaca a importância dos recursos artísticos no trabalho psicológico, por meio da leitura, escrita, com a utilização de filmes e recursos cinematográficos.

Camargo-Borges (2010) discorre sobre a terapia social e sua aplicação prática como intervenção grupal. De acordo com a autora, a terapia social nasceu no cerne do movimento americano de contracultura. Inspirados pelos ideais da contracultura, os marxistas pós-modernos (denominação da autora) entendiam que para ocorrer uma mudança social efetiva seria necessário intervir em alguns aspectos cruciais na constituição e manutenção da nossa sociedade, como o aspecto cultural e emocional (pessoal, sexual, familiar), para além do âmbito econômico. Segundo a autora, a abordagem metodológica, empregada na terapia social, foi inspirada no que ela denomina de teoria marxista pós-moderna e nos conceitos da teoria do desenvolvimento de Vigotski.

Segundo a autora, essa abordagem marxista pós-moderna é inspirada em algumas das ideias principais da teoria marxista como alienação, mercadoria, dialética e atividade revolucionária, em conjunto com as ideias pós-modernas que pressupõem o rompimento com as verdades universais e a ampliação dos discursos e sentidos possíveis, propondo olhar para o mundo de forma mais fluida, polissêmica e complexa. Essa abordagem busca ir além da

²⁸ Carl Ramsom Rogers (1902-1987). Psicólogo norte-americano desenvolvedor da Abordagem Centrada na Pessoa.

análise marxista clássica que atribui os problemas sociais predominantemente à luta de classes. Também não há uma busca metafísica pela verdade. “Segundo esse grupo de marxistas pós-modernos, para uma intervenção nesse contexto é necessário não somente mudança quanto à exploração econômica e à repressão política, mas também a ampliação do foco para outras questões, tais como emoção humana, cultura e educação [...]” (Camargo-Borges, 2010, p. 50).

Para Camargo-Borges (2010, grifos da autora), a terapia social é uma terapia *performática* pouco conhecida no Brasil. Ela é, por definição, uma terapia de grupo com foco na construção da grupalidade e na emancipação. É uma possibilidade de trabalho grupal potente na construção da mudança social. O conceito de *performance* ou *performatividade*, utilizado na terapia social, vem da dramaturgia e aponta para o entendimento de que as pessoas se engajam e criam sentidos cotidianamente nas interações com os outros no mundo. Apreende o conceito de criação, manutenção e transformação da realidade e de si mesmo.

A terapia social se utiliza do conceito de zona de desenvolvimento proximal de Vigotski, na qual propõe que os espaços terapêuticos devem se constituir como espaços de interação, que geram desenvolvimento e transformação, atuando na zona de desenvolvimento proximal dos membros do grupo. A zona de desenvolvimento proximal é entendida como um espaço cocriado, não um espaço físico-temporal, mas uma zona emocional que permita aos integrantes do grupo desenvolver atividades *performáticas* e realizar aquilo que está para além deles mesmos. Dessa forma, os participantes podem *vir a ser*, aprendendo e desenvolvendo novas formas de agir e de estar no mundo (Camargo-Borges, 2010, grifos da autora).

A terapia social funciona como um exercício coletivo de novas emocionalidades e produção de novos sentidos. “Terapeuta e paciente, nessa perspectiva, são *cocriadores* de novas práticas, num processo participativo entre seres humanos exercitando criar e recriar o mundo e a si mesmos, num constante devir” (Camargo-Borges, 2010, p. 55, grifos da autora). O trabalho em grupo não se propõe resolver os problemas individuais dos seus participantes, mas criar uma força coletiva criativa, desenvolvida e legitimada pelo grupo. Visa promover um espaço de construção dialética que permite a criação de novas formas de sentido, o que, por sua vez, gera novas formas de agir (Camargo-Borges, 2010).

Motta, Munari, Leal, Medeiros e Nunes (2007) discorrem sobre o processo de desenvolvimento da dinâmica grupal tendo em vista o contexto da saúde. O artigo tem como objetivo discutir sobre o que os autores descrevem como cinco trilhas essenciais para se compreender o processo e o desenvolvimento da dinâmica grupal, a partir do processo de

formação do coordenador de grupos na perspectiva da Sociedade Brasileira de Psicoterapia, Psicodrama e Dinâmica de Grupo (SOBRAP) e a experiência dos autores do texto na gestão de grupos (os autores são do campo da Psicologia e da Enfermagem.).

A *primeira* trilha descrita se baseia nos pressupostos da teoria sócio-histórico-cultural de Vigotski; a *segunda* trilha fundamenta-se nos princípios da educação contemporânea, respeitando as concepções humanísticas de aprender à: conhecer, saber, conviver e ser; a *terceira* parte da intersecção das abordagens da psicanálise e alguns de seus representantes como Didier Anzieu²⁹ e Bion³⁰, do psicodrama de Moreno³¹ e da abordagem de campo social de Kurt Lewin³² com os postulados da Gestalt; a *quarta* trilha se fundamenta no modelo de gestão por competências; e a *quinta* indica que a prática do coordenador de grupo deve ser baseada na metodologia de laboratório teórico-vivencial (Motta, Munari, Leal, Medeiros e Nunes, 2007).

Em relação à teoria vigotskiana (*primeira trilha*), os autores destacam que a mesma é fundamental visto que explicita a importância do outro social no desenvolvimento dos indivíduos e que é a aprendizagem que promove o desenvolvimento. Os autores trabalham com os conceitos de zona de desenvolvimento real e proximal, situando a atuação do coordenador do grupo nesta última. Também destacam a importância de o coordenador do grupo realizar a contextualização sócio-histórica-cultural do grupo em questão (Motta, Munari, Leal, Medeiros e Nunes, 2007).

Em nossa análise, os textos citados acima demonstram que grande parte dos autores que discutem a psicoterapia em interlocução com a Psicologia Histórico-Cultural, trabalham a temática a partir de uma vinculação desta teoria com outras abordagens teóricas. Nos artigos citados, a Psicologia Histórico-Cultural não é a teoria que guia o planejamento do processo psicoterapêutico; ela contribui para que os autores reflitam sobre alguns aspectos do mesmo. Evidencia-se que o conceito mais utilizado da psicologia vigotskiana para se pensar a psicoterapia é o de zona de desenvolvimento proximal. De forma geral, os autores se apropriam da teoria para destacar a psicoterapia enquanto promotora de desenvolvimento, atuante na zona de desenvolvimento proximal do sujeito.

²⁹ Didier Anzieu (1923-1999). Psicanalista francês.

³⁰ Wilfred Ruprecht Bion (1897-1979). Psicanalista britânico.

³¹ Jacob Levy Moreno (1889-1974). Médico, psicólogo e dramaturgo romeno. Criador do psicodrama.

³² Kurt Lewin (1890-1947). Psicólogo alemão criador da Teoria do Campo.

1.10 ALGUNS FUNDAMENTOS DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL NA ANÁLISE DE PRÁTICAS TRADICIONAIS E PSICOTERAPIA

Os artigos que serão apresentados a seguir utilizam conceitos da Psicologia Histórico-Cultural para analisar algumas teorias e técnicas psicoterápicas contemporâneas. Compreendemos que os autores visam analisar atendimentos psicoterápicos já concluídos, que foram concretizados a partir de outras abordagens teóricas, ou aspectos teóricos e técnicos provenientes de diferentes abordagens psicoterapêuticas. Os autores não discutem sobre um modelo de psicoterapia especificamente baseado na teoria vigotskiana, mas se fundamentam nela para propor uma reflexão sobre algumas práticas tradicionais em psicoterapia. Os principais conceitos de Vigotski abordados por estes autores é o da lei genética geral do desenvolvimento e o de zona de desenvolvimento proximal, situando a psicoterapia como um processo correlato ao processo de ensino-aprendizagem, promotor de desenvolvimento.

Musaeus e Brinkmann (2011) realizam um estudo de caso de uma família submetida à psicoterapia domiciliar. Para a análise dos dados, afirmam se utilizar da teoria sociocultural de Vigotski, da psicologia cultural semiótica de Valsiner³³, da abordagem genealógica de Foucault³⁴ e na noção de Psicodiscurso de Rose³⁵. Os autores buscam entender como esta família, que foi submetida anteriormente à psicoterapia domiciliar por outros profissionais, se apropriou do discurso psicológico e o aplicou em seu cotidiano. Objetivam também discutir como a psicoterapia tem se tornado um discurso governante que influencia as famílias contemporâneas. Musaeus e Brinkmann (2011) realizaram uma entrevista com a família em questão, e analisaram o discurso de um ponto de vista semiótico.

Ainda, os pesquisadores afirmam que a prática terapêutica realizada com essa família foi amplamente inspirada pela psicanálise, terapias sistêmicas e comportamentais, fundamentação teórica esta que reflete os psicodiscursos mais prevalentes do século XXI. Os autores concluem que as teorias de Foucault e Vigotski os ajudam a compreender que as práticas discursivas nas famílias contemporâneas envolvem uma mediação semiótica influenciada pelo discurso das teorias psicológicas. Concluem que as técnicas Behavioristas utilizadas na terapia familiar foram empregadas pelos membros da família para resolução de suas questões, mas também acabaram por exacerbar emoções negativas e conflitos. Desenvolvem uma crítica a respeito da utilização de algumas técnicas, como de punição e recompensa (Musaeus & Brinkmann, 2011).

³³ Jaan Valsiner (1951-). Psicólogo americano.

³⁴ Michel Foucault (192-1984). Filósofo francês.

³⁵ Nikolas Rose (1947-). Sociólogo britânico.

A partir da teoria de Vigotski, entendem que a psicoterapia funciona como um sistema de signos que o sujeito se apropria, e que passa a regular seu comportamento, do inter para o intrapsicológico. As técnicas psicoterápicas ensinadas pelo terapeuta para a família funcionam como um signo regulador para outros signos em um sistema hierárquico flexível de regulação semiótica (Musaeus & Brinkmann, 2011).

Já Sundet (2009) apresenta uma pesquisa realizada na *Unidade Familiar do Hospital Buskerud* da Noruega. O autor objetiva compreender se a utilização de testes psicométricos como *Session Rating Scale* (SRS) e *Outcome Rating Scale* (ORS), que visam fornecer conclusões confiáveis e válidas sobre a aliança terapêutica e o resultado da psicoterapia, de fato auxiliam no processo terapêutico. Tais testes são utilizados a partir da detecção da necessidade de monitorar continuamente o processo e os resultados em psicoterapia, visando fornecer *feedback* aos usuários e seus terapeutas. A pesquisa foi realizada na mencionada Unidade Familiar, que oferece terapia familiar inspirada no que o autor denomina de abordagem pós-moderna orientada pela linguagem. O trabalho é eclético, mas fundamentado principalmente na prática narrativa de Michael White.

Com o auxílio de alguns conceitos da teoria de Vigotski e de Bakhtin, o autor conclui que o uso dos questionários funciona como um feedback formalizado, que pode ser implementado dentro da prática de terapia familiar pós-moderna. Tais ferramentas atuam na zona de desenvolvimento proximal do terapeuta e da família, conceito postulado por Vigotski, auxiliando ambos para focalizar os conflitos que estão em evidência e atuando como uma ferramenta para iniciar o diálogo. Estas ferramentas são mediadoras e expandem as opções de conversação e as ações em contextos terapêuticos. A teoria de Vigotski da zona de desenvolvimento proximal é utilizada pelo autor para explicar porque tais ferramentas são efetivas, e como elas atuam (Sundet, 2009).

Leiman (2002; 2011) defende que as contribuições da teoria semiótica de Bakhtin podem ser utilizadas para se pensar a pesquisa em psicoterapia, que visa refletir sobre os resultados do processo psicoterápico. Para o autor, as enunciações do cliente e do terapeuta, durante a psicoterapia realizada por qualquer abordagem teórica, podem ser consideradas objeto de pesquisa. O autor discute a importância da teoria de Vigotski e Bakhtin para explicar a comunicação que ocorre em psicoterapia (realizada a partir de qualquer abordagem teórica), como ela funciona e como produz resultados.

Para o autor, nem o conceito de signo elaborado por Vigotski, nem a teoria semiótica de Bakhtin, tal como foram formulados originalmente, podem ser transferidos diretamente para o estudo dos enunciados e da natureza semiótica dos processos intrapsíquicos que se

movimentam em psicoterapia. A pesquisa em psicoterapia precisa de suas próprias formulações em relação ao seu objeto de estudo, sobre os mecanismos mediadores que explicam os fenômenos observados e uma unidade de análise que vincula os fenômenos ao princípio explicativo. Mas a teoria destes autores dá base para se pensar a pesquisa em psicoterapia. O autor ensaia que o conceito de posição semântica de Bakhtin deveria tornar-se a unidade de análise de enunciados tanto na pesquisa em psicoterapia quanto na psicologia em geral (Leiman, 2011).

Por fim, Sorrell (2006) se propõe a examinar contradições de práticas em psicoterapia que, segundo o autor, derrubam as possibilidades de que a mesma seja emancipatória. O autor tece sua crítica a partir da teoria de Habermans³⁶, mas traz Vigotski para enriquecer a discussão e buscar superar algumas lacunas que considera terem sido deixadas por Habermans. Sorrell (2006) busca propor uma reconceituação da psicoterapia, defendendo uma prática transformadora e libertadora.

O autor se baseia no conceito de zona de desenvolvimento proximal de Vigotski para debater que a psicoterapia seria um espaço educativo, que promoveria desenvolvimento. O terapeuta, a partir de um comprometimento ético e empático, e por meio da função dialógica da linguagem, cria um espaço livre no qual podem ser construídas novas respostas aos problemas do sujeito. Juntos, terapeuta e cliente podem criar o espaço livre no qual todas as diferenças de poder se difundem e são realocadas para o espaço de livre relacionamento (Sorrell, 2006).

Explicita a lei da internalização de Vigotski, a qual postula que um sujeito mais desenvolvido transmite os preceitos culturais à criança que, ao participar ativamente neste processo, se apropria da cultura humana. A criança não é passiva nessa interação, mas atua em uma correção mútua e sincrônica nessas interações sociais, que criam tanto a percepção dos outros quanto um senso de identidade para o sujeito. Para Sorrell (2006), a psicoterapia deve se utilizar deste processo ao propor um modelo de cuidado. O terapeuta funciona como um modelo de autoridade legítima que transmite conhecimento ao cliente, que cresce e se desenvolve de forma autônoma.

Sorrell (2006) propõe uma psicoterapia emancipatória, possível por meio do encontro empático entre terapeuta e cliente. Esse relacionamento é assimétrico, já que o terapeuta representa o especialista, mas possibilita que o sujeito desenvolva uma ação independente por meio da prática emancipatória do terapeuta. Esta prática é baseada na empatia e na criação de um espaço promotor de desenvolvimento que visa sustentar e promover a ação independente

³⁶ Jürgen Habermas (1929-). Filósofo e sociólogo alemão.

do cliente, sua emancipação do terapeuta, assim como Vigotski descreve que ocorre no desenvolvimento da criança.

1.11 TECENDO ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Esta pesquisa bibliográfica nos permitiu mapear algumas iniciativas que se propuseram conceituar o processo psicoterapêutico em interlocução com a teoria vigotskiana. Concluímos que ainda são poucos os estudos que discutem uma proposta de intervenção psicoterapêutica baseada especificamente nesta teoria. A maior parte dos autores citados trabalham a temática a partir da vinculação da Psicologia Histórico-Cultural com outras abordagens teóricas de fundamento epistemológico distinto. Os principais conceitos de Vigotski abordados são sobre a relação entre desenvolvimento e aprendizagem, expressos na lei genética geral do desenvolvimento e nos conceitos de zona de desenvolvimento real e proximal.

Apesar disso, a diversidade de estudo apresentada aponta para potencialidade desta perspectiva teórica no debate sobre as possibilidades de intervenção psicoterapêutica. Em nossa análise, a psicologia de Vigotski nos oferece considerações fundamentais que possibilitam pensar a psicoterapia especificamente a partir dos fundamentos teórico-filosóficos desta perspectiva, e desenvolver práticas coerentes com tais pressupostos.

Ao apresentarmos, ainda que brevemente todos estes textos nesta seção, tivemos como objetivo colaborar para a construção de um corpo teórico a respeito da psicoterapia de fundamento histórico-cultural. Delari Junior (2015, grifos do autor) discute que não é possível substancializar o que seria “a psicoterapia sócio-histórica”, ou “a psicoterapia histórico-cultural”. O autor discute que não existe, por exemplo, “a psicoterapia psicanalítica”, mas sim várias tendências sob este mesmo denominador, que reúne ideias divergentes e até mesmo opostas, construídas a partir do mesmo fundamento teórico. Da mesma maneira, o autor entende que não se pode falar categoricamente, de forma singular, homogênea e unificada, sobre uma perspectiva psicoterapêutica histórico-cultural.

Consideramos que o estudo dos diversos autores analisados potencializa as discussões sobre a psicoterapia de fundamento histórico-cultural. A apresentação destes textos nesta seção se volta para o objetivo de fomentar o diálogo, para que demais pesquisadores possam partir do que já se desenvolveu, apontando avanços e limites e propondo novas formulações sobre a temática.

SEÇÃO II – A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA À LUZ DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

A Psicologia Histórico-Cultural compreende o processo saúde-doença como vinculado às condições históricas e culturais. Como vimos, a teoria da *determinação social do processo saúde-doença* compreende o adoecimento como processo histórico e social, e as formas de sofrimento psíquico como relacionadas ao modo de produção da vida. O sofrimento psíquico tem sua gênese nos processos críticos da vida social (Almeida, 2018).

Com base na Psicologia Histórico-Cultural, entendemos que uma das possibilidades de atuação psicoterapêutica individual com adultos é a de atuação sobre o processo de formação de consciência, contribuindo para que o sujeito desenvolva sua compreensão da realidade (individual e social) e de seu sofrimento psíquico, e constitua possibilidades de enfrentamento de seu sofrimento, de atuação na sociedade, de construção de projetos de transformação da mesma, de forma individual e coletiva.

Tendo em vista a defesa de que a psicoterapia de adultos pode se constituir como promotora de desenvolvimento da consciência, e que tal desenvolvimento contribui para que o sujeito possa desenvolver possibilidades de atuação individual e coletiva frente a realidade e seu sofrimento psíquico, temos como objetivo, nesta seção de nosso estudo, discutir sobre o processo de formação da consciência à luz da Psicologia Histórico-Cultural. A finalidade de tal discussão é assentar as bases teóricas que nos possibilitam pensar a prática psicoterapêutica do psicólogo em contexto clínico com vistas a atuar sobre este processo.

Diversos autores, como Aguiar (2000), Duarte (2004), Toassa, G. (2006), Lordelo (2007), Almeida (2008), Carvalho, Araújo, Ximenes e Pascual (2010), Euzébios Filho (2010), Lordelo e Tenório (2010), Almeida, Abreu e Rossler (2011), Delari Junior (2013), Martins (2015), Carmo e Gonçalves (2016) e Aita e Tuleski (2017) buscaram compreender o processo de formação da consciência a partir da psicologia vigotskiana, de forma consistente e detalhada. Não pretendemos aqui esgotar o assunto e/ou propor novas contribuições ao estudo do desenvolvimento da consciência à luz da Psicologia Histórico-Cultural. Nosso objetivo é destacar de forma concisa importantes conceitos desta teoria que contribuirão para nossa proposta de intervenção psicoterapêutica, nos aprofundando em algumas questões apenas na medida em que as consideramos relevantes para a análise de nosso objeto.

Tomando como base os estudos de Vigotski, Luria e Leontiev, e de outros autores clássicos da Psicologia Histórico-Cultural, bem como da sistematização realizada por autores contemporâneos, iremos apresentar nossas considerações sobre a consciência a partir de três

definições interligadas: a consciência enquanto reflexo psíquico da realidade; enquanto sistema de funções psíquicas e enquanto processo de tomada de consciência.

Dentre os trabalhos de autores contemporâneos, destacamos três estudos que orientaram nossa pesquisa: os estudos de Toassa (2006), Delari Junior (2013) e Martins (2015). Toassa (2006) percorre a obra de Vigotski buscando compreender como este autor analisa o conceito de consciência, e identifica que o conceito, para este autor, se desmembra em três acepções basilares: como processo de tomada de consciência da realidade externa e interna; como atributo de conteúdos e processos psicológicos (qualificando distintas funções ou conteúdos psíquicos com o termo *consciente* ou utilizando o termo referindo-se ao estado de vigília de uma pessoa); e enquanto um sistema psicológico, que articula as funções psicológicas superiores. Estas três acepções se articulam e se constituem como fundamento da psicologia de Vigotski, conforme sugere a autora.

Delari Junior (2013) busca estudar os conceitos de consciência, linguagem e subjetividade em Vigotski. Sobre a consciência, explicita que tal conceito pode ser tomado a partir de distintas definições, inter-relacionadas. O autor explicita a consciência enquanto emergente da vida; como distanciamento e reflexão; como presença e parcialidade e; como função de relações sociais.

Já Martins (2015) busca estudar o desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar a partir das constituições da Psicologia Histórico-Cultural. Ao fazê-lo, se debruça também sobre a temática da consciência. A autora explicita a relação entre psiquismo humano e consciência (o psiquismo enquanto imagem do real); e a relação entre o psiquismo, consciência e as funções psicológicas superiores (psiquismo sistema funcional).

Entendemos que as três compreensões que iremos destacar, a saber – a consciência enquanto reflexo psíquico da realidade; enquanto sistema de funções psíquicas e como processo de tomada de consciência – abarcam os estudos dos autores clássicos e contemporâneos mencionados, e colaboram para explicitarmos de forma mais didática nosso estudo. Iremos explicar didaticamente sobre estas três acepções do termo *consciência*, mas procuraremos demonstrar, ao longo de todo texto, que tais definições estão vinculadas e formam um construto teórico único.

2.1 A CONSCIÊNCIA ENQUANTO REFLEXO PSÍQUICO DA REALIDADE

“Não é a consciência dos homens que determina seu ser, mas, pelo contrário, seu ser social é que determina sua consciência.”

Karl Marx

A Psicologia Histórico-Cultural, partindo do método materialista histórico-dialético, ao entender o homem como um ser concreto cuja essência é construída na e pelas relações sociais, possibilita a superação de interpretações dicotômicas entre indivíduo e sociedade, entre experiência interna e externa. O psiquismo é, ao mesmo tempo, estrutura orgânica e imagem subjetiva da realidade. Fenômenos psíquicos e mundo material são entendidos a partir de sua relação dialética, o que permite a superação das teorias biologizantes e mecanicistas (centradas no desenvolvimento orgânico e natural do sujeito) e das teorias psicologizantes (como o idealismo introspeccionista).

Os teóricos da Psicologia Histórico-Cultural compreendem que o que define a essência humana é sua natureza social, construída historicamente. Referir-se ao desenvolvimento do psiquismo humano com base neste pressuposto teórico é entendê-lo como produto da história dos homens, como movimento. Este entendimento advém da adoção da dialética enquanto lógica e teoria do conhecimento. O contexto histórico e cultural no qual o sujeito está imerso é que possibilita que este se desenvolva como sujeito, por meio de uma relação dialética entre objetividade e subjetividade entre indivíduo e sociedade, entre mundo interno e mundo externo (Cambaúva; Tuleski, 2007).

Leontiev (1975/1984) afirma que o psiquismo humano³⁷ se manifesta como imagem subjetiva do mundo objetivo, como reflexo psíquico da realidade. A imagem psíquica se desenvolve por meio da atividade que a condiciona, e nisso reside a materialidade da própria consciência. Nas palavras de Leontiev:

[...] a atividade complexa dos animais superiores, submetida a relações naturais entre coisas, transforma-se, no homem, numa atividade submetida a relações sociais desde a sua origem. Essa é a causa imediata que dá origem à forma especificamente humana do reflexo da realidade: a consciência humana (Leontiev, 1975/1984, p. 79).

³⁷ Os teóricos da psicologia soviética traçam uma importante discussão entre a diferença do psiquismo humano e do psiquismo animal. Ao buscarmos entender a consciência enquanto reflexo psíquico da realidade, é importante observarmos que o psiquismo humano, ao longo de seu desenvolvimento sócio-histórico, adquiriu propriedades essencialmente distintas em relação ao psiquismo animal. Segundo Leontiev (1947/2004b), o que governa o desenvolvimento psíquico no mundo animal são as leis da evolução biológica. Já no que diz respeito ao homem, o desenvolvimento psíquico é gerido por leis sócio-históricas. Não nos adentraremos nesta discussão e, para aprofundamento da temática, indicamos ao leitor o texto de Leontiev (1947/2004b), *Ensaio sobre o desenvolvimento do psiquismo*.

Segundo Martins (2007), as relações estabelecidas pelo homem com a natureza exigiram um grau de organização de ações que não poderiam ser garantidas somente pelo aparato biológico humano. O trabalho exigiu uma forma particularmente humana de reflexo da realidade, representada pela consciência. Martins (2015, p. 28) define que:

A consciência é a expressão ideal [ideal como relativo a ideias] do psiquismo, desenvolvendo-se graças à complexificação evolutiva do sistema nervoso central pela decisiva influência do trabalho e da linguagem, inaugurando a transformação do ser orgânico em ser social. Com o advento da consciência, a realidade – e tudo o que a constitui – adquire outra forma de existência representada pela imagem psíquica, pela ideia que dela se constrói.

Leontiev (1961/2004c; 1975/1984) afirma que a atividade humana, o trabalho, e a forma como esta atividade está estruturada determinam a ocorrência de modificações nas propriedades da consciência. Considerando a intervinculação entre a atividade vital do sujeito, o desenvolvimento da sua consciência e as relações sociais estabelecidas, o autor compreende a consciência individual:

[...] como forma especificamente humana do reflexo subjetivo da realidade objetiva, [que] só pode ser compreendida como produto das relações e mediações que aparecem durante a formação e o desenvolvimento da sociedade. Fora do sistema destas relações (e fora da consciência social) não é possível a existência do psiquismo individual em forma de reflexo consciente, de imagens conscientes (Leontiev, 1975/1984, p. 103).

Entender a consciência como construída pelas relações sociais significa situá-la como essencialmente dependente do modo de produção da vida material dos homens. A consciência transforma-se qualitativamente à medida que a qualidade das condições sociais da existência se modifica. Suas particularidades dependem das especificidades das relações sociais de produção (Leontiev, 1947/2004b).

Este entendimento explicitado por Leontiev (1947/2004b) também fundamenta a teoria de Vygotski (1930/2004). Para Vygotski (1930/2004), a personalidade e a estrutura do comportamento humano são construídas pelo desenvolvimento histórico dos homens. A constituição psíquica é diretamente dependente do desenvolvimento tecnológico, das forças produtivas e da estrutura da sociedade na qual este sujeito está inserido. A atividade humana está sempre vinculada às relações sociais, relações de classe. Tal compreensão ratifica a importância da relação de dependência entre a consciência e as condições materiais de existência.

O psiquismo humano é uma unidade material e ideal, é imagem subjetiva da realidade, que foi construída filogeneticamente e ontogeneticamente por meio da atividade prática. Cisne (2014, p. 119, grifo da autora) define a consciência como um produto da atividade prática e social, que se constitui:

“[...] em uma *unidade material e ideal* composta filogeneticamente e ontologicamente por meio da atividade, pelo agir humano, por formas e meios de o homem se relacionar com a realidade para produzir e reproduzir as condições de sua existência. Portanto, a consciência é a expressão ideal do psiquismo que se manifesta como imagem subjetiva do mundo objetivo. [...]”.

Para Martins (2015), a consciência deve ser apreendida como ato psíquico experienciado pelo indivíduo, ao mesmo tempo em que é expressão de suas relações com os outros homens e com o mundo. A vivência psíquica é produzida pela relação do sujeito com o mundo externo. A atividade humana no mundo objetivo vai, paulatinamente, se transformando em atividade subjetiva. O psiquismo humano é objetivo e subjetivo, uma unidade entre atividade e consciência.

Entender a consciência enquanto reflexo psíquico da realidade, para Martins (2015), é entendê-la em suas dimensões dialeticamente imbrincadas: sendo subjetiva, visto que pertence ao indivíduo, que a criou a partir de sua atividade teórica e intelectual. Mas sendo também objetiva, por seu conteúdo estar sustentado na base material, na atividade social prática do homem e pela atividade material cerebral do sujeito.

A autora esclarece que a imagem subjetiva não é uma cópia mecânica do real. Ela não se constitui a partir do contato imediato com o objeto, mas sim a partir de uma relação ativa e mediada entre sujeito e objeto. O que é subjetivo não advém de uma interioridade abstrata, ao mesmo tempo que não é um reflexo mecânico e idêntico à realidade. A transmutação da realidade em reflexo psíquico consciente não é um processo de uma simples conversão de sensações, da apreensão imediata do mundo objetivo, que se traduzem em representações abstratas. Tampouco é uma cópia mecânica da realidade, visto que a imagem não coincide imediatamente com o objeto que ela representa. Existe uma contradição, uma não coincidência, entre a aparência sensorial de um fenômeno e sua essência. Ocorre uma conversão do real em um conceito, uma transformação da universalidade concreta em uma expressão conceitual (Martins, 2015), como discutiremos melhor posteriormente.

Lordelo (2007) e Lordelo e Tenório (2010), em seus estudos sobre a consciência na obra de Vigotski, destacam que este autor faz uso da metáfora do espelho para ilustrar a condição epistemológica da categoria consciência enquanto reflexo psíquico da realidade.

Comparando a consciência a um reflexo no espelho, Vigotski (1927/2004d) afirma que devemos estudá-la não como algo totalmente real, nem simplesmente como uma imagem ou ilusão, mas sim como um evento que é real de outra forma. A consciência deve ser estudada como um fenômeno resultante da realidade e da internalização desta realidade.

Rubinstein (1934/1976) também segue este mesmo entendimento. Para o autor, todo fato psíquico é, ao mesmo tempo, parte da realidade material e uma imagem psíquica desta. Na concepção marxista de consciência o decisivo, para o autor, é superar as contradições entre social e individual, externo e interno, a partir da análise de que a consciência se forma no processo de ação do homem sobre o mundo, na prática social. “Nesta tese aparece, como momento central, a proposição sobre a *historicidade* da consciência” (Rubinstein, 1934/1976, p. 38).

Delari Junior (2013) afirma que Leontiev, Vigotski e Rubinstein apresentam certas diferenças em sua conceituação sobre a consciência, mas que tais diferenças não são tão profundas a ponto de se apresentarem como uma divergência teórica. O conceito marxista clássico de consciência como reflexo material parcial³⁸ do mundo está fortemente colocado na concepção destes três autores. O reflexo psíquico não é entendido por eles como arco-reflexo, mas sim como imagem, no sentido filosófico do termo. Os três autores entendem a consciência a partir de sua gênese histórica, e em seu caráter reflexivo, cognoscitivo, como possibilidade de distanciamento e compreensão da realidade.

Para os três autores a consciência está estritamente vinculada com à constituição de um conhecimento efetivo da realidade objetiva, em seus nexos e relações genético-causais. Este conhecimento se volta tanto para a compreensão da realidade externa, do mundo físico que independe do homem, quanto para a compreensão da realidade interna e social, da inserção física e política do homem no mundo (Delari Junior, 2013).

Como vimos, o conceito de consciência está atrelado à categoria de atividade. Dialeticamente, as particularidades estruturais da atividade humana constroem as particularidades estruturais da consciência. Na Psicologia Histórico-Cultural, o conceito de atividade é definido como a

[...] forma de relação viva através da qual se estabelece um vínculo real entre a pessoa e o mundo que a rodeia. Por meio da atividade o indivíduo atua sobre a natureza, sobre as coisas e sobre as pessoas. Na atividade, o indivíduo desenvolve e realiza suas propriedades internas, intervém como sujeito em relação às coisas e como personalidade em relação às pessoas. Por seu turno, ao experimentar as

³⁸ Parcial, visto que o número de relações existentes na realidade é infinito.

influências recíprocas, descobre assim as propriedades verdadeiras, objetivas e essenciais das pessoas, das coisas, da natureza e da sociedade (Petrovski, 1985, p. 142-143).

Leontiev (1975/1984) discute que o homem nasce dotado de necessidades elementares, biológicas. Conforme o sujeito começa a atuar, estabelecem-se vínculos entre as necessidades e os objetos que a elas atendem. Na necessidade do sujeito não está registrada de imediato o objeto capaz de satisfazê-la; tal objeto precisa ser descoberto. É com o resultado dessa descoberta que a necessidade vai adquirindo sua objetividade e que o objeto que é representado por esse processo de descoberta vai adquirindo a função estimuladora e orientadora da atividade, convertendo-se em *motivo*.

Inicialmente a necessidade é condição para a atividade. Contudo, quanto mais esta atividade se complexifica, mais esta premissa se inverte. Ao longo do desenvolvimento histórico do homem, as necessidades foram se tornando resultado da atividade. As atividades foram produzindo novas necessidades, de natureza histórico-social (Leontiev, 1975/1984).

O conceito de atividade está, assim, sempre relacionado ao conceito de motivo (gerador da atividade). *Motivos* são objetivos que excitam a agir e dirigem a ação do sujeito para satisfação de uma determinada necessidade. Por trás do motivo há sempre uma ou outra necessidade, seja ela uma biológica ou social. Toda atividade tem um motivo, que pode ser externo (material) ou ideal (existente na ideia do sujeito³⁹). Segundo Leontiev (1975/1984), quando uma atividade é aparentemente não motivada, na verdade ela possui um *motivo oculto*⁴⁰.

O autor analisa que o motivo é o que impulsiona a atividade a um *objetivo*. Os objetivos não surgem arbitrariamente, mas são dados dentro da circunstância objetiva na qual o sujeito vive e são gerados a partir da atividade do indivíduo, que ocorre num contexto histórico e social.

O autor denomina de *ações* os componentes da atividade. Toda ação é consciente e se forma no interior da atividade que determina suas particularidades psicológicas. Esta atividade se desenvolve dentro da esfera das relações sociais. As ações estão subordinadas ao objetivo a ser alcançado. As ações realizadoras de uma atividade são estimuladas por seu motivo (por que eu quero), mas são dirigidas por um objetivo (o que eu quero). Assim, uma mesma ação pode fazer parte de atividades distintas e, em sentido inverso, um mesmo motivo pode se concretizar em diferentes objetivos e gerar diferentes ações. Isso significa que a

³⁹ É importante ressaltar que mesmo o que é ideal (subjetivo) decorre da materialidade, da relação do sujeito com a realidade objetiva.

⁴⁰ Discutiremos melhor sobre a estrutura motivacional da personalidade na seção III de nosso estudo.

formação de ações subordinadas ao objetivo final produz um desmembramento das funções que antes estavam consolidadas com o motivo (Leontiev, 1975/1984).

Em outras palavras, a atividade é sempre mais complexa, sendo composta de uma cadeia de ações. O sujeito, ao estabelecer um objetivo a ser alcançado, projeta-se para o futuro e articula mentalmente as ações necessárias para que ele atinja esse objetivo. Tal encadeamento de ações, que se dirige ao objetivo final e que é impulsionado pelo motivo que gera a atividade, pode perder seus nexos inicialmente estabelecidos. A atividade humana pode decompor-se em diversas e diferentes ações, cujo sentido não está posto nelas mesmas, mas na relação com o objetivo geral e o motivo da atividade. Isso possibilita que o sentido e o significado das ações possam se dissociar, como discutiremos melhor posteriormente.

As formas pelas quais a ação se realiza são denominadas de *operações*. O autor discute que uma operação, depois de exercida várias vezes, pode se tornar automática, saindo da esfera dos processos conscientizados; mas em caso de necessidade estas operações podem, a todo o momento, ser de novo conscientizadas.

Vygotski (1934/1991) também evidencia a relação dialética entre consciência e atividade, e postula a unidade indissolúvel entre interno e externo, entre atividade individual e atividade social, a partir do conceito de internalização do interpsicológico para o intrapsicológico. Nas investigações de Vigotski, o conceito de funções psicológicas superiores é um dos mais importantes e cumpre o papel fundamental de explicitar como o processo de formação da consciência ocorre. Nas palavras de Vigotski:

Creemos que o sistema de análise psicológica adequado para desenvolver uma teoria deve partir da teoria histórica das funções psíquicas superiores, que por sua vez se apoia em uma teoria que responde à organização sistêmica e ao significado da consciência no homem. Essa doutrina atribui um significado primordial: a) à variabilidade das conexões e relações interfuncionais; b) à formação de sistemas dinâmicos complexos, integrantes de toda uma série de funções elementares; e c) ao reflexo generalizado da realidade na consciência. Esses três aspectos constituem, na perspectiva teórica que defendemos, o conjunto de características essenciais e fundamentais da consciência humana e são a expressão da lei segundo a qual os saltos dialéticos não são unicamente a transição da matéria inanimada à sensação, mas também dela ao pensamento (Vygotski, 1934/1991, p. 134).

A apropriação da realidade pelo sujeito não se dá de forma imediata ou mecânica, mas sim mediada. Não é uma mera conversão de sensações em processos de abstração complexos. Todas as funções psicológicas superiores atuam neste intrincado e complexo

processo de captura da realidade. A internalização ocorre por meio da apropriação dos signos, que são mediadores semióticos das relações dos homens com a cultura. Neste sentido, para Marino Filho (2010, p. 80):

[...] a atividade vital humana é caracterizada por formas que se sobrepõem àquela causada pela imediata relação sensível do homem com o mundo material. Isso quer dizer que sobrevém para o homem a vivência, ou experiência viva, em planos de relações que ultrapassam a sensibilidade e alcançam a esfera das relações simbólicas.
[...]

Surge para os indivíduos novas necessidades sociais e afetivas que irão caracterizar a especificidade do seu processo de individuação. Este processo produz as representações simbólicas orientadoras do comportamento. As funções psicológicas superiores operam com o conjunto de informações adquirido das respostas dadas pela realidade objetiva e pelas avaliações do pensamento do sujeito. “[...] esse conjunto de informações forma o conteúdo do sistema de orientação e controle que, por sua vez são constituídos na própria atividade” (Marin Filho, 2010, p. 82). A seguir, explicitaremos com mais detalhes este entendimento de que a consciência é mediada pelas representações simbólicas, a partir da definição de consciência enquanto um sistema de funções psíquicas.

2.2 A CONSCIÊNCIA ENQUANTO SISTEMA DE FUNÇÕES PSÍQUICAS

“Todas as funções psíquicas superiores são relações interiorizadas de ordem social, são o fundamento da estrutura social da personalidade. Sua composição, estrutura genética e modo de ação, em uma palavra, toda sua natureza é social.”

Lev Semionovich Vigotski

Ao buscar explicar como a consciência se constitui como reflexo psíquico da realidade, os autores da Psicologia Histórico-Cultural, principalmente Vigotski, se encaminharam para o estudo das funções psicológicas superiores. Para Vigotski, existe uma condicionalidade recíproca entre a formação das funções psíquicas e a construção do reflexo psíquico da realidade.

A definição de Vigotski a respeito do conceito de consciência e seu entendimento sobre como ela se constitui vai se alterando ao longo de sua obra (Toassa, 2006; Aita, 2014; Cisne, 2014). Em seus textos iniciais, como em *O método de investigação reflexológico e psicológico* (Vigotski, 1924/2004e) e *A consciência como problema da psicologia do*

*comportamento*⁴¹ (Vigotski, 1925/2004a), o entendimento da consciência está bastante atrelado à reflexologia. Vigotski (1924/2004e; 1925/2004a) considera, inicialmente, que a consciência é um sistema de mecanismos transmissores de reflexos, e que o processo de tomada de consciência seria análogo ao processo de transmissão de certos reflexos a outro grupo ou sistema de reflexos.

Posteriormente, nos textos *O método instrumental em psicologia* (Vigotski, 1930/2004c), e no trabalho desenvolvido com Luria *O instrumento e o signo no desenvolvimento da criança* (Vigotski & Luria, 1930/2007), Vigotski sistematiza que as funções psíquicas superiores são produto do desenvolvimento histórico da humanidade. O autor explica que a linguagem e o uso dos signos reconstróem o psiquismo humano e que as funções psíquicas superiores vão formando sistemas psicológicos funcionais integrados. Então, é possível dizer que ocorre uma mudança do entendimento inicial do autor de que a consciência é um sistema de reflexos para o entendimento de que a mesma é composta por um sistema de funções psíquicas (Aita, 2014).

Nos textos *Pedologia do adolescente* (Vygotski, 1931/1996c) e em *Pensamento e linguagem*⁴² (Vygotski, 1934/2001), Vigotski define que a consciência é um todo único, um sistema psicológico composto pelo conjunto das funções psíquicas superiores. O autor desenvolve o conceito de neoformação, e explicita que a consciência se desenvolve a partir da modificação geral de sua estrutura e da mudança entre os vínculos de seus elementos, como veremos ao longo de nosso texto (Aita, 2014).

A seguir, buscaremos esclarecer melhor como Vigotski entende este processo de gênese e desenvolvimento das funções psicológicas superiores, buscando situá-las como a base da formação social da consciência. Para tanto, iniciaremos explanando sobre o desenvolvimento das funções psíquicas em específico e, na sequência, sobre sua estrutura sistêmica integrada.

Sobre o debate a respeito de quais seriam especificamente as funções psíquicas superiores, Vygotski (1931/2000, p. 29) justifica que:

⁴¹ Sobre este último texto, Shuare (1990) explica que devemos compreendê-lo tendo em vista o momento em que Vigotski o escreveu. Naquele período, ocorria, na União Soviética, um embate entre a psicologia introspectiva (baseada no idealismo filosófico), e a psicologia objetiva, com destaque para a reflexologia. A reflexologia era vista como uma possibilidade de superação da psicologia idealista. Somente depois, com a discussão epistemológica de Vigotski e com as críticas deste autor a esta teoria que tal vertente se retraiu. Em seus primeiros textos, Vigotski (1924/2004e; 1925/2004a) ainda está bastante influenciado pela reflexologia. Apesar disso, já vai aparecendo em sua obra o entendimento de que a consciência não é uma soma de reflexos, mas sim, um processo integral único. É somente depois da sistematização do conceito de internalização do signo e de sistemas psicológicos que Vigotski desenvolve o estudo da consciência em novas perspectivas.

⁴² Para a elaboração deste trabalho, utilizamos a versão deste texto em espanhol, presente no tomo II das Obras Escolhidas (Vigotski, 1934/2001) e a tradução da Martins Fontes para o português, *A construção do pensamento e da linguagem* (Vigotski, 1934/2010).

O conceito de ‘desenvolvimento das funções psíquicas superiores’ e o objeto de nosso estudo abarcam dois grupos de fenômenos que à primeira vista parecem completamente heterogêneos, mas que de fato são dois ramos fundamentais, duas causas de desenvolvimento das formas superiores de conduta, que jamais se fundem entre si ainda que estejam indissolúvelmente unidas. Trata-se, em primeiro lugar, de processos de domínio dos meios externos de desenvolvimento cultural e de pensamento: a linguagem, a escrita, o cálculo, o desenho; e, em segundo lugar, dos processos de desenvolvimento das funções psíquicas superiores especiais, não limitadas com exatidão, que na psicologia tradicional se denominam atenção voluntária, memória lógica, formação de conceitos etc. Tanto uns como outros, tomados em conjunto, formam o que qualificamos convencionalmente como processos de desenvolvimento das formas superiores de conduta da criança.

Segundo Martins (2015), Vigotski não visou a clara distinção entre cada função propriamente dita e suas expressões funcionais sobre a forma de comportamentos complexos culturalmente formados, não explicitando quais seriam especificamente as funções psíquicas superiores. Isto porque seu foco estava no entendimento das relações interfuncionais e na expressão destas funções na forma de comportamentos complexos. O que o autor deixa claro é que as funções são formas culturais, que implicam no domínio do homem sobre a natureza e sobre si mesmo, e que elas sustentam atividades complexas que foram culturalmente desenvolvidas. O foco do autor estava em reconhecer que a vida social engendra, tanto filogeneticamente quanto ontogeneticamente, certas propriedades no psiquismo humano.

Vigotski estabelece algumas teses fundamentais para a compreensão da gênese das funções psíquicas superiores. A primeira delas é que as mesmas se edificam sobre a base dos processos psíquicos naturais, biológicos. Este autor explica como o psiquismo humano se constitui como imagem subjetiva da realidade objetiva, construída histórico-socialmente por meio do trabalho, sem perder de vista o entendimento de que o cérebro é o substrato material dos processos psíquicos (Martins, 2015).

A segunda tese é que elas possuem um funcionamento sistêmico, como buscaremos explicitar ao longo de nosso texto. A terceira é que a atividade mediadora (emprego de signos) é a base estrutural das formas culturais de comportamento, como veremos a seguir (Martins, 2015).

Vigotskii (1933/2010) propõe que toda função psíquica superior foi antes externa, social, para depois tornar-se interna, individual. As funções psicológicas superiores aparecem em dois planos: são primeiramente interpsíquicas, presente nas atividades coletivas e sociais;

depois tornam-se intrapsíquicas, como propriedade interna do psiquismo. A citação a seguir coloca em destaque a gênese social das funções superiores e estabelece a lei genética geral do desenvolvimento cultural:

Podemos formular a lei genética geral do desenvolvimento cultural do seguinte modo: toda função no desenvolvimento cultural da criança entra em cena duas vezes, em dois planos, primeiro no plano social e depois no psicológico, ao princípio entre os homens como categoria intersíquica e logo no interior da criança como categoria intrapsíquica. Este fato se refere igualmente à atenção voluntária, à memória lógica, à formação de conceitos e ao desenvolvimento da vontade. Temos todo direito de considerar a tese exposta como uma lei, à medida, naturalmente, em que a passagem do externo ao interno modifica o próprio processo, transforma sua estrutura e funções. Detrás de todas as funções superiores e suas relações se encontram geneticamente as relações sociais, as autênticas relações humanas. [...] (Vygotski, 1931/2000, p. 180).

Todas as funções psíquicas foram antes interpsicológicas (culturais, sociais) para depois tornarem-se intrapsicológicas (individuais). A sensação, a memória lógica, a atenção voluntária, o pensamento conceitual, a imaginação criadora e a vontade, entre outras funções, se desenvolvem por meio do processo de apropriação dos instrumentos e signos. E também as formas culturais de comportamento, como “[...] a fala, a leitura, a escrita, o cálculo, o desenho, a pintura, a produção estética, ética, científica e tecnológica [...]” (Martins, 2015, p. 110) se desenvolvem pela apropriação de signos exteriores, que se convertem em aquisições do próprio sujeito.

Com a internalização dos instrumentos e signos sociais, as funções psicológicas elementares são reconstruídas e reequipadas, tornando-se superiores. Quando o sujeito se apropria de um instrumento psicológico sua função psíquica natural se eleva a nível superior, reestruturando e ampliando sua atividade (Vygotski, 1930/2004f; 1930/2004c). A internalização dos signos, ou seja, do universo simbólico objetivado ao longo do percurso histórico e cultural, proporciona o salto qualitativo das formas elementares de comportamento para às formas complexas socialmente constituídas (Anjos, 2018).

De acordo com Martins (2015), a quarta tese de Vygotski sobre o desenvolvimento das funções psíquicas superiores diz respeito ao domínio da própria conduta. O desenvolvimento cultural pressupõe uma unidade entre a formação das funções psíquicas e do domínio sobre elas (controle voluntário do comportamento). Os signos organizam a conduta, são um meio de contato social da criança com as pessoas de seu entorno e transformam-se em

uma forma de a mesma controlar o próprio comportamento. O signo opera como um estímulo de segunda ordem que transforma as expressões espontâneas das funções psíquicas em expressões volitivas.

Para Martins (2015, p. 71), “[...] o conceito de signo está para a psicologia vigotskiana assim como o conceito de célula para a biologia e o de átomo para a física, instituindo-se, portanto, como unidade de análise de todo funcionamento psíquico”. Signos, ou instrumentos psicológicos, são dispositivos artificiais criados pelo homem que determinam o domínio dos processos psíquicos; são meios auxiliares para a solução de tarefas psicológicas. Os signos são inicialmente um meio de relação social que paulatinamente se transformam em um meio de influência do sujeito sobre si mesmo.

Aguiar (2000) compreende que, para Vigotski, a consciência é semioticamente estruturada. Ela se forma a partir da internalização dos signos, que se tornam instrumentos internos e subjetivos da relação do sujeito consigo mesmo. “Os signos representam, assim, a forma privilegiada de apreensão da consciência” (Aguiar, 2000, p. 129).

Cisne (2014) também destaca que o conceito de mediação assume um papel central na obra de Vigotski. A mediação é caracterizada pela intervenção de um elemento intermediário em uma relação que passa a ser mediada por esse elemento. Conforme o homem foi dominando e transformando a natureza pelo trabalho, sua relação com a natureza foi se tornando cada vez mais mediada pelos instrumentos e signos sociais.

Duarte (1999), em relação a este aspecto, explicita que o processo de mediação se refere à relação existente entre a pessoa que se apropria de algo e a significação social do objeto material ou da ideia que está sendo apropriada. Os instrumentos ou signos só serão apropriados pelo sujeito quando mediatizados pela relação entre este sujeito e as demais pessoas de seu grupo social.

Tomemos o exemplo dado por Vygotski (1931/2000) sobre o desenvolvimento do gesto indicativo. O autor afirma que inicialmente a criança estica seu braço em uma tentativa de capturar um objeto. Este é um *gesto em si*, que corresponde apenas ao próprio movimento. Quando o adulto entrega para a criança o objeto que ela estava tentando alcançar, o gesto se transforma. O adulto interpreta o movimento, o entendendo como um gesto indicativo de que a criança quer algo. Ao perceber tal relação, a criança passa a dirigir seu gesto não mais para o objeto, mas o para o adulto. O gesto converte-se em um *gesto para o outro*, a partir da interpretação que o adulto fez do que supostamente a criança queria. O gesto torna-se um meio de relação. Posteriormente, ele se torna um *gesto para si*, quando a criança compreende

seu verdadeiro significado. O que vemos neste exemplo é que foi o adulto quem conferiu ao gesto da criança um significado que passou a mediar a relação da criança com a realidade.

Vigotski e Luria (1930/1996) explicam como se dá o processo de apropriação do universo simbólico. Os autores destacam que no início de seu desenvolvimento a criança utiliza-se de suas funções psicológicas naturais para se adaptar ao meio. Ela não é capaz de compreender como os signos poderiam ajudar na execução de determinada tarefa. Ao longo do desenvolvimento, a criança passa a ser capaz de utilizar-se deles para regular seu comportamento. Eles são interpostos no processo e são utilizados pela criança para regular sua atividade. Nas etapas finais do desenvolvimento, os signos externos tornaram-se internos. A criança os internaliza e faz uso, agora, dos estímulos artificiais internos para regular seu comportamento. O comportamento torna-se cultural em seu conteúdo e mecanismos.

Segundo Almeida (2008), nesta conceituação de Vigotski sobre o desenvolvimento das funções psicológicas superiores radica o fundamento social da personalidade. Como explicitado na frase do autor que abre este item de nosso trabalho, as funções psíquicas são o fundamento da estrutura social da personalidade, são relações sociais internalizadas:

A criança assimila as formas sociais da conduta e as transfere a si mesma. O signo, a princípio, é sempre um meio de relação social, um meio de influência sobre os demais e somente depois se transforma em meio de influência sobre si mesmo. [...] Cabe dizer, portanto, que passamos a ser nós mesmos através dos outros. Esta regra não se refere unicamente à personalidade em seu conjunto e sim a história de cada função isolada. Nela radica a essência do processo de desenvolvimento cultural expresso de forma puramente lógica. A personalidade vem a ser para si o que é em si, através do que significa para os demais. Este é o processo de formação da personalidade. [...] (Vygotski, 1931/2000, p. 149).

Vygotski (1931/2000) afirma que a criança se apropria as formas sociais da conduta. Aplica a si mesma as formas de comportamento que os outros aplicavam a ela. Para Delari Junior (2013), Vigotski faz uma interpretação psicológica da sexta tese de Marx sobre Feuerbach⁴³, que diz que a “[...] essência humana não é uma abstração inerente a cada indivíduo. Na sua realidade ela é o conjunto das relações sociais” (Marx, 1845/2003, p. 1). Para Vigotski, a gênese do psiquismo humano se dá mediante as relações sociais, na chamada lei genética geral do desenvolvimento.

Em Vigotski, segundo Delari Junior (2013), consciência é conhecimento compartilhado. O sujeito primeiro conhece algo com alguém, para somente, então, conhecê-lo

⁴³ Ludwig Andreas Feuerbach (1804-1872). Filósofo alemão.

consigo mesmo. Mas conhecer consigo mesmo ainda é, e sempre será, conhecer com alguém, ainda que agora de modo diferente. A consciência, enquanto conjunto das funções psicológicas superiores, é um conhecimento que remete necessariamente à alteridade. A consciência, mediada pela linguagem, se constitui como um discurso compartilhado, um movimento dialógico, que transcorre entre pelo menos dois interlocutores.

Entendemos que a psicoterapia pode se constituir como promotora do desenvolvimento da consciência do sujeito, contribuindo para a formação de sua compreensão sobre a realidade (individual e social) e análise sobre o processo de gênese histórica e social de seu sofrimento psíquico. Isso possibilita que o sujeito construa novas formas de atuação social, de enfrentamento individual e coletivo de seu sofrimento, e de construção de projetos individuais e coletivos de transformação da realidade social.

O pressuposto teórico de que o sujeito se apropria das formas sociais da conduta, e que a consciência é conhecimento compartilhado, que remete à alteridade, é fundamental para pensarmos a psicoterapia. No processo psicoterapêutico, da forma como o estamos abordando aqui, o psicólogo busca compreender como se construiu a forma complexa de comportamento daquele sujeito, a partir da internalização das normas sociais de conduta.

Na psicoterapia, investiga-se a história de desenvolvimento social do sujeito, como ele se apropriou dos valores culturais, das formas de comportamento socialmente constituídas e transmitidas pelo grupo social, pela comunidade e sociedade a qual está vinculado. Busca-se compreender como as relações sociais e as vivências daquele sujeito, situadas historicamente, contribuíram para que ele desenvolvesse sua atual forma de entender a realidade e a si mesmo. Também se analisa como seu sofrimento psíquico se constituiu, como os processos críticos da vida social engendraram tal sofrimento, que se manifesta em forma de alterações na personalidade daquele sujeito. Este processo de análise e reflexão histórica e dialética contribui para a promoção do desenvolvimento da consciência do sujeito sobre sua própria história (esta, por sua vez, é pessoal, grupal, familiar, comunitária, social e situada historicamente no tempo). Tal compreensão possibilita que o sujeito desenvolva um maior domínio sobre sua vida, bem como novas possibilidades de atuação individual e coletiva.

Em síntese, vimos até agora que as funções psíquicas superiores são o conjunto das relações sociais internalizadas pelo sujeito. Mas tais funções não podem ser devidamente compreendidas se consideradas como partes isoladas de um todo. As funções só podem ser entendidas em sua essencialidade quando tomadas em conjunto, como fenômenos intervencidos e interdependentes, enquanto um sistema psicológico funcional.

Para Vygotski (1931/2000; 1934/2001), nenhuma função psíquica se desenvolve de forma independente, mas em estreita conexão com o conjunto das demais funções psicológicas. A consciência é, assim, composta pelo conjunto das funções psicológicas superiores, que formam um sistema psicológico complexamente inter-relacionado.

Segundo Martins (2015), Vygotski orientou seus estudos para um enfoque sistêmico das funções psíquicas. Ele considerava o psiquismo como sistema por entendê-lo a partir do método materialista dialético, ou seja, pelo pressuposto de que os traços específicos de um todo não podem ser captados a partir da decomposição de seus elementos constituintes. Para o autor, a atividade complexa superior é uma atividade sistêmica e, portanto, deve ser estudada a partir da análise interfuncional, buscando explicitar suas conexões e relações.

O desenvolvimento do psiquismo ocorre por contínuos arranjos interfuncionais, numa perene articulação e reconstrução das funções psíquicas. Para Vygotski (1931/1996c), ao longo do desenvolvimento do sujeito, as funções psíquicas vão formando sínteses complexas, denominadas de neoformações. Em cada período do desenvolvimento uma das funções psíquicas é que direciona este desenvolvimento de forma central, como explicaremos melhor ao abordarmos o papel da linguagem no desenvolvimento da consciência.

Vygotski (1930/2004f) afirma que não podemos compreender cada função em isolado, sem considerar como esta atua no todo. Ao pensar em cada função separadamente, não apreendemos as relações entre elas, o nexos entre tais funções e as mudanças que vão ocorrendo na estrutura interfuncional ao longo do desenvolvimento do sujeito.

Também as discussões de Vygotski (1929/2000) sobre a psicopatologia estão intimamente relacionadas com suas discussões sobre o sistema psíquico das funções psíquicas superiores. O autor discute que, no processo psicopatológico, a hierarquia do sistema de funções psíquicas se modifica. Zeigarnik (1969/1979; 1976/1981) também segue este mesmo entendimento, e discute sobre as alterações patológicas na personalidade a partir da análise da alteração na hierarquia das funções psicológicas e no papel regulador que cada uma passa a exercer, como discutiremos melhor na sessão III de nosso estudo.

Martins (2015) esclarece que, para compreendermos o conceito de sistemas psicológicos de Vygotski, devemos levar em consideração que o desenvolvimento das funções não corre de forma uniforme ou igual ao longo da vida do sujeito, visto que as atividades realizadas pelo sujeito vão se alterando e mobilizando novos domínios. Isso significa que é a riqueza dos vínculos da pessoa com a realidade física e social que se torna o motor de seu desenvolvimento psicológico. Para a autora, este entendimento ratifica a natureza histórico-social do psiquismo humano, em estreita vinculação com a atividade humana.

É fundamental destacar que conforme as funções psíquicas constroem a imagem subjetiva do mundo objetivo, elas também edificam a imagem da relação do sujeito com o mundo. O desenvolvimento da consciência está profundamente unido à formação dos estados emocionais. O sistema de conceitos também engloba a atividade afetiva do indivíduo em face da realidade que ele representa. Existe uma unidade afetivo-cognitiva, que é mediadora constante das atividades realizadas pelo sujeito ao longo de sua vida, como veremos mais detalhadamente na sessão III de nosso estudo.

De forma geral, o entendimento de Vigotski é o de que a consciência é um todo único, um sistema psicológico composto pelo conjunto das funções psíquicas superiores. Ela se desenvolve a partir da modificação geral de sua estrutura e da mudança entre os vínculos de seus elementos, sendo que a relação entre a consciência e as funções psíquicas deve ser compreendida a partir da relação dialética entre uma parte e seu todo (Aita & Tuleski, 2017).

Segundo Martins (2015), é precisamente por este entendimento que vemos a vinculação entre a compreensão de que a consciência é reflexo psíquico da realidade e a apreensão de que ela também é o conjunto das funções psicológicas superiores. As funções psicológicas vão se complexificando e se tornando superiores à medida que o emprego de signos e a internalização dos mesmos vai operando sobre a imagem (reflexo psíquico) que o sujeito forma da realidade.

Nessa direção, entendemos que há uma relação de condicionalidade recíproca entre a formação das funções e a construção do referido reflexo no âmbito da qual cada função se diferencia, se especializa e se complexifica, conferindo novas propriedades e possibilidades ao psiquismo humano (Martins, 2015, p. 73).

O desenvolvimento das funções psíquicas por meio da internalização dos signos, processo este no qual a linguagem possui papel primordial, está vinculado à maneira como se constitui o reflexo psíquico da realidade, já que o reflexo não se limita à captação sensorial do objeto, mas também a sua significação social, em forma de conceito, como veremos melhor a seguir.

2.2.1 O papel da linguagem na formação da consciência

A linguagem, enquanto um produto histórico do desenvolvimento da humanidade, é outro fundamento marxista, segundo Cisne (2014), empregado por Vigotski para compreender a gênese e desenvolvimento da consciência e das funções psicológicas superiores, do processo de apropriação da realidade. As funções psíquicas superiores emergem de uma atividade

socialmente significativa. O processo histórico de formação da consciência do ser social é fundado pelo trabalho (enquanto categoria ontológica primordial) e pela linguagem.

A realidade é extremamente complexa e possuidora de uma infinidade de variáveis e relações. O sujeito capta a realidade, transformando-a em imagem mental, por mediação do pensamento conceitual. O pensamento verbal possibilita o sujeito categorizar os dados sensíveis captados do mundo, buscando entendê-los. Também permite ao sujeito realizar o processo de generalização sobre objetos, fatos e relações. Tal atividade psíquica subjetiva permite ao homem a inteligibilidade do real (Cisne, 2014).

A linguagem é o principal instrumento regulador do comportamento humano. Esta atua sobre a orientação, regulação e planejamento da atividade (Vieira, 2017). A partir de nosso estudo, entendemos que a psicoterapia pode agir sobre o processo de formação e tomada de consciência, se constituindo como um processo, mediado pela linguagem, pelo qual o sujeito analisa seus próprios entendimentos, suas próprias ações e sentimentos. O processo psicoterápico possibilita que o sujeito tome consciência dos significados que foram sendo construídos ao longo de sua vida; bem como construa novos sistemas de significações, novos sentidos pessoais e novos recursos simbólicos sobre sua própria realidade individual e social. A reflexão externa, que vai sendo interiorizada, se constituindo como linguagem interna, atua sobre o controle voluntário do comportamento. Conforme se amplia o universo simbólico do sujeito, se modifica a maneira com que ele se relaciona com a realidade, provocando também mudanças na constituição de sua personalidade, na forma como as funções psicológicas se organizam.

Para Martins (2015), existe uma unidade entre imagem psíquica e palavra, entre imagem e signo. No psiquismo humano, a representação do real se organiza em forma de conceitos. A representação conceitual apreende do objeto suas propriedades essenciais, universais, mais gerais; e fixa estes traços gerais e funções comuns em um conceito que representa uma classe de objetos:

[...] todas as funções corroboram para a formação de imagens mentais que se convertem em signos. Ao objeto refletido na consciência passa a se vincular a *palavra denominadora*, portanto, o signo. É nessa esteira que os seres humanos, conforme indicado por Vigotski, libertam suas repostas aos objetos como estímulos naturais, pela interposição de um universo simbólico. Toda e qualquer imagem é algo que reflete outro algo, mas, no psiquismo humano, o refletido deixa de se limitar a uma configuração sensorialmente captada, posto converter-se em ideia, em conceito (Martins, 2015, p. 72).

Para Vigotski (1934/2001), conforme vai se apropriando da linguagem, a apreensão da realidade por parte da criança passa a ser mediada pela palavra. A palavra fixa as propriedades essenciais dos objetos percebidos. Ela permite incluir um tipo de conteúdo que não é fornecido de forma sensorialmente imediata pelo objeto. Ao perceber um objeto, o sujeito não apenas capta suas características sensoriais, mas também apreende seu significado individual, social e histórico. Sensação, percepção, pensamento e linguagem são processos interconectados que permitem a análise, síntese, abstração e generalização da realidade.

Nesta mesma direção, Rubinstein (1965, p. 60) entende que “o pensamento é determinado por seu objeto, mas o objeto não determina o pensar de modo imediato, senão em forma mediada, através de leis próprias da atividade pensante – leis de análises, de sínteses, de abstração, de generalização [...]”. A atividade do pensamento transforma os dados sensoriais em processo mediado pela linguagem.

Para Toassa (2006) as funções psíquicas superiores possuem uma atividade consciente que consiste em atribuir sentido às inúmeras impressões sensoriais que atingem o sujeito. As funções psíquicas permitem que o sujeito produza novas combinações dessas impressões, além de controlar suas próprias ações. “[...] Este processo desenvolve-se graças à mediação da experiência acumulada e sintetizada na linguagem: é com a apropriação dos sistemas de significações historicamente desenvolvidos que as pessoas são capazes de ir além das sensações, generalizando a experiência nas palavras. [...]” (Toassa, 2006, p. 78). Os signos possibilitam a representação das coisas, pessoas e relações, ou seja, a acumulação de experiências acerca do meio.

O reflexo psíquico da realidade, segundo Martins (2015), representa não apenas o objeto concreto, mas especialmente, sua conversão em um conceito. “[...] Como tal, potencialmente, ultrapassa os limites de uma reprodução mecânica, condensando do objeto não apenas a expressão fenomênica, a aparência, mas, especialmente, aquilo que ele contém, a sua essencialidade concreta, isto é, as multideterminações que encerra” (Martins, 2015, p. 35).

Para compreendermos melhor como a realidade se converte em conceito, como ocorre a transformação da universalidade concreta em uma expressão conceitual, iremos explicar a seguir sobre os estudos de Vigotski sobre a relação entre pensamento e linguagem. Vygotski (1934/2001) analisa que, no início do desenvolvimento da criança, pensamento e linguagem se desenvolvem como duas linhas diferentes e independentes uma da outra, possuindo diferentes raízes genéticas. Em determinado momento, as curvas de desenvolvimento de ambas se cruzam, a fala se torna intelectual e o pensamento, verbalizado.

O pensamento verbal é uma formação sócio-histórica, que se distingue por propriedades e leis específicas do desenvolvimento histórico-social.

Para Vygotski (1934/2001), o significado da palavra é a unidade de análise entre pensamento e linguagem, é a unidade de análise da consciência. O sistema semântico composto pelo significado das palavras engloba tanto as ideias do sujeito, aprendidas no meio social, em seu aspecto cognitivo, quanto a atitude afetiva do sujeito sobre a realidade que está representada nesta ideia (sentido e significado⁴⁴).

Luria (1967/1991) compreende que o surgimento da linguagem gerou ao menos três mudanças essenciais na atividade consciente do homem. A primeira consiste em que, ao designar os objetos, a linguagem os discrimina, permitindo ao homem dirigir sua atenção a eles e conservá-los em sua memória. A linguagem duplica o mundo perceptível e permite ao ser humano lidar com os objetos mesmo quando estes não estão presentes.

A segunda é que a palavra cumpre a função de abstrair, analisar e generalizar a realidade, possuindo um significado categorial ou conceitual, que separa e abstrai um traço de um objeto e o insere em uma categoria. A palavra não somente substitui uma coisa, também a analisa, a introduz em um sistema de complexos enlances e relações, o que, para o autor, é a operação mais importante da consciência. A linguagem é, ainda, o veículo de transmissão de informação que permite ao homem se apropriar da experiência histórica das gerações anteriores, os conhecimentos, habilidades e modos de comportamento construídos ao longo da história da humanidade (Luria, 1967/1991).

Vygotski (1934/2001) discute que o pensamento por conceitos começa a desenvolver-se na infância, mas só se constitui plenamente na adolescência. O primeiro estágio de formação de conceitos, o *sincretismo*, é o que caracteriza o pensamento da criança pequena. Se constitui como uma pluralidade não informada e não ordenada, uma extensão difusa do significado da palavra. Caracteriza-se pela carência de nexos objetivos e pela presença de muitos nexos subjetivos. É um encadeamento formado a partir de uma única impressão associada a elementos diversos. É o momento no qual a criança significa as palavras a partir das impressões subjetivas que elas causam (a partir do impacto emocional que estas criam nela, ou pela sonoridade, por exemplo).

O segundo estágio é a *formação de complexos*. Neste momento do desenvolvimento a criança busca unificar diferentes objetos concretos em grupos comuns. O pensamento da criança complexifica objetos particulares que ela percebe, combinando-os em determinados grupos. Esta generalização se dá a partir de vínculos objetivos que efetivamente existem entre

⁴⁴ Retomaremos essa discussão posteriormente.

os objetos. Este estágio representa o primeiro passo no sentido da generalização dos elementos da experiência, no qual a criança vai paulatinamente superando o egocentrismo, a marca das impressões subjetivas. No pensamento por complexos, o que une os objetos não são mais as impressões subjetivas que eles causam, mas os vínculos objetivos que eles possuem (Vygotski, 1934/2001).

Neste estágio de formação de complexos a criança agrupa os objetos em “famílias” interligadas (nomes de família). O autor discute que o vínculo estabelecido não é abstrato e lógico como nos conceitos, mas já é concreto e factual, baseado em fatos que se revelam na experiência da criança. Por exemplo, no caso do complexo por *coleção*, citado por Vygotski (1934/2001), uma mesma palavra pode abranger significados diferentes, desde que os elementos estejam associados por algum traço objetivo, relacionado à experiência da criança mediada por palavras. Uma só palavra, como garfo, pode designar facas, pratos, garfos e copos, porque tais objetos formam um “conjunto para o almoço”. Ou, como complexo *em cadeia*, que ocorre quando cada novo objeto incluído neste complexo tem algum atributo em comum com o objeto anterior. No exemplo dado pelo autor, uma criança pode utilizar a palavra *quá* para designar um pato que está nadando em um lago. Na sequência, a criança vê uma moeda com o símbolo de uma águia e a chama de *quá*, depois pode passar a chamar de *quá* qualquer objeto redondo.

O passo seguinte é a formação dos *pseudoconceitos*. Esta é a forma predominante de pensamento das crianças na idade pré-escolar. Em sua aparência, o pseudoconceito praticamente coincide com os significados das palavras, mas no seu interior difere profundamente delas. Para Vygotski (1934/2001), no pseudoconceito a generalização formada é semelhante ao pensamento por conceitos, mas em muito difere do conceito propriamente dito no que diz respeito à essência e à natureza psicológica. O pseudoconceito possui uma natureza funcional, pois é a transição entre o pensamento por complexos e o pensamento por verdadeiros conceitos.

Na fase final deste processo de desenvolvimento forma-se o verdadeiro *conceito*, caracterizado pela combinação de impressões dispersas no sentido de generalização. Um verdadeiro conceito se baseia no processo de análise e síntese, sendo que a decomposição e a vinculação são momentos necessários em sua construção. O conceito propriamente dito é aquele em que num enunciado verbal são sintetizadas as funções sociais e características fundamentais de um objeto. O conceito pressupõe a discriminação, combinação e a generalização de elementos concretos da experiência, e também a capacidade de abstração, de

considerar separadamente estes elementos, abstraídos do círculo concreto e factual em que são dados na experiência.

Vygotski (1934/2001) esclarece que estas fases de desenvolvimento dos conceitos não ocorrem necessariamente de forma cronológica, uma após outra. O pensamento dos adultos, por exemplo, pode conter complexos e pseudoconceitos, que são formas transitórias baseadas na experiência cotidiana. Embora o pensamento do adulto escolarizado já tenha alcançado a possibilidade de operar com conceitos, o funcionamento integral do pensamento não é inteiramente preenchido por tais operações.

Vygotski (1934/2001) define ainda duas classes de conceitos: os espontâneos e os científicos. Os *conceitos espontâneos* desenvolvem-se de forma “ascendente” no cotidiano da criança, de forma espontânea, como o nome já diz. São conceitos baseados na realidade empírica, que vão do concreto para o abstrato. O conceito espontâneo nasce e se desenvolve na relação prática da criança com os objetos, relação esta que é mediada pela linguagem e por ações compartilhadas com os adultos em seu meio social. A criança aprende a usar objetos a partir de sua experiência prática com eles e a partir da imitação do que o adulto faz e como ele utiliza estes objetos. Do mesmo modo, é por meio desta mesma relação cotidiana que a criança aprende a nomear os objetos e seus atributos.

Já os *conceitos científicos* são generalizações do pensamento e se desenvolvem de forma “descendente”, do abstrato para o concreto, a partir de um processo sistemático de ensino. O desenvolvimento de um conceito científico começa com uma definição verbal do conceito, por meio de aplicações não espontâneas. Posteriormente, o conceito científico desce para a experiência, reestruturando e dando nova significação aos conceitos espontâneos⁴⁵. Então, este possui diferentes graus de generalidade e se insere em um sistema conceitual.

A adolescência marca a transição para o pensamento por verdadeiros conceitos. Segundo Vygotski (1931/1996c), em cada etapa do desenvolvimento humano, vão se formando novas e complexas combinações entre as funções psicológicas, que originam novas sínteses complexas a partir do desenvolvimento de uma função diretriz (neoformações) (Vygotski, 1930/2004c; Vygotski, 1931/1996c). Na adolescência, o pensamento se constitui como a função central que impulsiona o surgimento desta neoformação. Nas palavras do autor:

Toda a história do desenvolvimento psíquico na idade de transição está constituída pela ascensão das funções e a formação de sínteses superiores, independentes. Nesse sentido, na história do desenvolvimento psíquico do adolescente predomina uma

⁴⁵ É importante destacar que a possibilidade de realizar este processo descendente depende de uma organização efetiva do ensino, de modo que a criança de fato possa converter o enunciado abstrato em instrumento para pensar a realidade concreta.

estrita hierarquia. As diversas funções (atenção, memória, percepção, vontade, pensamento) não se desenvolvem umas ao lado das outras como um monte de ramos postos em um recipiente, nem sequer crescem como diversos ramos de uma mesma árvore unidos por um tronco comum. No processo de desenvolvimento de todas essas funções constituem um complexo sistema hierárquico onde a função central ou organizadora é o desenvolvimento do pensamento, a função de formação de conceitos. Todas as restantes funções se unem a essa formação nova, integram com ela uma síntese complexa, se intelectualizam, se reorganizam sobre a base do pensamento por conceitos (Vygotski, 1931/1996c, p. 119).

O desenvolvimento do pensamento por conceitos está dialeticamente relacionado ao desenvolvimento da consciência, da personalidade como um todo e da concepção de mundo do sujeito. Para Vygotski (1931/1996c), esta neoformação possibilita que o adolescente tome consciência de seus próprios processos de comportamento. O adolescente passa a conhecer, sistematizar e regular o mundo e suas próprias vivências formando sua autoconsciência.

Luria (1974/2010) propõe que a base da atividade cerebral consciente do homem não deve ser buscada em funções localizadas, mas sim, em uma atividade complexa, semântica, baseada em sistemas funcionais. Em diferentes estádios do desenvolvimento, a consciência possui diferentes estruturas semânticas, que envolve distintos sistemas de processos psicológicos. Nos primeiros estádios de sua formação, a estrutura da consciência, por exemplo, é caracterizada pelas impressões emocionais diretas. Posteriormente, o papel decisivo é desempenhado pelas percepções complexas e pela manipulação dos objetos. Nos estágios ulteriores, o papel principal na estrutura da consciência é desempenhado pelas funções de abstração e generalização da linguagem.

Luria (1974/1990; 1974/2010) e Vigotski realizaram uma pesquisa intercultural experimental com sujeitos que viviam em regiões remotas da União Soviética, como o Uzbequistão, buscando compreender como se dá o desenvolvimento das funções psicológicas superiores. Em decorrência da revolução, tais regiões estavam vivenciando um momento de reestruturação radical de seu sistema econômico e cultural. Anteriormente, estes povos viviam em uma economia pouco desenvolvida, não tecnológica, e eram majoritariamente analfabetos. Vigotski e Luria entrevistaram e pesquisaram sujeitos de comunidades que ainda viviam sob tais condições; comunidades que estavam em processo de mudança e; outros grupos que já dispunham de cursos de educação tecnológica mais avançada, organizados a partir do trabalho coletivo da nova organização social.

A partir desta pesquisa intercultural, Luria (1974/1990; 1974/2010) concluiu que os processos de generalização e abstração do pensamento variam conforme os estágios de desenvolvimento sociocultural. O processo de escolarização formal produzia alterações qualitativas nos processos de pensamento dos sujeitos pertencentes àquelas comunidades. O autor observou, por exemplo, que à medida que o pensamento lógico se desenvolvia, os sujeitos passavam a ser capazes de realizar operações de dedução e inferência, sem precisarem ter contato com a situação de forma imediata.

Nesta pesquisa intercultural, Luria (1974/1990) também estudou a autoconsciência. O autor pesquisou como os sujeitos descreviam a si próprios, as características de sua personalidade, e tomavam consciência de suas características psicológicas. Concluiu que o processo de percepção das próprias características (autoanálise) também é moldado pelas condições sociais. O sujeito primeiro se torna capaz de realizar um julgamento sobre os outros; depois, passa a analisar o que os outros julgam sobre ele para, finalmente, tornar-se capaz de formular um julgamento sobre si próprio.

Luria (1974/1990) concluiu que a autoconsciência é construída na atividade social humana, em colaboração com os outros homens e tem relação com o desenvolvimento do pensamento conceitual. Os processos cognitivos como a percepção, a dedução, a imaginação, a autoanálise e outros variam conforme as condições sociais em que os sujeitos vivem. O desenvolvimento da consciência e da autoconsciência está atrelado à atividade do sujeito, ao trabalho e à aquisição da linguagem e dos conhecimentos construídos historicamente.

Leontiev (1975/1984) explicita a distinção entre consciência sobre si e autoconsciência (ou consciência de si). A consciência sobre si, como qualquer outro conhecimento, abrange a delimitação de propriedades externas e internas resultantes de comparações, análises e generalizações, que são sintetizadas num sistema de conceitos e significados. Esse sistema de representações já começa a se construir nas etapas iniciais do desenvolvimento, ainda que sob formas sensoriais não-conscientes. Ele culmina num conhecimento dos traços ou das propriedades individuais. A representação a respeito de si próprio, ou consciência sobre si, também diz respeito ao conhecimento do esquema corporal, por meio das sensações intero e proprioceptivas. Já a autoconsciência:

[...] implica, para além do conhecimento sobre si, o estabelecimento dos nexos existentes entre esse conhecimento e o sistema de relações sociais no qual se insere o indivíduo. Pressupõe o conhecimento sobre si posto diante das condições objetivas de existência, ou seja, nas intersecções que estabelece com o mundo circundante. Identifica-se com o processo de *ir além de si mesmo*, pelo qual o indivíduo se

reconhece na realidade mais ampla na mesma medida em que ela é reconhecida em si (Martins, 2007, p.120).

Para Leal (2010), a autoconsciência é um momento no desenvolvimento do ser consciente. O desenvolvimento da autoconsciência é resultante do desenvolvimento sociocultural da personalidade e, sendo assim, as diferenças no meio cultural influenciam diretamente no ritmo de desenvolvimento desta função. A adolescência é o período em que se formam os conceitos e o pensamento lógico-abstrato. Tal formação possibilita ao indivíduo desenvolver sua autoconsciência, o conhecimento de si mesmo e da realidade em que vive. A autoconsciência permite ao sujeito compreender melhor os fenômenos da realidade, em suas relações e nexos. Para a autora, na adolescência, o desenvolvimento do pensamento por conceitos e a formação da autoconsciência dão ao adolescente a possibilidade de compreender a si mesmo e as demais pessoas de forma mais ampla.

A autoconsciência representa o centro organizador da personalidade. Este centro não se encontra no interior do sujeito, mas em sua existência relacional, real e objetiva, intervenculada com a genericidade humana. A personalidade implica a autoconsciência, a capacidade de o sujeito manter uma relação consciente com a genericidade e romper a identificação espontânea com ele mesmo, indo além de sua particularidade (Leontiev, 1975/1984).

Nossa proposta de intervenção psicoterapêutica visa atuar sobre o processo de desenvolvimento da consciência de si/autoconsciência, da capacidade de o sujeito manter uma relação consciente com a genericidade. Objetiva que o sujeito estabeleça nexos entre seu desenvolvimento pessoal e o desenvolvimento histórico e social da humanidade, que se dá no contexto concreto de relações de produção da vida material. Visa que o sujeito se reconheça na realidade mais ampla, e compreenda como esta realidade o constitui.

Franco e Davis (2011) discutem que, no processo de formação da consciência e da autoconsciência, forma-se também a autoestima, a valoração de si mesmo. A consciência, enquanto construção em nível subjetivo do mundo objetivo, permite ao sujeito conhecer e avaliar tanto o mundo social como a si mesmo. A autoestima é construída pelas diferentes formas pelas quais o sujeito significa as situações vividas por ele, ao longo da vida, num brincado processo de formação de sentidos pessoais e significados sociais.

Toassa (2009) destaca o conceito de *formações afetivas* em Vigotski, as quais seriam, por exemplo, o amor-próprio, a autoestima, que servem à abstração da relação do sujeito consigo mesmo e com o mundo. Elas são formações de sentido sobre a própria personalidade, ou sobre seu estado passageiro, que se constroem a partir da fusão de

pensamento, linguagem e emoção/afeto. O sujeito generaliza as próprias vivências e as classifica no interior de um conceito. Para Toassa (2009), isto ocorre porque o sujeito vive num contexto impregnado de sentido, e tal aspecto é determinante para construção de sua personalidade e consciência de si.

[...] A ontogênese mostra como as vivências podem ser relativamente generalizadas na linguagem; mostra como os processos psicológicos que assumem o plano de figura na hierarquia da consciência podem ser nomeados de acordo com a linguagem social, sofrendo um salto qualitativo importante quando surgem as chamadas formações afetivas: a criança passa a não atribuir sentido apenas a aspectos externos das suas vivências, aos processos psicológicos parciais, e às sensações corporais intensas, mas às próprias vivências de si, às características estáveis de sua personalidade. [...] (Toassa, 2009, p. 279).

Segundo Toassa e Souza (2010, p. 770), a linguagem relaciona a vivência e o processo de tomada de consciência desta vivência:

[...] a generalização das vivências na linguagem é central para a tomada de consciência, ou seja, o fato de se tornarem objeto da linguagem é um aspecto novo emergente no desenvolvimento, e que exerce uma transformação significativa nas relações sociais – pois a criança torna-se consciente não apenas dos objetos e das outras pessoas, mas também de si mesma. Atribui sentido e adquire conceitos sobre seus afetos peculiares, e, na perspectiva histórico-cultural, esse é o principal fundamento do processo de tomada de consciência.

Ao longo de seu desenvolvimento, o sujeito vai desenvolvendo sua autoestima e tomando consciência de si mesmo, por mediação da linguagem. Os processos psicológicos como “estou nervoso”, “estou com medo”, etc, passam a ser generalizados como “sou inseguro”, “sou ansioso”, por exemplo, servindo de abstração da relação do sujeito consigo mesmo e com o mundo, a partir do movimento que o sujeito faz na direção de generalizar as próprias vivências e as classificar no interior de um conceito.

Em síntese, o processo de apreensão da realidade pelo sujeito e de formação do reflexo psíquico da realidade é levado a cabo pelas funções psicológicas superiores. A transmutação do objeto em imagem psíquica ocorre a partir da mediação da linguagem, dos signos, da transformação das informações sensoriais captadas em conceitos. Pressupõe um processo de refletir, um contínuo movimento de superação da reprodução sensorial em direção à produção conceitual. A consciência é sempre consciência socialmente mediada de

alguma coisa. Neste sentido, ela não é um *locus* do psiquismo, ela é movimento, processo e produto da tomada de consciência, como explanaremos a seguir.

2.3 A CONSCIÊNCIA ENQUANTO PROCESSO DE TOMADA DE CONSCIÊNCIA

*“É preciso sair da ilha para ver a ilha.
Não nos vemos se não saímos de nós”.*
José Saramago

Anjos (2018 p. 23), analisa que “[...] a consciência, na perspectiva marxiana, é um atributo do psiquismo humano engendrado pela complexidade da atividade social, portanto, não significa uma entidade alheia ao sujeito, pois ela não é outra coisa, senão, o ser consciente”. A consciência não é um produto finalizado do desenvolvimento humano. Ela é, antes de tudo, movimento. É, ao mesmo tempo, um processo e seu produto.

Martins (2007) define que a consciência não é um *locus* do psiquismo, mas uma qualidade dos processos psicológicos. Ela é entendida como “[...] um sistema de conhecimentos que vai formando-se no homem à medida que ele vai apreendendo a realidade, pondo em relação as suas impressões diretas com os significados socialmente elaborados e vinculados pela linguagem. [...]” (Martins, 2007, p. 67).

Nesta mesma direção, Delari Junior (2013) afirma que a consciência é entendida como emergente da vida. Ela não existe fora do ser consciente. A consciência não tem vida própria, só pode existir como consciência de um sujeito real. “[...] A consciência é o humano consciente, não é uma instância, uma coisa, uma entidade, nem um ser abstrato ou imaterial (Delari Junior, 2013, p. 72)”. Nas palavras do autor:

[...] a consciência é o humano vivo e real consciente. Mas o humano vivo e real só pode se reconhecer e se produzir como tal na medida em que sua vida vai se *tornando* consciente. Não se trata de um processo que se dê num passe de mágica, num instante milimetricamente captável, mensurável, que se possa fotografar, paralisar, congelar, dissecar. Mas, também, não é algo místico, incompreensível, inefável, que tenha sempre existido como condição prévia para o advento da humanidade. É um movimento que vai se dando no curso da história das sociedades, mas, também, e indissociavelmente, no curso da história de cada ser humano singular (Delari Junior, 2013, p. 79).

Este entendimento da Psicologia Histórico-Cultural busca superar o idealismo, desconstruindo a ideia de que a consciência é imaterial, metafísica, uma entidade abstrata; e

também se opõe ao materialismo mecanicista, possibilitando pensar o homem em seu devir, em movimento (Delari Junior, 2013).

Historicamente a consciência permitiu ao homem distinguir a realidade objetiva de seu reflexo, levando-o a discernir o mundo das impressões interiores. O homem não mais funde-se com a realidade circundante, mas passa, doravante, a ser capaz de observar a si mesmo. Neste mesmo sentido, Delari Junior (2013) destaca que a consciência implica num movimento pelo qual o homem toma conhecimento de seus próprios conhecimentos, de suas próprias ações e emoções. Tal movimento possibilita que o homem diferencie o conhecimento da realidade propriamente dita, ou seja, diferencie o objeto ou conteúdo sobre o qual se sabe do próprio ato de saber sobre este objeto ou conteúdo. A consciência humana distingue a realidade objetiva do seu reflexo, o que leva a distinguir o mundo das impressões interiores e torna possível com isso o desenvolvimento da observação de si mesmo. Neste sentido do termo, a consciência é um movimento cognoscitivo e, em última instância, auto-cognoscitivo, ou seja, movimento pelo qual conhecemos o mundo e conhecemos nossos modos de conhecer⁴⁶. Tal movimento pressupõe um distanciamento em relação ao objeto ou conteúdo a ser conhecido.

A consciência é, assim, reflexão e distanciamento. Ela é movimento, emergente da própria vida do homem, que faz com que o mesmo vá gradualmente se destacando do mundo, ao mesmo tempo em que se torna mais apto a conhecer melhor os nexos de interdeterminação da realidade, o que lhe possibilita ter maior domínio sobre sua existência dentro dele. O ser humano vai se entendendo como diferenciado do mundo, mas estritamente relacionado a ele. O desenvolvimento da capacidade de abstração também leva o homem a possibilidade de compreender mais profundamente a realidade, na medida em que esta não pode ser compreendida apenas em sua aparência, mas sim em sua essência (Delari Junior, 2013).

O autor afirma que, este entendimento, que provém da concepção marxista da teoria do conhecimento, nos coloca a “necessidade de afirmar o papel da consciência na constituição das possibilidades de atuação voluntária do humano no interior de sua própria história” (Delari Junior, 2013, p. 92). Compreender o modo pelo qual as coisas se formam, em seus nexos e processos constitutivos, leva o homem a entender melhor a realidade e a si mesmo. O homem, historicamente, desenvolveu a capacidade de estabelecer um certo grau de distanciamento das coisas, o que lhe possibilita, ao mesmo tempo, a integração mais profunda com a realidade e consigo mesmo.

⁴⁶ Este movimento é limitado, visto que os diferentes aspectos da relação do homem com o mundo são infinitos, como veremos melhor posteriormente.

Segundo Toassa (2006), ao perceber a realidade de modo diferente, a partir da tomada de consciência, o sujeito também ganha novas possibilidades de agir. Os pressupostos teóricos explicitados até agora nos levam a compreender que o desenvolvimento da consciência abre a possibilidade de o homem ir cada vez mais compreendendo e intervindo sobre sua realidade. A tomada de consciência dá ao homem a possibilidade de melhor intervir sobre o mundo, sobre sua própria vida e sobre a vida coletiva.

Toassa (2006) afirma que o termo consciência aparece nos textos de Vigotski como processo e produto da tomada de consciência, que pode se dar com relação ao meio, ao próprio eu e às vivências subjetivas. A temática aparece, dentre outros momentos, quando Vigotski discute sobre a liberdade e livre-arbítrio, nas reflexões do autor sobre situações de decisão em geral (situações da vida cotidiana, dilemas éticos, situações que envolvem liberdade de escolha).

Em seus estudos sobre o livre-arbítrio, Vigotski (1931/1996c; 1931/2000) expõe que o homem se torna mais livre à medida que conhece os múltiplos determinantes de suas ações. A partir da teoria marxista, o autor afirma que “[...] a liberdade não consiste em uma independência imaginária com relação às leis da natureza, senão no conhecimento dessas leis e na possibilidade, baseada em tal conhecimento, de obrigar sistematicamente que estas leis da natureza atuem para determinados fins. [...]” (Engels⁴⁷ citado por Vigotski, 1931/2000, p. 300). Este pressuposto se refere tanto ao conhecimento das leis da natureza quanto ao conhecimento das leis sócio-históricas.

Para Toassa (2004), o conceito de liberdade em Vigotski está estritamente relacionado ao conceito de tomada de consciência. Se relaciona com a construção de um ativo conhecimento das determinações da conduta e, nesse processo de conhecimento, com a modificação da realidade objetiva (natural e/ou social). A liberdade de escolha supõe uma ação na realidade, baseada no conhecimento sobre as necessidades da natureza ou o domínio tanto sobre a natureza exterior quanto sobre a natureza interior.

Vigotski (1931/1996c) vincula o livre-arbítrio, entendido como a ação pautada no conhecimento da realidade, ao desenvolvimento do pensamento por conceitos. O conceito aumenta o conhecimento da realidade, faz o sujeito passar do nível das vivências para o nível de compreensão das leis.

Nesta direção, Delari Junior (2013) afirma que a tomada de consciência com relação ao mundo e a si mesmo, cria novas formas de reflexão e distanciamento, e pode ser entendida

⁴⁷ Friedrich Engels (1820-1895). Teórico revolucionário prussiano.

como um processo que pode conduzir o homem a um maior domínio sobre a realidade e sobre suas próprias ações no mundo.

2.4 TECENDO ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Em síntese, ao longo desta seção, vimos que a consciência é entendida, a luz da Psicologia Histórico-Cultural, como reflexo psíquico da realidade, como imagem subjetiva do mundo objetivo. Dessa forma, ela é apreendida como ato psíquico experienciado pelo indivíduo, ao mesmo tempo em que é expressão de suas relações com os outros homens e com o mundo. A construção do reflexo psíquico da realidade, ou seja, a apropriação da realidade pelo sujeito não é uma mera conversão de sensações em processos de abstração complexos, não ocorrendo de forma imediata ou mecânica, mas sim mediada.

Todas as funções psicológicas superiores atuam neste intrincado e complexo processo de captura da realidade. A formação da imagem mental está em estreita vinculação com as funções psíquicas superiores e o emprego de signos. O processo de apreensão da realidade pelo sujeito e de formação do reflexo psíquico desta, a transmutação do objeto em imagem psíquica ocorre a partir da mediação da linguagem, da transformação das informações sensoriais em conceitos. Assim, a consciência também é entendida como o conjunto das funções psicológicas superiores.

A consciência é compreendida, ainda, como processo e produto da tomada de consciência. Ela não é um *locus* do psiquismo, mas sim uma qualidade dos processos psicológicos. A consciência é o movimento pelo qual o ser humano vai se tornando consciente. A tomada de consciência não é um processo que pode ser captado num instante mensurável; ela é um movimento que vai se dando no curso da história da humanidade e, indissociavelmente, no curso da história de cada ser humano singular. Pressupõe um processo de refletir, um contínuo movimento de superação da reprodução sensorial em direção à produção conceitual.

Com base na Psicologia Histórico-Cultural, defendemos a tese de que a psicoterapia pode atuar como promotora do desenvolvimento da consciência do sujeito, contribuindo para que o mesmo possa constituir seu entendimento da realidade (individual e social) e de seu sofrimento psíquico, e desenvolver, assim, possibilidades de atuação social, de enfrentamento individual e coletivo de seu sofrimento, e de construção de projetos individuais e coletivos de transformação da realidade social.

O processo de tomada de consciência é um movimento que vai se dando no curso da história da humanidade e também, indissociavelmente, no curso da história de cada ser humano singular. Se constitui como um processo pelo qual o homem toma conhecimento de seus próprios entendimentos, de suas próprias ações e emoções. Neste sentido, a psicoterapia pode contribuir para que o sujeito possa conhecer, sistematizar e regular o mundo de suas próprias vivências.

A tomada de consciência permite que o sujeito vá gradualmente refletindo sobre si mesmo e indo além de si mesmo, estabelecendo os nexos existentes entre o conhecimento de si e o sistema de relações sociais no qual se insere. A consciência, como reflexão e distanciamento, permite que o sujeito vá se entendendo como diferenciado do mundo, mas estritamente relacionado a ele.

A psicoterapia pode auxiliar o sujeito a construir novas análises históricas e dialéticas sobre o mundo e sobre si mesmo. Como vimos, ao compreender a realidade de modo diferente, a partir da tomada de consciência, o sujeito também ganha novas possibilidades de agir. Ao entender o modo histórico pelo qual as coisas se formam, em seus nexos e processos constitutivos, dá ao homem a possibilidade de desenvolver um maior domínio sobre sua vida e de melhor atuar sobre a realidade, de forma individual e coletiva.

No processo psicoterápico, o sujeito constrói novos sistemas de significações, novos recursos simbólicos e novos conceitos sobre sua própria realidade individual e social, formando sua consciência sobre a realidade circundante e sua autoconsciência sobre suas próprias vivências, a partir da análise histórica a respeito do processo de formação da sua personalidade e de construção do seu sofrimento psíquico. Este processo lhe possibilita ter maior controle voluntário sobre seu próprio comportamento, maior capacidade de planejamento e possibilidade de ações. Torna possível ao sujeito ir se tornando mais consciente em relação a suas próprias determinações pessoais e históricas, de modo a poder intervir melhor sobre sua própria vida e sobre a vida coletiva. Ao formar sua consciência sobre sua história pessoal e social, o sujeito pode decidir com mais autodomínio o que almeja para si e para a sociedade como um todo, e pode então, por meio de ações coletivas com os demais, modificar a realidade social.

Delari Junior (2013) analisa que o entendimento da tomada de consciência, como um processo que pode conduzir o homem a um maior domínio sobre a realidade e sobre suas próprias ações no mundo, pode ser visto como um avanço progressivo da atividade humana sempre em direção à compreensão mais completa e precisa da realidade. Contudo, este entendimento implica uma discussão relativa à questão dos próprios limites e possibilidades

da liberdade humana. O autor nos alerta que omitir a contradição que existe entre o caráter cognoscitivo da consciência e sua parcialidade pode nos levar a afirmar de modo excessivo o poder das capacidades intelectuais humanas. É preciso ter em vista que o conhecimento é sempre parcial, visto que as relações e nexos da realidade são infinitas. Além disso, mas não menos importante, é fundamental destacar que ações conscientes humanas estão sempre atravessadas por determinações ideológicas.

Em Marx, segundo Delari Junior (2013), o conhecimento tido como verdadeiro é aquele que está vinculado à noção de *práxis*, que, por sua vez, diz respeito às possibilidades de transformação revolucionária da realidade. A prática e a luta social possível em uma determinada época da história é que se constituiria como força motriz para o desenvolvimento de diferentes formas de consciência, que, por seu turno, entrariam em confronto com as diferentes formas ideológicas e visão de mundo impostas pela sociedade naquele período.

Segundo Almeida (2008), na sociedade de classes, a consciência social hegemônica e universalizada é a consciência burguesa, que se converte em ideologia. Na sociedade capitalista, consciência social universalizada é da classe burguesa, internalizada como concepção de mundo e fixada em um sistema de significação da realidade. Esta consciência burguesa internalizada pelos indivíduos só pode se transformar em consciência revolucionária à medida que as condições materiais para a superação já estão dadas ou estão sendo gestadas na realidade. “Assim, a consciência de classe dos trabalhadores desenvolve-se pela sua luta como classe e pelo conhecimento sobre as contradições que levam ao movimento da realidade advindos dessa luta” (Almeida, 2008, p. 87).

Neste sentido, é fundamental termos em vista, além das possibilidades, os limites da psicoterapia. O processo de tomada de consciência estará sempre atravessado pelas determinações ideológicas históricas do período em que vivemos. É a prática e a luta social possível em uma determinada época da história que se constituem como força motriz para o desenvolvimento de diferentes formas de consciência. A psicoterapia, evidentemente, não é capaz de promover o desenvolvimento da consciência do sujeito em todas as suas dimensões. Mas ela pode se constituir como um dos elementos que irão contribuir para que o sujeito construa seu entendimento e sua atuação social.

Além disso, o sujeito, individualmente, não é capaz de modificar todos os processos críticos da vida social que engendram seu sofrimento psíquico, mesmo que tome consciência deles. O processo psicoterapêutico atua, antes de tudo, como um disparador de reflexões que possibilitem que este sujeito se articule de forma coletiva com grupos sociais que visam lutar

pela transformação das condições de exploração do homem pelo homem e das demais condições históricas e sociais que produzem sofrimento.

Na próxima seção de nosso trabalho continuaremos a explicar sobre a consciência como reflexo afetivo-cognitivo da realidade. Nosso objetivo será o de debater com mais especificidade a respeito da dimensão emocional do psiquismo humano, dando ênfase à unidade dialética existente entre cognição e afeto.

SEÇÃO III – UNIDADE DIALÉTICA AFETIVO-COGNITIVA: SENTIMENTOS, PENSAMENTOS, VIVÊNCIAS E SOFRIMENTO PSÍQUICO

*“... os cientistas dizem que somos feitos de átomos,
mas um passarinho me contou que somos feitos de
histórias”*

Eduardo Galeano

Na presente seção, temos como objetivo discutir sobre a unidade dialética existente entre cognição e afeto, bem como sobre a temática das emoções, sentimentos e vivências. Explanaremos mais especificamente sobre a consciência como reflexo afetivo-cognitivo da realidade, debatendo com mais detalhes sobre a dimensão emocional do psiquismo humano, embora essa discussão já tenha se iniciado na seção anterior.

Nosso objetivo é demonstrar que, ao destacarmos o processo de formação de consciência do sujeito, estamos abordando tanto a formação individual e social dos aspectos cognitivos quanto dos aspectos emocionais. Cognição e afeto compõem uma unidade dialética, que se forma do plano interpsicológico para o intrapsicológico, a partir das condições históricas e sociais de construção da vida.

Outros autores já abordaram estes conceitos, tais como Gomes (2008; 2014), Toassa (2009), Toassa e Souza (2010), Machado, Facci e Barroco (2011), Silva (2011), Luz, Souza e Santos (2015), Monteiro (2015), Martins e Carvalho (2016), León e Calejon (2017) e Beatón (2017b). Nesta seção nos deteremos em aprofundar algumas questões, conforme as considerarmos importantes para nossa análise.

Ao destacarmos a dimensão emocional do psiquismo humano, o conceito de personalidade também adquire evidência. Existe uma relação de interdependência entre todas as esferas constitutivas do psiquismo: a consciência, as funções psíquicas, o pensamento, as emoções e sentimentos e a personalidade. Tanto Vigotski (1931/2000) quanto Leontiev (1975/1984) discorrem sobre o conceito de consciência atrelado aos conceitos de atividade e personalidade. A partir disso, iremos discutir também nessa seção de nosso estudo sobre o conceito de personalidade e a respeito do processo de formação da sua estrutura motivacional, subordinado à categoria de atividade e ao conceito de atividade dominante. Além disso, com base nessa discussão, debateremos sobre o sofrimento psíquico e a alteração na hierarquia de motivos.

3.1 A CONSCIÊNCIA ENQUANTO REFLEXO AFETIVO-COGNITIVO DA REALIDADE

“Como trágica ladainha a memória boba se repete.
A memória viva, porém, nasce a cada dia, porque ela vem do
que foi e é contra o que foi. *Aufheben* era o verbo que Hegel
preferia, entre todos os verbos do idioma alemão. *Aufheben*
significa, ao mesmo tempo, conservar e anular; e assim presta
homenagem a história humana, que morrendo nasce e
rompendo cria”
Eduardo Galeano

Compreender a dialética existente entre os processos cognitivos e afetivos é requisito para o estudo materialista histórico-dialético das emoções e sentimentos. Tais pressupostos metodológicos apontam para a não dicotomização entre afeto e cognição, emoção e razão. A compreensão da unidade entre cognição e afeto advém da lógica dialética e dos pressupostos metodológico adotados pelos autores da Psicologia Histórico-Cultural. Vigotski e seus colaboradores buscaram elaborar uma psicologia que pudesse superar o dualismo e idealismo que embasavam as teorias psicológicas da época, construindo um aporte teórico que trabalhasse com a perspectiva da *totalidade* (Monteiro, 2015).

A Psicologia Histórico-Cultural, a partir do método materialista dialético, em seu estudo do psiquismo enquanto imagem subjetiva da realidade objetiva, possibilita a superação das interpretações fragmentárias e dicotômicas entre objetividade e subjetividade, realidade interna e externa. Junto disso, esta teoria proporciona também, no estudo das emoções, a superação tanto dos modelos biologizantes, que dão primazia às explicações orgânicas, quanto dos idealistas, psicologizantes (Martins & Carvalho, 2016).

O estudo sobre os sentimentos e emoções ficou inconcluso na obra de Vigotski. Na obra *Teoria das emoções: um estudo histórico-psicológico* (Vigotsky, 1933/2004), o autor faz a crítica às proposições que buscam entender as emoções a partir de um enfoque cartesiano, dual, que dicotomizam mente e corpo; bem como às explicações que partem de uma perspectiva a-histórica. Tal como em outros trabalhos, neste texto Vigotski se opõe às teorias que predominavam em sua época, apontando suas limitações para a compreensão do homem em sua totalidade, fazendo uma crítica às concepções correntes sobre as emoções, com destaque para a teoria de James⁴⁸ e de Langue⁴⁹ (Machado, Facci & Barroco, 2011).

⁴⁸ William James (1842-1910). Filósofo e psicólogo estadunidense.

⁴⁹ Carl Georg Lange (1834 - 1900). Fisiologista e psicólogo dinamarquês. Desenvolveu sua teoria sobre as emoções de forma independente de William James. Posteriormente, as duas teorias foram associadas pelas suas semelhanças.

Nas conferências *A imaginação e seu desenvolvimento na infância* (Vigotski, 1931/1998a) e *As emoções e seu desenvolvimento na infância* (Vigotski, 1932/1998b), pronunciadas por Vigotski em 1932, o autor tece importantes críticas às concepções tradicionais sobre as emoções na psicologia de sua época e antecipa as ideias posteriormente desenvolvidas em *Teoria das emoções*. Nestas conferências já aparece o entendimento do autor a respeito da relação entre cognição e afeto, postulando-os como duas esferas não sobrepostas, mas interdependentes do psiquismo (Machado, Facci & Barroco, 2011).

No entanto, mesmo na obra *Teoria das emoções*, o autor não elaborou de forma mais aprofundada sua própria concepção a respeito do tema. Este trabalho é considerado um texto incompleto, devido aos problemas de saúde que o autor já apresentava no período em que o elaborou (Zavialoff, 1998; Toassa, 2009; Silva, 2011). Para Shuare (1990) e Toassa (2009), é possível supor que Vigotski daria continuidade ao assunto com base na análise da teoria de Espinoza. Apesar de inconclusa, tal obra e outros textos do autor, como o debate presente em *Pensamento e linguagem* (Vygotski, 1934/2001) e em *Sobre os sistemas psicológicos* (Vigotski, 1930/2004f), e os estudos sobre vivência, que apresentaremos nesta seção, nos trazem contribuições fundamentais para compreendermos a unidade dialética proposta por Vigotski no estudo dos afetos.

Como vimos anteriormente, definir o psiquismo como imagem subjetiva da realidade objetiva implica em entender quais processos psíquicos lhe conferem existência, ou seja, como se forma esta imagem. Esta discussão se refere ao estudo da relação sujeito-objeto, de como um objeto, que existe fora e independe do sujeito, se converte em imagem interna, adquirindo uma existência subjetiva.

A imagem subjetiva se forma a partir da internalização da realidade, não se constituindo em mera cópia do real, mas em sua *representação*. Trata-se de um processo de *conhecimento* da realidade, que se dá pela apropriação de signos e significados. Este imbrincado processo de formação da imagem subjetiva da realidade objetiva é levado a cabo pelas funções psicológicas superiores (Martins, 2015).

As sensações representam a “porta de entrada” do mundo na consciência, refletindo aspectos parciais dos objetos e fenômenos; a percepção proporciona uma construção de uma imagem unificada destes fenômenos, refletindo o conjunto das propriedades do objeto; a atenção opera em íntima relação com a percepção, tornando possível a formação da imagem focal da realidade captada; já a memória propicia o registro e armazenamento, a formação da imagem por evocação de traços mnêmicos, daquilo que foi sentido, percebido e atentado. Linguagem e pensamento, por sua vez, “[...] requalificam todas essas formações, na medida

em que, pela linguagem, a imagem se institui como signo, abrindo as possibilidades para construção da imagem do objeto como ideia e em suas vinculações e interdependências abstratas” (Martins, 2015, p. 243). Por fim, à imaginação compete a transformação da ideia que foi internalizada em novo objeto. Sensação, percepção, atenção, memória, linguagem, pensamento e imaginação são, assim, as funções cognitivas responsáveis pela formação da imagem subjetiva da realidade. Contudo, tal dinâmica de internalização não se institui na ausência da relação particular entre o sujeito e objeto:

[...] Que o objeto *afete* o sujeito, esta se revela a primeira condição para sua instituição como imagem, a refletir também, além das propriedades objetivas do objeto, as singularidades da relação do sujeito com ele. Eis então a impossibilidade de qualquer relação entre sujeito e objeto isentar-se de componentes *afetivos* (Martins, 2015, p. 243, grifos da autora).

Segundo Bozhovich⁵⁰ (1988), qualquer reflexo da realidade, inclusive a sensação mais elementar, está matizado por um ou outro tom emocional, que determina a atitude do sujeito frente à realidade. Existe, assim, a relação dialética entre os processos cognitivos e afetivos. A unidade afetivo-cognitiva que sustenta a atividade humana se firma pela compreensão de que a emoção é um dado inerente ao ato cognitivo, e vice-versa.

O enfoque sistêmico que Vigotski defendera em relação a todos os processos funcionais reaparece, por certo, no tocante às emoções e aos sentimentos, em relação aos quais o autor também destacou o papel da internalização de signos e, especialmente, a formação de conceitos. Para ele, o sistema de conceitos inclui os sentimentos e vice-versa, uma vez que o ser humano não *sente* simplesmente, mas percebe o sentimento na forma de seu conteúdo, ou seja, como medo, alegria, tristeza, ciúme, raiva etc. Portanto, os sentimentos são vividos como juízos, guardando sempre certa relação com o pensamento, na mesma medida em que o próprio pensamento não se isenta, em diferentes graus, dos sentimentos (Martins, 2015, p. 252).

Vigotski reiterou a natureza histórico-cultural do funcionamento afetivo, e destacou a necessidade de apreendê-lo em suas interconexões com os demais processos funcionais. Não há um status que qualifique tais processo na formação da imagem psíquica. Todos eles estão imbrincados, existe uma relação dinâmica e uma amálgama entre eles, condicionado pela natureza da atividade em curso (Martins, 2015).

⁵⁰ Lúdia Ilinichna Bozhovich (1908 – 1981). Trabalhou sob a orientação de Vigotski e, mais tarde, em conjunto com Leontiev e Lúria.

Neste mesmo sentido, Gomes (2014, grifos da autora) afirma que as funções psíquicas constroem a imagem subjetiva do objeto ao mesmo tempo em que formam a imagem da relação do sujeito com aquele objeto. A unidade afetivo-cognitiva é mediadora constante nas atividades realizadas pelo indivíduo ao longo de sua vida. Tudo que um sujeito constrói é, ao mesmo tempo, objeto de seu pensamento e de seus sentimentos.

Ao analisar a unidade afetivo-cognitiva a partir da Psicologia Histórico-Cultural, Monteiro (2015) afirma que a relação entre sujeito e objeto é mediada pela atividade humana, sendo que as categorias atividade e consciência formam uma unidade dialética. E o entendimento da unidade dialética entre cognição e afeto advém justamente desta compreensão da unidade entre atividade e consciência:

[...] a unidade afetivo-cognitiva é o sistema semântico, da relação significado-sentido, na consciência humana. Portanto, falar em unidade afetivo-cognitiva é falar da forma como o sujeito sente e reflete o mundo ao redor, formando em seu psiquismo uma imagem subjetiva desse mundo objetivo e fornecendo-lhe, em suas vivências, sentidos afetivo-cognitivos (Monteiro, 2015, p. 185).

A consciência humana, enquanto reflexo psíquico que une o mundo ideal e material, gerado pelo funcionamento sistêmico e interfuncional das funções psíquicas superiores, forma a imagem subjetiva da realidade objetiva, num processo afetivo-cognitivo proveniente da atividade do sujeito no mundo (Monteiro, 2015).

Em seu estudo sobre as emoções sob o enfoque da Psicologia Histórico-Cultural, Silva (2011) conclui que a emoção é uma função psicológica superior. A emoção se constitui e se modifica a partir de um processo dialético, que ocorre na relação entre o indivíduo e a cultura na qual ele está inserido. As emoções humanas se formam historicamente, na relação do sujeito com a coletividade e no acesso e aquisição da produção humana, que é transformada e transmitida socialmente.

A autora analisa que as emoções permeiam todo o desenvolvimento do homem, tendo início a partir de suas características elementares, impulsivas, ligadas às necessidades de sobrevivência do organismo. Gradativamente elas se desenvolvem como função superior, cultural, a partir da apropriação dos signos culturais. Assim como as demais funções superiores, seu desenvolvimento ocorre do âmbito intersíquico (social) ao intrapsíquico (individual), mediado pelo pensamento verbal e conceitual. Não há uma separação entre razão e emoção, mas sim, um processo único de desenvolvimento cognitivo e emocional, em que ambas as funções atuam de forma dependente uma da outra. Conhecimento e emoção constituem uma unidade no desenvolvimento humano (Silva, 2011).

Vygotski (1934/2001) considera que é fundamental explicarmos como as funções psíquicas se relacionam e como o afeto e a cognição se conectam, para compreendermos como se dá o desenvolvimento do pensamento e da linguagem e como se processa sua relação com a consciência. Para o autor, o significado da palavra é o microcosmo da consciência, mas que tal significado só pode ser compreendido em todas as suas dimensões quando também se considera os aspectos afetivos-volitivos (necessidades, motivações, interesses e emoções relacionados a ele).

A forma de pensar, que junto com o sistema de conceitos nos foi imposta pelo meio que nos rodeia, inclui também nossos sentimentos. Não sentimos simplesmente: o sentimento é percebido por nós sob a forma de ciúme, cólera, ultraje, ofensa. Se dizemos que desprezamos alguém, o fato de nomear os sentimentos faz com que estes variem, já que mantêm uma certa relação com nossos pensamentos. [...] Assim como nos é impossível distinguir onde termina a percepção superficial e onde começa a compreensão em relação a um objeto determinado (na percepção estão sintetizadas, fundidas, as particularidades estruturais do campo visual e da compreensão), também no nível afetivo, nunca experimentamos os ciúmes de maneira pura, pois ao mesmo tempo estamos conscientes de suas conexões conceituais (Vigotski, 1930/2004f, p. 126).

Para exemplificar suas proposições, Vigotski (1930/2004f) discute sobre o sentimento de ciúmes. O autor afirma que tal sentimento é histórico, ligado à compreensão ideológica de fidelidade. Cita o sentimento de ciúmes da mulher pertencente à cultura maometana, que difere significativamente em relação a outras culturas. A forma de organização social dá origem, para o autor, aos sentimentos morais, às normas e aos sentimentos estéticos dos homens⁵¹.

Para Gomes (2008), este exemplo de Vigotski deixa claro que as emoções e sentimentos são dependentes do desenvolvimento cultural do sujeito e estão situados no campo das funções psicológicas superiores. Existe uma indissociabilidade entre as diferentes funções psicológicas. As emoções estão inseridas numa complexa trama com as demais funções psíquicas, sofrendo alterações qualitativas em função do desenvolvimento de outras funções psicológicas.

⁵¹ O sentimento de tristeza, que é próprio da experiência humana, por exemplo, hoje tem um significado social diferente do que em outros momentos históricos. Em uma sociedade que compreende que ser feliz depende somente de você, que culpabiliza e individualiza o sofrimento, e que considera que é possível estar feliz o tempo todo, como a sociedade atual, sentir-se triste é um sinal de fracasso. Conforme o significado social da tristeza se altera, também se modifica a forma como lidamos com este sentimento.

[...] No processo de desenvolvimento ontogenético, as emoções humanas entram em conexão com as normas gerais relativas tanto à autoconsciência da personalidade quanto em relação à consciência da realidade. Meu desprezo por outra pessoa entra em conexão com a valoração dessa pessoa, com a compreensão dela. E é nessa complicada síntese que transcorre nossa vida. O desenvolvimento histórico dos afetos ou das emoções consiste fundamentalmente em que se alteram as conexões iniciais em que se produziram e surgem uma nova ordem e novas conexões (Vigotski, 1930/2004f, p.126-127).

Vigotski (1934/2010) esclarece que separar o pensamento do afeto fecha a oportunidade de compreendermos suas causas, porque a análise pressupõe descobrir os motivos, necessidades e interesses, impulsos e tendências que regem o movimento do pensamento. Da mesma maneira, no sentido inverso, conceber o afeto sem o pensamento retira a possibilidade de explicarmos como este influencia o plano afetivo e volitivo do homem, reduzindo-o a um apêndice inútil do comportamento. Nas palavras do autor:

A primeira questão que se apresenta quando falamos da relação entre pensamento e linguagem e os restantes aspectos da consciência é a da conexão entre *intelecto* e *afeto*. Como se sabe, a separação entre o aspecto intelectual da nossa consciência e seu aspecto afetivo, volitivo, constitui um dos defeitos mais graves de toda a psicologia tradicional. Essa separação permite que o pensamento se transforme inevitavelmente em um fluxo autônomo de ideias que se pensam a si mesmas, separando-o de toda a plenitude da vida, dos impulsos, dos interesses e das inclinações vitais do sujeito que pensa e, ou resulta em um epifenômeno completamente inútil, incapaz de modificar a vida e o comportamento da pessoa, ou o transforma em uma força primitiva, autônoma e imprevisível, que, ao interferir na vida da consciência e na vida da personalidade, as influencia de forma inexplicável (Vygotski, 1934/2001, p. 24-25, grifos do autor).

No processo de formação do pensamento por conceitos, a significação imbrica pensamento e linguagem e, também, razão e afeto. Todo sentimento carrega um sistema de ideias pelo qual ele se expressa. Não existe ideia sem pensamento, e também não há ideia alheia da relação da pessoa com a realidade e de como isso a afeta. O sistema de conceitos também engloba a atividade afetiva do indivíduo em face da realidade que ele representa. O pensamento é cognitivo e afetivo ao mesmo tempo, em sua origem e percurso. Para o autor, a análise dialética da relação entre pensamento e emoções

[...] mostra que existe um sistema semântico dinâmico que representa a unidade dos processos afetivos e intelectuais, que em toda ideia existe, em forma elaborada, uma relação afetiva do homem com a realidade representada nessa ideia. Ela permite revelar o movimento direto que vai da necessidade e das motivações do homem a um determinado sentido do seu pensamento, e o movimento inverso da dinâmica do pensamento a dinâmica do comportamento e a atividade concreta do indivíduo. [...] (Vigotski, 1934/2010, p. 16-17).

Vigotski (1930/2004f) afirma que as emoções humanas estão em conexão com a autoconsciência da personalidade e com a consciência da realidade. O conhecimento de nossos afetos, a autoconsciência deles, transforma-os de um estado passivo para um estado ativo. Pensar sobre os afetos e situá-los em outras relações do intelecto são fatores que alteram a vida psíquica do sujeito.

Para o autor, os afetos atuam em um sistema complexo junto com os conceitos. O que eu sinto está relacionado com a forma como eu compreendo o mundo. Assim, os afetos e emoções são desenvolvidos histórica e culturalmente. Emoções e sentimentos são históricos e se alteram de acordo com o contexto material e ideológico de cada grupo social.

Leontiev (1975/1984) segue o mesmo entendimento de Vigotski, de que o desenvolvimento do pensamento e da consciência está profundamente unido à formação dos estados emocionais. Para Leontiev, estes se originam na atividade, que é essencialmente mediada. As particularidades qualitativas do curso do desenvolvimento e da expressão dos estados emocionais dependem das condições concretas de vida do sujeito. Tais estados circunscrevem-se às mediações que lhe conferem sustentação.

León e Calejon (2017) explicam que os pressupostos de Vigotski não significam que cognição e afeto são o mesmo processo, mas sim que formam uma unidade qualitativamente diferente do simples somatório de suas partes constituintes. As dimensões afetiva e cognitiva formam um amálgama que deve ser compreendido a partir da lógica dialética.

Para explicar este entendimento, as autoras utilizam-se da metáfora da água. Expõem que o cognitivo e o afetivo são como o oxigênio e o hidrogênio (partes constituintes), e a água (o todo complexo) é a *vivência*. A unidade não é uma simples adição dos elementos, mas uma combinação, uma unidade dialética e complexa, que resulta em outro estado diferente do inicial. A vivência “[...] contém a conjunção do cognitivo e afetivo e, com esta, a integração do externo e interno, do biológico e cultural, do interpessoal e intrapessoal, de maneira dinâmica e diferente da soma de seus integrantes, no sentido da metáfora da água” (León &

Calejon, 2017, p. 124). Para as autoras, o aspecto cognitivo atua por meio do afetivo e vice-versa.

Cabe mencionar ainda a definição dos termos *afeto*, *emoção* e *sentimento*. Martins (2015) afirma que nem Vigotski, nem Luria e Leontiev se detém na discussão sobre uma distinção clara e precisa entre eles, muitas vezes adotando tais termos sem diferença entre si. Emoções e sentimentos estão unidos na atividade humana, mantendo entre si uma relação de *figura-fundo*: “[...] as emoções se revestem de sentimentos, ou seja, os sentimentos conferem-lhe conteúdos, da mesma forma que as emoções conferem aos sentimentos sua tonicidade afetiva. [...]” (Martins, 2015, p. 260). A autora defende um enfoque sistêmico destes fenômenos, buscando superar o dualismo que impera nos enfoques que visam diferenciá-los.

Apesar disso, com objetivo didático, podemos estabelecer algumas especificidades de cada um deles. O termo *afeto*, se refere aos processos emocionais relacionados às necessidades e às atividades que se opõem à passividade ou indiferença do sujeito em seu processo de construções do reflexo psíquico da realidade, que podem tanto orientar quanto desorganizar o comportamento (Bozhovich, 1981).

As *emoções* incluem as manifestações somáticas dos processos neurovegetativos. Estão vinculadas ao atendimento de necessidades orgânicas, e também às formas específicas de reações às sensações, o que lhe confere um tono emocional positivo/agradável ou negativo/desagradável. Assim como as sensações, de forma geral, as sensações emocionais, especificamente, são mobilizadas por estímulos específicos e por elementos ou propriedades isoladas dos objetos ou fenômenos. Além disso, elas têm uma característica de transitoriedade; apesar de intensas e profundas, são circunstanciais (Blagonadezhina, 1960).

As emoções se expressam por traços corporais, faciais, e também pela fala e pelo próprio pensamento. As primitivas reações reflexas de medo, alegria, raiva, espanto, foram, historicamente, se convertendo em um ato semântico, uma linguagem que orienta a ação social (Rubinstein, 1946/1967). As próprias manifestações emocionais vão se convertendo em “linguagem dos sentimentos”, o que demonstra que não há uma cisão entre sentimento e emoção. A prevalência de certos sentimentos pode induzir manifestações emocionais (como nas crises de ansiedade), enquanto que as emoções podem ser seguidas de determinados sentimentos (Martins, 2015).

Zavialoff (1998), no prefácio da edição francesa de *Teoria das emoções* (Vygotzky, 1933/1998), afirma que mesmo o caráter biológico das emoções é entendido por Vigotski como embrincado com os significados sociais. Isso fica evidente no seguinte exemplo dado por Vigotski: a reação que a visão de uma serpente no meio do caminho poderá provocar irá

variar de acordo com o significado social que este animal tem para determinada cultura. Na cultura ocidental, a serpente é associada ao perigo; já na cultura oriental este animal tem outro significado social. Assim, também as reações emocionais têm relação com os signos internalizados na experiência social.

Por sua vez, os *sentimentos* têm caráter notadamente histórico, surgindo e se diferenciando no desenvolvimento da humanidade. Eles se relacionam às necessidades e motivos que vão sendo criados socialmente, e se subordinam às condições de vida do sujeito. Os sentimentos “[...] se formam na unidade instituída pelas manifestações emocionais e pelo pensamento, uma vez que seus conteúdos outra coisa não são, senão ideias. As sensações emocionais conquistam ‘nomes’, tornam-se conceitos e juízos e, como tal, serão ensinadas e aprendidas [...]” (Martins, 2015, p. 264).

Os sentimentos [...] são específicos do homem: têm caráter histórico, posto que surgem no desenvolvimento histórico da humanidade e se modificam no curso desse desenvolvimento. As mudanças nas condições sociais de vida modificam a atitude do homem frente ao mundo e como consequência disso mudam seus sentimentos. Aquilo que numa época histórica motivava sentimentos especiais aos membros de uma classe determinada pode motivar sentimentos opostos em membros de outra classe, e em outra época histórica (Blagonadezhina, 1960, p. 359).

Se as emoções são mobilizadas por estímulos isolados e são transitórias, os sentimentos tem caráter sintético, sendo mobilizados pelo conjunto de propriedades dos fenômenos. Têm, a partir disso, um caráter mais prolongado e constante. Não resultam apenas de traços positivos ou negativos que são apreendidos isoladamente, mas de uma síntese das correlações entre eles (Blagonadezhina, 1960).

Como vimos, cognição e afeto compõem uma unidade dialética, que se forma a partir da apropriação da cultura, dos signos e do universo simbólico construído pela humanidade ao longo da história. Para Beatón (2017b), Vigotski expressa que a formação e o desenvolvimento do signo e do significado, da função simbólica tem um papel decisivo na formação da consciência e da personalidade. A partir dos conteúdos e meios da cultura, se formam os processos psicológicos superiores, afetivos, cognitivos e volitivos, em uma unidade dialética. Na vivência ocorre a formação de sentidos pessoais, a formação de novas necessidades, motivos, sentimentos, ideias, e outros tantos conteúdos da consciência e da personalidade.

O desenvolvimento da cultura, dos mitos, da religião, da filosofia e das demais formações simbólicas que busca desvendar e explicar a origem e o sentido da vida humana, ao

longo da história, demonstram o quanto o homem necessita do símbolo, do signo e dos significados para ampliar suas possibilidades de vida e desenvolvimento. O desconhecimento a respeito da natureza e a necessidade de compreendê-la, para sobreviver, para transformá-la, leva o homem a produzir vivências e sentidos que o impulsionam ao conhecimento, ou a produzir mitos e símbolos que expliquem os mistérios da vida que até então não se compreende (Beatón 2017b).

As relações sociais são a base da conformação da vida real. A cultura é produto de toda vida social e do trabalho do homem, ao longo da história. Ela diz respeito aos mitos, crenças, tradições, teorias ou explicações, obras de arte, ciência e objetos, que o sujeito apropria e que forma os conteúdos da sua subjetividade. A cultura sempre será vivida pelo sujeito por intermédio das relações sociais que nela se cristalizam, de forma integral (emocional, cognitiva e volitivamente). Por sua vez, a vivência, de um modo único para essa pessoa e nesse momento concreto de sua formação, contribuirá para atribuir sentido pessoal à experiência do sujeito nessa atividade, como veremos a seguir.

3.1.1 O conceito vigotskiano de vivência (*pereživânie*)

Vimos até aqui que Vigotski não concede primazia ao pensamento ou ao afeto na explicação da consciência humana. Ele aborda o tema a partir de uma perspectiva dialética, que transita dos processos psíquicos parciais para o todo da consciência (Toassa, 2009). Todo ato de consciência é, ao mesmo tempo, cognoscitivo e afetivo. O conceito de consciência em Vigotski engloba o processo pelo qual os seres humanos vão se tornando capazes de se distanciarem de suas próprias experiências vitais, ao mesmo tempo que envolve a vivência (*pereživânie*) destas experiências (Delari Junior, 2013). Assim, dentre os estudos de Vigotski sobre a consciência e sobre a unidade dialética entre cognição e afeto, o conceito de *vivência* adquire importância.

Sobre a temática das vivências em Vigotski, Toassa (2009) conclui que o autor modificou seu entendimento a respeito deste conceito ao longo de sua obra. Inicialmente Vigotski (1916/1999) empregava o termo qualificando um estado mental de exceção suscitado por impressões e sentimentos fortes. Nesta etapa, o termo vivência expressava algo que se opunha ao pensamento, ao intelecto, algo ligado a um contato irracional, imediato e emocional do sujeito com o meio.

Posteriormente, nos textos pedológicos⁵² *A crise dos sete anos* (Vygotski, 1934/1996b) e *Quarta aula: a questão do meio na pedologia* (Vigotski, 1935/2018), o autor desenvolve este conceito e o reestrutura, a partir de seu entendimento do funcionamento sistêmico das funções psicológicas superiores. Vigotski passa a compreender que o signo aglutina as vivências, possibilitando que a criança intelectualize e adquira experiência sobre sua presença no mundo. Nestes textos, as vivências passam a ser consideradas unidades da personalidade com o meio; da relação interior da criança com um ou outro momento da realidade. Segundo Toassa (2009), essa transição conceitual ocorre porque Vigotski passa a construir o conceito de consciência a partir da noção de sistema, em que se englobam processos conscientes e inconscientes, racionais e irracionais. Nas obras mencionadas, o conceito de vivência adquire o seguinte significado:

O conceito de vivência (*pereživânie*) aparece em Vigotski designando tanto a apreensão do mundo externo pelo sujeito e sua participação nele, quanto a de seu próprio mundo interno (sua “realidade psíquica”, indicando que este mundo interno é passível de simbolização e tomada de consciência, tal como podemos compreender de outras obras do autor). Designa o modo pelo qual o mundo afeta-nos, tornando-se apreensível, inicialmente apenas através dos processos psicológicos geneticamente biológicos e, posteriormente, também através da mediação dos signos. O uso do termo é sinal do perfil monista da obra de Vigotski, em que as sensações sempre aparecem implicadas nas alterações psíquicas que denominamos de sentimento (Toassa, 2009, p. 61).

A vivência é, portanto, uma unidade dinâmica da vida, marcada pela referência à realidade interna (ao corpo, às representações e ideias singulares ao sujeito), e à realidade externa, aos objetos externos. São processos distintos, mas dialeticamente articulados, pelos quais o indivíduo conscientiza-se de si próprio no mundo. O sujeito se reconhece como parte do meio que o cerca, ao mesmo tempo em que se entende como diferenciado dele (não coincidente).

Assim, as vivências estão relacionadas com uma gama de fatores que compreendem a relação do sujeito com o objeto, com o significado deste objeto para ele, os motivos e fins da atividade que o abarcam, as implicações desta atividade na vida da pessoa, dentre outros fatores. Nas palavras de Vigotski:

⁵² O termo *pedologia* se refere ao estudo do desenvolvimento infantil.

Vivência é uma unidade na qual se representa, de modo indivisível, por um lado, o meio, o que se vivencia – a vivência está sempre relacionada a algo que está fora da pessoa –, e, por outro lado, como eu vivencio isso. Ou seja, as especificidades da personalidade e do meio estão representadas na vivência: o que foi selecionado do meio, os momentos que têm relação com determinada personalidade e foram selecionados desta, os traços do caráter, os traços constitutivos que têm relação com certo acontecimento. Dessa forma, sempre lidamos com uma unidade indivisível das particularidades da personalidade e das particularidades da situação que está representada na vivência (Vygotski, 1935/2018, p. 78 grifos do autor).

O autor analisa que a vivência é uma unidade de análise porque ela abarca tanto a personalidade da criança quanto o meio em que ela vive. Seu conceito não se refere apenas às situações de grande impacto emocional, ou a um estado psicológico especial, mas sim, abrange de forma geral, a relação interior da consciência com o meio, generalizável na linguagem.

Em diversos textos, Vygotski (1934/1996b; 1934/2001; 1931/1996c) esclarece que a forma como a pessoa vivencia uma situação está intimamente relacionada com a forma como ela compreende esta situação, com o que ela pensa sobre ela e com os processos de pensamento pelos quais ela pensa. O modo como uma criança toma consciência e se relaciona afetivamente com certo acontecimento e o vivencia está intimamente atrelado à forma como ela compreende esta situação. A vivência da criança depende fundamentalmente de sua situação social de desenvolvimento, do desenvolvimento da linguagem e das demais funções psicológicas superiores.

Vygotski (1935/2018) exemplifica citando um caso que chegou à clínica de seu grupo de pesquisa. Tratava-se de uma família em que a mãe sofria de transtornos psíquicos em decorrência do alcoolismo; ela tinha momentos bastante violentos, e seus três filhos viviam num ambiente de pavor e terror. O autor analisa que o ambiente externo era essencialmente o mesmo para as três crianças, mas que cada uma das crianças o vivenciava de maneira distinta.

A criança menor desenvolveu sintomas de natureza defensiva, com ataques de terror, enurese e gagueira, silenciando ou perdendo a voz. A segunda criança apresentou um conflito pautado pelo vínculo ambivalente com a mãe, repleto de amor e terror: ao mesmo tempo em que queria retornar para casa, demonstrava medo em pensar nessa possibilidade. O filho mais velho demonstrou sinais de maturidade precoce, seriedade e solicitude para com os irmãos; entendia que sua mãe era doente, sentia pena dela, e buscava proteger os irmãos em momentos de fúria da mãe.

Para o autor, este exemplo demonstra que um mesmo acontecimento que atinge distintas pessoas que se encontram em faixas etárias diferentes tem uma influência diversa sobre o desenvolvimento de cada uma delas. A relação particular das crianças com os acontecimentos do meio em que viviam era diferente. Em outras palavras, cada uma delas vivenciou a situação de forma diferente.

Este exemplo demonstra que, segundo Vigotski (1935/2018), o papel de quaisquer elementos do meio é distinto em diferentes faixas etárias. Uma situação que tenha um determinado significado desempenha um papel quando a criança tem uma idade específica. Alguns anos depois, uma situação semelhante pode ter outro significado, visto que a relação da criança com aquele evento mudou. Isto porque, em cada fase do desenvolvimento, a criança atinge um diferente nível no desenvolvimento do seu pensamento por conceitos e de seu entendimento de mundo.

[...] Isso significa que, em diferentes etapas do desenvolvimento, ela generaliza de formas diferenciadas e, conseqüentemente, atribui sentidos de forma diferente à realidade e ao meio circundante. Em consequência, o desenvolvimento do pensamento e da generalização infantil também está ligado à influência do meio sobre a criança (Vigotski, 1935/2018, p. 82).

Esse aspecto é evidenciado no atendimento psicoterápico. Em diversas situações, ao analisar a história da vida do sujeito, pudemos perceber que certos sentidos e significados relacionados ao sofrimento que ele manifesta hoje tinham sido construídos em fases anteriores da vida, a partir das vivências e da compreensão de mundo e de si que o mesmo tinha das relações estabelecidas naquele período, no qual as funções psicológicas estavam em desenvolvimento. Estes sentidos podem ser analisados e complexificados pelo sujeito no processo de psicoterapia.

Delari Júnior (2017) nos alerta sobre a possível simplificação do entendimento do conceito de vivência em Vigotski. O autor destaca que o exemplo dado por Vigotski da mãe e seus três filhos pode levar alguns leitores a interpretarem que é exclusivamente a forma subjetiva de lidar com a situação que determina a maneira como cada sujeito irá vivenciá-la. Contrapondo-se a esta leitura, Delari Junior analisa que, apesar de o contexto vivenciado pelas três crianças ser semelhante, não podemos compreender que tal meio é idêntico. A situação objetiva que cada criança vive é dinâmica e diferente, porque se tratam de pessoas com idades e papéis familiares distintos. Para o autor, o que Vigotski demonstra é que toda vivência com relação a um determinado objeto é de um sujeito particular. Além disso, os aspectos objetivos

da vida são bastante complexos, dinâmicos e diferenciados na relação de uma pessoa com as demais.

Segundo Vigotski (1935/2018), para compreendermos a vivência de um sujeito em determinada situação, devemos analisar como ele toma consciência, atribui sentido e se relaciona afetivamente com aquele acontecimento. Uma situação irá influenciar a criança de formas diferentes dependendo de como ela compreende seu sentido e significado. O sujeito vivencia uma situação a partir de suas particularidades, constituídas ao longo de sua história; uma outra pessoa, dotada de outras especificidades, irá vivenciar esta mesma situação de maneira distinta.

De forma breve e simples, poderia dizer que *a influência do meio no desenvolvimento da criança, junto com as demais influências, será medida também pelo nível de compreensão, de tomada de consciência, de atribuição de sentido ao que nele acontece* (Vigotski, 1935/2018, p. 79, grifos do autor).

Existe uma íntima relação entre o pensamento, a linguagem, o significado das palavras e a vivência da criança. A criança generaliza seu pensamento de formas diferentes em cada nível de desenvolvimento e, conseqüentemente, compreende a realidade circundante, bem como o seu meio, de modo distinto em cada uma destas fases.

León e Calejon (2017) explicitam que os pressupostos de Vigotski se ancoram sob o entendimento de que o sujeito é ativo no processo de formação de sua consciência e personalidade. Na vivência incluem-se tanto os aspectos subjetivos apropriados pelo sujeito a partir da cultura, como os criados pelo próprio sujeito. A pessoa tem uma postura ativa e criativa em seu próprio desenvolvimento, como explicita Vygotski (1987, p. 84) no seguinte excerto: “[...] o homem cria ele mesmo os estímulos que determinarão sua reação e os utiliza em qualidade de meios para dominar os processos da própria conduta”.

A cultura e o contexto social não atuam sob o sujeito de forma mecânica. O âmbito interpessoal e o pessoal mediam-se mutuamente, de forma ativa. Os estímulos externos não conduzem o desenvolvimento forçosamente para uma direção específica. Esta ocorrência é mais probabilística, quer dizer, pode acontecer ou não, em diferentes formas. A maneira pela qual o desenvolvimento ontogenético ocorre depende também de como o sujeito age e atribui sentido ativamente a cada momento de sua vida. “[...] Trata-se do movimento prospectivo do sujeito do desenvolvimento no movimento prospectivo sociocultural e também do enlace dinâmico do tempo autobiográfico com o tempo histórico geracional” (León & Calejon, 2017, p. 133-134).

Bozhovich (1988) explicita este entendimento ao afirmar que o conceito de vivência em Vigotski une as capacidades já desenvolvidas pelo sujeito em todas as suas experiências anteriores, e a apropriação dos significados e os sentidos a elas atribuídos. Relaciona as capacidades já formadas e as novas formações do psiquismo. Tal conceito evidencia, mais uma vez, a unidade entre o objetivo e o subjetivo:

[...] A vivência, segundo Vigotsky, é uma “unidade” na qual estão representados, em um todo indivisível, por um lado o meio, ou seja, o experimentado pela criança; por outro, o que a própria criança aporta a essa vivência e que, por sua vez, se determina pelo nível já alcançado por ela anteriormente (Bozhovich, 1988, p. 123).

Neste mesmo sentido, Beatón (2017b) afirma que o desenvolvimento ontogenético não é um processo de formação linear, mecânico e padronizado, em que determinado conteúdo cultural produzirá necessariamente um dado desenvolvimento singular. O sujeito vivencia a cultura de forma ativa e mediada pelas experiências que vai adquirindo ao longo de sua vida. As experiências provenientes do contexto social perpassam a vida pessoal do sujeito e o que ele formou anteriormente em sua consciência e personalidade a partir das vivências sociais, culturais e históricas. Para o autor, destacar o papel ativo do sujeito é trabalhar de forma integral o processo de internalização das relações sociais do âmbito intersíquico para o intrapsicológico.

O sujeito se constrói a partir de múltiplas vivências, desde o seu nascimento e ao longo de sua vida concreta, como produto de como ele vive as influências da cultura e da sociedade em que se desenvolve. É a vida concreta que produz as experiências que são vivenciadas pelo sujeito, mas ele as vivencia a partir do conteúdo subjetivo que já formou e desenvolveu em seu psiquismo até o presente momento de seu desenvolvimento. As experiências atuais são vivenciadas por meio dos conteúdos subjetivos que se formaram das experiências anteriores, atribuídas de sentido (Beatón, 2017b).

A consciência é produto do modo como a atividade do sujeito é vivenciada e atribuída de sentido, em razão dos significados sociais e do desenvolvimento psíquico singular do sujeito até aquele momento. As vivências passadas e os sentidos construídos mediam a relação do sujeito com as vivências atuais. “[...] Vygotsky nos define a interdeterminação do externo e do interno, o externo como fonte e o interno também como mediador do externo [...] (Beatón, 2017b, p. 168).

Vive-se uma experiência com o impacto de todo o desenvolvimento psíquico que se produziu até esse momento em um sujeito dado, e, então, toda vivência não é somente vivência de algo, mas também um produto da consciência de um sujeito que

vive e enfrenta essa experiência, produzindo nele novas vivências, atribuindo novos sentidos e produzindo novos processos de desenvolvimento de outros conteúdos (Beatón, 2017b, p. 200).

Beatón (2017b) alerta que de forma alguma esta concepção teórica deve ser entendida como idealista ou subjetivista. As vivências das relações sociais se dão sempre em um contexto social e cultural, de atividade, trabalho e linguagem. Vygotski (1934/1996b, p. 383), ao afirmar que “toda vivência é sempre a vivência de algo”, tem um objetivo gnosiológico, que visa “[...] especificar que esse algo é o ponto de objetividade ou concretude de toda vivência e que ela não é expressão apenas dos processos internos, subjetivos e idealistas do ser humano [...]” (Beatón, 2017b, p. 160).

Antes de partirmos para o próximo item de nossa discussão, gostaríamos de salientar que os pressupostos expostos até agora sobre a unidade afetivo-cognitiva também nos levam a superar o dualismo cartesiano presente tradicionalmente na compreensão dos processos psicossomáticos de adoecimento.

Jerebtsov (2017) afirma que, para a Psicologia Histórico-Cultural, os processos psíquicos se desenvolvem em unidade com os processos corporais. Os signos e os processos simbólicos são o fundamento do desenvolvimento das funções psíquicas superiores, da consciência da pessoa, da gênese do significado e do sentido pessoal, reestruturando os processos orgânicos e naturais de corpo do sujeito. A partir da apropriação das relações sociais e da cultura, o sujeito constrói sua imagem corporal, bem como reestrutura e culturaliza suas funções orgânicas sexuais, motoras, de alimentação, sono, dor, entre diversas outras. Ao longo de seu desenvolvimento, o sujeito transforma seu corpo natural em corpo cultural, em unidade com sua personalidade.

Como vimos, a teoria da determinação social do processo saúde-doença analisa o adoecimento, tanto em seu aspecto físico, quanto psíquico, como processo social, intrinsecamente relacionado ao modo de produção da vida social (Almeida, 2018). O processo saúde-doença é expressão concreta na corporeidade humana do processo histórico, num momento determinado (Laurell, 1989).

Silva (2019) nos lembra que, na contemporaneidade, o padrão de corpo considerado adequado e desejável, por exemplo, bem como as normativas médicas e psiquiátricas que determinam os marcadores para mensurar o que é saúde, atuam sobre a percepção e significação da dor e da doença, e determinam a relação do indivíduo com seu próprio corpo, bem como a imagem corporal que será construída. O sintoma psicossomático é construído na relação do indivíduo com o mundo, na hierarquia dos motivos e na atividade.

Para Nikolaeva e Arina, (2009), os sintomas podem ser reações aos processos sociais desintegradores que incitam o indivíduo a se adaptar à realidade que é patológica. Ou podem ser expressão da resistência a essa adaptação. As autoras entendem que os sintomas se respaldam em significados culturalmente estabelecidos, a partir das particularidades de seu grupo social e das possibilidades psíquicas do indivíduo. Os sintomas psicossomáticos podem ser formados, por exemplo, pela regressão do desenvolvimento em que habilidades já formadas se perdem; e pela distorção do desenvolvimento do sistema de mediação psicológica, entre outros processos. Quando o indivíduo necessita encontrar formas de enfrentamento das condições sociais que o desestruturam, a doença e o sintoma podem se constituírem como uma dessas estratégias⁵³.

Entendemos que, na psicoterapia, os processos psicossomáticos de adoecimento manifestos pelo sujeito são compreendidos a partir da análise da unidade dialética mente-corpo, afetivo-cognitiva. A psicologia de Vigotski aponta para uma compreensão genético-causal, mediada e simbólica dos processos psicossomáticos. O sujeito nem sempre tem consciência das causas desse processo, como no caso do transtorno de pânico e dos transtornos alimentares. Então, a psicoterapia contribui para que o indivíduo compreenda a essência dos processos de desenvolvimento que culminaram na formação dos sintomas psicossomáticos, possibilitando que o mesmo desenvolva mecanismos de ação e enfrentamento destes sintomas.

3.2 ATIVIDADE, CONSCIÊNCIA E PERSONALIDADE

*“Contemple o desenho fundo
Dessas minhas jovens rugas
Conquistadas a duras penas
Entre aventuras e fugas
Observe a face turva
O olhar tentado e atento
Se essas são marcas externas
Imagine as de dentro
A vida tem sido água
Fazendo caminhos esguios
Se abrindo em veios e vales
Na pele leito de rio”*
Pitty e Elsa Soares

⁵³ Ainda são poucos os estudos específicos da Psicologia Histórico-Cultural sobre os processos de adoecimento psicossomáticos. Consideramos que os pressupostos teóricos de Vigotski são fundamentais para compreendermos esta forma de sofrimento e ressaltamos a importância da continuidade e ampliação dos estudos sobre o tema dentro desta perspectiva teórica.

Ao evidenciarmos a dimensão emocional do psiquismo humano, o conceito de personalidade também adquire destaque. Com vimos até agora, existe uma relação de interdependência entre todas as esferas constitutivas do psiquismo: a consciência, as funções psíquicas, o pensamento, as emoções e sentimentos e a personalidade.

Tanto Vigotski (1931/2000) quanto Leontiev (1975/1984) discutem sobre o conceito de consciência atrelado aos conceitos de atividade e personalidade. Tendo este pressuposto como base, iremos discutir agora sobre o conceito de personalidade e da formação da sua estrutura motivacional, que é subordinado à categoria de atividade e ao conceito de atividade dominante.

Para Leontiev (1975/1984), os estados emocionais do sujeito se originam na atividade, que é essencialmente mediada. Este entendimento da unidade dialética entre cognição e afeto advém da compreensão da unidade entre atividade e consciência. As particularidades qualitativas do curso do desenvolvimento e da expressão dos estados emocionais dependem das condições concretas de vida do sujeito, da atividade e das relações sociais que lhe conferem sustentação.

A reflexão teórica sobre o desenvolvimento da consciência e da personalidade, bem como das atividades principais que guiam este desenvolvimento em cada período, são fundamentais para que o psicoterapeuta possa guiar seu processo de intervenção. Ao longo de nosso estudo, iremos destacar que, na possibilidade de intervenção psicoterapêutica explicitada aqui, o psicólogo busca compreender a história de desenvolvimento da consciência e da personalidade do sujeito. Para tanto, o profissional necessita se basear numa perspectiva teórico-filosófica que explica como este desenvolvimento ocorre.

Os pressupostos teóricos apresentados nesta seção nos permitem compreender que consciência, personalidade e sofrimento psíquico se formam por meio da atividade do sujeito, em suas relações concretas de produção da vida, por intermédio dos signos e do universo simbólico que o sujeito vai se apropriando ao longo da vida. A possibilidade de intervenção terapêutica discutida em nosso estudo volta-se para estes pressupostos.

3.2.1 Atividade dominante e periodização do desenvolvimento

O sistema de atividades do indivíduo não é a simples soma de vários tipos de atividade, pois existe uma principal que orienta de maneira mais decisiva o desenvolvimento dos processos psíquicos e da própria personalidade (Leontiev, 1947/2004b). Esta atividade, a partir da qual se reorganizam os processos psíquicos particulares do sujeito, provocando as

principais mudanças na consciência e na personalidade do sujeito, é denominada de *atividade principal, atividade dominante* ou *atividade-guia*.

A atividade dominante possibilita o surgimento de novas atividades, no interior da sua própria estrutura, bem como a constituição de novos processos psíquicos (neoformação) e/ou reorganização dos mesmos, o que produz as principais mudanças na personalidade do sujeito. Pela análise do conteúdo da atividade do sujeito podemos compreender a formação de sua personalidade (Tuleski & Eidt, 2017).

São as condições históricas e sociais presentes no contexto do indivíduo que possibilitam que dado conteúdo esteja presente em uma determinada atividade. Dessa forma, são estas mesmas condições históricas que indicam qual atividade se tornará dominante em um determinado estágio do desenvolvimento (Leontiev, 1947/2004b).

O desenvolvimento da personalidade abarca estágios que transcorrem de modo distinto segundo as condições sociais que guardam as possibilidades condicionantes do desenvolvimento da atividade dominante para cada indivíduo. Para Leontiev (1944/2004a) e Elkonin (1987), cada estágio do desenvolvimento psicológico é caracterizado por uma atividade dominante. Em cada período uma nova força motriz impulsiona o desenvolvimento, sendo que uma nova atividade dominante se estabelece.

Facci (2004) analisa que, para a Psicologia Histórico-Cultural, o desenvolvimento psicológico não é um processo natural, caracterizado por fases ou estágios universais que possuem uma ordem fixa e imutável. Vigotski e os demais autores desta vertente teórica criticavam justamente as teorias que entendiam que os períodos do desenvolvimento humano eram iguais para todos os homens, em todas as culturas e em qualquer época. Cada fase de desenvolvimento é caracterizada por um tipo de relação do indivíduo com a realidade. São as condições históricas presentes na sociedade e na cultura na qual o sujeito vive que possibilitam que se vivencie a infância, a adolescência e a idade adulta de determinada maneira, como discutiremos a seguir.

Elkonin (1987) elaborou, a partir deste enfoque histórico, uma análise sobre os estágios de desenvolvimento pelos quais o indivíduo passa, que estão diretamente relacionados ao lugar que o sujeito ocupa em nossa sociedade, em determinados momentos da vida. Cada estágio do desenvolvimento é caracterizado por uma atividade dominante. É a situação social de desenvolvimento que determina o conteúdo da atividade principal e, conseqüentemente, da nova estrutura da consciência do sujeito.

Quando uma criança passa de um estágio de desenvolvimento para outro, modificando sua atividade dominante, ela não muda apenas seu lugar no sistema de relações

sociais, mas também sua consciência sobre estas relações, sua compreensão sobre elas. Conforme tais mudanças ocorrem, a criança vai tomando consciência do novo lugar que ocupa nas relações e de como estas se dão. A motivação de sua atividade se modifica com esta tomada de consciência. Com o surgimento de novos motivos, a criança reflete e reinterpreta suas antigas ações; ela passa a ver o mundo de forma diferente e também a avaliar sua vida de outro modo (Leontiev, 1947/2004b).

Para Vigotski (1931/1996c), a transição de uma etapa de desenvolvimento para outra é geralmente marcada por crises. O desenvolvimento humano caracteriza-se por rupturas e saltos qualitativos, pela alternância de períodos estáveis e críticos. As crises ocorrem porque na passagem de um estágio para outro a criança está reestruturando suas vivências, a partir da mudança de sua relação com o mundo. A crise representa um momento de virada, no qual a criança passa de uma forma de lidar e entender a realidade para outra. Nestes períodos, mudam as necessidades e os motivos que impulsionam o comportamento, e tais momentos de crises podem ser acompanhados de desobediência, contestação e conflitos.

O que inicialmente marca a crise de desenvolvimento não é o aparecimento de novas aspirações e novas formas de atividade, mas sim a perda dos interesses que antes orientavam toda a atividade da criança. Neste período, os motivos e os fins da atividade principal entram em conflito, sendo necessária a reorganização hierárquica da atividade (Silva, 2009).

Apresentaremos a seguir, de forma geral, os estágios da periodização do desenvolvimento humano. Tais proposições cumprem aqui o objetivo de explicitar ao leitor, ainda que de forma concisa, como a atividade vai promovendo o desenvolvimento da consciência e da personalidade. Objetivam também apresentar os pressupostos teóricos acerca da atividade dominante característica da idade adulta, que abordamos com mais especificidade neste estudo, e que guiará nossas considerações sobre as possibilidades de intervenção psicoterapêutica nesta fase do desenvolvimento.

Elkonin (1987) identificou alguns grupos de atividades principais que caracterizam estágios de desenvolvimento. O primeiro estágio descrito por Elkonin (1987) vai das primeiras semanas de vida até o período de um ano, e tem como atividade dominante a *comunicação emocional do bebê*. Neste período, a sensação e a percepção são as principais funções psicológicas da criança, conduzidas pela afetividade. A comunicação emocional e os afetos serão enriquecidos e transformados no processo de desenvolvimento da criança, e darão base indispensável para o surgimento dos sentimentos mais complexos (Facci, 2004).

O próximo momento do desenvolvimento tem como atividade dominante a *atividade objetal manipulatória*. Neste período, ocorre a apropriação dos procedimentos de ação com os

objetos elaborados socialmente e o desenvolvimento da linguagem como principal meio de comunicação. É caracterizado pelo desenvolvimento do domínio ativo das atividades objetivas instrumentais e desenvolvimento da inteligência prática. Também ocorre o surgimento da unidade entre as funções sensoriais e motoras. Inicia-se a formação e diferenciação do “eu” infantil (Facci, 2004).

Já o período pré-escolar tem como atividade dominante o *jogo ou a brincadeira de papéis*. Neste momento, na atividade lúdica a criança resolve a contradição entre a necessidade de agir, por um lado, e a impossibilidade de executar as operações exigidas pela ação, por outro. No jogo de papéis, ela exerce as atividades do mundo adulto que ainda não tem condições efetivas de executar. O principal papel do jogo é permitir que a criança modele as relações entre as pessoas, a partir do que ela vivencia no mundo real. Este período marca também a transição entre o pensamento concreto para formas mais abstratas de pensar a realidade (Facci, 2004).

No período escolar, o *estudo* se torna a atividade dominante. Este período traz mudanças fundamentais para a vida da criança. Na escola, a criança tem tarefas a executar, regras e deveres a cumprir, o que lhe dá o sentido de estar realizando tarefas verdadeiramente importantes. O círculo social da criança se expande, e suas obrigações não estão mais diretamente relacionadas aos pais, mas também a escola e a sociedade como um todo. Dessa forma, as relações que a criança estabelece na escola orientarão seu papel social e sua vida futura. Neste momento do desenvolvimento, amplia-se a consciência e o pensamento teórico, as capacidades de reflexão, análise e planificação mental, que poderão se desenvolver em toda sua potencialidade na adolescência (Facci, 2004).

Na adolescência, a *comunicação íntima pessoal* se torna atividade dominante, juntamente com a *atividade profissional/de estudo*. Neste período, o adolescente forma seus pontos de vista sobre o mundo, sobre suas relações pessoais, sobre seu futuro e sobre si mesmo. A partir da atividade de estudo, na adolescência, ocorre o desenvolvimento do pensamento por conceitos científicos. Com isso, o adolescente passa a compreender melhor a realidade, as pessoas ao seu redor e a si mesmo. O indivíduo se torna trabalhador, ocupando um novo lugar na sociedade. Neste período, a atividade escolar ou profissional do sujeito dá origem a novas tarefas e motivos de atividade dirigida ao futuro (Facci, 2004).

Estudos contemporâneos da Psicologia Histórico-Cultural discutem sobre a atividade principal na juventude, na idade adulta e na velhice. Para Abrantes & Bulhões (2017), é complexa a identificação de uma atividade dominante que oriente o desenvolvimento

psicológico no período da juventude/início da idade adulta, pelas multideterminações e pelo intrincado de experiências de que participam os adultos jovens.

Para os autores, a atividade que orienta o desenvolvimento do jovem adulto encontra-se na unidade contraditória entre a *atividade de estudo profissionalizante* e a *atividade produtiva*. A predominância de uma delas irá se dar pela posição que o jovem ocupa em relação aos meios de produção. Ainda, apontam a contradição entre capital e trabalho, que se apresenta como determinação da atividade principal exercida pelo trabalhador jovem na sociedade capitalista. O jovem trabalhador em atividade deve ser compreendido em sua relação com o processo produtivo da vida material, submetido à lógica do capital na sociedade de classes (Abrantes & Bulhões, 2017).

Carvalho e Martins (2017) afirmam que a atividade dominante da idade adulta é representada pela *atividade de produção social*, consubstanciada no trabalho. Os autores discutem que o trabalho é fonte de humanização, mas, na sociedade atual, ele encontra-se descaracterizado de sua função desenvolvimental, por conta do modo de produção capitalista. Em condições de alienação extremada, o trabalho alienado gera empobrecimento dos indivíduos tanto na esfera do trabalho social quanto da vida pessoal.

Na sociedade de classes, o trabalho tem um aspecto duplo de humanização e alienação. Moro-Rios (2015) afirma que o trabalho promove o desenvolvimento de novas capacidades e habilidades, e a complexa reconfiguração da estrutura motivacional. Estes aspectos o caracterizam como atividade principal da idade adulta, promotora de humanização, ainda que concomitantemente alienante na sociedade capitalista contemporânea. O trabalho, que é atividade originária do psiquismo especificamente humano, sob as relações capitalistas de produção, acaba por apartar o ser humano das objetivações intelectuais e materiais produzidas pela humanidade, limitando a formação do indivíduo.

A partir de Tolstij (1989), Reis e Facci (2017) analisam que a atividade dominante que norteia o desenvolvimento durante a velhice consiste na mesma atividade dominante que guia a vida adulta, ou seja, a *atividade de trabalho*. No entanto, a transição da idade adulta para a velhice é marcada por uma crise provada pela aposentadoria. A relação que o idoso estabelece com o trabalho ganha um novo sentido, considerando as especificidades do momento e das condições materiais que permeiam a vida de cada sujeito.

Para compreender a dinâmica de cada idade é necessário levar em conta que as relações entre a personalidade e o meio social em cada época são dinâmicas, específicas e únicas para aquele período. Os pressupostos apresentados acima não devem ser tomados como fases estanques e biologicamente determinadas, mas sim como processos

historicamente constituídos, que podem se alterar conforme as condições históricas (Reis, 2011).

O psicólogo leva em consideração estes preceitos da periodização histórico-cultural do desenvolvimento, as especificidades que cada período da vida apresenta ao sujeito em nossa sociedade. As formulações teóricas a respeito da periodização são fundamentais para se pensar a psicoterapia voltada para cada etapa do desenvolvimento (infância, adolescência, idade adulta e velhice).

A partir da atividade (com destaque para a atividade dominante que guia o desenvolvimento em cada período) e da linguagem, o sujeito se apropria do universo simbólico e cultural construído socialmente. A atividade é social, mediada pelos signos e pelas relações sociais. O sujeito, por sua vez, atua ativamente e criativamente sobre este contexto, e constrói um sentido pessoal para ele, numa unidade entre a significação social e suas vivências singulares. Nesse processo, vai se diferenciando a ponto de torna-se único, como veremos a seguir.

3.2.2 Personalidade

Na Psicologia Histórico-Cultural, a personalidade é entendida como o conjunto das relações sociais encarnadas na pessoa, uma objetivação da individualidade. Para esta perspectiva, a personalidade está intrinsecamente relacionada ao desenvolvimento da consciência, do reflexo afetivo-cognitivo da realidade. Consciência e personalidade não são conceitos idênticos, mas estão umbilicalmente unidos.

Leontiev (1975/1984, p. 137) afirma que “[...] a personalidade constitui uma formação integral de um tipo especial. Não é uma integridade condicionada de modo genotípico: a personalidade não nasce, a personalidade *se faz*”. A personalidade é mutável como a própria vida, ao mesmo tempo em que conserva sua constância, sua auto identidade. A forma como dadas condições sociais são vivenciadas pela pessoa, produz certa regularidade em seu modo de autoconstrução de si e na sua relação com o gênero humano.

Existe uma interdependência entre o seu desenvolvimento e as condições objetivas de existência dos homens. A personalidade resulta da atividade do indivíduo condicionada por condições objetivas. Ela não é produzida isoladamente, mas sim é resultado da atividade social, da trama de relações que os indivíduos estabelecem entre si. Este entendimento não retira deste conceito seu aspecto subjetivo, mas firma sua objetividade.

Aquilo que se caracteriza como personalidade, como pessoa singular, vai se construindo a partir da apropriação da cultura, das relações sociais da pessoa, de sua atividade. A atividade de cada indivíduo depende de seu lugar na sociedade, das condições que o afetam, e de como as circunstâncias individuais, que são únicas, vão se formando. Também depende da vivência do sujeito, de como ele vai construindo sentido para as experiências que vivencia.

Em consonância com os estudos de Vigotski e Leontiev, Petrovski⁵⁴ (1985, p. 89) afirma que “[...] não há duas pessoas com um conjunto idêntico de particularidades psíquicas assinaladas; a personalidade humana é inconfundível em sua individualidade”. Sève (1979, p. 614), explicita também este entendimento ao afirmar que “[...] a personalidade é o conceito científico que corresponde à unidade profunda destas duas simples fórmulas: o que um homem faz de sua vida e o que a sua vida faz dele”.

Em estudo específico sobre o tema, Martins (2007) define que a personalidade abarca toda a realidade biológica, psicológica e social do indivíduo, fazendo-se segundo circunstâncias históricas. E histórico, aqui, é entendido em seu sentido amplo, como a história do processo de evolução do homem, a história das formações sociais específicas da humanidade e a história de desenvolvimento pessoal de cada sujeito.

Também em discussão específica sobre o assunto, Anjos (2017, p. 15) analisa que este conceito é tomado “no sentido da totalidade do ser individual que se manifesta naquilo que a pessoa sente, pensa e faz em distintas situações sociais de seu desenvolvimento”. A personalidade, portanto, é produto da atividade individual condicionada pela totalidade social. Ela não é imutável, está em permanente transformação, mediante as diferentes atividades decorrentes das circunstâncias concretas da vida. Ela se modifica no processo dialético de apropriação das objetivações humanas e da objetivação do indivíduo por meio do que foi apropriado.

Neste mesmo sentido, para Silva (2009, p. 16), o conceito de personalidade “[...] se refere à complexificação da individualidade de forma superior, cuja base é a individualidade, sendo a gênese e o desenvolvimento histórico-sociais ‘o tecido’ que possibilita seu desenvolvimento”. A categoria de personalidade, em conjunto com o as categorias de atividade e consciência, são centrais para a compreensão do psiquismo. “[...] A personalidade é um processo resultante de relações entre as condições objetivas e subjetivas do indivíduo, que, inserido numa sociedade (e essa é a condição fundamental), singulariza-se e diferencia-se ao ponto de ser único” (Silva, 2009, p. 176).

⁵⁴ Artur Vladimirovich Petrovski (1924-2006). Psicólogo soviético

Para Leontiev (1975/1984) a qualidade dos vínculos que o indivíduo estabelece com o meio circundante, o que abarca o universo de suas relações com as condições objetivas de existência rege o desenvolvimento da personalidade. Sob este ângulo, Simionato (2018) afirma que podem ser consideradas a dimensão de classe social, de nacionalidade e o tempo histórico em que este universo de relações se situa, bem como as várias instituições sociais, como a família e a escola.

Segundo Marino Filho (2010, p. 80), a personalidade é “uma neoformação produzida pela atividade cultural e tem como princípio a tomada de consciência das suas relações individuais na coletividade”. Este novo tipo de expressão subjetiva do psiquismo se forma no processo social da formação humana, por meio do desenvolvimento das capacidades psicológicas superiores.

O autor afirma que a personalidade está diretamente relacionada com as condições e circunstâncias nas quais ocorre o processo educativo e a atividade social. Na produção da vida, a relação “eu/outro” evidencia-se, em toda a sua complexidade, como fundamental para a formação de sentidos pessoais que produzem a forma de relacionamento social. Na produção cotidiana da vida material, no interior das relações sociais, em meio as problemáticas objetivas e subjetivas que a vida suscita, é exigido do sujeito um posicionamento como forma de expressão do pertencimento do mesmo à comunidade. Tal manifestação revela a personalidade do sujeito, e é por meio dela que o indivíduo participa das transformações sociais que alteram a sua vida e a dos outros (Marino Filho, 2010).

Buscando explorar o que caracteriza a especificidade do conceito de personalidade, Petrovski (1981, 1985) e Blagonadezhina (1960) entendem que ela abarca três qualidades ou propriedades: o temperamento, às capacidades e aptidões, e o caráter. O *temperamento* diz respeito às qualidades naturais que sustentam o aspecto dinâmico da atividade psíquica do indivíduo, e que estão mais biologicamente enraizados, e são muitas vezes herdados. Essa disposição inata, contudo, entrelaça-se profundamente às experiências e reações básicas da pessoa à vida.

Martins (2007, p. 96-97) afirma que o temperamento engloba características como “o estilo de reação a uma estimulação, a velocidade e intensidade de resposta, o nível de atividade, a qualidade de estado de ânimo predominante etc., expressos na forma de ansiedade, irritabilidade, impulsividade, placidez, entusiasmo, quietude etc”. Contudo, é fundamental compreender que mesmo os aspectos inatos não são imutáveis, visto que o cérebro humano possui significativa plasticidade e capacidade de se desenvolver.

Experiências sensoriais, emocionais e cognitivas sustentam a criação de novas conexões neuronais ao longo da vida, que vão tornando único o cérebro de cada indivíduo.

As *capacidades* devem ser compreendidas em relação com a elaboração complexa da atividade humana. Elas dizem respeito ao sistema de atividades psíquicas generalizadas originárias da atividade. Elas se desenvolvem à medida que os homens se apropriam das objetivações humanas, da ciência, dos instrumentos de trabalho, da arte, etc., as quais são mediadas pela linguagem (Blagonadezhina, 1960).

Simionato (2018) assevera que as capacidades representam um sistema de atividade psíquica íntima e que está diretamente ligado à atividade humana, sempre na direção de atender às necessidades do homem. Assim, elas referem-se às condições psíquicas que o indivíduo dispõe e/ou desenvolve para realizar com êxito determinados tipos de atividade. “As capacidades se fixam como propriedades da personalidade do indivíduo, podendo ser compreendidas como um sistema peculiar de atividade psíquica generalizada originária da atividade humana concreta cujo objetivo essencial é a satisfação de necessidades” (Simionato, 2018, p. 134-135).

Ao realizar uma atividade, o indivíduo movimenta um conjunto de processos psíquicos que são mobilizados pela própria atividade. Conforme o sujeito se apropria de conhecimentos e desenvolve habilidades e hábitos, ele vai generalizando tais aquisições e ampliando suas possibilidades de adquirir novas apropriações e objetivações na mesma área de capacidades. As sucessivas apropriações e objetivações implicam numa estruturação de condições internas e externas que originam novas apropriações, das quais resultam novas condições, e assim sucessivamente. As capacidades, desse modo, são reforçadas e aperfeiçoadas à medida que são acompanhadas por hábitos e treinamentos. Também estão relacionadas com as aptidões do sujeito, que se referem às particularidades anátomo-fisiológicas, às premissas naturais de desenvolvimento daquela pessoa. Neste imbrincado processo que reúne hábitos, aptidões, apropriações e objetivações é que se formam e desenvolvem as capacidades (Blagonadezhina, 1960).

Estes pressupostos estão em consonância com que Beatón (2017b) expressa sobre as vivências. Para o autor, as vivências anteriores mediam a relação do sujeito com a cultura. As experiências atuais são vivenciadas e atribuídas de sentido por meio dos conteúdos subjetivos que se formaram das vivências anteriores. As capacidades já desenvolvidas, o significado e o sentido atribuído a elas mediam a relação do sujeito com as novas apropriações.

Por fim, o conceito de *caráter* assume a noção de traços essenciais, que servem para denominar ou para representar as pessoas. São reações de resposta que se tornam traços de

caráter por sua estabilidade na relação do sujeito com o mundo. A formação e o desenvolvimento do caráter inscrevem-se nas reações provocadas pelas circunstâncias da vida da pessoa. Assim, diferentes tendências de reação acabam firmando-se diante de situações semelhantes. O homem acaba se apropriando dos modelos de reação orientados por normas e condutas sociais particulares do grupo societário ao qual faz parte (Blagonadezhina, 1960).

Portanto, o caráter possui uma dimensão ideológica fundada em ideais, convicções, valores etc., posto que da ideologia apropriada pelas pessoas derivará os princípios pelos quais orientaram seus atos, bem como o reforçamento social obtido por eles. Os traços de caráter formam-se na relação mútua do indivíduo com o meio, isto é, unicamente na coletividade que institui os modelos de reações às circunstâncias e os parâmetros para a auto-análise, que fornece os pontos de orientação pelos quais as pessoas conduzem seus comportamentos e regem a própria vida (Martins, 2007, p.104).

Conforme Simionato e Facci (2018), pode-se dizer que temperamento, capacidades e caráter são propriedades da personalidade que se desenvolvem e se manifestam como um amálgama e, por isso, é ilusório tomá-los separadamente, sendo uma tarefa apenas didática. Esse amálgama se expressa como estilo individual de atividade da pessoa, que é o modo de atuar característico de um indivíduo, e que, portanto, não é inato ou espontâneo, mas unido ao processo que vincula as pessoas às suas condições objetivas de vida.

Tanto o processo de formação da consciência quanto o da personalidade devem ser compreendidos a partir da dialética singular-particular-universal. Com base em Lukács⁵⁵, Oliveira (2005) e Silva (2009) compreendem que a singularidade se constrói na universalidade (o gênero humano), ao mesmo tempo em que a universalidade se concretiza na singularidade, por meio das relações sociais específicas do contexto em que o indivíduo está inserido (particularidade).

A universalidade é uma abstração que tem como base a realidade concreta, mas que só existe quando se concretiza no singular. Refere-se às possibilidades construídas pelo gênero humano, à medida que os homens foram produzindo os meios de satisfazer suas necessidades e os conhecimentos decorrentes desta atividade, e que podem ser apropriadas pelo indivíduo, tornando-as órgãos de sua individualidade (Oliveira, 2005; Silva, 2009).

O singular, por sua vez, também não pode ser compreendido em si mesmo, mas somente em sua relação intrínseca com o universal, relação que se dá através de mediações (o particular):

⁵⁵ György Lukács ou Georg Lukács. Filósofo húngaro.

A singularidade é o que distingue um homem de outros, é o que o torna único na ontogênese humana. A singularidade é produto da história das condições sociais e materiais do homem, a forma como ele se relaciona com a natureza e com outros homens. Conforme a complexificação dessas relações (que foram perdendo o caráter eminentemente imediato para mediato), o indivíduo se distancia das relações imediatas, apropria-se das mediações e objetiva outras (Silva, 2009, p. 172).

A forma como o sujeito percebe e representa a realidade possibilita a construção e a atribuição de significado às suas apropriações e objetivações, o que também produz, a partir das relações sociais, sentidos pessoais a essas apropriações de maneira única.

A particularidade constitui as mediações que determinam a singularidade e a universalidade. Cada sociedade oferece condições materiais específicas para que os seus membros possam se desenvolver. O conceito de particularidade é entendido, assim, como aquilo que constitui as mediações que determinam como a universalidade se concretiza na singularidade (Silva, 2009).

A partir das relações sociais e da linguagem vão se constituindo os significados sociais na consciência individual. Estes significados possuem uma dupla dimensão, a de significados objetivos compartilhados pelos membros do grupo, e a de significado resultante das apropriações que o indivíduo realiza dos significados objetivos, por meio das atividades que circunscrevem sua atividade particular (sentido pessoal).

Para Leontiev (1947/2004b; 1975/1984) a *significação* é a generalização da realidade, da experiência e da prática social, cristalizada na linguagem, em forma de conceitos, sendo a forma sob a qual o homem se apropria da experiência histórica humana. A significação é a:

[...] generalização da realidade que é cristalizada e fixada num vetor sensível, ordinariamente a palavra ou a locução. É a forma ideal, espiritual da cristalização da experiência e da prática social da humanidade. [...] é o reflexo generalizado da realidade elaborada pela humanidade e fixado sob a forma de conceitos, de um saber ou mesmo de um saber-fazer (‘modo de ação’ generalizado, norma de comportamento etc.)” (Leontiev, 1947/2004b, p. 100-102).

Segundo Luria (1979/2001), a palavra possui um significado formado objetivamente ao longo da história dos homens, e este significado é semelhante para todas as pessoas. O significado da palavra é um sistema estável de generalizações que pode ter diferentes graus de generalização e de amplitude dos objetos designados, mas conserva um núcleo permanente.

As palavras têm também um *sentido pessoal*, que se entende como a particularidade deste significado. Este sentido está relacionado com as vivências do sujeito e com as situações dadas. O sentido é o significado individual da palavra; é o elemento da utilização viva da palavra, ligada à situação afetiva que o sujeito vivencia (Luria, 1979/2001).

O sentido pessoal se relaciona com a própria vida do sujeito, com suas motivações e à forma como ele vivencia a realidade exterior. Então, o sentido pessoal se refere à forma como o sujeito singularmente se apropriou de uma dada significação, do grau em que a assimilou e do que ela se tornou para aquele sujeito. O sujeito cria seu sentido pessoal de acordo com a forma como ele vivencia o mundo e conforme suas experiências e atividades pessoais com este mundo histórico e social (Leontiev, 1947/2004b; 1975/1984).

Leontiev (1947/2004b) ressalta que o sentido pessoal e a significação estão intrinsecamente ligados, porém não estão fundidos com a consciência. O sentido integra o conteúdo da consciência e se une com a significação objetiva. Contudo, é o sentido que se exprime nas significações e não a significação no sentido pessoal.

Segundo Marino Filho (2010) a significação que orienta o comportamento humano só existe como forma coletiva. Este pressuposto encaminha o autor à análise do grupo familiar e dos demais processos grupais educativos:

Assim, a compreensão da estrutura da atividade encaminha o pensamento para a compreensão do grupo familiar e a formação psicológica dos indivíduos. Isso possibilita compreender como ocorre a dinâmica das relações interpessoais e como essas se transformam subjetivamente em capacidade de orientação individual nas relações coletivas (Marino Filho, 2010, 80).

Entendemos que, no atendimento psicoterápico, o psicólogo parte da compreensão da formação psicológica do sujeito, da investigação da atividade dominante que guiou e guia seu desenvolvimento, da análise de sua história de vida, de suas vivências, que tem lugar no interior de suas relações familiares, comunitárias, culturais e sociais e simbólicas. Então, ao compreender o processo de formação da consciência e da personalidade do sujeito se pode entender seu comportamento, suas motivações, angústias e o sofrimento psíquico que se apresenta atualmente. Também por meio deste processo o sujeito pode se tornar consciente de suas potencialidades e de seus recursos para a ação.

Para compreendermos a vivência de um sujeito em determinada situação, analisa-se qual é o significado social desta situação, bem como a maneira pessoal que o sujeito se relaciona cognitivamente e afetivamente com aquele acontecimento, estabelecendo um sentido pessoal a ele. Os significados e os sentidos pessoais se constituem como processos

psicológicos mediadores da hierarquia de motivos e atividades, do núcleo da estrutura motivacional da personalidade.

O processo de formação da personalidade e as particularidades qualitativas do curso do desenvolvimento e da expressão dos estados emocionais dependem das condições concretas de vida do sujeito, da atividade que lhe confere sustentação. Como apresentado anteriormente, o conceito de atividade está sempre relacionado ao conceito de motivo (gerador da atividade). Motivo é aquilo que impulsiona o homem a agir e que dirige esse agir para a satisfação de uma necessidade. Leontiev (1975/1984) analisa que o desenvolvimento da personalidade é orientado pelo grau e organização da hierarquia de atividades em relação aos motivos.

Bozhovich (1981, p. 142) afirma que a formação da personalidade do sujeito se determina pela correlação entre o lugar que ele ocupa no sistema das relações humanas, que estão acessíveis a ele “(e, por conseguinte, entre as correspondentes exigências que lhe são postas) por um lado, e por outro, pelas particularidades psicológicas formadas como resultado de sua experiência anterior”. A partir dessa correlação surge o sistema de motivos, de aspirações do sujeito, “(representadas subjetivamente nas vivências correspondentes) que, ao interpretar e mediar as influências do meio, se converte na força motriz direta que desenvolve nele novas qualidades psíquicas” (Bozhovich, 1981, p. 142).

Denomina-se de *estrutura motivacional da personalidade* o conjunto de motivos construídos pelos sujeitos em decorrência das atividades que os colocam em relação com o mundo (Martins, 2007). Leontiev (1975/1984) compreende que o homem possui uma hierarquia de motivos. Esta não se estrutura de forma inata, biológica ou universal, como propôs Maslow⁵⁶ em teorização sobre a pirâmide de necessidades. Estas relações hierárquicas se estabelecem a partir dos enlaces que se formam na atividade do sujeito. São, assim, relativas para cada sujeito, em cada grupo social.

As atividades humanas são complexas, e respondem a mais de uma necessidade. Elas são, assim, impulsionadas por mais de um motivo (são polimotivadas). Conforme a atividade do sujeito se torna mais complexa, quanto mais se ampliam as relações dele com o mundo, mais estas se entrelaçam. Com isso, tais relações vão gerando novos motivos, que não podem ser apenas somados uns aos outros, visto que muitos deles são contraditórios ou não coincidentes. Isso exige o surgimento de uma orientação dentro do sistema de relações. Na realização da própria atividade, os motivos vão se organizando. O sujeito vai fazendo um movimento vertical, de correlacionar os motivos entre si. Alguns motivos tornam-se

⁵⁶ Abraham Maslow (1908 -1970). Psicólogo americano, conhecido pela proposta da hierarquia de necessidades.

hegemônicos e outros se subordinam a eles. A gênese desse movimento expressa a origem do sistema de vínculos entre os sentidos pessoais, que é a própria gênese da personalidade (Leontiev, 1975/1984).

Um elevado grau de hierarquização se manifesta quando o homem possui um motivo fundamental, que o autor denomina de *motivo vital*. Este motivo vital pode ter diversas significações, mas é ele quem cria a justificativa psicológica para a existência do sujeito, o que ele acredita constituir o sentido e a felicidade da vida (Leontiev, 1975/1984).

Silva (2009) afirma que a atividade e a hierarquia de motivos do sujeito muda ao longo da vida, sempre determinada pela sua história de vida, pela atividade principal de cada fase do desenvolvimento e pelas condições sócio-históricas de seu tempo. Há algumas situações, como “o ingresso ou término de um curso superior, a mudança de emprego, uma união (ou separação) conjugal, a maternidade (ou paternidade), podem ser situações que alterem a estrutura motivacional do indivíduo e a hierarquia da sua atividade”, que acabem por não apenas modificar seu modo de vida, como também propiciar desenvolvimento psicológico.

Leontiev (1975/1984) destaca que a existência de motivos e a consciência sobre eles são dois fenômenos distintos, o que significa que podem existir atividades cujos motivos se encontram ocultos para o sujeito. Os motivos ocultos, ou não-conscientes, contudo, possuem a mesma determinação que qualquer outro, ou seja, são construídos na atividade social do sujeito.

Vigotski (1930/2004a; 1930/2004b; 1931/1997) afirma que psiquismo não é sinônimo de consciência. Para o autor, “a personalidade humana representa uma hierarquia de atividades das quais muito poucas estão conectadas com a consciência e por isso a esfera do psíquico é maior que a esfera da consciência [...] (Vigotski, 1931/1997, p. 318). Segundo Vigotski (1927/2004), a consciência é o principal objeto de estudo da Psicologia Histórico-Cultural, no entanto, é inegável que psiquismo e consciência não se confundem.

[...] é preciso considerar esta [a psique] como parte integrante de um processo complexo que não se limita em absoluto a sua vertente consciente; por isso, consideramos que na psicologia é completamente lícito falar do psicologicamente consciente e inconsciente: o inconsciente é potencialmente consciente (Vigotski, 1930/2004a, p. 156).

Em estudo sobre o conceito de inconsciente⁵⁷ para a Psicologia Histórico-Cultural, Silva (2019) afirma que Vigotski admite a existência do inconsciente e/ou não consciente e a necessidade de estudá-los para compreender a consciência. Para o autor, o sujeito não encontra os motivos conscientes que orientam muitos de seus comportamentos. “Ao admitir a existência do inconsciente, Vigotski o faz entendendo-o como processo psicológico que tem sua gênese nas relações sociais. Isso porque o número de relações que o homem estabelece com a realidade é infinito, o que torna impossível ter consciência de todas elas” (Silva, 2019, p. 6).

Também sobre o assunto, Martins (2007) afirma que se deve tratar a questão da consciência/inconsciência das vivências partindo-se do entendimento de que a consciência é um *continuum* estruturado por relações objetivas de produção da vida material. “Como o número dessas relações é em princípio infinito, impossível se torna que tenhamos total consciência delas, ou seja, nenhuma vivência se torna absolutamente consciente em todas as suas relações objetivas” (Martins, 2007, p. 114). No entanto, é importante considerar que toda vivência mantém necessariamente alguma relação objetiva, portanto não pode ser absolutamente inconsciente. Sendo assim, a consciência de um fenômeno é a unidade que engloba aquilo que se tem consciência e os aspectos que são inconscientes.

Em trabalho anterior, a partir de Vigotski e Leontiev, concluímos que os motivos não conscientes são construídos nas relações sociais, construídos na atividade do sujeito, em sua vida concreta. O que move o homem, o motivo de sua ação (seja ele consciente ou não) é construído na atividade social, advém da cultura, tendo-se sempre em vista a forma como o universal, o particular e o singular estão embrincados (Aita, 2014).

Leontiev (1961/2017) esclarece que os motivos ocultos que orientam o comportamento só se revelam a partir da análise da dinâmica da atividade. Para o sujeito, eles aparecem de forma indireta, como vivência do anseio, desejo ou tendência. Santos (2015)

⁵⁷ Aita (2014), Pessanha (2015), Santos (2015) e Silva (2019) realizam estudos sobre o conceito de inconsciente para a Psicologia Histórico-Cultural. Ambos autores defendem que existem diferentes conteúdos que são não conscientes/inconscientes. Por exemplo, Silva (2019) destaca os conteúdos decorrentes de ações em que não é necessário que o sujeito tenha consciência de seu modo de fazer (ações automatizadas, como dirigir). Explicita também os motivos ocultos; as ilusões perceptivas; e os conteúdos reprimidos frente a conflitos entre valores sociais e individuais (também socialmente internalizados). Elenca os conteúdos inconscientes decorrentes da qualidade insuficiente dos processos psíquicos para formar um reflexo mais completo, permanecendo no psiquismo como uma reserva sensorial (podendo se manifestar no sonho, num erro de fala). Além disso, aborda os processos psíquicos que ainda não fazem parte da consciência (não conscientes), pelas características da etapa do desenvolvimento (como a infância) ou pelas limitações objetivas, como a alienação. Aita (2014) e Silva (2019) afirmam que é importante diferenciarmos todos estes conteúdos que constituem o não consciente/inconsciente, cada um com sua especificidade e dinâmica de constituição, para ampliarmos o conhecimento sobre o desenvolvimento psicológico. O ponto de convergência entre os autores mencionados é de que todos os processos psíquicos, sejam eles conscientes ou inconscientes, são socialmente constituídos e dependentes das relações concretas que os sujeitos estabelecem com a realidade. Destacamos a importância do aprofundamento e da consolidação do estudo sobre o tema dentro desta perspectiva teórica, que poderá proporcionar maior complexificação e consolidação também dos estudos sobre a psicoterapia de fundamento histórico-cultural.

também ressalta que os motivos inconscientes se manifestam como tônus emocional ou direcionamento.

Além disso, Leontiev (1975/1984) entende que a conscientização dos motivos em forma de conceitos, de ideias, não se produz espontaneamente, mas por meio de um movimento do sujeito, de reflexão do indivíduo sobre seu mundo interno, que ocorre através do sistema de significações e conceitos apreendidos por ele. Segundo o autor, conforme o motivo se torna consciente, é possível mudar sua influência sobre a conduta.

Silva (2019, p. 182) considera que os estudos sobre o inconsciente, a partir da psicologia de Vigotski, apontam para a “[...] necessidade do indivíduo ter conhecimentos dos motivos de sua atividade, inclusive os patológicos, e como estes foram se organizando na hierarquia das necessidades e dos motivos da personalidade [...]”. O fato do indivíduo perceber o fenômeno não implica que ele consiga compreendê-lo. A medida que o sujeito se questiona sobre algo que não compreende em sua complexidade, ele coloca este fenômeno como objeto da consciência, o que possibilita a progressiva tomada de consciência.

Os motivos que orientam o comportamento do sujeito nem sempre são conscientes. Para compreendermos a formação cultural complexa expressa no comportamento do sujeito, precisamos ir à essência de seu desenvolvimento, analisando os motivos não aparentes e os conteúdos não conscientes/inconscientes do psiquismo.

3.3 SOFRIMENTO PSÍQUICO

*“O imposto global
O amor que passa, a vida que pesa, a morte que pisa.
Há dores inevitáveis, e é assim mesmo, e não tem jeito.
Mas as autoridades planetárias acrescentam dor à dor, e ainda por
cima nos cobram por esse favor. Em dinheiro pagamos, a cada dia, o
imposto do valor agregado. Em infelicidade pagamos, a cada dia, o
imposto da dor agregada.
A dor agregada se disfarça de fatalidade do destino, como se fossem a
mesma coisa a angústia que nasce da fugacidade da vida e a angústia
que nasce da fugacidade do emprego”*
Eduardo Galeano

Na introdução deste estudo, explicitamos a concepção de sofrimento psíquico em que nos fundamentamos, a partir da perspectiva da determinação social do processo saúde-doença. Nosso objetivo agora é apresentar alguns pressupostos teóricos sobre o sofrimento psíquico, buscando ressaltar a alteração que ocorre na hierarquia de motivos do sujeito, e relação entre sofrimento e atividade dominante.

O princípio explicativo da teoria de Vigotski é a dimensão sócio-histórica do psiquismo humano. O autor (1931/2000) entende que o que diferencia o homem do animal é que o homem é capaz de transformar a natureza, criando sua própria condição de existência. Neste processo, o homem também se transforma, e torna-se capaz de regular seu próprio comportamento.

Todos os aspectos psicológicos humanos foram se constituindo ao longo da história, por meio das relações sociais (como o comportamento, sentimentos, pensamento, linguagem, entre outros). Ao longo da história, o homem desenvolveu uma forma específica de agir sobre a natureza, de perceber o mundo, de explicar e atuar sobre o meio. Este conceito de historicidade é fundamental para pensarmos o sofrimento psíquico e a constituição da realidade emocional do homem. As emoções, sentimentos e o sofrimento também são construídas a partir das condições materiais de produção da vida (Machado, Facci & Barroco, 2011).

A gênese do sofrimento psíquico está radicada nos processos críticos da vida social (Almeida, 2018). Defendemos a ideia de que o psicoterapeuta busca compreender a determinação social na constituição do sofrimento na história de vida do sujeito, por meio da análise da dialética singular-particular-universal. O adoecimento psíquico deve ser compreendido por meio da explicação de sua gênese, na relação do sujeito com a vida social. A formação do psiquismo humano está umbilicalmente condicionada pelas condições objetivas de vida. O sofrimento psíquico deve ser entendido em sua materialidade, na intrínseca relação dos processos sociais e da formação dos processos psicológicos superiores.

O modo pelo qual a sociedade organiza a vida condiciona o processo saúde-doença dos indivíduos, aumentando a probabilidade de que os mesmos adoçam de uma ou outra maneira. Contudo, é fundamental compreender que nem todos os sujeitos que vivem sob as mesmas condições irão adoecer da mesma forma. Isso significa que o adoecimento se produz também singularmente em estreita conexão com as particularidades que “entristecem, destituem de sentido de vida, desanimam ou aceleram e estimulam os indivíduos” (Almeida, 2018, p. 125). Os processos que se manifestam como sofrimento psíquico atuam na dimensão singular.

Na busca por compreender como o processo de adoecimento ocorre na dimensão singular, Almeida (2018) retoma os estudos de Zeigarnik. A teoria de Zeigarnik, por sua vez, parte das leis de desenvolvimento, bem como das leis de desagregação da atividade psíquica e das propriedades da personalidade. Na patologia, ocorre a alteração nos interesses da pessoa, diminuição de suas necessidades, perda da finalidade de suas ações e dificuldade em valorar

adequadamente suas possibilidades. Esse processo não ocorre por si mesmo, mas sim de forma socialmente determinada.

As discussões de Vigotski sobre a psicopatologia estão intimamente relacionadas com suas discussões sobre o sistema psíquico das funções superiores. Para o autor, o que diferencia os processos psíquicos normais dos patológicos é a hierarquia das funções psíquicas. A hierarquia de motivos e necessidades, formadas na atividade consciente humana, se modifica a partir das contradições presentes na realidade social. No processo psicopatológico, a hierarquia do sistema de funções psíquicas se altera, fazendo com que certas funções tenham uma finalidade reguladora para a pessoa (Almeida, 2011).

Em estudo específico sobre o tema, Silva (2014) apresenta que a Patopsicologia Experimental de Zeigarnik é baseada nos princípios marxistas, e visa superar os pressupostos naturalizantes que acabam por estigmatizar o sofrimento psíquico. Esta perspectiva busca contribuir para uma atuação humanizadora, a partir do entendimento de que “o homem é que tem a doença, e não a doença o homem, na decorrente conclusão de que o homem faz a doença e essa, por sua vez, o desfaz” (Silva, 2014, p. 25).

A teoria de Zeigarnik se desenvolve da necessidade histórica de um campo de atuação em saúde mental na União Soviética que superasse a prática coercitiva e de controle da população (que caracterizava a psiquiatria soviética até então), e da necessidade de desenvolvimento de uma psicologia que pudesse trabalhar a serviço do desenvolvimento e emancipação do homem. Segundo Silva (2014), a Patopsicologia Experimental se desenvolveu a partir desta materialidade, da historicidade e das contradições nas quais a autora e seus colaboradores trabalhavam, demarcando os rumos e pesquisas no campo dos transtornos mentais a partir do materialismo histórico e dialético.

A concepção de Zeigarnik (1981) possibilita a compreensão do processo de adoecimento psíquico como desintegração do psiquismo, uma forma peculiar no processo de desenvolvimento psicológico. Penteado (2018) analisa que Zeigarnik busca considerar o sujeito em sua totalidade, investigando os mecanismos de desagregação dos processos psíquicos a partir do método materialista histórico-dialético. A autora procura superar a análise tradicional dos aspectos isolados da atividade psíquica, propondo uma compreensão que aborde os mecanismos que geram as mudanças do comportamento, das atitudes e motivos, e as alterações da personalidade.

Zeigarnik (1969/1979) afirma que, enquanto a psicologia geral investiga as leis e estruturas da formação do psiquismo, a patopsicologia se dedica ao estudo da dissolução do curso normal do desenvolvimento. O objeto de estudo da patopsicologia são as alterações da

atividade psíquica do sujeito adoecido. Esta disciplina teórica se relaciona tanto com a psicologia quanto com a psiquiatria.

A psicopatologia geral, como ramo da medicina, estuda os sintomas e síndromes mais típicos dos estados patológicos. O objeto da psicopatologia geral é mais amplo, inclui em si o problema da gênese e etiologia da enfermidade psíquica. A patopsicologia, por sua parte, se ocupa da investigação da estrutura de uma ou outra forma de alteração da atividade psíquica e da investigação das leis da dissolução em comparação com a normalidade. Ela deverá dar uma qualificação dos fenômenos psicopatológicos utilizando os conceitos da psicologia contemporânea (Zeigarnik, 1969/1979, p. 11).

A teoria de Zeigarnik (1969/1979; 1976/1981) busca investigar o conteúdo qualitativo da atividade psíquica, e analisar as mudanças na orientação da personalidade, em seus motivos e interesses, considerando o caráter ativo e integral dos processos mentais. Esta perspectiva toma o homem enquanto ser social como princípio explicativo, entendendo as alterações patológicas da personalidade a partir da relação que o homem estabelece com seu meio social. “Nesse posicionamento, os transtornos psíquicos são considerados como alterações da atividade, ao se partir do estudo de funções isoladas para o estudo da atividade do sujeito” (Silva, 2014, p. 25), voltando-se para as condições do meio e de desenvolvimento do homem adoecido nesta ou naquela forma social de organização humana.

[...] Para Zeigarnik, na doença mental, há a criação de necessidades patológicas e a alteração da hierarquia de motivos a partir de uma conduta patológica da atividade humana que, tendo sua estrutura alterada, leva, ainda, a outros comprometimentos psicológicos, especialmente no que tange à personalidade do homem (Silva, 2014, p. 6).

A compreensão do desenvolvimento humano como um processo relacionado à vida material e social do homem contribui para a explicação do adoecimento psíquico atreladas às relações de classe e de produção capitalistas, no caso do atual contexto histórico (Silva, 2014).

Almeida (2018), com base em Vigotski e Zeigarnik, destaca a alteração na hierarquia das funções psicológicas e no papel regulador que cada uma passa a exercer nas alterações patológicas da personalidade. Ainda, afirma que ocorre uma alteração no processo de mediação e hierarquia dos motivos; na formação de sentidos pessoais; e no autocontrole do comportamento, que se caracteriza pela incapacidade de atuar de forma premeditada, de controlar e corrigir seus atos, adequando-os às condições da realidade. A personalidade se altera conforme se alteram a estrutura de necessidades condicionadas socialmente.

No curso do desenvolvimento do sujeito, as diversas atividades aparecem dentro de uma relação hierárquica, como vimos em Leontiev (1975/1984). Geradas no desenvolvimento ontogenético, as hierarquias formam o núcleo da personalidade e, quando alteradas, levam às modificações das atividades e, conseqüentemente, de seus motivos.

Como exemplo dessa alteração na hierarquia de motivos, em seu estudo sobre o alcoolismo e o homem alcoolista, Moraes (2011) propõe a compreensão do fenômeno do alcoolismo a partir da atividade do sujeito, ou seja, do processo de constituição dos motivos e necessidades do indivíduo, em decorrência de suas relações objetivas de vida e trabalho. A autora resgata os estudos de Zeigarnik (1976/1981) que demonstram como a estrutura hierárquica de motivos da atividade do sujeito vai se alterando, bem como a estrutura de organização hierárquica de seus sentidos pessoais, gerando modificações subjetivas no sujeito, em seus interesses, valores, opiniões. A bebida se converte em um motivo independente do comportamento, estimulando uma série de ações. Ocorre um descolamento do motivo do objeto, se formando um motivo novo, que provoca uma atividade também nova e, por conseguinte, uma necessidade nova (Moraes, 2011; Zeigarnik, 1976/1981).

Segundo Moraes (2019), deve-se fundamentalmente compreender o sujeito alcoolista, já que o alcoolismo não se manifesta independente do indivíduo real que consome o álcool. A autora destaca que o alcoolismo, enquanto uma categoria classificatória, representa uma abstração do processo ocorrido na materialidade da vida dos sujeitos, que possuem condições objetivas de vida, trabalho e relações sociais.

A autora, buscando superar a visão abstrata fragmentada de homem do modelo explicativo biopsicossocial, propõe que para a apreensão da complexidade da constituição do adoecimento humano, o método de análise deve apreender a processualidade da constituição do adoecimento, a partir da relação dialética saúde-doença. Baseada em Laurell (1982), Moraes (2011) afirma que é preciso compreender o alcoolismo no desenvolvimento processual da relação saúde-doença, enquanto uma produção humana, constituída nesta relação dialética e contraditória no curso de desenvolvimento da história do sujeito. Este fenômeno deve ser analisado a partir das condições objetivas de trabalho que os sujeitos estão inseridos.

Nesse mesmo sentido, Almeida (2018) conclui que, nos transtornos de humor, ocorre a desorganização na hierarquia dos motivos constituídos na personalidade do sujeito, bem como a diminuição na função mediadora e volitiva destes motivos. O sofrimento psíquico decorre “tanto de uma tentativa de adaptação quanto de uma resistência à adaptação a uma

norma que de algum modo entra em choque com as necessidades e motivos do indivíduo” (Almeida, 2018, p. 336).

A forma de organização social atual demanda do sujeito altos níveis de disposição e energia biopsíquica. Frente à impossibilidade ou dificuldade de atender a essa exigência, o sujeito pode renunciar ou resistir em mobilizar a energia requerida, como na depressão; ou mobilizá-la de forma desorganizada, exagerada ou estereotipada, como na mania. Este processo não ocorre de forma voluntária e consciente; geralmente esse processo é vivido como fruto da própria alienação, de forma individual e isolada. As relações capitalistas cindem sentido e significado, gerando a cisão na subjetividade. Soma-se a isso o fato de que, no capitalismo, os laços comunitários são fragilizados, e a sociedade não apresenta projetos de futuro que possibilitam o desenvolvimento e a realização pessoal e coletiva dos sujeitos (Almeida, 2018).

Na depressão, ocorre a diminuição do nível de atividade geral, a estagnação em decorrência da impossibilidade ou insuficiência da restauração frente ao desgaste. O motivo perde sua função estimuladora, passando a apenas uma função sinalizadora, que não adquire a capacidade de estimular a atividade. Na mania, ocorre o aumento da atividade geral, diante das crescentes exigências da vida social; os objetos mantêm sua função incitadora, mas sua função significativa fica afetada, tornando os motivos mais espontâneos, reacionais e efêmeros; isso produz uma atividade impulsiva e desorganizada (Almeida, 2018).

Esta alteração na hierarquia dos motivos, que poderia ser temporária, acaba por se consolidar na personalidade devido às limitações do suporte social. A cronificação destes quadros não tem relação com um curso natural do adoecimento, mas sim com o aprofundamento das condições de alienação e sofrimento pelos quais a pessoa passa. As alterações na personalidade podem se prolongar até se cristalizarem no âmbito da personalidade, caso não sejam oferecidas mediações necessárias e vias colaterais de desenvolvimento (Almeida, 2018).

Os pressupostos de Moraes (2011) e Almeida (2018) são coerentes com os postulados de Vigotski (1931/2000) sobre a lei genética do desenvolvimento, que afirma que os processos psíquicos aparecem primeiro no plano social e depois no psicológico. Para que se possa atuar na modificação desta hierarquia de motivos, é fundamental que se ofereça ao sujeito as mediações adequadas, tanto de suporte social quanto de estratégias de modificação das situações que produziram o adoecimento. Almeida (2018, p. 379) destaca a “inserção da pessoa em projetos de enfrentamento da fragilidade das relações interpessoais, marcadas pela

competitividade, precariedade de tempo e diminuição das referências coletivas para lidar com as situações críticas da vida”.

As crises são momentos contraditórios, de entrave e potencial oportunidade de reorganização psíquica, visto que são momentos de sofrimento grave da pessoa, mas também revelam questões centrais que sinalizam alguns processos críticos limites que poderiam propiciar uma reorganização. Isto é, desde que com mediações e suporte social, poderiam representar uma oportunidade de perceber as condições adoecedoras em que se desenrolam suas vivências e a possibilidade de estabelecer projetos de transformação dessas condições da realidade, com re-hierarquização da estrutura de atividades e motivos e reorganização da personalidade. (Almeida, 2018, p. 378).

Dessa forma, as crises são momentos contraditórios, que envolvem tanto a possibilidade de cronificação do sofrimento quanto a potencialidade de reorganização psíquica. Nesse sentido, defendemos que a psicoterapia pode se constituir como um processo que promova esta reorganização psíquica.

Como vimos, a atividade dominante é aquela que promove desenvolvimento em uma determinada fase. Contudo, tal atividade também pode gerar sofrimento e adoecimento, sob condições específicas. Com a divisão social do trabalho, significado e sentido pessoal não necessariamente coincidem. Esta ruptura determina a mudança na estrutura interna da consciência. A inexistência da unidade entre atividades e motivos na personalidade cria as condições internas para que o homem viva fragmentariamente. Na estrutura motivacional da personalidade, pode-se produzir um movimento de criação de sentido a partir do significado, bem como de alienação entre significado e sentido pessoal, o que gera sofrimento psíquico.

Silva (2019) afirma que a alienação pode obstruir o desenvolvimento do psiquismo, limitando o indivíduo a ampliar suas possibilidades, ocasionando a desorganização ou a desintegração psíquica, configurando, assim, o adoecimento.

Tanto a desintegração como a desorganização ocorrem quando as mediações mais elaboradas, que possibilitam o desenvolvimento qualitativo e quantitativo do psiquismo são empobrecidas ou impedidas, levando o indivíduo a uma relação mais imediata com a realidade. Tais processos também promovem a diminuição ou a impossibilidade do domínio da própria conduta, pelo estreitamento ou não desenvolvimento de processos psíquicos que possibilitam tal controle (Silva, 2019, p. 191).

A alienação se caracteriza por relações de estranhamento entre os seres humanos e destes com os produtos reificados de sua atividade, incluindo as relações sociais. Com a divisão social do trabalho, a propriedade privada e sob os processos de alienação, o desenvolvimento das capacidades humanas não produz conseqüentemente o da personalidade humana em suas múltiplas possibilidades, mas sim o produz de forma limitada, unilateral (Leontiev, 1947/2004b).

Leontiev (1947/2004b) afirma que, com a divisão social do trabalho e a criação da propriedade privada, destrói-se a ligação do homem com seu produto, com os instrumentos de trabalho e com o próprio homem. Os trabalhadores separaram-se dos meios de produção e as relações entre os homens transformaram-se em relações entre coisas, relações alienadas em relação ao próprio homem. Estas modificações na forma de produção da vida humana determinam a ocorrência de modificações nas propriedades da consciência.

Como consequência da alienação da vida do homem ocorre a separação do resultado objetivo do trabalho e o seu motivo, o seu conteúdo subjetivo. Em sua atividade, o homem produz ferramentas e objetos, mas na organização capitalista, o que o homem produz para si mesmo não é o objeto que ele está fabricando, e sim um salário, uma quantidade de dinheiro para sua subsistência. O sentido do trabalho para o operário não coincide com a sua significação objetiva. Significado e sentido pessoal não necessariamente coincidem, e esta ruptura determina a mudança na estrutura interna da consciência (Leontiev, 1947/2004b).

Para Sève (1979), este processo instaura um hiato entre motivos e finalidades, e o sujeito passa a ser condicionado pelo valor de troca, colocando-se ao nível de mercadoria. O homem passa a “trabalhar para viver na mesma medida em que vive para trabalhar” (Sève, 1979, p. 279), convertendo sua vida pessoal meramente num espaço de reprodução da força de trabalho.

Para Martins (2007), a inexistência da unidade entre atividades e motivos na personalidade cria as condições internas para que o homem viva fragmentariamente, em consonância com motivos-estímulo em detrimento dos motivos vitais. Na estrutura motivacional da personalidade, pode-se produzir um movimento de criação de sentido a partir do significado, bem como de alienação entre significado e sentido pessoal.

[...] o trabalhador aparta-se de seu próprio trabalho, e a sua atividade vai deixando de ser para ele o que ela é de fato. Por este processo, pode ir estabelecendo-se uma absoluta discordância entre o resultado objetivo da atividade e o seu motivo, quando o motivo é externo e estranho ao conteúdo do trabalho e este, externo e estranho à personalidade do trabalhador. Assim sendo, esta ruptura traduz-se psicologicamente

na desintegração da unidade da consciência, unidade esta que exige compatibilidade entre significados sociais e sentido pessoal, dando origem ao aparecimento de uma relação de alienação entre eles (Martins, 2007, p.110).

Marino Filho (no prelo) afirma que o sofrimento é inerente à própria vida e ele advém do próprio fato de estarmos vivos. O indivíduo não sofre o tempo todo, mas o sofrimento sempre o acompanha. Com base em Marx, o qual afirma que “o sofrimento, humanamente apreendido é uma autofruição do ser humano” (Marx, 1844/2004, p. 108), destaca que o sofrimento não é apenas negativo:

Ao tratar sobre o sofrimento da classe trabalhadora, o sofrimento pode imediatamente aparecer como algo que precisa ser evitado ou superado, de forma que o trabalho precisa ser ausente de sofrimento. Nessa citação [de Marx], observa-se que a negação do sofrimento no trabalho só pode ser afirmada como fruição, mas não como eliminação (Marino Filho, no prelo).

O homem usa sua própria força física e intelectual como instrumento para realização do trabalho, enquanto atividade vital. Esse consumo da própria força, de si mesmo como meio, e o esforço para realizá-la é condição da atividade e da manutenção da vida. Este sentido do sofrimento se exprime no próprio significado da palavra, que também quer dizer sustentar, tolerar (Marino Filho, no prelo).

Nesse sentido, para o homem, o sofrimento é condição da sua existência. Mas, por outro lado, essa condição é, ao mesmo tempo, o meio pelo qual realiza a sua humanização. Por meio do trabalho, o homem transforma a natureza e si a próprio (MARX, 2004) e pode gozar, fruir dessa transformação como enriquecimento das suas possibilidades de suportar a sua atividade vital. Porque o homem transforma a natureza e cria novos meios para a sua atividade vital e a concretização desses meios é, para ele, fruição ou o benefício para a luta que ele trava contra a natureza que lhe obriga a sofrer (Marino Filho, no prelo).

O trabalho, enquanto atividade vital humana, é fonte de humanização. Sendo o sofrimento parte inerente deste processo, ele também é fonte de criação e humanização, possibilitando o desenvolvimento de potencialidades, a criação de instrumentos, signos, significados e sentidos. Assim, o trabalho, e o sofrimento para realizá-lo, produzem cultura, que é fonte de enriquecimento subjetivo, de humanização.

O sofrimento, portanto, é condição para criação humana. Contudo, segundo o autor, quando o trabalho é alienado, a própria criação e o sofrimento do homem não são como a fruição para si mesmo, mas para outros que o subjagam. Neste contexto, o sofrimento adquire

um valor negativo. O sujeito é transformado em mercadoria. “[...] Da mesma forma que o organismo luta contra a doença, psicologicamente, o sujeito luta contra a sua objetificação, contra a anulação da sua autonomia e autoria” (Marino Filho, no prelo).

Como no poema de Galeano que abre este item, o sistema capitalista acresce dor a dor, e não permite que o sujeito tenha tempo e condições objetivas para a restauração de suas forças psíquicas. Existem dores inevitáveis, que advém da fugacidade da própria vida, do esforço do trabalho criativo, da inevitabilidade do tempo e da morte. Mas o capitalismo acrescenta a este sofrimento a angústia da cisão entre sentido e significado, da aceleração do ritmo de vida, da diminuição dos espaços de restauração, do estreitamento da vida comunitária e dos laços sociais.

O sofrimento pelo trabalho está relacionado ao processo de alienação na sociedade capitalista. A sobrevivência dos trabalhadores depende da venda de sua força de trabalho em troca de um salário, que passa a motivar a atividade. Assim, o sentido do trabalho não está nele mesmo, mas em algo externo. O sentido do trabalho fica cindido, promovendo também uma cisão na consciência, com potencial para gerar sofrimento (Malaguty & Rossler, 2016).

3.4 TECENDO ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

“Viver é um rasgar-se e remendar-se”
João Guimarães Rosa

Procuramos demonstrar, ao longo desta seção, que os aspectos cognitivos e afetivos compõem uma unidade dialética, que se forma do plano interpsicológico para o intrapsicológico, a partir das condições históricas e sociais de construção da vida. Também, verificou-se que o desenvolvimento do pensamento e da consciência está profundamente unido à formação dos estados emocionais, e que o sistema de conceitos engloba a atividade afetiva do indivíduo em face da realidade que ele representa.

As emoções e sentimentos se desenvolvem a partir da apropriação da cultura, a partir da internalização do significado social que os sentimentos adquirem a cada momento histórico. Emoções e sentimentos se transformam de acordo com o contexto material e ideológico de cada grupo social. Além disso, a forma como o sujeito vivencia uma situação e se relaciona afetivamente com ela está intimamente relacionada à maneira como ele a compreende. A vivência do sujeito, suas emoções e sentimentos, estão interligados com sua

compreensão de mundo, com o significado social e o sentido pessoal que vai se transformando e se entrelaçando a cada situação.

Para conhecermos os processos psíquicos que constituem o ser humano, se faz necessário compreendê-los em sua totalidade. É preciso traçar o caminho desde a gênese e a constituição destes fenômenos, até seu desenvolvimento máximo sob determinadas condições. Dessas formulações, decorre nosso entendimento de que, na psicoterapia, o psicólogo busca o entendimento das múltiplas relações que engendram de forma embrincada as emoções, sentimentos, pensamentos e o sofrimento psíquico do sujeito; bem como compreende suas vivências, como este atribui sentido e se relaciona cognitivamente e afetivamente com as situações concretas.

O psicólogo procura apreender como as relações sociais e as vivências daquele sujeito, a sua situação social de desenvolvimento, contribuíram para que ele desenvolvesse sua atual forma de compreender a realidade e a si mesmo. Também, nesse processo, verifica-se como suas vivências o marcaram ao longo da vida, como o sofrimento se formou, quais foram as condições que possibilitam seu aparecimento, e quais são as múltiplas determinações que o produziram.

É importante ressaltar que a totalidade de determinações relacionadas à constituição das vivências, do pensamento, das emoções e do sofrimento de um sujeito nunca será inteiramente esgotada, mas a busca por capturar suas múltiplas relações possibilita nos aproximarmos cada vez mais da compreensão de sua gênese e desenvolvimento social.

Defendemos a tese de que a psicoterapia pode atuar sobre o processo de formação e tomada de consciência, que se constitui como um processo, mediado pela linguagem, pelo qual o homem analisa seus próprios entendimentos, suas próprias ações e sentimentos. A compreensão e sistematização das próprias vivências contribui para que as mesmas possam ser reguladas. Também, por meio da psicoterapia, o sujeito pode se tornar consciente de suas potencialidades e de seus recursos para a ação.

Nesse sentido, a psicoterapia se constitui como um processo de comunicação que pode possibilitar o desenvolvimento de mudanças psicológicas direcionadas para que o sujeito possa autorregular seu comportamento. A linguagem e a reflexão externa, que vai sendo interiorizada, se constituindo como linguagem interna, é o principal instrumento regulador do comportamento humano. No processo psicoterápico, o indivíduo amplia seu sistema de significações e conceitos da própria realidade individual e social, sua consciência sobre a realidade circundante e a autoconsciência acerca de suas vivências. Este processo lhe

possibilita ter maior controle voluntário sobre seu próprio comportamento, maior capacidade de planejamento e potencialidade de ações.

Como vimos, para Vigotski (1930/2004f), o conhecimento de nossos afetos, a autoconsciência deles, transforma-os de um estado passivo para um estado ativo. Pensar sobre os afetos, estabelecer relações entre as vivências singulares e o contexto social do sujeito, em relação com a genericidade, possibilita que o sujeito controle seu comportamento de forma mais ativa e consciente.

Também discutimos, ao longo desta seção que, ao destacarmos a dimensão emocional do psiquismo humano, o conceito de personalidade adquire evidência. O conceito de personalidade remete à pessoa, ao sujeito, que inserido numa sociedade, se singulariza e se diferencia ao ponto de ser único.

O processo de formação da personalidade e o desenvolvimento da dimensão emocional do psiquismo dependem das condições concretas de vida do sujeito, da atividade que lhe confere sustentação. Assim, o desenvolvimento da personalidade está atrelado à atividade dominante de cada período do desenvolvimento, sendo que a personalidade é produto da atividade individual condicionada pela totalidade social.

O conceito de atividade está sempre relacionado ao conceito de motivo (gerador da atividade). O desenvolvimento da personalidade é orientado pelo grau e organização da hierarquia de atividades em relação aos motivos. Estes, por sua vez, nem sempre são conscientes para o sujeito, aparecendo a ele de forma indireta, como vivência do anseio, desejo ou tendência. Mas mesmo os motivos não-conscientes possuem a mesma determinação que qualquer outro, ou seja, são construídos na atividade social do sujeito.

Os motivos que geram a atividade e sua estrutura hierárquica se revelam a partir da análise da dinâmica da atividade. Conforme o motivo se torna consciente, é possível mudar sua influência sobre a conduta. Entendemos que a psicoterapia pode ajudar o sujeito a analisar e compreender os motivos de suas ações, seus interesses, necessidades e emoções, ampliando sua consciência sobre o mundo e sobre si mesmo. A partir do conhecimento de seus motivos, o sujeito tem condição de agir com mais liberdade e autodomínio.

Como vimos, para Vigotski (1931/1996c; 1931/2000), o livre-arbítrio está relacionado com a capacidade de tomar decisões com conhecimento. A partir disso, e das demais proposições teóricas de Leontiev (1961/2017; 1975/1984) apresentadas, entendemos que conhecer o motivo pessoal e social que impulsiona suas ações permite ao sujeito caminhar em direção a uma atuação social mais livre.

Dessa forma, a psicoterapia pode se constituir como um processo que possibilite que o sujeito reflita e compreenda o que motiva suas ações, para além dos limites de sua existência individual, mas em estreita conexão com o desenvolvimento das necessidades, objetivos e motivações sociais. O processo psicoterápico permite que o sujeito tome consciência dos significados sociais e os sentidos pessoais que foram construídos em suas vivências. Também, que ele construa novos sistemas de significações, novos sentidos pessoais e novos recursos simbólicos sobre sua própria realidade individual e social.

Silva (2019) ressalta a importância de a psicologia de fundamento histórico-cultural estabelecer uma base sólida para a atuação em saúde mental, pautando-se no comprometimento ético e político, e que esteja atenta para as condições sociais patogênicas, buscando formas para transformá-las no âmbito individual e coletivo de trabalho. Tal prática visa a superação de explicações reducionistas e a-históricas que almejam adaptar o sujeito adoecido a uma realidade que não promove as condições necessárias para o desenvolvimento e a emancipação humana.

Entendemos que o sofrimento psíquico é compreendido a partir da dialética singular-universal-particular. Como vimos, as vivências dependem da história de cada pessoa; e a forma como cada sujeito apreende uma determinada situação, a partir de sua história de vida e da mediação do significado social e dos sentidos pessoais, direciona como esta situação o influencia.

A universalidade se traduz na vida dos indivíduos por mediação da particularidade. Segundo Almeida (2018), no sofrimento psíquico, a particularidade se refere aos padrões de desgaste e reprodução dos diferentes grupos sociais que os sujeitos fazem parte.

[...] o indivíduo singular se insere em diferentes grupos sociais, conforme sua inserção nas relações sociais, que levam a uma dada combinação entre desgaste e reprodução. Por exemplo, a sociedade se constitui de classes sociais e o pertencimento a uma ou outra classe determina a forma como esses padrões de desgaste e reprodução individuais ocorrem. Sendo desprovida de meios de produção, não me resta alternativa senão dedicar meu tempo e energia à venda de minha força de trabalho, fazendo-me, portanto, parte da classe trabalhadora. No entanto, a depender do trabalho concreto que eu realizo, isto é, se sou professora ou motorista de ônibus, se sou bancária ou operária industrial, os padrões de desgaste e reprodução a que estou submetida variam. Da mesma forma, é diferente se sou mulher ou homem, se sou negra ou branca, se sou heterossexual ou homossexual, se

sou usuária de um serviço de saúde mental, e assim por diante. Enfim, essas particularidades passam a condicionar a singularidade (Almeida, 2018, p. 171).

A história de vida do sujeito é tomada como expressão singular da universalidade, sendo o modo pelo qual o sujeito encarna a história social, de modo singular, e a análise deve contribuir para explicar os nexos e leis do desenvolvimento do sofrimento psíquico na relação da produção da vida social do sujeito, mediada pelos modos específicos de vida de seu grupo social. Para o psicoterapeuta, esse processo analítico da história do sujeito pode se constituir como o modo de captar a relação singular-particular-universal.

Assim, entende-se o indivíduo em sofrimento psíquico como apresentação singular do modo capitalista de reprodução social mediada pelos padrões de desgaste e reprodução de cada grupo social de que participa. Isso significa tanto o reconhecimento de sua subordinação a determinadas tendências gerais como o entendimento de suas dinâmicas próprias na relação tensa com o movimento geral na medida em que reage sobre este (Almeida, 2018, p. 171).

Cada indivíduo é único, singular, ao mesmo tempo em que também é uma apresentação do universal. Na psicoterapia, os relatos do sujeito se referem tanto à sua vida pessoal quanto expressam movimentos e tendências histórico-sociais mais ou menos predominantes na formação social e no momento histórico em que vivemos.

Almeida (2018) destaca que o compromisso científico em conhecer a realidade com vistas a transformá-la nos coloca o objetivo de que nossos estudos possam subsidiar ações práticas:

Sabemos que a modificação dos índices de sofrimento psíquico depende antes de tudo da alteração dos modos de vida que o produzem. Entretanto, é fato que a classe trabalhadora está cada vez mais adoecida e alienada das explicações não naturalizantes e não culpabilizadoras dos indivíduos, o que inclusive diminui sua capacidade organizativa para transformar aquelas relações sociais. Por isso, é necessário que nos ocupemos também de produzir respostas terapêuticas – individuais e coletivas – que fortaleçam as pessoas em sofrimento, para que possam participar dos projetos de transformação (Almeida, 2018, p. 382).

A psicoterapia fundamentada na Psicologia Histórico-Cultural, pode se constituir como proposta terapêutica voltada ao processo de formação de consciência, ao desenvolvimento das capacidades e potencialidades humanas, visando o desenvolvimento da autonomia do sujeito e a formação de novos motivos e interesses. Também, ao conseguir atuar sobre o processo de formação de consciência do sujeito, amplia e enriquece os níveis de

autoconsciência e autodomínio, e os vínculos da pessoa com o mundo, visando com que o sujeito desenvolva novas possibilidades de atuação social e de projetos de transformação da sociedade, de forma individual e coletiva.

SEÇÃO IV: POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO PSICOTERAPÊUTICA

*“Mire e veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto:
que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram
terminadas – mas que elas vão sempre mudando.
Afinam ou desafinam. Verdade maior.
É o que a vida me ensinou”*
João Guimarães Rosa – Grande Sertão: Veredas

Defendemos neste estudo a tese de que uma possibilidade de intervenção psicoterapêutica para adultos é a de atuação sobre o processo de formação de consciência. O processo de intervenção se estabelece sobre a compreensão dinâmico-causal do processo de formação da consciência e do sofrimento psíquico do sujeito, a partir da análise da dialética singular-particular-universal. É a análise da história do indivíduo em estreita conexão com a história da sociedade capitalista, a qual se constitui como proposição interventiva que possibilita que o sujeito tome consciência das relações que o determinam e que contribuam para a formação de sua consciência e do sofrimento psíquico que apresenta.

Echemendía-Tocabens (2013), Beatón (2017a) e Chávez (2017) afirmam que uma abordagem psicoterapêutica baseada na perspectiva histórico-cultural precisa levar em conta os conceitos fundantes desta teoria, como a lei genética fundamental do desenvolvimento psicológico, o conceito de mediação cultural, de situação social de desenvolvimento, de vivência, de zona de desenvolvimento proximal, da dinâmica das idades psicológicas e do diagnóstico dinâmico-causal de desenvolvimento.

Beatón (2017a), delineando os principais conceitos da Psicologia Histórico-Cultural que podem sustentar o trabalho psicoterapêutico, afirma que o psicólogo parte da visão integral, dialética e complexa de desenvolvimento humano e da unidade dialética entre indivíduo e sociedade e entre cognição e afeto. O autor se ancora sobre o entendimento histórico de desenvolvimento do psiquismo humano, da consciência, da autoconsciência, da personalidade e do controle voluntário do comportamento. Nesse sentido, a possibilidade de intervenção terapêutica apresentada nesta seção busca partir destes conceitos, que foram explicitados nas seções anteriores de nosso estudo.

Giannoni (2017), em sua reflexão sobre a possibilidade de construção de uma perspectiva psicoterapêutica baseada na Psicologia Histórico-Cultural, afirma que o psicólogo clínico trabalha visando o desenvolvimento da consciência e da autoconsciência do sujeito. Para o autor, o sujeito, pela mediação do psicoterapeuta, pode desenvolver consciência de seus conflitos. Assim, a psicoterapia pode proporcionar reflexão e meios para que ele altere as

condições sociais, dentro dos limites postos pela realidade objetiva, modificando a si mesmo no processo. Os pressupostos que iremos explicar aqui também caminham nessa direção.

Almeida, Silva e Berenchtein Netto (2008) analisam que a intervenção pautada na Psicologia Histórico-Cultural busca se contrapor ao modelo médico de psicopatologia que fragmenta o indivíduo, constituindo-se como uma proposta que promove o desenvolvimento mais pleno da autonomia do sujeito:

No processo de diagnóstico/intervenção o psicólogo busca investigar e identificar as estruturas da atividade e consciência e a que situações históricas estão condicionadas, e assim elaborar estratégias que propiciem condições para o sujeito conhecer a realidade em que vive e a hierarquia de motivos e fins de sua atividade. Desta forma, é possível elaborar um conjunto de ações que possibilitarão mudanças nas estruturas da atividade, modificando as relações deste indivíduo com o mundo e os elementos constitutivos do conteúdo sensível. Estes sendo modificados, haverá alteração dos sentidos e significados, transformando a própria consciência. Assim, surgirão condições maiores para intensificar a modificação das necessidades e finalidades orientadoras da atividade, promovendo o desenvolvimento de uma nova estrutura de psiquismo, sendo a formação da autoconsciência e autonomia manifestadas explicitamente na auto-avaliação, aspecto fundamental na formação desse processo (Almeida, Silva & Berenchtein Netto, 2008, p. 147)

Em outras palavras, para estes autores, o processo de intervenção do psicólogo pode se constituir na investigação das estruturas da atividade e da consciência do sujeito, que são condicionadas pelas relações históricas e na oportunização de que o indivíduo conheça a realidade em que vive e a hierarquia de motivos e fins que orientam sua atividade. Ademais, objetiva, a partir disso, que o sujeito possa elaborar ações as quais possibilitarão mudanças nas estruturas de sua atividade e em suas relações com o mundo. A possibilidade de intervenção terapêutica analisada neste estudo também se volta para estes pressupostos.

Bien (2017), em estudo sobre a arte como estratégia de intervenção em grupos psicoterapêuticos na Atenção Básica à Saúde, a partir da Psicologia Histórico-Cultural, aponta que a arte corrobora para o desenvolvimento da consciência de si, possuindo valor psicoterapêutico. Para a autora, a apropriação/consciência da totalidade/universalidade redimensiona o conflito pessoal, adquirindo um valor terapêutico à medida que viabiliza ao sujeito o desenvolvimento de maior compreensão acerca de seu sofrimento psíquico e a elaboração de novas estratégias de enfrentamento. Nossa proposição psicoterapêutica também se baseia neste entendimento.

Os estudos de Vygotski (1931/1997) a respeito do diagnóstico do desenvolvimento e da clínica pedológica da infância também contribuem para debatermos sobre o trabalho psicoterapêutico, suas possibilidades e encaminhamentos da forma como o apresentamos aqui. Apesar de, neste texto, o autor estar discutindo especificamente o âmbito da clínica pedológica, suas conclusões podem ser expandidas para o trabalho do psicólogo de forma geral. O autor discute a diferença existente entre o diagnóstico sintomatológico e o diagnóstico clínico e estabelece primazia a este último. O diagnóstico clínico é genético-causal, no sentido vigotskiano do termo, e visa analisar a gênese dos processos de desenvolvimento que desencadearam os sintomas. Essas contribuições do autor, bem como dos demais pressupostos teóricos da Psicologia Histórico-Cultural apresentados ao longo deste trabalho irão embasar nossa possibilidade de intervenção psicoterapêutica.

Assim, fundamentados no estudo de Vygotski (1931/1997), e em alguns pressupostos de Pérez (1999), Delari Junior (2006; 2012), Echemendía-Tocabens (2013), Beatón (2017a), Chávez (2017) e Giannoni (2017) apresentados na primeira seção e retomados agora, nas considerações de Almeida, Silva e Berenchtein Netto (2008) e Bien (2017) mencionadas, bem como nos demais construtos teóricos da Psicologia Histórico-Cultural debatidos ao longo de nosso estudo, apresentaremos a possibilidade de intervenção psicoterapêutica como atuante sobre o processo de formação de consciência.

4.1 DIAGNÓSTICO CLÍNICO ENQUANTO DIAGNÓSTICO DINÂMICO-CAUSAL

*“Não se envergonhe de perguntar, camarada!
Não se deixe convencer! Veja com seus próprios olhos! [...]*
Verifique a conta. É você que vai pagar.
Ponha o dedo sobre cada item
Pergunte: o que é isso?
Você tem que assumir o comando.”
Bertold Brecht - Elogio do aprendizado

No texto *Diagnóstico do desenvolvimento e clínica pedológica da infância difícil*⁵⁸ (Vygotski, 1931/1997; Vygotski, 1931/2008), Vygotski analisa que uma das especificidades do método de investigação pedológico é que, no sentido amplo da palavra, ele é clínico.

Vygotski (1931/1997) diferencia o método e diagnóstico clínico do método e diagnóstico sintomatológico. No método sintomatológico, também denominado pelo autor de

⁵⁸ Neste trabalho, utilizamos a versão deste texto em espanhol presente no tomo V das Obras Escolhidas (Vygotski, 1931/1997) e a tradução para o português dos itens 5 e 6 do referido texto realizada por Achilles Delari Junior (Vygotski, 1931/2008).

fenomenológico, estuda-se as características dos sintomas e busca-se classificar e agrupar as doenças a partir destas características. O diagnóstico sintomático se caracteriza pela mensuração dos processos psíquicos já desenvolvidos pela pessoa, pelos indícios externos e sintomas, pelo nível de desenvolvimento real.

O método clínico, também denominado de genético-causal ou dinâmico-causal, por sua vez, busca compreender e desvelar o que subjaz ao sintoma. Busca entender o processo que desencadeou a patologia. O diagnóstico clínico abarca os estados internos de desenvolvimento que se expressam nos estados externos. Ele implica não só na descrição, mas na explicação do fenômeno, na compreensão de seus nexos e no processo de desenvolvimento daquele fenômeno. Assim, tem um caráter interpretativo e analítico. Ademais, abrange os processos em fase de desenvolvimento que compõem o nível de desenvolvimento proximal do sujeito. Nas palavras do autor:

Dessa forma, quando digo que a pedologia emprega o método clínico no estudo do desenvolvimento infantil, quero dizer: ela trata as manifestações observadas no desenvolvimento infantil apenas como características por trás das quais tenta identificar como transcorreu ou como ocorreu o próprio processo de desenvolvimento que levou ao surgimento desses sintomas. [...] Assim, o método da pedologia pode e deve ser denominado de método clínico, ou seja, método que caminha das manifestações específicas dos processos de desenvolvimento para o estudo dos próprios processos de desenvolvimento, de sua essência, de sua natureza (Vigotski, 1931/2008, p. 50-53).

Para o autor, a análise fenomenológica, que decompõe os elementos constituintes do desenvolvimento, deve ser substituída pela análise causal, que articula tais unidades em um todo complexo. Esta discussão também está presente no texto *História do desenvolvimento das funções psíquicas superiores*. Ao debater sobre o método de análise que visa compreender o desenvolvimento das funções psíquicas, o autor apresenta que:

A análise fenomenológica ou descritiva toma o fenômeno tal como é externamente e supõe com toda ingenuidade que o aspecto exterior ou a aparência do objeto coincide com o nexo real, dinâmico-causal que constitui sua base. A análise genético-condicional se inicia pondo de manifesto as relações efetivas que se ocultam por trás da aparência externa de algum processo [...] Entendemos por análise genética a descoberta da gênese do fenômeno, sua base dinâmico-causal (Vygotski, 1931/2000, p.103).

Vygotski (1931/2000, p. 112) explica que, para a análise dinâmica ou genético-causal, “explicar um fenômeno significa esclarecer sua verdadeira origem, seus nexos dinâmico-causais e sua relação com outros processos que determinam seu desenvolvimento”. Este processo engloba a análise do processo e não do objeto ou dos indícios externos fossilizados, bem como a análise explicativa e não apenas descritiva e, por fim, a análise da gênese, de seu ponto de partida e dos caminhos de desenvolvimento percorridos até a presente manifestação fenomenológica. O autor destaca que estes pressupostos teóricos devem ser adotados tanto para a análise do desenvolvimento das funções psicológicas superiores quanto para a compreensão de qualquer forma complexa de comportamento.

No texto *O problema da idade*, Vygotski (1932/1996a) analisa que, no estudo do desenvolvimento infantil, muitos métodos tradicionais que buscavam estudar a periodização do desenvolvimento tinham como tarefa principal estudar os complexos de sintomas, ou seja, o conjunto de indícios exteriores que diferenciavam distintos períodos ou fases do desenvolvimento. Para o autor, o sintoma é um indício externo. Nesse sentido, a verdadeira tarefa da psicologia é investigar o que se oculta por trás destes indícios, ou seja, os processos de desenvolvimento que os condicionam, as leis internas de desenvolvimento⁵⁹.

O princípio geral de qualquer diagnóstico científico de desenvolvimento é a passagem do diagnóstico sintomático, baseado no estudo dos conjuntos de sintomas do desenvolvimento infantil, isto é, de seus indícios, para o diagnóstico clínico, baseado no estudo do curso interno do processo de desenvolvimento. [...] O diagnóstico, no verdadeiro sentido da palavra, deve basear-se numa interpretação crítica e prudente dos dados obtidos de diferentes fontes [...] (Vygotski, 1932/1996a, p. 271-272).

Para o autor, pode-se partir do estudo da sintomatologia infantil, que permite descobrir os indícios externos de desenvolvimento. Mas a análise deve ir para além desse momento, buscando descobrir o sentido e o significado dos sintomas descritos. Deve-se buscar analisar os processos que deram origem ao que está estabelecido hoje e se manifesta externamente.

De acordo com Vygotski (1931/1997), no diagnóstico de desenvolvimento e na clínica da infância difícil, a intervenção do psicólogo parte da queixa inicial e da manifestação fenomenológica e/ou sintomatológica, encaminhando-se para a análise da história de desenvolvimento da criança, em seu movimento e em seus nexos e relações dinâmico-causais,

⁵⁹ A partir dessa análise, a Psicologia Histórico-Cultural propõe a periodização do desenvolvimento humano, com base nas diferentes atividades dominantes que promovem o desenvolvimento do sujeito em cada período.

culminando na descoberta das causas, do mecanismo de formação da personalidade do sujeito e dos sintomas manifestos em seu estabelecimento dinâmico. Este processo diagnóstico só faz sentido se ancorado sobre o objetivo de estabelecimento de uma proposta de prescrição ou intervenção pedagógica ou pedagógica-terapêutica. O processo de diagnóstico tem como base a proposição de um plano de trabalho ou intervenção. Sobre este texto de Vygotski (1931/1997), Zinchenko e Pervichko (2013) analisam que este autor demarca as etapas do diagnóstico pedológico do âmbito sintomático para o sindrômico, o qual sugere a interconexão entre os sintomas, e, indo além disso, para o diagnóstico etiológico, que busca estabelecer as causas.

Conforme Chávez (2017), a partir de Vigotski, foi possível compreender que o diagnóstico é permanente, está em constante transformação, dado que o sujeito se modifica constantemente a partir das relações sociais e das situações concretas nas quais está inserido e também por meio das intervenções psicoterapêuticas. O diagnóstico é orientado para a compreensão da formação subjetiva geral do indivíduo, dos processos de constituição de seu sofrimento psíquico e das possibilidades do sujeito em potencializar seu desenvolvimento. Ele é sempre posto a serviço do processo de intervenção, devendo ser dinâmico-causal, buscando a compreensão da essência do fenômeno para poder transformá-lo.

Cabe destacar que, para Vygotski (1931/1997), o método clínico não diz respeito a uma intervenção estritamente clínica do psicólogo, não se caracterizando pelo local em que se realiza, mas pelo objetivo a que se propõe. É, antes de tudo, um processo teórico-prático que visa analisar a gênese dos processos de desenvolvimento e que pode ser empreendido nas mais diversas áreas de estudo e atuação da psicologia. Neste mesmo sentido, entendemos que a psicoterapia não se restringe e não se caracteriza pelo atendimento individual em consultório, sendo caracterizada pelo objetivo a que se propõe, como um processo de escuta, acolhimento, análise e intervenção, pautado em concepções teóricas e metodológicas sobre o desenvolvimento humano e sobre a constituição do sofrimento psíquico.

Em consonância aos estudos de Vigotski, Zeigarnik (1981) afirma que o diagnóstico deve abordar o caráter ativo e integral da atividade psíquica do sujeito. Assim, um mesmo sintoma pode corresponder a distintas enfermidades e estados, o que torna a descrição da sintomatologia insuficiente para a compreensão da patologia. É preciso, sobretudo, explicar os sintomas a partir de sua importância nas alterações da personalidade. O estudo sobre as alterações na personalidade e o processo de intervenção psicoterapêutica não pode se limitar à descrição do conjunto de sintomas apresentados, mas deve investigá-los em sua gênese, na estrutura da atividade psíquica.

Além disso, a autora compreende que o diagnóstico não deve levar em consideração apenas as manifestações patológicas e os sintomas apresentados, mas, sobretudo, deve abarcar o desenvolvimento do sujeito como um todo, enquanto pessoa integral. Zeigarnik (citada por Golder, 1986) analisa que é preciso ir além do diagnóstico sintomatológico e psicopatológico, contrapondo-o com a história clínica do indivíduo. Não basta conhecer qual é o sintoma da pessoa, mas que pessoa tem determinado sintoma. A análise deve se estabelecer sobre o processo de desenvolvimento do indivíduo enquanto pessoa, em seus aspectos patológicos e saudáveis, e também abranger seu potencial de desenvolvimento. O diagnóstico clínico abarca fundamentalmente a história do sujeito e os processos de formação de sua estrutura psicológica.

Embora a autora não deixe claro, podemos inferir que o diagnóstico de desenvolvimento não envolve somente a compreensão da história individual de cada pessoa, mas sim a análise desta história enquanto inserida no interior das relações sociais do indivíduo enquanto pertencente a uma dada sociedade. Sobre isso, baseada nos estudos de Vigotski e Zeigarnik, Moraes (2019) ressalta que os sintomas materializam em si a história da atividade do sujeito, suas funções psicológicas, bem como suas necessidades e motivos, que, sob dadas alterações, transformam o conjunto de sua personalidade. Nesse sentido, a personalidade do sujeito

[...] não pode ser explicada somente a partir da história singular de vida dele, uma vez que sua história individual é forjada também pelo conjunto da atividade humana coletiva, pela história de sua classe e do todo social no qual está inserido. Assim, o método diagnóstico que pretenda explicar os sintomas apresentados, com vistas a compreender a gênese e o desenvolvimento da atividade psíquica, deve abarcar também as características propriamente humanas de nossa atividade coletiva, que se manifestam em nossa atualidade histórica por meio do trabalho alienado (Moraes, 2019, s/p).

Ainda com base em Vigotski e Zeigarnik, Silva (2019) afirma que é necessário investigar tanto os aspectos qualitativos quanto os quantitativos do processo de adoecimento, tanto nos casos de desintegração, quanto de desorganização psíquica. É preciso explicitar o que foi desorganizado e o que foi desintegrado, bem como o que está preservado, para que seja possível elaborar as estratégias de intervenção. “[...] a descrição psicopatológica do sintoma é importante, mas insuficiente, tanto para a compreensão do processo de adoecimento como na sua recuperação, sendo necessário avaliar os aspectos patopsicológicos, isto é, as particularidades psíquicas do processo” (Silva, 2019, 192).

Além disso, conforme exposto anteriormente, a normatividade tem um caráter socialmente determinado. As concepções sobre o que é considerado saúde e o que é doença, bem como sobre o que é considerado um sintoma, se relacionam diretamente com a forma com que os homens organizam a vida (Canguilhem, 1943/1995). Almeida (2018) afirma que a forma de organização social constrói os conceitos do que é entendido como normalidade e o que estaria fora dessa normalidade em cada período histórico. Determinado modo de se desenvolver passa a ser considerado normal quando ele se aproxima mais dos padrões exigidos pela forma de sociabilidade hegemonicamente estabelecida. Certos modos de se desenvolver e de se comportar passam a ser considerados patológicos conforme se apresentam como obstruções a esse modo de vida socialmente determinado, passando a constituir algumas das categorias nosográficas descritas nos manuais classificatórios.

Como exposto, para Almeida (2018), o contexto atual de acumulação flexível torna inadmissíveis formas de tristeza, agitação e desatenção, por exemplo. Dentro dessa perspectiva, o conceito de normalidade é alterado quando se torna um limite à acumulação. Os comportamentos limitadores da produtividade das pessoas são patologizados e modulados a partir da medicina e da farmacologia.

De acordo com Almeida e Gomes (2014), em resposta às necessidades postas pelo contexto de produção, as periódicas revisões dos manuais classificatórios flexibilizam cada vez mais os critérios diagnósticos das patologias já descritas e criam outras novas categorias, possibilitando que situações, vivências e características que fazem parte da vida humana e que, em outros momentos históricos eram consideradas normais, passem a ser entendidas como patológicas.

Como afirma Delari Junior (2006; 2012), é fundamental que o psicólogo busque superar a rotulação ou enquadramento da situação vivida pela pessoa que busca psicoterapia em uma matriz descritiva de sintomas e síndromes⁶⁰. Compreendemos que as categorias nosográficas propostas pelos manuais diagnósticos apresentam de forma restrita uma categorização sintomatológica das vivências dos sujeitos, e não uma explicação dinâmico-causal para as categorias nosográficas descritas.

No processo de intervenção psicoterapêutica, busca-se ir além das manifestações externas e sintomáticas, da aparência do fenômeno, desvelando sua essência, ou seja, os processos e nexos internos de desenvolvimento que originaram tais sintomas ou fenômenos. Entendemos aqui, por nexos e processos internos, os fenômenos não aparentes do

⁶⁰ Na psiquiatria atualmente adota-se a classificação diagnóstica presente no *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-5* (APA, 2014).

desenvolvimento. Isso não significa que tais processos se estabelecem apenas a partir da subjetividade particular do indivíduo. Ao contrário, compreendemos que tanto a personalidade do sujeito quanto as suas formas de sofrimento se constroem a partir da dinâmica singular-particular-universal, no movimento de internalização das relações sociais de produção da vida.

O diagnóstico clínico busca suplantar a descrição da sintomatologia manifesta pelo sujeito, além de superar a análise apenas da história singular de vida do mesmo, buscando explicar os nexos do desenvolvimento do sofrimento psíquico e dos sintomas apresentados na relação do sujeito com a produção da vida social, mediada pelos modos específicos de vida do grupo comunitário ao qual pertence. Esse diagnóstico se fundamenta na relação singular-particular-universal. Nesse sentido, a história de vida do sujeito e o sofrimento psíquico manifesto são tomados em suas especificidades, mas também como expressão singular da universalidade. A compreensão diagnóstica deve estar a serviço do processo de intervenção, buscando a compreensão da essência do fenômeno para poder transformá-lo.

4.2 POSSIBILIDADE DE INTERVENÇÃO PSICOTERAPÊUTICA

*“Diego não conhecia o mar.
O pai, Santiago Kovakloff, levou-o para que descobrisse o mar. Viajaram
para o Sul.
Ele, o mar, estava do outro lado das dunas altas, esperando.
Quando o menino e o pai enfim alcançaram aquelas alturas de areia, depois
de muito caminhar, o mar estava na frente de seus olhos.
E foi tanta a imensidão do mar, e tanto seu fulgor, que o menino ficou
mudo de beleza.
E quando finalmente conseguiu falar,
tremendo, gaguejando, pediu ao pai:
– Pai, me ensina a olhar!”
Eduardo Galeano – O livro dos abraços*

Conforme exposto na seção I de nosso estudo, Delari Junior (2006; 2012) apresenta reflexões importantes sobre a possibilidade de construção de uma atuação psicoterapêutica baseada na Psicologia Histórico-Cultural. Segundo este autor, o processo terapêutico tem três etapas básicas: acolhida (estabelecimento do vínculo); diagnóstico (“mapeamento” da queixa e do potencial de desenvolvimento do sujeito); e intervenção.

Fundamentados nos estudos de Vigotski apresentados, nas reflexões de Delari Junior (2006; 2012), nos demais construtos teóricos da Psicologia Histórico-Cultural apresentados nas seções anteriores e em nossa prática clínica, podemos estabelecer alguns pressupostos que fundamentam a prática psicoterapêutica que visa atuar sobre o processo de formação de

consciência do sujeito. A partir dessa perspectiva, a possibilidade de intervenção psicoterapêutica, que apresentamos aqui, também se constitui de três momentos, apresentados separadamente apenas com função didática, visto que, na prática, eles ocorrem de forma imbrincada. Desde o primeiro momento, o trabalho do psicólogo é interventivo, como na etapa de escuta, acolhimento, estabelecimento do vínculo e do contrato terapêutico.

Assim, compreendemos que o primeiro momento do processo seria o de acolhimento e do estabelecimento do vínculo terapêutico, ou seja, de construção de uma relação de trabalho que se estabelece em prol do processo. Delari Junior (2006; 2012) destaca que é importante realizarmos uma boa acolhida, pautada na materialização do valor ético inalienável de respeito à condição humana.

É fundamental que o psicoterapeuta parta da escuta sensível, ética e empática e do acolhimento da angústia e do sofrimento do sujeito. O processo de escuta permite a compreensão do curso de desenvolvimento pessoal e social do sujeito e de seu sofrimento psíquico. Por meio da escuta, o psicoterapeuta valoriza e acolhe as vivências da pessoa e volta sua atenção para as suas necessidades e demandas específicas. Assim, a escuta é fundamentada em uma relação de acolhimento e respeito para com o outro, sendo essencial para que o psicoterapeuta possa compreender a história de vida singular daquele sujeito, a qual se constrói pela mediação da dimensão particular e das relações sociais que, por sua vez, devem ser analisadas como relações históricas, situadas no interior da sociedade de classes.

O segundo momento abrange a compreensão inicial da queixa da pessoa, buscando apreender a totalidade que a permeia. Esse momento, engloba a análise e compreensão inicial do processo de formação da consciência e do sofrimento psíquico manifesto pelo sujeito, de seus aspectos integrados, recursos simbólicos e das suas potencialidades de desenvolvimento, com vistas a estabelecer o planejamento inicial do processo e o contrato terapêutico. Além disso, essa etapa compreende o estabelecimento do contrato terapêutico, no qual são discutidas questões relativas à periodicidade das sessões, a sua duração, horário, pagamento, faltas, entre outros aspectos que forem pertinentes ao trabalho. Entendemos que o estabelecimento do contrato terapêutico é um trabalho de elaboração em que são consideradas as necessidades tanto do terapeuta quanto do sujeito.

As diretrizes estabelecidas serão planejadas e explicitadas pelo terapeuta a partir da queixa apresentada pelo sujeito e da compreensão inicial que se fizer de seus processos de desenvolvimento. Ao longo do trabalho, o contrato estabelecido pode ser revisto, de acordo com as novas reflexões que forem feitas, a partir da compreensão mais ampla da história do sujeito, bem como da análise de suas possibilidades e de seu potencial de desenvolvimento.

Assim, as alterações serão explicitadas e acordadas entre terapeuta e sujeito, visando estabelecer uma relação de confiança.

O terceiro momento seria o da intervenção psicoterapêutica, que se fundamenta na análise da história individual e social do sujeito. Neste momento, psicoterapeuta e sujeito buscam compreender a história deste último, como se desenvolveu sua consciência e quais são os determinantes individuais e sociais que atuaram sob a formação de seu sofrimento psíquico. Busca-se uma compreensão dinâmica do sofrimento psíquico, abordando não apenas uma descrição do fenômeno, mas a análise de suas causas, seus nexos e relações, que se formam no processo embrincado da dinâmica dialética singular-particular-universal, conforme Vygotski (1931/1997). A análise objetiva explicitar como as relações sociais, que se estabelecem no contexto da sociedade de classes, formam a consciência e autoconsciência do sujeito, ou seja, sua maneira de ver o mundo e a si mesmo. Além disso, busca relacionar o sofrimento psíquico com a totalidade da história de desenvolvimento individual e social da pessoa, situada no interior da sociedade capitalista.

A análise da história de desenvolvimento da consciência do sujeito e a busca pelo estabelecimento de uma compreensão dos processos de gênese social e individual do sofrimento se constituem como etapa interventiva. Essa intervenção possibilita que o sujeito tome consciência das relações históricas e sociais que o determinam, que construíram sua forma de compreender o mundo e a si mesmo, sua forma de agir sobre a realidade e que contribuíram para a construção de seu sofrimento psíquico. A intervenção visa investigar e identificar as estruturas da atividade e consciência do sujeito e explicitar a que situações históricas estão condicionadas.

A formação do sofrimento psíquico é analisada em articulação com o processo de construção histórica da vida social. O desenvolvimento das funções psíquicas do sujeito, suas vivências e histórias de vida são situadas historicamente no tempo e no interior da sociedade capitalista, assim como mediadas pelos modos específicos de vida de seu grupo social, no interior de suas relações familiares, comunitárias, culturais e sociais. Analisar a história de desenvolvimento do indivíduo significa buscar compreender como os processos críticos da vida social, historicamente constituídos, engendraram esse sofrimento. Esta intervenção possibilita que o sujeito tome consciência das relações históricas e sociais que o determinam, de como a realidade social o constitui e de qual seu papel ativo no processo de construção de sua história, como procuraremos explicitar melhor no próximo item desta sessão.

É justamente neste processo de reflexão sobre a história social do sujeito que ocorre o processo de tomada de consciência. As mediações do psicoterapeuta atuam sobre o processo

de formação da consciência do sujeito, de sua consciência de si/autoconsciência, ou seja, sobre a formação de sua compreensão do mundo e de si mesmo, à medida que destacam os nexos e relações entre a formação singular da pessoa e os processos históricos e sociais, desvelando a essência do processo de construção do sofrimento psíquico, para além de sua aparência.

O psicoterapeuta pode fazer uma série de intervenções, que detalharemos melhor ao longo desta seção, que visem explicitar os nexos e relações entre as vivências do sujeito e o contexto social, estabelecendo uma análise causal sobre o desenvolvimento de sua consciência e de seu sofrimento psíquico. As intervenções, de forma geral, objetivam que o sujeito estabeleça nexos entre seu desenvolvimento pessoal e as relações sociais historicamente constituídas no interior da sociedade capitalista e visam que o sujeito se reconheça na realidade social e histórica mais ampla, compreenda como esta realidade o constitui e como ele atua ativamente frente a ela.

A partir de Bien (2017) entendemos que, ao longo do processo terapêutico, o sujeito relata sua história de vida, refletindo sobre quem é e de onde vem. Dessa forma, sua história de vida singular é conectada, por terapeuta e sujeito, às particularidades e à universalidade, aos fatores históricos, sociais, econômicos e políticos, os quais dão sustentação à existência singular da pessoa.

Consciência é conhecimento partilhado, remetendo necessariamente à alteridade. Nesse sentido, a consciência, mediada pela linguagem, se constitui a partir de um discurso compartilhado (Delari Junior, 2013). A partir da linguagem, dos significados simbólicos e linguísticos transmitidos pelo outro, o sujeito vai desenvolvendo seu pensamento conceitual e sua forma de ver o mundo e a si mesmo (Cisne, 2014). A tomada de consciência está estritamente vinculada com a constituição de um conhecimento efetivo da realidade objetiva em seus nexos e relações genético-causais. Conhecimento este que diz respeito à realidade interna e social, da inserção física e política do homem no mundo.

Em nossa análise, esta possibilidade de intervenção psicoterapêutica, à medida que atua como promotora do desenvolvimento da consciência do sujeito, da formação de sua compreensão sobre a realidade (individual e social), possibilita que o sujeito construa novas formas de atuação social e de enfrentamento individual e coletivo de seu sofrimento. Compreender o modo histórico pelo qual as coisas se formam, em seus nexos e processos constitutivos, e seu papel atuante nesta construção, portanto, dá ao sujeito a possibilidade de desenvolver um maior domínio sobre sua vida.

O processo de tomada de consciência possibilita ao sujeito compreender suas determinações pessoais e históricas, de modo a poder intervir melhor sobre sua própria vida e contribui para que o sujeito compreenda as relações engendradas pela sociedade de classes e como estas relações constroem sua forma de ver o mundo e a si mesmo. Ademais, permite ao sujeito ter maior controle voluntário sobre seu próprio comportamento, maior capacidade de planejamento e possibilidade de ações.

Como exposto, com base em Engels, Vigotski (1931/1996c; 1931/2000) afirma que o livre-arbítrio está relacionado com a capacidade de tomar decisões com conhecimento. O homem se torna mais livre à medida que conhece os múltiplos determinantes de suas ações. Conforme Toassa (2004), tornar-se livre se relaciona com a construção de um conhecimento ativo do que nos determina, modificando a realidade objetiva (natural e/ou social) no processo. Em Vigotski, o conceito de liberdade está relacionado ao conceito de tomada de consciência. Toassa (2006) explicita que, a partir da tomada de consciência, ao perceber a realidade de modo diferente, o sujeito também ganha novas possibilidades de agir. Segundo Delari Junior (2013), a tomada de consciência em relação ao mundo e a si mesmo cria novas formas de reflexão e distanciamento, processo este que pode conduzir o homem a um maior domínio sobre a realidade e sobre suas próprias ações no mundo.

O conhecimento das determinações de sua conduta e do processo de formação de sua consciência e de seu sofrimento psíquico possibilita que o sujeito desenvolva uma ação no sentido de buscar transformar as condições individuais e sociais que geram sofrimento e/ou modificar seu comportamento e posicionamento diante destas condições. Além disso, contribui para a elaboração de estratégias de enfrentamento, individuais e coletivas, dentro dos limites e possibilidades historicamente determinadas, que visem transformar as condições que promovem sofrimento.

A autonomia não consiste na independência das necessidades socialmente constituídas e dos motivos que nos conformam, mas na capacidade de tomarmos consciência deles e na possibilidade de agirmos para transformá-los (Vigotski; 1931/1996c; 1931/2000). O processo de reflexão terapêutico, mediado pelas ferramentas teóricas da Psicologia Histórico-Cultural e do materialismo histórico, pode colaborar para a apreensão dos mecanismos velados pela sociedade capitalista e das leis gerais de determinação histórica e social que não estão dadas imediatamente à consciência, contribuindo para o desvelamento da realidade em sua totalidade.

4.2.1 Possibilidades de mediação

Apresentaremos a seguir algumas mediações possíveis de serem realizadas pelo psicoterapeuta com vistas a atuar sobre o processo de formação de consciência do sujeito. Diversos autores, de diferentes linhas teóricas, discorrem sobre esta temática, como Fiorini⁶¹ (1977/2004), que faz um resgate das intervenções verbais do terapeuta elaboradas por diferentes abordagens em psicoterapia, com ênfase para a perspectiva psicanalítica. Destacamos que a psicologia vigotskiana se originou justamente da análise crítica do desenvolvimento das abordagens teóricas da Psicologia da época.

Nossas proposições são baseadas inicialmente no mencionado estudo de Fiorini (1977/2004), no entanto os pressupostos do autor foram aqui reformulados e analisados à luz da Psicologia Histórico-Cultural. Ainda, são fundamentadas nos estudos de Vygotski (1931/1997) a respeito do diagnóstico de desenvolvimento, bem como nos demais construtos teóricos desta perspectiva, os quais são apresentados nas seções anteriores de nosso estudo. Nos baseamos também em Pérez (1999) que, ao discutir o processo psicoterapêutico de fundamento histórico-cultural como voltado para a reconstrução e reelaboração de sentidos pessoais, destaca que o terapeuta se utiliza de interpretações, esclarecimentos e confrontações, dentre outras formas de intervenção verbal.

A seguir, portanto, dissertaremos sobre nossas proposições de algumas das mediações possíveis de serem realizadas na prática psicoterapêutica de fundamento histórico-cultural com vistas a atuar sobre o processo de formação de consciência: *escutar*; *questionar*; *sinalizar*; *reafirmar*; *contrapor*; *analisar a dinâmica-causal*; *transmitir conhecimentos*; e *realizar intervenções diretivas e reflexões sobre as próprias intervenções*. Essas mediações também estão expostas aqui de forma separada apenas com fins didáticos, visto que, na prática, elas podem ser realizadas de forma concomitante pelo terapeuta.

O processo psicoterapêutico se alicerça sobre a *escuta* sensível, ética e empática, e sobre o acolhimento da angústia e do sofrimento do indivíduo. Assim, compreendemos que todo o processo interventivo se ampara sobre a escuta do que o sujeito fala, das reflexões que faz, do relato de suas vivências, pensamentos e sentimentos. A escuta cuidadosa possibilita o estabelecimento e o fortalecimento do vínculo terapêutico, à medida que valoriza e permite a expressão do sofrimento, das necessidades e das emoções do sujeito, de seus sentidos e

⁶¹ Héctor Juan Fiorini. Médico psiquiatra de formação psicanalítica que elaborou suas considerações a partir de seu estudo e prática clínica sobre psicoterapias breves, realizadas no serviço de Psicopatologia da Policlínica Gregorio Araoz Alfaro, de Lanus, Província de Buenos Aires. Os construtos teóricos sistematizados pelo autor são fruto da experiência conjunta elaborada neste serviço de saúde, cujos temas foram objeto de discussão em grupos de trabalho de assistentes sociais, médicos, psicólogos, psicopedagogos, psiquiatras e terapeutas ocupacionais.

significados. Em seu processo de escuta, o terapeuta valoriza e acolhe as reflexões do sujeito, estando continuamente atento às suas necessidades e demandas específicas. O psicoterapeuta escuta o sujeito a partir do entendimento de que ele é produto e produtor da própria história, um ser ativo capaz de transformar a realidade social, transformando-se no processo.

Pela mediação da linguagem, conforme o sujeito fala, ele escuta e compreende a si mesmo. Como exposto, para Vygotski (1931/2000), a linguagem organiza a conduta. O signo funciona, assim, como um mediador que transforma as expressões espontâneas das funções psíquicas em expressões volitivas, passando a mediar o comportamento. A realidade social e individual é complexa e possuidora de uma infinidade de relações e nexos constitutivos e o pensamento verbal, nesse sentido, possibilita ao sujeito categorizar os dados sensíveis captados do mundo, buscando compreendê-los.

Segundo Vieira (2017), a linguagem atua sobre a orientação, regulação e planejamento da atividade, sendo o principal instrumento regulador do comportamento humano. No processo terapêutico, o diálogo estabelecido vai sendo interiorizado pelo sujeito, se constituindo como linguagem interna, atuando sobre o controle voluntário do comportamento.

A psicoterapia se constitui como um processo dialógico, mediado pela linguagem, que possibilita que o sujeito tome consciência dos significados e sentidos que foram construídos ao longo de sua vida. Ainda, possibilita que ele construa novos sistemas de significações, novos sentidos pessoais e novos recursos simbólicos sobre sua própria realidade individual e social. Este processo de construção de novos sentidos e significados, por sua vez, atua sobre a formação da consciência e da personalidade do sujeito.

Em seu processo de escuta, o psicoterapeuta busca ir para além da aparência dos fenômenos, buscando compreendê-los em sua essência, conforme Vygotski (1931/1997) e volta sua atenção para os significados sociais, sentidos pessoais, nexos, para as unidades de sentido e também para os motivos ocultos (Leontiev, 1975/1984), buscando desvelar a essência dos processos de desenvolvimento sociais e que agora estão cristalizados na personalidade da pessoa. O processo de escuta é que alicerça a compreensão da história do sujeito e, em conjunto com as intervenções de análise, possibilita a tomada de consciência e a construção de novos sentidos e significados.

Outra mediação que pode ser utilizada pelo psicoterapeuta, com o objetivo de atuar sobre o processo de formação de consciência, é o *questionamento*. Vigotski (1927/2004) afirma que mais importante que a solução de um problema é sua correta formulação. A pergunta que o terapeuta faz precisa ser coerente teoricamente, já que ela determinará, em

parte, a resposta, justamente porque definirá o caminho metodológico a ser seguido para respondê-la. A própria terminologia que utilizamos para nominar um fenômeno já traz consigo a base teórica que elegemos para discuti-lo. Logo, os questionamentos que são feitos pelo terapeuta são pensados a partir do fundamento teórico da Psicologia Histórico-Cultural.

A *sinalização* se constitui como outra possibilidade de mediação. Sinalizar é marcar algo por meio da linguagem, de signos verbais ou expressões faciais. O psicoterapeuta pode destacar uma vivência, sentimento, reflexão e/ou unidade de sentido, com o objetivo de focar a atenção sobre o componente significativo destes. Ademais, pode assinalar diferentes vivências ou sentidos que foram inicialmente mencionados isoladamente, em meio às diversas memórias e relações que o sujeito vai referindo ou estabelecendo ao longo da sessão, visando possibilitar a reflexão sobre uma possível relação entre eles. O assinalamento estimula que o próprio sujeito busque refletir e analisar o sentido pessoal e o significado social das vivências mencionadas, atuando sobre o desenvolvimento de sua autonomia. Sendo assim, ele também possibilita que o sujeito fale mais sobre certa vivência, sentimento ou pensamento, ampliando seu entendimento sobre eles, estabelecendo novas relações e formando novas compreensões, promovendo o processo de tomada de consciência.

A *reafirmação* pelo terapeuta de uma análise realizada pelo sujeito contribui para consolidar esta reflexão e levá-lo a buscar ampliá-la e generalizá-la para outras análises. *Contrapor* ou questionar uma relação estabelecida, por sua vez, busca apresentar uma nova forma de ver a questão, possibilitando ao sujeito refletir sobre novas relações ou significados, revendo e modificando suas sínteses e generalizações inicialmente estabelecidas a respeito de seu sofrimento ou de sua forma de ver o mundo e a si mesmo. Cabe destacar, outra vez, que é o referencial teórico da Psicologia Histórico-Cultural, a partir do método materialista histórico, que guiará quais são as unidades de sentido e as compreensões que serão sinalizadas, reafirmadas ou contrapostas.

A *análise dinâmico-causal* apresenta um sentido possível, isto é, propõe uma compreensão para a realidade atual do sujeito, conforme Vygotski (1931/1997). As mediações de análise são as que buscam construir paulatinamente um processo de diálogo e reflexão, explicitando as causas e o movimento dinâmico de formação da consciência e do sofrimento psíquico do sujeito. A análise não se refere a uma descrição do fenômeno, mas sim ao desvelamento de suas causas, nexos e relações, e diz respeito à busca pela compreensão da essência dos processos de desenvolvimento, para além de sua aparência, tendo, necessariamente, um caráter interpretativo, como nos explica Vygotski (1931/1997) ao debater sobre o método clínico.

Analisar a história do sujeito significa buscar compreender e explicitar como os processos críticos da vida social, historicamente constituídos, engendraram a forma do sujeito ver o mundo e a si mesmo. É a busca pelo estabelecimento de uma compreensão dos processos de gênese social e individual do sofrimento psíquico. As mediações de análise são as que explicitam os nexos entre o desenvolvimento singular do sujeito e as relações sociais historicamente constituídas no interior da sociedade capitalista, evidenciando o papel ativo do sujeito no processo de construção de sua história. São as mediações que conectam a história de vida do sujeito às particularidades e à universalidade, aos fatores históricos, sociais, econômicos e políticos que dão sustentação a sua existência singular.

Segundo Menchinskaia (1960), o pensamento é uma função analítico-sintética e é caracterizado por distintos graus dessas operações. Análise e síntese são operações distintas que, todavia, se apresentam inseparavelmente vinculadas. A análise diz respeito à categorização mental do todo em suas unidades de sentido ou à identificação de algumas de suas qualidades. Síntese é a operação que unifica mentalmente as partes e/ou as qualidades dos objetos e fenômenos, estabelecendo as relações entre elas.

As operações de análise e síntese objetivam, a partir de um conjunto complexo de sentimentos, pensamentos e vivências, avançar no processo de compreensão da dinâmica genético-causal da formação da consciência do indivíduo, de forma geral, e da constituição de seu sofrimento psíquico, de forma mais específica.

A análise das vivências, significados e sentidos possibilita sua comparação, confrontando dois ou mais fenômenos com vistas a perceber suas semelhanças, diferenças e relações. A comparação é, ao mesmo tempo, uma operação analítica e sintética que contribui para o conhecimento das propriedades ou aspectos essenciais das vivências, ou seja, o conhecimento de seus principais nexos e relações, conforme discute Vigotski (1931/1996c). Ela é premissa indispensável à generalização e sistematização.

A generalização, segundo Menchinskaia (1960), é a identificação e unificação de propriedades gerais e se caracteriza pela descoberta das regularidades presentes na realidade e a compreensão de suas determinações essenciais. A sistematização é caracterizada pelo destaque do que é geral, do que se repete e, ao mesmo tempo, pela identificação das diferenças.

A generalização é um processo de organização do pensamento a partir de leis extraídas de dadas situações ou vivências. O processo de generalização altera a relação do indivíduo com o mundo, visto que a consciência é pautada em vínculos hierárquicos semânticos, construídos com base na apropriação dos significados das palavras. A

generalização eleva as representações das relações a níveis mais complexos, ampliando o significado e o domínio do sujeito sobre os objetos, as relações sociais e sobre si mesmo. Ela expressa a capacidade de apreender o real e, precisamente por desvendar suas leis gerais, pode intervir sobre ele, atuando junto a essas leis de forma intencional e consciente, conforme menciona Barroco e Superti (2014). As mediações terapêuticas de análise dinâmico-causal englobam as operações de análise, síntese, comparação, generalização e sistematização.

Como vimos, para Leontiev (1975/1984), a autoconsciência implica, além do conhecimento sobre si mesmo, o estabelecimento dos nexos existentes entre esse conhecimento e o contexto social no qual o sujeito está inserido. É um processo pelo qual o sujeito se reconhece na realidade histórica e social, na mesma medida em que reconhece esta realidade em si mesmo. A autoconsciência implica na capacidade de o sujeito manter uma relação consciente com a genericidade, rompendo com a identificação espontânea com ele mesmo, indo além de sua particularidade.

A intervenção psicoterapêutica visa atuar sobre o processo de desenvolvimento da autoconsciência. As análises e sínteses objetivam que o sujeito estabeleça nexos entre seu desenvolvimento pessoal e o desenvolvimento histórico e social da humanidade, bem como desenvolva uma relação consciente com a genericidade. Esses procedimentos visam estabelecer relações entre o desenvolvimento singular do indivíduo e as relações sociais, mediados pela particularidade de seus grupos sociais, historicamente constituídos no interior da sociedade capitalista. Objetivam que o sujeito compreenda como as relações estabelecidas na sociedade de classes engendram a forma como ele vê o mundo e a si mesmo. Essas análises visam que o sujeito se reconheça na realidade social e histórica mais ampla e compreenda como esta realidade social o constitui e como atuar ativamente frente a ela.

As análises e sínteses têm como objetivo: estabelecer uma compreensão possível e coerente com o fundamento teórico da Psicologia Histórico-Cultural sobre o desenvolvimento da consciência do sujeito, da sua forma de ver o mundo e a si mesmo; apresentar uma compreensão sobre os motivos, socialmente constituídos, que organizam o comportamento do sujeito (Leontiev, 1975/1984); evidenciar a hierarquia de motivos desenvolvida ao longo da vida (Leontiev, 1975/1984; Zeigarnik, 1981); desvelar o processo de construção de seu sofrimento psíquico (Almeida, 2018); estabelecer nexos entre o desenvolvimento pessoal e as relações sociais nas quais o sujeito está inserido; evidenciar relações que permitam que o sujeito se reconheça na realidade histórica e social e compreenda como esta realidade o constitui (Anjos, 2017); evidenciar o papel ativo do sujeito no processo de construção de sua vida (Beatón, 2017b; León e Calejon, 2017); desvelar os nexos estabelecidos entre as

diferentes situações vivenciadas; evidenciar, recuperar ou desenvolver capacidades e potencialidades do sujeito (Zeigarnik, 1981); evidenciar o processo de formação social e individual dos processos psicossomáticos (Jerebtsov, 2017); dentre outras possibilidades.

Como vimos, Pérez (1999) entende que a psicoterapia pode ser considerada como um processo de aprendizagem e desenvolvimento, no sentido vigotskiano do termo. No processo psicoterapêutico, o sujeito avança de sua área de desenvolvimento real para a zona de desenvolvimento proximal, na qual pode lidar com seus conflitos e sofrimento, inicialmente, com a ajuda do terapeuta e, posteriormente, de forma autônoma.

Vigotskii (1933/2010) entende que a aprendizagem gera desenvolvimento. O que o indivíduo aprende, vê, vivencia, é internalizado por ele e transforma suas formas de agir e pensar, provocando desenvolvimento psicológico. O *nível de desenvolvimento real* se refere aos processos de desenvolvimento já efetivos, os conhecimentos internalizados, o nível já adquirido de desenvolvimento das funções psicológicas. A *zona de desenvolvimento próximo*, por sua vez, diz respeito às funções que estão em processo de desenvolvimento, ao que o sujeito é capaz de fazer com o auxílio de perguntas, demonstrações e dicas, com a mediação de uma pessoa que já detenha aquele conhecimento. As capacidades e processos em desenvolvimento, que compõem a zona de desenvolvimento próximo hoje, serão transformados em aquisições do sujeito no futuro e em habilidades presentes em seu nível de desenvolvimento real, desde que ocorra um processo efetivo de aprendizagem (Vigotskii, 1933/2010).

Beatón (2017a) situa a psicoterapia como baseada no intercâmbio e cooperação, em uma relação de mediação que promove desenvolvimento. Nesse mesmo sentido, para Pérez (1999), o processo psicoterapêutico deve ser planejado tendo em vista o nível de desenvolvimento real e a zona de desenvolvimento proximal do sujeito. As proposições terapêuticas devem ser desenvolvidas dentro das possibilidades e potencialidades do indivíduo, para que se alcance efetivamente os objetivos propostos.

A partir de Vigotskii (1933/2010) e dos pressupostos de Beatón (2017a) e Pérez (1999), entendemos que as mediações do psicoterapeuta, que atuem na zona de desenvolvimento próximo, têm a potencialidade de promover desenvolvimento psíquico, levando o sujeito a formar consciência sobre suas próprias determinações pessoais e históricas, sobre as determinações de seu sofrimento psíquico e sobre seu papel ativo nesta construção. Nesse sentido, destacamos a importância do processo de escuta cuidadosa da análise terapêutica voltada para a compreensão das necessidades e demandas específicas da

pessoa e para a identificação de quais são os processos de desenvolvimento e de reflexão que estão nesta zona de desenvolvimento.

Entendemos que as mediações que atuam na área de desenvolvimento real colaboram para consolidar os processos de desenvolvimento já em curso. Enquanto, as intervenções que atuam sobre a zona de desenvolvimento proximal têm a potencialidade de promover desenvolvimento psíquico. As mediações que se situem para além da zona de desenvolvimento próximo podem intensificar o sofrimento psíquico, demandando do psicoterapeuta uma postura voltada para a ética, delicadeza, sutileza e cuidado no planejamento e na realização de suas intervenções.

O momento de análise dinâmico-causal pressupõe a *transmissão de conhecimentos*. A análise se fundamenta na expressão de conhecimentos científicos da Psicologia os quais podem colaborar para a compreensão do processo de formação do sujeito. A partir da Psicologia Histórico-Cultural, o psicoterapeuta transmite ao sujeito sua compreensão científica e teórica a respeito de como se forma a consciência e o sofrimento psíquico, como estes processos estão relacionados com a vida material e com o sistema de relações sociais, promovendo reflexões sobre a estrutura social e a cultura e sobre como o sujeito tem um papel ativo neste processo de construção. Isso colabora, fundamentalmente, para que o sujeito compreenda que suas vivências têm relação com o contexto social no qual está inserido e que se relacionam com diversas vivências de outras pessoas situadas na história. Ademais, corrobora para que compreenda que o sofrimento individual tem relação com a estrutura social vigente e que o sujeito tem um papel atuante frente a ela.

As análises e sínteses que vão sendo feitas pelo psicoterapeuta são baseadas na visão de mundo da Psicologia Histórico-Cultural. É esta teoria que irá guiar a construção e estabelecimento dos nexos causais. Como afirmam Echemendía-Tocabens (2013), Beatón (2017a) e Chávez (2017), a intervenção psicoterapêutica, baseada nesta perspectiva, leva em conta os conceitos fundantes da teoria, como a lei genética fundamental do desenvolvimento psicológico e o conceito de mediação cultural (Vygotski, 1931/2000), os conceitos de situação social de desenvolvimento e de vivência (Vigotski, 1935/2018), de zona de desenvolvimento proximal (Vigotskii, 1933/2010), assim como do diagnóstico dinâmico-causal de desenvolvimento (Vygotski, 1931/1997). Fundamentam-se, além disso, nos estudos da periodização do desenvolvimento humano e no conceito de atividade dominante os quais esclarecem quais são os principais momentos do desenvolvimento e suas possíveis crises (Leontiev, 1975/1984; Martins, Abrantes e Facci, 2017), dentre outros pressupostos teóricos explicitados ao longo de nosso estudo.

O psicoterapeuta basear-se-á no entendimento histórico-cultural de que o homem se desenvolve a partir do contexto histórico no qual vive, em um processo de internalização das relações sociais e das relações de classe. As formas complexas de comportamento são construídas do âmbito interpsicológico para o intrapsicológico, conforme o sujeito se apropria das formas sociais de conduta (Vygotski, 1931/2000; Echemendía-Tocabens, 2013).

Ao analisar a história de desenvolvimento individual e social do sujeito, busca-se compreender como se construiu a forma complexa de seu comportamento, a partir da internalização das normas sociais, como expõe Vigotski (1931/2000), e como se estabeleceu seu papel ativo neste processo, qual é o modo transformador do sujeito sobre a realidade (o que inclui a própria realidade), como explicita Beatón (2017b).

A consciência e o sofrimento psíquico se formam por meio da atividade, nas relações concretas de produção da vida e por intermédio dos signos e do universo simbólico dos quais o sujeito vai se apropriando ao longo da vida. O psicoterapeuta procura analisar como o sujeito se apropriou dos valores culturais, das formas de comportamento socialmente constituídas e transmitidas por seu grupo social e pela comunidade na qual está vinculado. Assim, busca compreender as relações sociais e as vivências daquele sujeito como relações históricas, situadas no tempo e no interior da sociedade capitalista.

As análises estarão ancoradas no entendimento específico desta teoria sobre como se constitui o sofrimento psíquico e com quais fatores ele se relaciona (Zeigarnik, 1981; Laurell, 1983; Silva e Tuleski, 2015; Almeida, 2018). Como exposto, conforme Breilh (2006), não se pode desvincular a análise do processo saúde-doença do contexto social em que é produzido. Nessa perspectiva, é fundamental analisar o sofrimento psíquico relacionado aos processos estruturais de cada sociedade, os quais estão relacionados ao grau de desenvolvimento das forças produtivas.

Para a teoria da determinação social do processo saúde-doença, o adoecimento é um processo social. Dessa maneira, cada modo de produção cria determinado padrão de desgaste e reprodução, dentro do qual o sofrimento é gerado (Laurell, 1983). O modo de produção compreende as classes sociais e suas frações, que são os distintos grupos e coletividades, com suas características particulares, as quais determinam os perfis de reprodução social e os modos particulares de vida. Os padrões de desgaste e reprodução dependem dos modos de vida particulares dos grupos dos quais a pessoa faz parte (Almeida, 2018). O psicoterapeuta, portanto, investiga como esta dimensão particular, como as relações de trabalho e as relações alienadas geram desgaste das forças psíquicas, e quais são as condições dadas para sua

reprodução (como as relações sociais de apoio, os espaços individuais e coletivos de construção de sentido de vida).

Em seu processo de análise, o psicoterapeuta busca compreender os processos críticos, destrutivos e protetores, da sociedade capitalista em sua fase atual, que determinam os padrões de desgaste e reprodução do grupo particular no qual o sujeito que procura atendimento está inserido (Laurell, 1989; Breilh, 2006). As diferentes formas de violência e de preconceito atuam para a sobrecarga psíquica, que é agravada pela restrição de relações de suporte social. Logo, consideramos fundamental compreender como o racismo estrutural, o machismo, a violência de gênero e a violência contra a população LGBTQIA+ atuam de forma reconhecidamente regular e socialmente determinada, gerando padrões de desgaste das forças físicas e psíquicas.

Ao analisar a história de vida do sujeito, busca-se compreender como a singularidade expressa os processos críticos que incidem sobre os padrões de desgaste e reprodução, que são próprios de cada classe social e dos grupos sociais nos quais o sujeito está inserido. O motivo que impulsiona o comportamento humano se constrói em meio à multiplicidade e à complexidade da atividade social. A análise da singularidade deve partir das particularidades da atividade da pessoa e de sua relação com o mundo, pois constituem sua personalidade. A reprodução social singular é expressão do modo de andar a vida coletivo, da classe social e dos grupos dos quais o sujeito faz parte (Laurell, 1989).

A possibilidade de intervenção psicoterapêutica apresentada em nosso estudo está direcionada para a idade adulta, cuja atividade principal é a atividade de trabalho. No processo psicoterapêutico, buscamos compreender as atividades principais que guiaram o desenvolvimento do sujeito ao longo de sua vida, bem como a atividade principal que guia seu desenvolvimento no presente momento.

O trabalho não é apenas fonte de subsistência, mas constitui a dimensão psíquica do sujeito. Conforme Viapiana, Gomes e Albuquerque (2018), por meio do trabalho, o homem produz os meios necessários à sua sobrevivência. Ao transformar o mundo, o sujeito também transforma a si próprio. A atividade social, nesse sentido, é a base dos atributos humanos. O trabalho tem um caráter ontológico, constituidor do ser social, sendo fonte de desenvolvimento das potencialidades humanas, do sentimento de participação nos objetivos da sociedade, de autoestima e identificação. “Como atividade principal do gênero humano, ela engendra processos de formação da consciência e da personalidade, bem como desperta emoções e sentimentos, elementos envolvidos com o sofrimento e com o adoecimento psíquico” (Viapiana, Gomes & Albuquerque, 2018, p. 179).

Enquanto atividade-guia da idade adulta, o trabalho não supera a alienação da sociedade capitalista sobre os indivíduos, pelo contrário, ele a intensifica. As possibilidades de desenvolvimento das capacidades humanas ficam reprimidas e deformadas, visto que estão submetidas às necessidades que beneficiam a produção do capital, em detrimento da pessoa. No modo de produção capitalista, o trabalho está descaracterizado de sua função de promover desenvolvimento e essa descaracterização se irradia para as outras esferas da vida. “[...] as relações interpessoais na esfera da vida pessoal e familiar acabam por reeditar as relações sociais de produção tendendo a firmarem-se também como relações fetichizadas” (Carvalho & Martins, 2016, p. 290).

Segundo Moraes (2018), na sociedade de classes, a reprodução social da vida é realizada sob condições de alienação e os vínculos do sujeito com o mundo estão determinados pela posição social que ele ocupa. O desenvolvimento da autoconsciência está relacionado com a compreensão que o indivíduo faz da realidade e essa compreensão, que ele faz do mundo e de si mesmo, está condicionada à posição objetiva que ocupa no sistema de relações sociais.

A sociedade capitalista é uma sociedade de classes, que aliena o sujeito da genericidade. A alienação impõe obstruções ao desenvolvimento humano, ao desenvolvimento das funções psicológicas superiores. A posição social objetiva do sujeito no mundo e o acesso, em maior ou menor grau, “às produções genéricas delimitam a estrutura da atividade social, bem como a produção dos motivos e sentidos particulares” (Moraes, 2018, p. 134).

Como vimos, a atual fase capitalista da acumulação flexível demanda do sujeito altos níveis de disposição e energia biopsíquica, estabelecendo-se uma aceleração do ritmo de vida, a qual exige um crescente dispêndio e desgaste de energia vital (Almeida, 2018). O modo de produção capitalista impulsiona o polo do desgaste, em detrimento do polo da restauração. De forma confusa e indiferenciada, o sofrimento psíquico expressa esta interdição frente à satisfação de necessidades (Gomes, 2017). A este processo, soma-se a fragilização dos laços comunitários, a diminuição dos espaços de restauração da energia dispendida e a falta de projetos de futuro que possibilitariam o desenvolvimento e a realização pessoal e coletiva dos sujeitos (Almeida, 2018).

Viapiana, Gomes e Albuquerque (2018) afirmam que, ao invés de espaço de realização e sentido de vida, o trabalho torna-se, no capitalismo, mero meio de garantia de sobrevivência. O sentido do trabalho não coincide com sua significação objetiva. A cisão entre sentido e significado gera uma cisão na estrutura geral da consciência. O trabalho perde

sua capacidade realizadora, agregando cada vez menos elementos que dão sentido à vida dos sujeitos. Dessa maneira, converte-se em trabalho imposto, forçado, fonte de sofrimento.

As relações capitalistas cindem sentido e significado, gerando uma ruptura na estrutura interna da consciência, que pode originar uma experiência de fragmentação subjetiva e de sofrimento psíquico. A alienação limita as possibilidades do indivíduo, podendo ocasionar desorganização ou desintegração psíquica (Leontiev, 1947/2004b; Almeida, 2018; Silva, 2019).

Segundo Löwy (2006), a forma opressiva da organização social capitalista, em sua natureza desumana, fere todos os indivíduos de todas as classes sociais. Cada pessoa está isolada das demais, em uma espécie de solidão em massa. As pessoas estranham umas às outras, em uma relação de hostilidade, competição impiedosa, em uma forma de guerra de todos contra todos. O sofrimento psíquico se relaciona com a angústia provocada pela imposição de uma vida inautêntica, apartada do gênero humano.

Souza (2011) afirma que, no período de acumulação flexível, o assédio moral aparece como uma forma de gestão, a qual expõe os trabalhadores a repetidas situações de humilhação ligadas à situação de trabalho, com atos de intimidação e práticas vexatórias. O período atual é caracterizado pela introdução de novas tecnologias e novas formas de gestão que aparentam ser menos despóticas, mas que exigem um controle implícito e aprofundado, por meio da implicação dos trabalhadores com a empresa e a internalização dos mecanismos de controle.

Malaguty e Rossler (2016) acrescentam que, no modo de produção atual, são exigidas habilidades inespecíficas e flexíveis, que permitam assumir diferentes tarefas e enfrentar constantemente novos desafios, o que gera um sentimento de permanente desatualização e ansiedade. Além disso, as novas formas de trabalho demandam que o trabalhador esteja disponível permanentemente, ampliando a ligação entre a vida no trabalho e fora dele, o que é facilitado pelas novas tecnologias. Acrescentam a isso a política de cortes e “enxugamento”, a qual instaura o medo constante de demissões, levando o sujeito, muitas vezes, a ocultar dores e doenças, numa estratégia de sobrevivência.

Viapiana (2017) destaca alguns processos do atual modo de produção capazes de desencadear consequências significativas no modo de vida do sujeito e que podem estar relacionados ao surgimento de quadros depressivos. Dentre eles, estão: o aumento da jornada de trabalho (adoção de horas extras, banco de horas e trabalho em domicílio); pagamento da força de trabalho abaixo do valor; precarização dos direitos trabalhistas; terceirização; e

informalidade. Estes fatores levam a um aumento do desgaste e à redução do tempo e das condições de reprodução da força de trabalho.

A intensificação do trabalho, as políticas de gestão de cooptação, o assédio moral, a competitividade e a flexibilização do trabalho geram maiores níveis de desgaste, podendo ocasionar vivências de fracasso, perda dos laços sociais de suporte, isolamento, descartabilidade, raiva, tristeza, desânimo, insegurança, medo e angústia. A vida social fica reduzida à lógica do capital e isso se expressa no empobrecimento da participação social, no estreitamento da vida familiar e comunitária, do círculo de amigos e de práticas de lazer (Viapiana, 2017).

O aumento da competitividade gera uma diminuição da solidariedade e a perda de relações de suporte e de laços comunitários, as quais são expressas como individualismo aliado à responsabilização individual pelas condições de vida e de saúde do sujeito. Soma-se a isso o processo de medicalização social, naturalização e biologização do sofrimento, os quais atribuem as causas deste sofrimento a questões biológicas e individuais, ocultando suas raízes sociais (Viapiana, 2017).

Os pressupostos teóricos sobre a periodização da idade adulta, cuja atividade dominante é o trabalho, explicitados pela Psicologia Histórico-Cultural, como os mencionados, auxiliam o psicoterapeuta na compreensão dos processos universais e particulares que promovem desenvolvimento e sofrimento psíquico no atual modo de produção da vida. Na psicoterapia, busca-se compreender como isto se constrói na vida daquele sujeito singular, a partir das mediações das particularidades de seu grupo familiar, social e comunitário específico, bem como de seu papel ativo e criativo frente a este processo. O sofrimento psíquico é compreendido por meio da explicação de sua gênese, em sua materialidade, na intrínseca relação dos processos sociais e da formação dos processos psicológicos superiores (Almeida, 2018).

No processo psicoterapêutico, o psicólogo considera tanto a particularidade quanto a singularidade do sofrimento. Assim, consideramos fundamental a compreensão da sociedade, em seus graus de desenvolvimento, e as formações sociais, em suas especificidades históricas. O sofrimento psíquico advém de uma dimensão particular, caracterizada pelo modo de produção capitalista, em suas leis e regras gerais, econômicas, políticas e ideológicas. Mas, para que se compreenda efetivamente o adoecimento, também se faz essencial analisar, articulado ao processo social, o processo de constituição do sofrimento psíquico em sua singularidade.

O sofrimento psíquico também se produz singularmente, em estreita conexão com as particularidades que entristecem e destituem de sentido de vida os indivíduos (Almeida, 2018). Para apreender a determinação social do sofrimento em sua dimensão singular, o psicoterapeuta investiga a atividade e a hierarquia de motivos do sujeito, bem como o papel da atividade principal e as contradições e conflitos nela envolvidos, como afirma Leontiev (1975/1984) e Zeigarnik (1981).

A atividade do sujeito se estabelece nos grupos sociais dos quais ele faz parte, os quais podem potencializar e/ou obstaculizar o seu desenvolvimento. A análise da história de vida e dos motivos que organizam o comportamento está em estreita conexão com a análise da atividade daquele sujeito em específico, bem como da periodização do desenvolvimento e das atividades dominantes que vão se configurando em cada período da vida da pessoa.

Como exposto, para Leontiev (1975/1984), o homem nasce dotado de necessidades biológicas. Conforme o sujeito começa a agir sobre a realidade, estabelecem-se vínculos entre as necessidades e os objetos que a elas atendem. Na necessidade do sujeito, não está registrado, de imediato, o objeto capaz de satisfazê-la. É somente neste processo de descoberta que o objeto que atende a uma necessidade vai adquirindo a função estimuladora e orientadora da atividade, convertendo-se em motivo. A necessidade, que é inicialmente condição para a atividade, torna-se resultado da atividade e as atividades vão produzindo novas necessidades de natureza histórico-social (Leontiev, 1975/1984). Os motivos são os objetivos que excitam a agir e dirigem a ação do sujeito para a satisfação de uma determinada necessidade que se construiu histórica e socialmente.

Na psicoterapia, busca-se explicitar ao sujeito que os motivos são construídos socialmente, que existe uma formação histórica de nossas necessidades. Além disso, busca-se investigar quais são as necessidades e os motivos socialmente formados que orientam o comportamento do sujeito, bem como as respostas dadas pela realidade objetiva para a satisfação ou não dessas necessidades. De acordo com Marino Filho (2010), ao longo de seu processo de individuação, surgem, para os indivíduos, novas necessidades sociais e afetivas que caracterizarão a especificidade de seu desenvolvimento enquanto indivíduos. É neste processo que se constroem as representações simbólicas que orientam o comportamento.

A atividade humana é complexa e polimotivada. Para Leontiev (1975/1984), o sujeito vai fazendo um movimento de correlação dos motivos e de subordiná-los uns aos outros, já que muitos motivos construídos na atividade são contraditórios ou não coincidentes. Na realização da própria atividade, os motivos se entrelaçam e alguns deles vão se tornando primordiais. Na psicoterapia, investiga-se a construção dessa hierarquia de motivos,

buscando-se compreender como eles orientam o comportamento. O psicólogo busca apreender como se desenvolveu a hierarquia de motivos do sujeito, que ocorre em estreita conexão com o desenvolvimento das necessidades, objetivos e motivações sociais.

León e Calejon (2017) explicitam que o sujeito é ativo no processo de formação de sua personalidade. Na vivência, de forma dialética, estão imbrincados os aspectos subjetivos apropriados pelo sujeito a partir da cultura e os elementos criados pelo próprio sujeito. O sofrimento psíquico depende também de como o sujeito age ativamente e atribui sentido pessoal a cada momento de sua vida.

Segundo Beatón (2017b), o sujeito vivencia a cultura de forma ativa e mediada pelas experiências que vai adquirindo ao longo de sua vida. As experiências atuais são vivenciadas por meio dos conteúdos subjetivos que se formaram das experiências anteriores, atribuídas de sentido. A consciência do sujeito é produto do modo como sua atividade é vivenciada e atribuída de sentido. O sentido pessoal é construído a partir de significados sociais e do desenvolvimento psíquico singular do sujeito até aquele momento.

No processo terapêutico, busca-se compreender as múltiplas relações que engendram de forma embrincada a construção das emoções, sentimentos, pensamentos e do sofrimento psíquico do sujeito. A compreensão da história de desenvolvimento abarca a análise do contexto social no qual o sujeito vive, bem como de suas vivências e de como ele atribui sentido e se relaciona cognitivamente e afetivamente com as situações concretas.

As mediações e análises do terapeuta visam compreender e destacar qual é o sentido pessoal que o sujeito deu para aquela vivência, segundo o entendimento de que este sentido é construído a partir da significação partilhada por seu grupo social, como discutem Beatón (2017b) e León e Calejon (2017). O terapeuta busca evidenciar, dialeticamente, tanto as relações concretas de vida do sujeito e a significação social e simbólica das vivências, conflitos, sentimentos relatados, quanto o sentido pessoal que o sujeito construiu sobre elas, conforme o entendimento vigotskiano sobre a vivência enquanto unidade entre personalidade e meio (Vigotski, 1935/2018). As mediações terapêuticas objetivam destacar a singularidade das vivências, como elas se situam na concretude da vida daquele sujeito, vinculadas à significação social e ao universo simbólico cultural do qual o sujeito faz parte.

Conforme Pérez (1999), o trabalho terapêutico se fundamenta nos significados, o núcleo comum de compreensão das palavras, compartilhado socialmente e se movimenta até a busca dos sentidos pessoais, que são singulares e se referem às vivências afetivas daquele indivíduo e ao uso particular que ele faz das palavras. Para Beatón (2017a), o conceito de

vivência, que é única e irrepetível em cada sujeito, enquanto unidade funcional de análise, se constitui como o núcleo do processo terapêutico.

As vivências do sujeito também possibilitam a formação de sua autoestima, da valoração de si mesmo. Para Franco e Davis (2011), a autoestima se constrói a partir das relações sociais. O conhecimento de si se forma inicialmente a partir do conhecimento do outro sobre o sujeito e, depois, do sujeito consigo mesmo, do sentido pessoal construído para as situações vividas por ele, num embrincado processo de formação de sentidos pessoais e significados sociais.

Conforme Toassa (2009), para Vigotski, as formações afetivas, como a autoestima, são formações de sentido sobre a própria personalidade, que se constroem a partir da unidade afetivo-cognitiva entre linguagem e afeto. O sujeito generaliza as próprias vivências com a mediação da linguagem social, classificando-as no interior de um conceito. Como vimos, o processo psicológico “estou nervoso” pode passar a ser generalizado como “sou inseguro”, “sou ansioso”, por exemplo, num processo de abstração da relação do sujeito consigo mesmo.

Essas formações afetivas e as vivências anteriores do sujeito vão mediando sua relação com a cultura. As experiências atuais são vivenciadas e atribuídas de sentido por meio dos conteúdos subjetivos que se formaram das vivências anteriores. A relação do sujeito com as novas apropriações é mediada por suas capacidades já desenvolvidas, pelo significado e pelo sentido pessoal atribuídos a elas (Beatón, 2017b). No processo psicoterapêutico, busca-se compreender como as vivências significativas anteriores e os sentidos pessoais construídos mediam a relação do sujeito com as vivências atuais, e se relacionam com seu sofrimento psíquico.

Na análise da história de vida do sujeito, é fundamental apreendermos o papel da ideologia na formação da representação subjetiva que aquele indivíduo faz da realidade e si mesmo. Isto porque, no processo de formação da consciência, o sujeito é formado a partir do pensamento ideológico próprio de seu tempo e grupo social, o qual pode revelar aspectos da realidade, naturalizando-a e justificando-a a partir dos interesses da classe dominante.

Para compreender a vivência singular de um sujeito, parte-se do significado social da situação, da compreensão de como aquilo se formou historicamente e o que significa socialmente, no interior da comunidade e das relações familiares, afetivas e de trabalho daquela pessoa. A análise se encaminha do significado para o sentido pessoal, para a maneira como o sujeito se relaciona cognitivamente e afetivamente com aquele acontecimento, atribuindo a ele um sentido pessoal. Assim, a análise busca apreender o que a vivência representa singularmente, que construção simbólica o sujeito faz dela.

A psicologia de Vigotski compreende o homem a partir de sua historicidade, vinculado à dinâmica da atividade vital concreta, como síntese das relações sociais (Vygotski, 1931/2000; Leontiev, 1975/1984). Como destacam Machado, Facci e Barroco (2011), o conceito de historicidade é fundamental para a compreensão do sofrimento psíquico e da constituição da realidade emocional do homem. Dessa forma, entendemos que as emoções, afetos e sentimentos são construídas a partir das condições materiais de produção da vida. Conforme Monteiro (2015), os sentimentos são construídos e significados historicamente a partir das condições materiais de produção.

Vigotski (1930/2004f) explicita que as emoções e os sentimentos são dependentes do desenvolvimento cultural e estão situados no campo das funções psicológicas superiores. Conforme Martins (2015), os sentimentos surgem e se desenvolvem ao longo da história, a partir das necessidades e motivos que são construídos socialmente no processo de construção concreta da vida.

Conforme Vigotski (1934/2010), cognição e afeto formam uma unidade, sendo que o que eu sinto está relacionado com a forma como eu compreendo o mundo. Os pensamentos e sentimentos são históricos e se alteram de acordo com o contexto material e ideológico de cada grupo social. Como vimos, o sentimento de ciúmes, por exemplo, está ligado à compreensão ideológica de fidelidade (Vigotski, 1930/2004f). A cultura constrói os sentimentos morais e estéticos dos homens, bem como a forma como lidamos com eles.

Como exposto, a sociedade atual dá um significado negativo ao sentimento de tristeza, visto que o considera um limite à produtividade, por exemplo. Mas a tristeza faz parte da vida humana, abarcando a possibilidade de transformação criativa da vida. Na psicoterapia, as análises do terapeuta podem buscar evidenciar que tal sentimento faz parte da experiência humana e que só é considerado negativo diante de uma sociedade que não permite que o sujeito tenha tempo para restaurar suas forças psíquicas e que limita os espaços de construção de sentido coletivo de vida.

No processo terapêutico, busca-se evidenciar que as diferentes emoções e sentimentos se desenvolvem a partir da apropriação da cultura. A forma com que o sujeito se relaciona com a alegria, o amor, a ansiedade, a culpa, o desespero, o entusiasmo, a esperança, a frustração, o medo, o prazer, a raiva, a satisfação e a tristeza, dentre muitos outros afetos, é construída socialmente, a partir do significado social destes afetos em cada contexto particular, bem como das vivências específicas do sujeito, do sentido pessoal e da construção simbólica singular que faz sobre eles.

Conforme Almeida (2018), o processo saúde-doença manifestado pelo sujeito não revela de imediato sua determinação social. Entendemos que o relato do sujeito não apresenta de forma aparente e imediata a universalidade e a particularidade que determinam a formação do sofrimento psíquico. Sendo assim, a análise precisa ir além da aparência da fala, buscando também sua essência. Como postula Vigotski (1931/2000), a análise deve ser genética, no sentido de descobrir a gênese, tal qual as bases dinâmico-causais dos fenômenos, apreendendo-os em seu movimento.

A análise tem sempre um caráter interpretativo. Vygotski (1927/2004d; 1931/1997) afirma que a ciência busca estudar e compreender o que está para além da aparência do fenômeno, apreendendo sua essência. Nesse sentido, para compreendermos o sofrimento psíquico, não podemos nos restringir a seus indícios e manifestações individuais, mas ir à essência social e histórica de seu desenvolvimento.

O processo de análise e síntese da construção do sofrimento psíquico do sujeito também envolve a compreensão dos processos psicossomáticos de adoecimento, constituídos a partir da unidade dialética mente-corpo, afetivo-cognitiva. O processo terapêutico pode contribuir para que o indivíduo compreenda como o sofrimento psíquico se expressa em seu corpo, tomando consciência sobre a essência dos processos de desenvolvimento que atuaram sobre a formação dos sintomas psicossomáticos (Jerebtsov, 2017; Silva, 2019). Ademais, atua sobre a análise e compreensão de como o sujeito construiu sua imagem corporal, a autoestima, a valoração de si mesmo, a partir da cultura e de suas relações sociais particulares, assim como da ideologia da classe dominante. Esse processo de tomada de consciência possibilita que o sujeito desenvolva mecanismos de ação e enfrentamento desta forma de sofrimento.

No processo terapêutico, o psicólogo pode realizar, ainda, *intervenções diretivas*, fazendo orientações de ações que podem ser realizadas ou evitadas. Estas intervenções são especialmente importantes em situações de crise, em que o sujeito se encontra em intenso sofrimento psíquico, com níveis de ansiedade muito acentuados e com capacidade de reflexão reduzida. Essas mediações são importantes até que o sujeito recupere ou desenvolva sua capacidade de autonomia e de reflexão. As orientações precisam ser empregadas em situações específicas, com cuidado e seguidas de reflexão, já que um dos objetivos da psicoterapia é promover o desenvolvimento da autonomia do sujeito. As intervenções diretivas mencionadas são aquelas que, claramente, sugerem que o sujeito adote uma determinada ação ou comportamento. No sentido amplo da palavra, todas as ações terapêuticas são diretivas, visto que promovem desenvolvimento, conduzindo o sujeito a uma determinada reflexão.

Duarte (2001) e Saviani (1997) diferenciam neutralidade de objetividade. Segundo os autores, a ciência implica um posicionamento perante as lutas ideológicas.

[...] a questão da neutralidade (ou não neutralidade) é uma questão ideológica, isto é, diz respeito ao caráter interessado ou não do conhecimento, enquanto que a objetividade (ou não objetividade) é uma questão gnosiológica, isto é, diz respeito à correspondência ou não do conhecimento com a realidade à qual se refere. Por aí se pode perceber que não existe conhecimento desinteressado; portanto, a neutralidade é impossível. Entretanto, o caráter sempre interessado do conhecimento não significa a impossibilidade de objetividade (Duarte, 2001, p. 48).

“A ideologia das classes dominantes, mesmo quando se apresenta como um conhecimento objetivo, neutro, não-ideológico, científico, está comprometida com a mistificação da realidade, com a não objetividade do conhecimento, com o escamoteamento da verdade” (Duarte, 2001, p. 49-50). O caráter ideológico da crítica marxista ao capitalismo, por outro lado, visa justamente à compreensão da verdade. Nesse sentido, a partir de uma visão marxista, em nossa análise, o posicionamento do psicoterapeuta nunca é neutro, ainda que seja voltado para a objetividade.

Ao longo do processo, o psicoterapeuta também pode realizar *reflexões sobre suas próprias intervenções*. Essas reflexões objetivam explicar para o sujeito o motivo ou significado de determinada intervenção realizada, tornando possível a ele compreender o processo de pensamento do psicólogo, bem como podem ter como objetivo verificar como as intervenções terapêuticas são apreendidas pelo sujeito. Essas mediações possibilitam estabelecer o vínculo terapêutico em uma relação de reciprocidade, na qual o terapeuta se coloca como pessoa. Segundo Beatón (2017a), terapeuta e sujeito exercem uma postura ativa no processo terapêutico. Para Delari Junior (2006; 2012), a intervenção terapêutica é conduzida por meio de um processo dialógico, semioticamente mediado, no qual todos os envolvidos são ativos.

Cabe ainda resgatar as considerações de Delari Junior (2013) apresentadas anteriormente. O autor destaca que o conhecimento de um fenômeno é sempre parcial, visto que a totalidade que representa o processo de sua formação é infinita. O objetivo da psicoterapia não é, portanto, o de esgotar a infinidade de relações do processo de construção da consciência e do sofrimento psíquico do indivíduo, mas de complexificar paulatinamente a reflexão sobre elas, possibilitando que o sujeito desenvolva novas estratégias de ação.

Também é importante resgatar as discussões de Delari Junior (2013) e Almeida (2008) que afirmam que as ações conscientes humanas estão sempre atravessadas por

determinações ideológicas. Assim, tanto os processos de análise e intervenção do terapeuta, quanto os de tomada de consciência do sujeito estarão sempre atravessados pelas determinações ideológicas históricas do período em que vivemos. A psicoterapia, indubitavelmente, não é capaz de promover o desenvolvimento da consciência do sujeito em todas as suas dimensões, mas pode estabelecer-se como um dos elementos que colaborarão para que o sujeito se reconheça na realidade social mais ampla e compreenda como esta realidade histórica o constitui.

A cronificação do sofrimento psíquico não tem relação com um curso natural do adoecimento, mas sim com o aprofundamento das condições que o geram. As crises são momentos contraditórios, que carregam em si a possibilidade de cronificação ou de reorganização psíquica (Almeida, 2018; Penteado, 2018). A psicoterapia pode se constituir como um processo que promova esta reorganização psíquica, possibilitando a tomada de consciência sobre as condições individuais e sociais que geram sofrimento.

De forma geral, o processo de reflexão sobre as determinações sociais de formação da consciência, da personalidade, das emoções e do sofrimento psíquico colabora para desculpabilizar o sujeito, que é hegemonicamente entendido como único responsável por seu sofrimento. Esse movimento pode promover a possibilidade de o indivíduo procurar seus pares sociais e se organizar coletivamente. Segundo Bien (2017), o processo de desculpabilização, de tomada de consciência da totalidade e da universalidade envolvida no sofrimento psíquico pessoal redimensiona este sofrimento, tendo um valor terapêutico à medida que viabiliza a construção de novas estratégias de enfrentamento do sofrimento.

Almeida (2008) destaca que, em períodos de crise do capital, crescem ainda mais as tentativas de naturalização e biologização do sofrimento, acompanhadas de severos ataques aos direitos dos trabalhadores e restrição de políticas sociais. O ocultamento das raízes do sofrimento psíquico tem graves implicações para os indivíduos, os quais se veem, muitas vezes, incompreendidos em seu sofrimento e isolados no enfrentamento de seus sintomas. Diante deste panorama, se faz ainda mais importante que as práticas psicoterapêuticas visem desculpabilizar o sujeito enquanto único responsável por seu sofrimento, ao mesmo tempo em que o impliquem como ativo no processo de construção de sua história.

4.3 TECENDO ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

*“Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo.
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.
Suplicamos expressamente: Não aceiteis o que é de hábito como coisa natural,*

*Pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada,
De arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada,
Nada deve parecer natural,
Nada deve parecer impossível de mudar”*
Bertolt Brecht

Todas as intervenções mencionadas ao longo de nosso estudo são apenas algumas das possíveis de serem realizadas no processo de psicoterapia. Cada uma delas possui um significado e uma abrangência particular, assim como um efeito sobre o trabalho realizado. Entendemos que o psicoterapeuta pode fazer uso desta variedade de intervenções, bem como de diversas outras possibilidades estudadas pela psicologia científica, desde que fundamentadas pela visão de homem e de mundo da Psicologia Histórico-Cultural. O profissional precisa ter clareza sobre qual é o objetivo que deseja atingir e selecionar e, a partir dele, qual é o instrumento técnico mais adequado para atingi-lo. Uma mesma ferramenta, por exemplo, pode ser utilizada com diversos fins.

São diversas e muito distintas as queixas pelas quais as pessoas procuram atendimento psicológico, por vezes, a procura está relacionada com a presença de sofrimento psíquico acentuado que produz obstruções significativas em seu modo de conduzir a vida, em outras, a pessoa procura auxílio profissional para tomar uma decisão relativa à sua vida, ou para ampliar seu processo de autoconhecimento. Assim, somente a partir da avaliação cuidadosa da queixa da pessoa e de sua história de vida será possível estabelecer qual seria a proposição psicoterapêutica mais indicada para um determinado sujeito, tendo em vista a demanda expressa por ele e as possibilidades que a psicoterapia pode oferecer.

A possibilidade psicoterapêutica apresentada parte da escuta sensível, ética e empática, do acolhimento do sofrimento do sujeito e propõe como intervenção o processo de análise da história do sujeito, em sua gênese e processos individuais e sociais constitutivos, objetivando propiciar que ele tome consciência das relações históricas e sociais que o determinam e que contribuíram para a formação de sua consciência e do sofrimento psíquico que apresenta, bem como de seu papel ativo frente a este processo. Além disso, entende que o conhecimento sobre as determinações individuais e sociais do sujeito permitem que ele desenvolva novas possibilidades de atuação frente a sua realidade social e às condições que geram sofrimento.

O entendimento de que a consciência é formada socialmente é a proposição histórico-cultural fundamental de nossa intervenção. A psicoterapia, dessa forma, volta-se para o processo de formação de consciência em relação à própria formação social do sujeito, permitindo um distanciamento da vida cotidiana e uma reflexão sobre ela. O conhecimento de

suas determinações possibilita que o sujeito desenvolva uma ação no sentido de buscar transformar as condições individuais e sociais que geram sofrimento e corrobora para a elaboração de estratégias de enfrentamento, individuais e coletivas, que visem transformar as condições que promovem sofrimento.

Essa proposição se constitui como uma das possibilidades de intervenção possíveis de serem pensadas a partir da Psicologia Histórico-Cultural. No entanto, é somente a partir da avaliação cuidadosa da demanda do sujeito, de sua história de desenvolvimento e das características particulares e singulares de seu sofrimento que será possível estabelecer qual será o plano psicoterapêutico mais indicado. A psicoterapia voltada para o processo de formação de consciência será indicada quando se avaliar que esta forma de intervenção tem o potencial de, para aquele sujeito em específico, promover o desenvolvimento de novas formas de enfrentamento de seu sofrimento.

Nosso estudo abarca formulações gerais sobre a potencialidade que a psicoterapia tem de atuar sobre o processo de formação de consciência. Compreendemos, contudo, que o psicoterapeuta se baseia, ainda, na análise e na compreensão das características distintas de cada forma de sofrimento e deve planejar seu processo de intervenção a partir destas especificidades. Destacamos a importância, portanto, de novos estudos que busquem aprofundar a compreensão teórica sobre as diferentes formas de sofrimento psíquico, evidenciando sua gênese e processos sociais constitutivos, além de embasar a construção de novas formas de intervenção terapêutica pensadas a partir da Psicologia Histórico-Cultural.

Buscamos, aqui, sistematizar algumas contribuições da Psicologia Histórico-Cultural para o campo da psicoterapia, com vistas a fomentar pesquisas futuras sobre a temática, já que uma tarefa tão abrangente como essa não poderia ser concluída em apenas um trabalho. A construção de fundamentos teórico-práticos sobre a psicoterapia de fundamento histórico-cultural é uma empreitada coletiva. Nesse sentido, esperamos que nossas proposições incentivem outros pesquisadores a dialogarem conosco, apontando os avanços e limites de nossas considerações, contribuindo para construir um corpo teórico que fundamente a atuação psicoterapêutica histórico-cultural, consolidando esta linha teórica neste campo de atuação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi apresentar uma possibilidade de intervenção psicoterapêutica individual com adultos, fundamentada na Psicologia Histórico-Cultural e no Materialismo Histórico-Dialético. Tendo em vista que nosso compromisso científico de conhecer melhor a realidade com vistas a transformá-la, o esforço de análise e síntese realizado nesse trabalho buscou subsidiar ações práticas psicoterapêuticas que atuem sobre o processo de formação de consciência do sujeito.

Ainda que falte muito a ser elaborado sobre o tema que nos propomos a analisar nesta tese, é necessário que tracemos nossas considerações finais. Esperamos que novas pesquisas possam preencher as lacunas deixadas por este trabalho, complexificando-o e trazendo novas formulações sobre a temática da psicoterapia a partir da Psicologia Histórico-Cultural.

Neste trabalho, buscamos apresentar a especificidade da Psicologia Histórico-Cultural no campo da psicologia clínica. Além das importantes discussões concernentes ao âmbito escolar, concluímos que a psicologia vigotskiana fornece uma concepção teórica que possibilita o trabalho no campo da saúde mental, em específico no âmbito da psicoterapia.

Ao longo de nosso estudo, essa perspectiva teórica fundamentou uma possibilidade de intervenção, a partir da busca pela superação das explicações naturalizantes e individuais das determinações que levam ao sofrimento psíquico. Também almejamos superar as explicações reducionistas e a-históricas que procuram adaptar o sujeito em sofrimento a uma realidade que não promove as condições necessárias para o desenvolvimento e a emancipação humana.

Muitas formas de intervenção terapêutica podem ser elaboradas a partir da Psicologia Histórico-Cultural, cada uma delas com riqueza de conteúdo e potencialidade de ação. A possibilidade que abordamos neste estudo se constitui como uma das diferentes opções terapêuticas possíveis de serem elaboradas a partir dos pressupostos básicos dessa concepção teórica.

Tendo em vista a necessidade de delimitação e aprofundamento da temática proposta, nosso estudo se voltou para a possibilidade de intervenção psicoterapêutica individual com adultos. Ressaltamos, contudo, que a partir da Psicologia Histórico-Cultural, podem ser elaboradas intervenções diversas, de forma individual, grupal, comunitária e coletiva, voltadas para a infância, adolescência, idade adulta e velhice, realizadas em consultório, espaços coletivos, unidades de saúde, dentre muitas outras possibilidades.

Defendemos a tese de que uma das possibilidades de atuação psicoterapêutica individual com adultos é a de atuação sob o processo de formação de consciência. Entendemos a consciência como reflexo psíquico da realidade, como imagem subjetiva mediada do mundo objetivo. A apropriação da realidade pelo sujeito não ocorre de forma mecânica ou imediata, mas sim mediada. Todas as funções psicológicas superiores atuam neste intrincado e complexo processo de captura da realidade. A transmutação do objeto em imagem psíquica ocorre a partir da mediação da linguagem, da transformação das informações sensoriais em processos de abstração complexos em forma de conceitos. Além disso, compreendemos que a consciência não é um *locus* do psiquismo, mas sim uma qualidade dos processos psicológicos, é o movimento pelo qual o ser humano vai se tornando consciente.

Ao destacarmos o processo de formação de consciência, abordamos tanto os aspectos cognitivos quanto os aspectos afetivos da formação individual e social do sujeito. Cognição e afeto compõem uma unidade dialética, que se forma do plano interpsicológico para o intrapsicológico, a partir das condições históricas e sociais de construção da vida. As particularidades do desenvolvimento e da expressão dos estados emocionais dependem das condições concretas de vida do sujeito, da atividade e das relações sociais que lhe conferem sustentação. Os estados emocionais se originam na atividade, que é essencialmente mediada.

O sujeito se apropria do universo simbólico e cultural construído histórico-socialmente a partir da linguagem e da atividade, com destaque para a atividade dominante que guia cada período do desenvolvimento. A atividade é socialmente constituída e mediada. O sujeito, de forma dialética, atua criativamente e ativamente sobre este processo, construindo os sentidos pessoais para sua atividade e vivências. Ao longo de seu desenvolvimento, o indivíduo vai construindo sua personalidade, vai se diferenciando a ponto de torna-se único. Na Psicologia Histórico-Cultural, a personalidade é entendida como o conjunto das relações sociais encarnadas na pessoa, uma objetivação da individualidade.

Analisamos também que tal perspectiva teórica compreende o processo saúde-doença vinculado às condições históricas e culturais. O sofrimento psíquico tem sua gênese nos processos críticos da vida social. A partir deste entendimento, destacamos que o psicoterapeuta busca, em sua intervenção, compreender o processo de constituição singular e social do sofrimento do sujeito, por meio da dialética singular-particular-universal. O sofrimento psíquico é abordado a partir da explicação de sua gênese, na relação do sujeito com a vida social. Além disso, os pressupostos histórico-culturais indicam que o sujeito deve ser tomado em sua totalidade, considerando a compreensão do sujeito que sofre, e não os

sintomas que ele apresenta. A partir do entendimento do processo de formação da consciência e da personalidade do sujeito se pode compreender seu comportamento, suas motivações, angústias e o sofrimento psíquico que vivencia, bem como suas potencialidades e seus recursos para a ação.

Em seu processo compreensivo-interventivo, o psicólogo parte da análise da formação psicológica histórico-social do sujeito, da compreensão de sua história de vida, de sua atividade e vivências, que tem lugar no interior das relações familiares, comunitárias, culturais, sociais e simbólicas. A história de vida do sujeito é entendida como expressão singular da universalidade, e a análise se volta para a explicação do sofrimento psíquico na relação da produção da vida concreta do sujeito, mediada pelos modos específicos de vida de seu grupo social, e do seu papel ativo e criativo frente a este processo.

Ao longo de nosso estudo, debatemos sobre alguns pressupostos que podem fundamentar a prática psicoterapêutica que visa atuar sobre o processo de formação de consciência, e discutimos sobre algumas das mediações possíveis de serem realizadas pelo psicólogo tendo em vista este objetivo. A possibilidade psicoterapêutica apresentada em nossa pesquisa se fundamenta na escuta sensível e ética e no acolhimento do sofrimento do sujeito. Apresenta como proposição interventiva o próprio processo de análise da história de desenvolvimento da pessoa, em sua gênese e processos individuais e sociais constitutivos.

Além disso, parte do pressuposto de que tomar consciência das relações que corroboram para constituir sua consciência, personalidade e sofrimento, e de qual é seu papel ativo neste processo, fornece ao sujeito novas condições de enfrentamento de seu sofrimento. Compreender o modo histórico pelo qual as coisas se formam, em seus nexos e processos constitutivos, e seu papel atuante nesta construção, dá ao sujeito a possibilidade de desenvolver um maior domínio sobre sua vida.

Não podemos relegar o fato de que estamos dentro de uma sociedade regida pelo Capital, e de que um sujeito não é capaz de modificar todos os processos críticos da vida que engendram seu sofrimento psíquico, mesmo que tome consciência deles. Consideramos, no entanto, que as proposições terapêuticas abordadas aqui, ainda que limitadas pela sociedade capitalista e subordinadas à sua lógica, colaboram para o desenvolvimento da autonomia do sujeito, para a construção de novas possibilidades de ação, voltando-se para uma perspectiva de emancipação humana, e quiçá, para a transformação, coletivamente, da realidade atual que tanto sofrimento produz no homem.

A psicoterapia, indubitavelmente, não é capaz de promover o desenvolvimento da consciência do sujeito em todas as suas dimensões. Defendemos aqui, ainda assim, que esta

modalidade de intervenção do psicólogo pode se constituir como um dos elementos que irão contribuir para que o sujeito construa sua consciência sobre sua própria formação social. Também é evidente que um sujeito, individualmente, não é capaz de modificar todos os processos críticos da vida que engendram seu sofrimento psíquico, mesmo que tome consciência deles. Mas a psicoterapia pode atuar, antes de tudo, como disparadora de reflexões que possibilitem que este sujeito se posicione e se articule, de forma individual e coletiva, visando lutar pela transformação das condições históricas, sociais e singulares que produzem sofrimento. Consideramos que é possível destacarmos a potencialidade das propostas terapêuticas, fundamentadas numa perspectiva de desenvolvimento da autonomia e da emancipação humana, ainda que limitadas pela sociedade capitalista e subordinadas à sua lógica.

A modificação das condições que engendram o sofrimento psíquico depende, antes de tudo, da alteração dos modos de vida que o produzem. Entretanto, o número cada vez maior de pessoas em adoecimento e as explicações biologizantes e culpabilizadoras dos indivíduos torna necessário que nos voltemos para a reflexão sobre proposições interventivas psicoterapêuticas, individuais e coletivas, que fortaleçam as pessoas em sofrimento e possibilitem que as mesmas participem de projetos de transformação das condições individuais e sociais de vida que produzem obstruções nos modos de andar a vida.

Esperamos que as formulações teórico-práticas apresentadas neste estudo incentivem que demais pesquisadores da Psicologia Histórico-Cultural se voltem para a temática da psicoterapia, tragam novas proposições e compartilhem sua prática, consolidando esta vertente teórica no campo de atuação da psicologia clínica. Que se reavivem cotidianamente nossos esforços para a construção de projetos coletivos de modificação da sociedade rumo à emancipação humana, e que a psicoterapia possa se constituir como possibilidade de intervenção terapêutica que promova o fortalecimento das pessoas em sofrimento, para que elas possam propor e participar dos projetos de transformação e construção de uma vida mais plena de sentido.

“Vivendo, se aprende; mas o que se aprende mais, é só a fazer outras maiores perguntas”
Guimarães Rosa - Grande sertão: Veredas.

REFERÊNCIAS

- Abrantes, A. A. & Bulhões, L. (2017). Idade Adulta e o desenvolvimento psíquico na sociedade de classes: juventude e trabalho. In Martins, L. M., Abrantes, A. A. & Facci, M. G. D. (Orgs.). *Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice* (pp. 241-266). Campinas: Autores Associados.
- Aguiar, W. M. J. (2000). Reflexões a partir da Psicologia Sócio-Histórica sobre a categoria “consciência”. *Cadernos de Pesquisa*, 110, 125-142.
- Aguiar, W. M. J. de & Ozella, S. (2013). Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 94 (236), 299–322.
- Aita, E. B. & Tuleski, S. C. (2017). O desenvolvimento da consciência e das funções psicológicas superiores sob a luz da Psicologia Histórico-Cultural. *Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade*, 4 (77), 97-111.
- Aita, E. B. (2014). *O conceito de inconsciente para L. S. Vigotski: primeiras aproximações* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá.
- Almeida M. R. de, Carvalho, B. P. & Tuleski, S. C. (2019). Psicologia Histórico-Cultural e sofrimento psíquico: superando as concepções hegemônicas sobre a esquizofrenia. In Tuleski, S. C. & Franco, A. F. *O processo de desenvolvimento normal e anormal para a psicologia histórico-cultural: estudos contemporâneos*. Maringá: Eduem.
- Almeida, M. R. (2008). A relação entre a consciência individual e a consciência de classe: uma análise das contribuições de Vigotski sobre a consciência da classe trabalhadora (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Almeida, M. R. (2011). Psicopatologia e Psicologia Sócio-Histórica: notas preliminares. V *Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo – Marxismo, Educação e Emancipação Humana*. Florianópolis, Santa Catarina. Recuperado de <http://www.madres.org/documentos/doc20110113125655.pdf>.
- Almeida, M. R. (2018). *A formação social dos transtornos do humor* (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Faculdade de Medicina de Botucatu, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Botucatu.

- Almeida, M. R. & Gomes, R. M. (2014). Medicalização social e educação: contribuições da teoria da determinação social do processo saúde-doença. *Nuances: estudos sobre educação*, 25 (1), 155-175.
- Almeida, M. R., Abreu, C. B. de M. & Rossler, J. H. (2011). Contribuições de Vigotski para a análise da consciência de classe. *Psicologia em Estudo*, 16 (4), 551-560.
- Almeida, S. h. V. de; Silva, F. G. da & Berenchtein Netto, N. (2008). *Princípios para uma psicopatologia histórico-cultural. 9º Encontro Regional da ABRAPSO-SP e 8º Encontro Local de Psicologia Social Comunitária - ABRAPSO: Balanço de uma Luta! História e Devir*, Bauru, São Paulo, Brasil. Recuperado de http://abrapso.org.br/siteprincipal/images/anais/versao_preliminar_anais_ixenc_reg_sp.pdf.
- Anjos, R. E. dos. (2017). *O desenvolvimento da personalidade na adolescência e a educação escolar: aportes teóricos da Psicologia Histórico-Cultural e da Pedagogia Histórico-Crítica* (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara.
- Anjos, R. E. dos. (2018). Atividade consciente do ser humano: fundamentos filosóficos da psicologia histórico-cultural. *Reflexão e Ação*, 27 (1), 19-33.
- APA. (2014). American Psychiatric Association. *DSM-5 – Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. Porto Alegre: Artmed.
- Barroco, S. M. S. & Superti, T. (2014). Vigotski e o estudo da psicologia da arte: contribuições para o desenvolvimento humano. *Psicologia & Sociedade*, 26 (1), 22-31.
- Beatón, G. A. (2017a). La psicología clínica y la relación de ayuda, sus bases histórico culturales. In Beatón, G. A., León, G. F. & Troiteiro, R. P. *Enfoque Histórico-Cultural: otros Problemas de las Prácticas Profesionales* (pp. 184-196). São Paulo: Terracota Editora.
- Beatón, G. A. (2017b). Vivência, atribuição de sentido e subjetivação da atividade, a comunicação e relações sociais. In Bernardes, M. E. M., & Beatón, G. A. (Orgs.). *Trabalho, Educação e Lazer: contribuições do enfoque histórico-cultural para o desenvolvimento humano* (pp. 143-214). São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades.
- Benítez, Y. R. (2007). La Orientación Psicológica, un Espacio de Búsqueda y Reflexión Necesario para Todos. *REMO*, 4 (10), 23-27.

- Berenchtein Netto, N. (2007) *Suicídio: uma análise psicossocial partir do materialismo histórico-dialético* (Dissertação de Mestrado). Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Berenchtein Netto, N. (2012) *Educação, saberes psicológicos e morte voluntária: fundamentos para a compreensão da morte de si no Brasil colonial* (Tese de Doutorado). Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Bien, E. da S. G. (2017). *Psicologia Histórico-Cultural, atendimento a grupos e a Arte como estratégia psicoterapêutica: os olhos nas imagens e o olhar para a vida*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá.
- Blagonadezhina, L. (1960). Las emociones y los sentimientos. In Smirnov, A. A., Leontiev, A. N., Rubinshtein, S. L., & Tieplov, B. M. (1960). *Psicología*. (Landa, F. V., Trad., 3ª ed., pp. 355-384). México: Editorial Grijalbo.
- Boarini, M. L. (2006). *A loucura no leito de Procusto*. Maringá: Dental Press.
- Bozhovich, L. I. (1981). *La personalidad y su formación en la edad infantil: investigaciones psicológicas*. Habana: Pueblo y Educación.
- Bozhovich, L. I. (1988). Las etapas de formación de la personalidad en la ontogénesis. In Davidov, V. & Shuare, M. (Orgs.). *La Psicología Evolutiva y Pedagógica en la URSS* (Antología) (pp. 250-273). Moscou: Editorial Progreso.
- Breilh, J. (2006). *Epidemiologia crítica: ciência emancipadora e interculturalidade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Breilh, J. (2011) *Una perspectiva emancipadora de la investigación e incidencia basada en la determinación social de la salud*. Alames: México.
- Breilh, J. (2013). La determinación social de la salud como herramienta de transformación hacia una nueva salud pública (salud colectiva). *Rev. Fac. Nac. Salud Pública*, 31 (1), 13-27.
- Camargo-Borges, C. (2010). Terapia social: desenvolvimento humano e mudança social. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 62 (3): 1-114.

- Cambaúva, L. G. & Tuleski, S. C. (2007). A pseudoconcreticidade do conceito de subjetividade na Psicologia. *Revista de Educação*, (23), 79-90.
- Canguilhem, G. (1995). *O normal e o patológico* (4ª ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Trabalho original de 1943).
- Carmo, F. M. & Gonçalves, R. M. de P. (2016). Reflexões iniciais sobre os fundamentos ontológicos da consciência em Vigotski. *Revista Eletrônica Arma da Crítica*, 7, 76-87.
- Carvalho, M. A. A. S., Araújo, S. M. M. de, Ximenes, V. M. & Pascual, J. G. (2010). A formação do conceito de consciência em Vygotsky e suas contribuições à Psicologia. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 62 (3), 13-22.
- Carvalho, S. R. de & Martins, L. M. (2017). Idade adulta, trabalho e desenvolvimento psíquico: a maturidade em tempos de reestruturação produtiva. In Martins, L. M., Abrantes, A. A. & Facci, M. G. D. (Orgs.). *Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice*. Campinas: Autores Associados.
- Castillo, P. F. V. & Zanella, A. V. (2011). O movimento de (re)criar mediado pelo outro em oficinas de improvisação teatral. *Revista Electrónica de Investigación y Docencia (REID)*, 6, 63-76.
- Chávez, O. R. (1999). La integración en psicoterapia: algunas reflexiones desde la perspectiva histórica del desarrollo de la ciencia psicológica. *Revista Cubana de Psicología*, 16 (1), 21-30.
- Chávez, O. R. (2017). El enfoque histórico-cultural como fundamento teórico-metodológico de una práctica terapéutica comprometida con el mejoramiento humano. In Beatón, G. A., León, G. F. & Troiteiro, R. P. *Enfoque Histórico-Cultural: otros Problemas de las Prácticas Profesionales* (pp. 197-208). São Paulo: Terracota Editora.
- Cisne, M. F. (2014). *As bases ontológicas do processo de apropriação do conhecimento e seus desdobramentos para a educação infantil* (Tese de doutorado). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Conselho Federal de Psicologia. (2000). *Resolução nº 010, de 20 de dezembro de 2000. Especifica e qualifica a psicoterapia como prática do psicólogo*. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia.

- Conselho Federal de Psicologia. (2018). Psicoterapia. Recuperado de <https://site.cfp.org.br/contato/psicoterapia>.
- Couto, G. L. do. & Cruz, A. (2014). Playing life away: Videogames and personality structure. *Psychology in Russia: State of the Art*, 7 (3), 146-160.
- Dalla-Vecchia, M. D. & Martins, S. T. F. (2006). O cuidado de pessoas com transtornos mentais no cotidiano de seus familiares: investigando o papel da internação psiquiátrica. *Estudos de Psicologia*, 11 (2), 159-168.
- Dalla-Vecchia, M. D. & Martins, S. T. F. (2009). Concepções dos cuidados em saúde mental por uma equipe de saúde da família, em perspectiva histórico-cultural. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14 (1), 183-193.
- Delari Junior, A. (2006). *Clínica vigotskiana: fragmentos e convite ao diálogo*. Produção independente. Recuperado de http://lhc.ucsd.edu/MCA/Mail/xmcamail.2009_11.dir/pdf5MPwl4RxGV.pdf.
- Delari Junior, A. (2012) *O sujeito e a clínica na psicologia histórico-cultural: diretrizes iniciais*. Recuperado de <https://pt.scribd.com/document/240631608/Achilles-Delari-O-Sujeito-e-a-Clinica-Na-Psicologia-Historico-cultural>.
- Delari Junior, A. (2013). *Vigotski: consciência, linguagem e subjetividade*. Campinas: Editora Alínea.
- Delari Junior, A. (2015). *Questões sobre práticas sociais psicoterapêuticas mediadas por contribuições de Vigotski*. Material de apoio à pesquisa e à discussão sobre a prática profissional do psicólogo. Recuperado de www.estmir.net/delari_2015_qst-prt-pst.pdf.
- Delari Junior, A. (2017). *Contraposição a leituras ingênuas do conceito de “vivência” em Vigotski*. Recuperado de http://www.delari.net/2009_sentidos-perejivanie-em-vigotski.pdf.
- Dias, M. H. S. S. M. (2005). *A psicologia sócio-histórica na clínica: uma concepção atual em psicoterapia*. Recuperado de <http://docplayer.com.br/7752269-A-psicologia-socio-historica-na-clinica-uma-concepcao-atual-em-psicoterapia.html>.
- Duarte, N. (1999). *A individualidade para-si: contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo* (2ª ed.). São Paulo: Autores Associados.

- Duarte, N. (2000). *Vigotski e o “aprender a aprender”*: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. Campinas: Autores Associados.
- Duarte, N. (2004). Formação do indivíduo, consciência e alienação: o ser humano na psicologia de A. N. Leontiev. *Caderno Cedes*, 24 (62), 44-63.
- Echemendía-Tocabens, B. (2003). El surgimiento del enfoque histórico cultural como alternativa marxista al problema de la crisis de la psicología. *Revista Cubana de Psicología*, 20 (1), 71-76.
- Echemendía-Tocabens, B. (2013). Psicoterapia y enfoque histórico-cultural. Aportes y desafíos. *Santiago*, 133, 85-98.
- Elkonin, D. (1987). Sobre el problema de la periodización del desarrollo psíquico en la infancia. In Davidov, V & Shuare, M. (Orgs.). *La psicología evolutiva y pedagógica en la URSS (antología)* (pp. 125-142). Moscú: Progreso.
- Euzébios Filho, A. (2010). *Sujeito e consciência: entre a alienação e a emancipação* (Tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.
- Facci, M. G. D. (2004). A periodização do desenvolvimento psicológico individual na perspectiva de Leontiev, Elkonin e Vigotski. *Cadernos CEDES*, 24 (62), 64-81.
- Fiorini, H. J. (2004). *Teoria e Técnica de Psicoterapias*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original de 1977).
- Franco, A. F. & Davis, C. (2011). Auto-estima: gênese e constituição de um atributo construído. *ETD: Educação Temática Digital*, 13 (1), 99-118.
- Furtado, J. R., Levitan, D., Titon, A. P., Castillo, P. F. V. & Zanella, A. V. (2011). Teatro sem Vergonha: Jovens, oficinas estéticas e mudanças nas Imagens de si mesmo. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 31 (1), 66-79.
- Giannoni, A. P. (2017). O fazer clínico do profissional psicólogo: Novos desafios a partir da Psicologia Histórico-Cultural. In Beatón, G. A., León, G. F. & Troiteiro, R. P. *Enfoque Histórico-cultural: otros Problemas de las Prácticas Profesionales* (pp. 24-46). São Paulo: Terracota Editora.

- Golder, M. (1986). Entrevista com B. V. Zeigarnik. In M. Golder. (1986). *Reportajes Contemporaneos a la Psicologia Sovietica* (pp. 72-112). Buenos Aires: Editorial Cartago.
- Gomes, C. A. V. (2008). *O afetivo para a psicologia histórico-cultural: considerações sobre o papel da educação escolar* (Tese de Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista, Marília.
- Gomes, C. A. V. (2014). A relação sujeito-objeto e a unidade afetivo-cognitiva: contribuições para a psicologia e para a educação. *Psicologia Escolar e Educacional*, 18 (1), 161-167.
- Gomes, R. M. (2017). *Humanização e desumanização no trabalho em saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- González-Rey, F. (2005). *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação* (Silva, M. A. Trad.). São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- González-Rey, F. (2007a). As categorias de sentido, sentido pessoal e sentido subjetivo: sua evolução e diferenciação na teoria histórico-cultural. *Psicologia da Educação*, 24, 155-179.
- González-Rey, F. (2007b). *Psicoterapia, subjetividade e pós-modernidade: uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo: Thomson Learning.
- González-Rey, F. (2011a). Sentidos subjetivos, lenguaje y sujeto: avanzando en una perspectiva postracionalista en psicoterapia. *Rivista di psichiatria*, 46 (5-6), 310-314.
- González-Rey, F. (2011b). *Subjetividade e saúde: superando a clínica da patologia*. São Paulo: Cortez.
- González-Rey, F. (2013). La subjetividad en una perspectiva cultural-histórica: avanzando sobre un legado inconcluso. *Revista CS*, 11, 19-42.
- Guimarães, M. C., Malaquias, J. H. V., & Pedroza, R. L. S. (2013). Psicoterapia Infantil em Grupo: Possibilidades de Escuta de Subjetividades. *Revista Mal-estar e subjetividade*, 13 (3) 687-710.
- INSS. (2017) Instituto Nacional de Seguridade Social. *Acompanhamento Mensal dos Benefícios Auxílios-Doença Previdenciários, Concedidos Segundo os Códigos da CID-10: janeiro a dezembro de 2016*. 2017. Recuperado de

http://sa.previdencia.gov.br/site/2018/03/Auxilio-Doen%C3%A7a-Previdenciario_2017_completo_CID.pdf.

- Jerebtsov, S. N. (2017). A teoria histórico-cultural e os problemas psicossomáticos da personalidade: Estudo sobre o domínio de si mesmo. *VERESK – Cadernos Acadêmicos Internacionais*, 3, 47-62.
- Karpova, N. L. (2014). Lev Vygotsky's ideas in family group logopsychotherapy. *Psychology in Russia: State of the Art*, 7 (3), 90-99.
- Kinoshita, R. T., Barreiros, C. A., Schornm. C., Mota, T. D. & Trino, A. T. (2016). Cuidado em saúde mental: do sofrimento à felicidade. In Nunes, M., & Landim, F. L. P. (Orgs.). *Saúde mental na atenção básica: política e cotidiano*. Salvador: EDUFBA.
- Laurell, A. C. (1982). La salud-enfermedad como proceso social. *Revista Latinoamericana de Salud*, 2, 7-25.
- Laurell, A. C. (1983). A saúde-doença como processo social. In Nunes, E. D. (Org.). *Medicina social: aspectos históricos e teóricos* (pp.133-158). São Paulo: Global.
- Laurell, A. C. (1989). Primeira parte. In Laurell, A. C. & Noriega, M. *Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário* (p. 20-144). São Paulo: Hucitec.
- Leal, Z. F. R. G. (2010). *Educação escolar e constituição da consciência: um estudo com adolescentes a partir da psicologia histórico-cultural*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Leiman, M. (2002). Toward Semiotic Dialogism: The Role of Sign Mediation in the Dialogical Self. *Theory & Psychology*, 12 (2), 221-235.
- Leiman, M. (2011). Mikhail Bakhtin's contribution to psychotherapy research. *Culture & Psychology*, 17 (4), 441-461.
- León, G. F. & Calejon, L. M. C. (2017). Vivência, situação social do desenvolvimento e práxis. In Bernardes, M. E. M. & Beatón, G. A. (Orgs.). *Trabalho, Educação e Lazer: contribuições do enfoque histórico-cultural para o desenvolvimento humano* (1. ed., pp. 123-142). São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades.

- Leontiev, A. (2004a) O desenvolvimento do psiquismo da criança. In Leontiev, A. *O desenvolvimento do psiquismo* (2ª edição, Frias, R. E., Trad., pp.). São Paulo: Centauro. (Trabalho original de 1944).
- Leontiev, A. (2004b). Ensaio sobre o desenvolvimento do psiquismo. In Leontiev, A. *O desenvolvimento do psiquismo* (2ª ed., Frias, R. E., Trad., pp. 99-151). São Paulo: Centauro. (Trabalho original de 1947).
- Leontiev, A. (2004c). O homem e a cultura. In Leontiev, A. *O desenvolvimento do psiquismo* (2ª ed., Frias, R. E., Trad., pp. 279-303). São Paulo: Centauro. (Trabalho original de 1961).
- Leontiev, A. N. (1984). *Actividad, consciencia y personalidad*. Cidade do México: Editorial Cartago México. (Trabalho original de 1975).
- Leontiev, A. N. (2017). As necessidades e os motivos da atividade. In Longarezi, A. M. & Puentes, R. V. (Orgs.) *Ensino desenvolvimental: antologia - Livro I*. (pp. 39-57). Uberlândia: EDUFU. (Trabalho original de 1961).
- Lima, P. M., & Carvalho, C. F. C. (2013). Psicoterapia Sócio-Histórica. *Revista Psicologia: Ciência E Profissão*, 2013, 33 (núm. esp.), 154-163.
- Lordelo, L. da R. (2007). *A consciência como objeto de estudo na psicologia de L.S. Vigotski: Uma reflexão epistemológica* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências, Universidade Federal da Bahia e da Universidade Estadual de Feira de Santana, Salvador.
- Lordelo, L. R. & Tenório, R. M. (2010). A consciência na obra de L.S. Vigotski: análise do conceito e implicações para a psicologia e a educação. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, 14 (1), 79-86.
- Löwy, M. (2006). Um Marx insólito. (Pinassi, M. O & Jinkings, D., Trad.). In Marx, K. *Sobre o suicídio*. (Enderle, R. & Fontanella, F., Trad.). São Paulo: Boitempo.
- Luria, A. R. (1990). *Desenvolvimento cognitivo: seus fundamentos culturais e sociais*. (Gurgueira, F. L., Trad.). São Paulo: Ícone. (Trabalho original de 1974).
- Luria, A. R. (1991). *Curso de psicologia geral*. (2. ed., v. I , II e III). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Trabalho original de 1967).

- Luria, A. R. (2001). *Pensamento e linguagem: as últimas conferências de Luria*. (Lichtenstein D. M. & Corso, M., Trad., 2ª reimpressão]. Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original de 1979).
- Luria, A. R. (2010). Diferenças culturais de pensamento. In Vigotskii, L. S.; Luria, A. R. & Leontiev, A. N. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. (Villalobos, M. P., Trad., 11ª ed., pp. 39-58). São Paulo: Ícone. (Trabalho original de 1974).
- Luz, H., Souza, A. L. M. de, & Santos, L. G. dos. (2015). Percursos e percalços na investigação da emoção na Psicologia de Vigotski. *Revista Psicologia e Saúde*, 7 (1), 65-73.
- Machado, L. V., Facci, M. G. D. & Barroco, S. M. S. (2011). Teoria das emoções em Vigotski. *Psicologia em Estudo*, 16 (4), 647-657.
- Malaguty, S. & Rossler, J. H. (2016). Da essência do trabalho no capitalismo à sua forma histórica contemporânea: contribuições de A. N. Leontiev para o entendimento do sofrimento pelo trabalho. *Revista Eletrônica Arma da Crítica*, 7, p. 53-75.
- Marangoni, S. (2012). *Ludoterapia como um vygotskyano faz*. Recuperado de <https://pt.scribd.com/doc/162484795/Ludoterapia-Como-Um-Vygotskiano-Faz>.
- Marangoni, S. & Quintino-Aires, J. M. Q. (2006). A psicologia sócio-histórica na formação de psicoterapeutas. *Psicologia para América Latina*, 6. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2006000200014
- Marino Filho, A. (2010). EDUCAÇÃO E PERSONALIDADE: o afeto e a formação do poder no grupo familiar. *Interfaces da Educação*, 1 (2), 79-96.
- Marino Filho, A. (no prelo). Atividade, significação e sentido: bases do sofrimento psicológico e a especificidade do adoecimento do professor. Capítulo de livro. In Facci, M. G. D. & Urt, S. da C. (Orgs.), 2020.
- Martins, L. M. (2007). *A formação social da personalidade do professor: um enfoque vygotskiano*. Campinas: Autores Associados.
- Martins, L. M. (2015). *O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica*. Campinas: Autores Associados.

- Martins, L. M., Abrantes, A. A. & Facci, M. G. D. (Orgs.). (2017). *Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice*. Campinas: Autores Associados.
- Martins, L. M. & Carvalho, B. (2016). A atividade humana como unidade afetivo-cognitiva: um enfoque histórico-cultural. *Psicologia em Estudo*, 21 (4) 699-710.
- Marx, K. (2003). Teses sobre Feuerbach. (Pina, A., Trad.). *Marxists Internet Archive*. (Trabalho original de 1845). Recuperado de <https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm>.
- Marx, K. (2004). Manuscritos econômico-filosóficos (Raniere, J., Trad.). São Paulo: Boitempo Editorial. (Trabalho original de 1844).
- Menchinskaia, N. A. (1960). El pensamiento. In Smirnov, A. A., Leontiev, A. N., Rubinshtein, S. L., & Tieplov, B. M. (1960). *Psicología*. (F.V. Landa, Trad., 3ª ed., pp. 232-275). México: Editorial Grijalbo.
- Mezzich, J. E., Zinchenko, Y. P., Krasnov, V. N., Pervichko, E. I. & Kulygina, M. A. (2013). Person-centered approaches in medicine: Clinical tasks, psychological paradigms, and the postnonclassical perspective. *Psychology in Russia: State of the Art*, 6 (1), 95-109.
- Monteiro, P. V. R. (2015) *A unidade afetivo-cognitiva: aspectos conceituais e metodológicos a partir da psicologia histórico-cultural* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Moraes, R. J. S. (2011). *O alcoolismo e o alcoolista no capitalismo: a psicologia histórico-cultural na defesa da historicidade para o enfrentamento do problema*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá.
- Moraes, R. J. S. (2018). *Determinação social do consumo de drogas: estudo de histórias de vida em uma perspectiva marxista* (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Faculdade de Medicina de Botucatu, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Botucatu.
- Moraes, R. J. S. (2019). O Alcoolismo na Sociedade Capitalista: Contribuições da Psicologia Histórico-Cultural. In Tuleski, S. C. & Franco, A. F. *O processo de desenvolvimento normal e anormal para a psicologia histórico-cultural: estudos contemporâneos*. Maringá: Eduem.

- Moro-Rios, C. F. M. (2015). *O trabalho como atividade principal na vida adulta: contribuições ao estudo da periodização do desenvolvimento psíquico humano sob o enfoque da psicologia histórico-cultural* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Motta, K. A. M. B., Munari, D. B., Leal, M. L., Medeiros, M. & Nunes, F.C. (2007). As trilhas essenciais que fundamentam o processo e desenvolvimento da dinâmica grupal. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, 9 (1), 29-41.
- Moura, R. H. de, & Luzio, C. A. (2013). A psicologia na saúde pública: algumas reflexões para a atuação profissional. In Emidio, T. S., & Hashimoto, F. (Orgs). *A psicologia e seus campos de atuação: demandas contemporâneas* (pp. 51-83). São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Musaeus, P. & Brinkmann, S. (2011). The semiosis of family conflict: A case study of home-based psychotherapy. *Culture & Psychology* 17 (1), 47–63.
- Nikolaeva V. V. & Arina G. A. (2009). Clinical psychology of corporeality: principles of cultural-historical subject analysis. *Psychology in Russia: State of the Art*, 5 (1), 441-456.
- Oliveira, B. (2005). A dialética do singular-particular-universal. In Abrantes, A. A., Silva N. R. & Martins, S. T. F. (Orgs.). *Método histórico-social na psicologia* (pp. 25-51). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Oliveira, R. B. S., & Alves, A. M. P. (2015). As possibilidades de uma prática clínica na psicologia sócio-histórica. *XXIV Encontro Anual de Iniciação Científica EAIC*, Maringá, Paraná, Brasil. Recuperado de <http://www.eaic.uem.br/eaic2015/anais/artigos/208.pdf>.
- OMS. Organização Mundial da Saúde. (1997). *CID-10 Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde*. 10a rev. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Penteado, V. O. B. (2018). *Origem e formação das hipóteses etiológicas da esquizofrenia: uma reflexão à luz da Psicologia Histórico-Cultural* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá.
- Pérez, D. F. Z. (1999). Psicoterapia y orientación histórico cultural. *Revista Cubana de Psicología*, 16 (3), 165-170.

- Pervichko, E. & Zinchenko, Y. (2014). Postnonclassical Methodology in Clinical Psychology: Opportunities and Perspectives of Vygotsky-Luria School. *Open Journal of Social Sciences*, 2, 90-95.
- Pessanha, P. H. C. (2015) *O inconsciente na psicologia histórico-cultural de Vigotski: um estudo conceitual*. (Dissertação Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São João Del Rey, São Joao Del Rey.
- Petrovski, A. (1981). *Psicologia general*. Cuba: Editorial de Libros para la Educación.
- Petrovski, A. (1985). *Psicologia general: manual didático para los institutos de pedagogia*. Moscú: Editorial Progreso.
- Prestes, Z. (2010). *Quando não é quase a mesma coisa: Análise de traduções de Lev Semionovitch Vigotski no Brasil: Repercussões no campo educacional* (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília.
- Quintino-Aires, J. (2014). Contribution to postnonclassical psychopathology. *Psychology in Russia: State of the Art*, 7 (3), 35-49.
- Quintino-Aires, J. M. (2006). A abordagem sócio-histórica na psicoterapia com adultos. *Psicologia para América Latina*, 5. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2006000100009
- Reis, A. C. (2014). A arte como dispositivo à recriação de si: uma prática em psicologia social baseada no fazer artístico. *Barbarói*, 40, 246-263.
- Reis, C. W. (2011). *A atividade principal e a velhice: contribuições da Psicologia Histórico-Cultural* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá.
- Reis, C. W. dos & Facci, M. G. D. (2017). A velhice sob o enfoque da psicologia histórico-cultural. In Martins, L. M., Abrantes, A. A. & Facci, M. G. D. (Org.). *Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice*. Campinas: Autores Associados.
- Rodrigues, T. F. (2014). Meaning in couples relationships. *Psychology in Russia: State of the Art*, 7 (3), 126-135.

- Rubinstein, S. L. (1965). *El ser y la conciencia*. La Habana: Editorial Nacional de Cuba, 1965.
- Rubinstein, S. L. (1967). *Principios de psicología general*. México: Grijalbo. (Trabalho original de 1946).
- Rubinstein, S. L. (1976). Problemas de psicología en los trabajos de Karl Marx. In Rubinstein, S. L. *El desarrollo de la psicología: principios y métodos*. Habana: Pueblo y Educación. (Trabalho original de 1934).
- Santos, L. G. (2015). *Inconsciente: Uma reflexão desde a Psicologia de Vigotski* (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Saraiva, A. B., & Ferreira, J. (2016). Personality attributes of children with behavior problems. An exploratory analysis with the Exner Comprehensive System of the Rorschach Inkblot Test and implications for the socio-historical clinical practice approach. *Psychology in Russia: State of the Art*, 9 (4), 193-204.
- Saviani, D. (1997). *Pedagogia Histórico Crítica: Primeiras Aproximações*. Campinas: Autores Associados.
- Scliar, M. (2007). História do conceito de Saúde. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, 1(17), 29-41.
- Sève, L. (1979). *Marxismo e teoria da personalidade*. (Godinho, M. L., Trad.). Lisboa: Livros Horizonte.
- Shuare, M. (1990). *La psicología soviética tal como yo la veo*. Moscú: Editorial Progreso.
- Silva, F. G. da. (2009). Subjetividade, individualidade, personalidade e identidade: concepções a partir da psicologia histórico-cultural. *Psicologia da Educação*, 28, 169-195.
- Silva, F. G. da. (2019). *Inconsciente e adoecimento psíquico na psicologia soviética*. (Relatório de pós-doutorado). Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Faculdade de Medicina da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Botucatu.

- Silva, M. A. S. (2014). *Compreensão do adoecimento psíquico: de L. S. Vigotski à Patopsicologia Experimental de Bluma V. Zeigarnik* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá.
- Silva, M. A. S. (2019). O Entendimento do Sofrimento e Adoecimento Psíquico a Partir da Patopsicologia Experimental. In Tuleski, S. C. & Franco, A. F. *O processo de desenvolvimento normal e anormal para a psicologia histórico-cultural: estudos contemporâneos*. Maringá: Eduem.
- Silva, M. A. S. & Tuleski, S. C. (2015). Patopsicologia experimental: abordagem histórico-cultural para o entendimento do sofrimento mental. *Estudos de Psicologia*, 20 (4), 207-216.
- Silva, R. (2011). *A biologização das emoções e a medicalização da vida: contribuições da psicologia histórico-cultural para a compreensão da sociedade contemporânea* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá.
- Simionato, M. & Facci, M. G. D. (2018). A constituição e o desenvolvimento do psiquismo em Vigotski. *VII Congresso Internacional de Psicologia (VII CIPSI), X Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UEM, VII Seminário de Integração do PRO Saúde e PET Saúde e XIX Semana de Psicologia da UEM*, Maringá, Paraná.
- Simionato, M. A. W. (2018). *Deficiência e Personalidade: o que pode revelar uma Biografia – Contribuições da Psicologia Histórico-Cultural*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá.
- Sokolova, E. T. & Burlakova, N. S. (2009). Reconstruction of inner Dialogue in the Psychotherapeutic Process (a case study). *Psychology in Russia: State of the Art*, 1 (2), 413-440.
- Sorrell, J. H. (2006). The Pleasure of Dissent: A Critical Theory of Psychotherapy as an Emancipatory Practice. *American Journal of Psychotherapy*, 60 (2), 131-145.
- Souza, S. V., Camargo, D. & Bulgacov, Y. L. M. (2003). Expressão da emoção por meio do desenho de uma criança hospitalizada. *Psicologia em Estudo*, 8 (1), 101-109.
- Souza, T. M. S. (2011). Formas de gestão na acumulação flexível: o assédio moral. In Barreto, M., Berenchtein Netto, N. & Pereira, L. B. (Orgs.) *Do assédio moral à morte de si: significados sociais do suicídio no trabalho* (pp. 95-119). São Paulo: Matsunaga.

- Sundet, R. (2009). Therapeutic collaboration and formalized feedback: Using perspectives from Vygotsky and Bakhtin to shed light on practices in a family therapy unit. *Clinical Child Psychology and Psychiatry*, 15 (1), 81–95.
- Teixeira, R. G. (2014). Reaching conversation Trough Play: a Qualitative change of activity. *Psychology in Russia: State of the Art*, 7 (3), 114-125.
- Toassa, G. (2004). Conceito de liberdade em Vigotski. *Psicologia: ciência e profissão*, 24 (3), 2-11.
- Toassa, G. (2006). Conceito de consciência em Vigotski. *Psicologia USP*, 17 (2), 59-83.
- Toassa, G. (2009). *Emoções e vivências em Vigotski: investigação para uma perspectiva histórico-cultural* (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Toassa, G. & Souza, M. P. R. (2010). As vivências: questões de tradução, sentidos e fontes epistemológicas no legado de Vigotski. *Psicologia USP*, 21(4), 757-779.
- Tolstij, A. (1989). *El hombre y la edad*. Moscou: Editorial Progreso.
- Tuleski, S. (2008). *Vygotski: A construção de uma psicologia marxista*. Maringá: Eduem.
- Tuleski, S. C. & Eidt, N. M. (2017). A periodização do desenvolvimento psíquico: atividade dominante e a formação das funções psíquicas superiores. In Martins, L. M., Abrantes, A. A. & Facci, M. G. D. (Orgs.). *Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice*. Campinas: Autores Associados.
- Viapiana, V. N. (2017). *A depressão na sociedade contemporânea: contribuições da teoria da determinação social do processo saúde-doença* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Viapiana, V. N., Gomes, R. M. & Albuquerque, G. S. C. de. (2018). Adoecimento psíquico na sociedade contemporânea: notas conceituais da teoria da determinação social do processo saúde-doença. *Saúde Debate*, 42 (4), 175-186.

- Vieira, A. P. A. (2017). *O desenvolvimento da atividade voluntária a partir da Psicologia Histórico-Cultural: menos rótulo e mais aprendizagem* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Estadual de Maringá. Maringá.
- Vigotski, L. S. (1998a). A imaginação e seu desenvolvimento na infância. In Vigotski, L. S. *O desenvolvimento psicológico na infância* (Berliner, C., Trad., pp. 107-130). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original de 1932).
- Vigotski, L. S. (1998b). As emoções e seu desenvolvimento na infância. In Vigotski, L. S. *O desenvolvimento psicológico na infância* (Berliner, C., Trad., pp.79-106). São Paulo: Martins Fontes (Trabalhos originais de 1932).
- Vigotski, L. S. (1999). *A Tragédia de Hamlet, Príncipe da Dinamarca*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original de 1916).
- Vigotski, L. S. (2000). Manuscrito de 1929. *Educação e Sociedade*, 21 (71), 21-44. (Trabalho original de 1929).
- Vigotski, L. S. (2004a). A consciência como problema da psicologia do comportamento. In Vigotski, L. S. *Teoria e Método em Psicologia* (Berliner, C., Trad., pp.55-86). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original de 1925).
- Vigotski, L. S. (2004b). A psique, a consciência, o inconsciente. In Vigotski, L. S. *Teoria e Método em Psicologia* (Berliner, C., Trad., pp.137-160). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original de 1930).
- Vigotski, L. S. (2004c). O método Instrumental. In Vigotski, L. S. *Teoria e Método em Psicologia* (Berliner, C., Trad., pp.93-102). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original de 1930).
- Vigotski, L. S. (2004d). O significado Histórico da Crise da Psicologia. In Vigotski, L. S. *Teoria e Método em Psicologia* (Berliner, C., Trad., pp. 203-417). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original de 1927).
- Vigotski, L. S. (2004e). Os métodos de investigação reflexológicos e psicológicos. In Vigotski, L. S. *Teoria e Método em Psicologia* (Berliner, C., Trad., pp.3-32). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original de 1924).

- Vigotski, L. S. (2004f). Sobre os sistemas psicológicos. In Vigotski, L. S. *Teoria e Método em Psicologia* (Berliner, C., Trad., pp.103-136). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original de 1930).
- Vigotski, L. S. (2008). *Diagnóstico do desenvolvimento e clínica pedológica da infância difícil [Esquema de investigação pedológica]*. (Delari Junior, A., Trad.). (Trabalho original de 1931). Recuperado de https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4283976/mod_folder/content/0/Vigotski_-Diagnostico_do_desenvolvimento_e_clnica_pedologica_da_infncia_difcil.pdf?forcedownload=1.
- Vigotski, L. S. (2010). *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original de 1934).
- Vigotski, L. S. (2018). Quarta aula: o problema do meio na pedologia. In Vigotski, L. S. *Sete aulas de L. S. Vigotski sobre os fundamentos da Pedologia* (Zoja Prestes, Z. & Tunes, E., Orgs. e Trad., pp. 73-92). (Trabalho original de 1935).
- Vigotski, L. S., & Luria, A. R. (2007). *El instrumento y el signo en el desarrollo del niño* (Pablo del Río, Trad.) Madrid: Fundación Infancia e Aprendizaje. (Trabalho original de 1930).
- Vigotskii, L. S. (2010). Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In Vigotskii, L. S., Luria, A. R., & Leontiev, A. N. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem* (pp.103-117). São Paulo: Ícone. (Trabalho original de 1933).
- Vigotsky, L. S. (2004). *Teoría de las emociones: Estudio Histórico-psicológico* (Viaplana, J., Trad.). Madrid: Ediciones Akal. (Trabalho original escrito entre 1931 e 1933).
- Vygotski, L. S. (1991). La psicología y la teoría de la localización de las funciones psíquicas. In Vygotski, L. S. *Obras Escogidas I* (pp. 133-339). Madri: Visor. (Trabalho original de 1934).
- Vygotski, L. S. (1996a). El problema de la edad. In Vygotski, L. S. *Obras Escogidas IV* (Kuper, L., Trad., pp. 250-273) Madri: Visor. (Trabalho original de 1932).
- Vygotski, L. S. (1996b). La crisis de los siete años. In Vygotski, L. S. *Obras Escogidas IV* (Kuper, L., Trad., pp. 377-386). Madri: Visor. (Trabalho original de 1934).
- Vygotski, L. S. (1996c). Paidología del adolescente. In Vygotski, L. S. *Obras Escogidas IV* (Kuper, L., Trad., pp. 9-247). Madri: Visor. (Trabalho original de 1931).

- Vygotski, L. S. (1997). Diagnóstico del desarrollo y clínica psicológica de la infancia difícil. In Vygotski, L. S. *Obras Escogidas V* (Blank, J. G., Trad., pp. 275-338) Madrid: Visor. (Trabalho original de 1931).
- Vygotski, L. S. (2000). Historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores. In Vygotski, L. S. *Obras Escogidas III* (2ª ed., Kuper, L., Trad., pp. 11-340). Madrid: Visor. (Trabalho original de 1931).
- Vygotski, L. S. (2001). Pensamento e Linguagem. In Vygotski, L. S. *Obras Escogidas II* (Bravo, J. M., Trad., pp. 9-348). Madrid: A. Machado Libros. (Trabalho original de 1934).
- Vygotski, L. S. (2004). A transformação socialista do homem. (Dória, N., Trad.) *Marxists Internet Archive*. (Trabalho original de 1930). Recuperado de <https://www.marxists.org/portugues/vygotsky/1930/mes/transformacao.htm>.
- Vygotsky, L. (1998). *Théorie des émotions: étude historicopsychologique*. Paris: L'Harmattan. (Trabalho original de 1933).
- Vygotsky, L. S., & Luria, A. R. (1996). *Estudos sobre a história do comportamento: o macaco, o primitivo e a criança*. Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original de 1930).
- WHO. (2002). World Health Organization. Relatório Mundial da Saúde. *Saúde mental: nova concepção, nova esperança*. Lisboa: Direção-geral da Saúde.
- Wladislawoski, D. (2013). Vigotsky e a pós-modernidade: aproximações e pontos similares da perspectiva de Lev Vigotsky no pensamento pós-moderno e seu patamar terapêutico. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 47, 74-85.
- Zanella, A. V., Reis, A. C., Camargo, D., Maheirie, K., França, K. B. & Da Ros, S. Z. (2005). Movimento de objetivação e subjetivação mediado pela criação artística. *Psico-USF*, 10 (2), 191-199.
- Zavialoff, N. (1998). Introduction. In L. S. Vigotski, *Théorie des émotions: étude historicopsychologique* (pp. 5-83). Paris: L'Harmattan. (Trabalho original de 1933).
- Zeigarnik, B. V. (1979). *Introducción a la Patopsicología*. La Habana: Científico Técnica. (Trabalho original de 1969).

Zeigarnik, B. (1981). *Psicopatologia*. Madrid: Akal Editor. (Trabalho original de 1976).

Zinchenko, Y. P. & Pervichko, E. I. (2012). The methodology of syndrome analysis within the paradigm of “qualitative research” in clinical psychology. *Psychology in Russia: State of the Art*, 5, 157-184.

Zinchenko, Y. P. & Pervichko, E. I. (2013). Nonclassical and postnonclassical epistemology in Lev Vygotsky’s cultural-historical approach to clinical psychology. *Psychology in Russia: State of the Art*, 6 (1), 43–56.